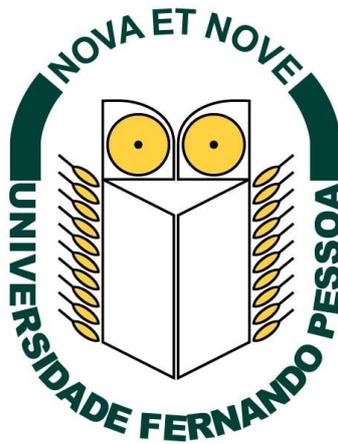


Jorgelene dos Santos Oliveira

Das narrativas das Descobertas aos textos jornalísticos atuais: um estudo da Amazônia que é notícia em telejornais de Portugal e do Brasil (2020)



Porto, 2022

Jorgelene dos Santos Oliveira

Das narrativas das Descobertas aos textos jornalísticos atuais: um estudo da Amazônia
que é notícia em telejornais de Portugal e do Brasil (2020)



Porto, 2022

© 2022

Jorgelene dos Santos Oliveira

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Jorgelene dos Santos Oliveira

Das narrativas das Descobertas aos textos jornalísticos atuais: um estudo da Amazônia
que é notícia em telejornais de Portugal e do Brasil (2020)

Atesto a originalidade do meu trabalho

Tese apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora em Ciências da Informação, especialidade de Jornalismo e Estudos Mediáticos, sob orientação do Prof. Doutor Jorge Pedro Sousa e coorientação da Profa. Doutora Ana Regina Barros Rêgo Leal.

Por que ninguém nos leva a sério, só o
nosso minério? Edmar Rocha (Belém-Pará-
Brasil, Mosaico de Ravena)

RESUMO

JORGELENE DOS SANTOS OLIVEIRA: Das narrativas das Descobertas aos textos jornalísticos atuais: um estudo da Amazônia que é notícia em telejornais de Portugal e do Brasil (2020) (Sob orientação do Prof. Doutor Jorge Pedro Sousa e coorientação da Profa. Doutora Ana Regina Barros Rêgo Leal)

Assim que desembarcaram na Amazônia no século XVI, os europeus (espanhóis e portugueses) depararam-se com uma realidade muito diferente daquela com a qual estavam acostumados. As paisagens e, principalmente, as gentes eram novidades para ambos. Inicialmente, os daqui receberam bem os que vieram de lá do outro lado do oceano, construindo com o Brasil uma relação histórico-cultural amigável, porém complexa, que perdura até os dias atuais. Dessa chegada resultaram relatos que ajudaram a construir uma ideia sobre a Região, hoje denominada Amazônia Legal Brasileira (ALB), formada por nove estados da federação e constituída legalmente por meio de lei federal. Cinco séculos de passaram desde então e, na contemporaneidade, são as narrativas veiculadas em telejornais, nas quais se encontra um forte elemento de representação, seja de um país, de um povo ou de uma região específica, que ajudam a construir novamente uma ideia sobre a Região, já que os veículos da mídia, entre eles a televisão, atuam como mediadores da realidade por meio da reprodução de imagens para públicos diversificados. O objetivo geral desta pesquisa é investigar as narrativas sobre a Amazônia nos relatos dos primeiros viajantes europeus (espanhóis e portugueses) a desembarcarem na Região (cronistas viajantes) e em narrativas contemporâneas, por meio da análise dos enquadramentos noticiosos das reportagens (unidades de análise) publicadas em telejornais de Portugal e do Brasil. Fazem parte do escopo deste trabalho o Jornal das 8 (J8), da TVI de Portugal; o Jornal Nacional (JN), da Rede Globo do Brasil; e os telejornais Jornal Liberal 1ª Edição (JL1), da TV Liberal, com sede em Belém (PA), e Jornal Tapajós 1ª Edição, da TV Tapajós, de Santarém (PA). O estudo se concentrou nas reportagens televisivas veiculadas durante o segundo semestre de 2020, período do ano em que a Região tem uma maior entrada na mídia estrangeira e brasileira por causa da mudança de clima, que traz, como consequências, queimadas na floresta amazônica, fato noticiado exaustivamente por veículos estrangeiros e brasileiros. Para tanto, foi levantada uma hipótese de que aqueles primeiros relatos traziam narrativas diferentes dos relatos contemporâneos. Os resultados apontam para uma convergência no conteúdo das narrativas sobre a Região, em Portugal e no Brasil. A tese aqui apresentada é uma investigação ancorada na Teoria do Enquadramento, com base na Análise Pragmática da Narrativa, com abordagem que mescla elementos de coleta de dados qualitativos e quantitativos.

Palavras-chave: Narrativa. Amazônia. Telejornalismo. Crônicas Coloniais.

ABSTRACT

JORGELENE DOS SANTOS OLIVEIRA: From the narratives of the Discoveries to current journalistic texts: a study of the Amazon that is news on TV news in Portugal and Brazil (2020) (Under the guidance of Professor Jorge Pedro Sousa and co-supervision of Professor Ana Regina Barros Rêgo Leal)

When landed in the Amazon in the 16th century, Europeans (Spanish and Portuguese) faced a very different reality to which they were used to. The landscapes and especially the people were new to both of them. From here they welcomed those from there who arrived on the other side of the ocean, with Brazil a complex relationship even cultural today. In this way, reports resulted that helped to build an idea about the region, today called the Amazon by nine states of Federal Law and legally constituted Federal. Five different building elements since then, and in the specific idea of an element of representation in which one finds a stronghold of a people or a region that help a region. Since the media, including television, act as mediators of reality through the reproduction long of images for diverse audiences. The general objective of this investigation focuses on the analysis of news broadcast about the ALB, during the year 2020 by TV news from Portugal and Brazil, including national and regional vehicles, in their respective countries. The scope of this work includes the Jornal das 8 (J8) of TVI de Portugal, the Jornal Nacional (JN), of Rede Globo do Brasil and the news programs Jornal Liberal 1st Edition (JL1), of TV Liberal based in Belém and the Tapajós Newspaper 1st Edition of TV Tapajós, from Santarém. The study focused on television reports aired during the second half of 2020, the period of the year in which the region has a greater share in foreign and Brazilian media because of the climate change that brings as consequences fires in the Amazon rainforest. Exhaustively by foreign and Brazilian vehicles. To this end, a hypothesis was raised that the first reports brought different reports from contemporary reports. The results point to a convergence in the content of narratives about the region, in Portugal and Brazil. Presented here is an investigation anchored in Theory based on the pragmatic analysis of the thesis with an approach that mixes elements of qualitative and quantitative.

Key words: Narrative, Amazon; Television journalism; Colonial Chronicles.

RÉSUMÉ

JORGELENE DOS SANTOS OLIVEIRA: Des récits des Découvertes aux textes journalistiques actuels: une étude de l'Amazonie qui fait l'actualité télévisée au Portugal et au Brésil (2020) (Sous la direction du professeur Jorge Pedro Sousa et co-direction de la professeure Ana Regina Barros Rêgo Leal)

Dès leur débarquement en Amazonie au XVI^e siècle, les Européens (Espagnols et Portugais) ont été confrontés à une réalité bien différente de celle à laquelle ils étaient habitués. Les paysages et surtout les gens étaient nouveaux pour eux. Au début, les Amazoniens ont bien accueilli ceux qui venaient d'ailleurs, et qui ont construit une relation historique et culturelle amicale avec le Brésil, toutefois complexe qui se poursuit encore à présent. Cette arrivée a donné lieu à des rapports permettant de construire une idée à propos de cette région, aujourd'hui appelée « Amazonie Légale Brésilienne (ALB) », formée de neuf États Fédératifs et légalement constituée par la Loi Fédérale. Cinq siècles se sont écoulés depuis lors. Actuellement, ce sont les récits diffusés aux journaux télévisés, dans lesquels il y a une forte représentation, soit d'un pays, soit d'un peuple ou d'une région, qui aident les personnes à construire une nouvelle idée sur l'Amazonie, puisque les médias, parmi lesquels la télévision, agissent en tant que médiateurs de la réalité à travers la reproduction d'images à des publics diversifiés. L'objectif général de cette investigation s'est centré sur l'analyse d'informations diffusées sur l'ALB pendant l'année 2020 par des journaux télévisés du Portugal et du Brésil, comprenant des médias nationaux et régionaux de ces deux pays. Cette enquête porte sur les journaux télévisés suivants : Jornal das 8 (J8) de TVI du Portugal, Jornal Nacional (JN) de Rede Globo du Brésil, Jornal Liberal 1^{ère} Edition (JL1) de TV Liberal de la ville de Belém, Jornal Tapajós 1^{ère} Edition de TV Tapajós de la ville de Santarém. Cette étude a porté surtout sur les reportages télévisés diffusés au cours du second semestre de 2020, période de l'année où l'Amazonie atteint un plus grand nombre de médias étrangers et brésiliens à cause des informations sur le changement climatique qui entraîne de nombreux incendies dans la forêt amazonienne, un fait largement signalé par les moyens d'informations étrangers et brésiliens. À cette fin, on a fait l'hypothèse que les premiers rapports à propos de l'Amazonie véhiculaient des narrations différentes des rapports de nos jours. Les résultats indiquent une convergence de contenu dans les récits portant sur l'Amazonie au Portugal et au Brésil. La thèse présentée ici est une enquête ancrée dans la Théorie du Cadrage basée sur l'analyse pragmatique du récit, avec une approche mêlant des éléments de collecte de données qualitatives et quantitatives.

Mots-clés : Récit ; Amazonie ; Journalisme Télévisé ; Chroniques Coloniales ; Théorie du Cadrage.

AGRADECIMENTOS

Sempre achei estranho ler logo no início de trabalhos acadêmicos uma lista enorme de agradecimentos. Eu tentei fugir disso. Impossível, ninguém faz nada sozinho. Quero aqui mostrar a minha imensa gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Jorge Pedro Sousa, pelo apoio, pelas orientações e pela agilidade com que respondeu aos meus questionamentos. Não posso deixar de ser grata também às orientações que recebi sobre a cultura e a culinária portuguesas. Afinal, estudar em um país estrangeiro é também mergulhar em seus costumes, sabores e paisagens. Mais um de seus ensinamentos.

Preciso demonstrar gratidão também à Profa. Dra. Ana Regina Barros Rêgo Leal, por aceitar a coorientação e pelas dicas precisas que foram fundamentais para o encaminhamento das ideias iniciais desta investigação. Difícil encontrar pessoas tão doces, competentes e dedicadas como esta mulher, à qual dispenso imensa admiração.

Em nome do historiador Gefferson Ramos Rodrigues (Iced/Ufopa), agradeço a todas as pessoas que me ouviram falar sobre o meu tema de pesquisa e, a exemplo, dele me indicaram leituras precisas que foram imprescindíveis para ampliar o escopo desta pesquisa.

Como não agradecer à minha colega de trabalho, colega de doutoramento e amiga Nara Cláudia Alvaredo da Cruz, que tantas vezes me ouviu, me consolou, me aconselhou. Juntas, rimos e choramos incontáveis tardes durante nossos cafés. Compartilhamos as dores e as delícias de cumprir uma missão deste tamanho, que é concluir uma pós-graduação. Juntas, também descobrimos que a vida não para para cumprirmos todos os compromissos exigidos por um doutoramento.

Existem pessoas que sabem desmistificar a produção acadêmica. Poucas o fazem como o Prof. Felipe Asensi. Gratidão, prof! Por me mostrar que essa produção pode sim ser realizada sem mistérios e por qualquer pessoa que tenha um pouco de dedicação e disciplina. Não só os iluminados e privilegiados podem furar a bolha das academias do pensamento. É preciso sim, malhar, malhar, malhar as ideias por meio de leituras e orientações sem mistérios. Serei grata, sempre!

Um agradecimento muito especial à amiga e ex-colega da Faculdade de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), onde nos graduamos em Jornalismo, Sandra Nodari, que me apresentou à Universidade Fernando Pessoa (UFP) e ao orientador, Prof. Dr. Jorge Pedro Sousa, o nosso querido JP. Nodari foi e sempre será uma grande inspiração. Agradeço suas dicas, sua parceria e a contribuição na construção deste trabalho. Existem coamigas? Sandra é uma dessas pessoas que sabem, como poucas, respeitar limites e alteridades. Nunca conheci uma paranaense com espírito tão nortista.

Um agradecimento especial a Regina Bento da Cruz. Uma mulher excepcional, uma cuidadora exemplar. Com suas lições de vida aprendi muito mais que dominar o estresse, soube como viver em paz comigo e com a minha produção acadêmica. Suas mãos me curaram e me ajudaram na caminhada até aqui.

Preciso agradecer também à minha família. Ao meu pai (*in memoriam*), de quem herdei os maiores bens que possuo: a coragem e a determinação. À minha mãe, que me deu a vida e me ensinou valores que trago comigo até hoje e cujas lições já me livraram de muitas confusões.

Agradeço também a todos (colegas de trabalho e amigos) que se chatearam e não me perdoaram pelas ausências por causa da escrita deste trabalho. Por esse não perdão, soube que a minha presença era importante para cada um deles. Sou grata por tudo! Pelas renúncias, pelas escolhas e por compreender que, mesmo na altura dos meus cinquenta e poucos anos, posso seguir produzindo e *parindo* textos acadêmicos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	24
CAPÍTULO I – A análise de antigos relatos: os viajantes europeus e a construção de uma ideia de Amazônia	47
1.1 A construção da Amazônia na literatura de viagem	47
1.2 A natureza e a construção de uma ideia de Amazônia.....	51
1.3 A Amazônia no século XVI: uma visão dos cronistas europeus.....	53
1.4 A singularidade da Amazônia de Carvajal no século XVI e o Descobrimento do Rio de Orellana.....	57
1.5 Alonso de Rojas e o Descobrimento do Rio das Amazonas e suas Dilatadas Províncias	60
1.6 Cristóbal de Acuña e o Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas... 61	
1.7 A Amazônia Colonial dos viajantes europeus: uma revisão das pesquisas que mapearam as expedições à Região nos séculos XVII, XVIII, XIX e XX	65
1.8 A Amazônia do século XVII: os franceses no Maranhão	67
1.9 A Amazônia de Marquês de Pombal e os naturalistas do século XVIII.....	69
1.10 A Amazônia dos viajantes do século XIX.....	70
1.11 A Amazônia dos viajantes estrangeiros do século XX	72
CAPÍTULO II – Acerca do espaço amazônico: considerações sobre as narrativas do passado no presente	75
2.1 A Amazônia no contexto internacional.....	75
2.2 O desflorestamento, a ação humana e a centralidade ambiental.....	81
2.3 Olhares sobre a cultura e os povos da floresta.....	84
CAPÍTULO III – Metodologia	91
3.1 A teoria do enquadramento, o conceito de notícia e a análise narrativa: em busca de um caminho para a investigação	91
3.2 A observação sistemática das narrativas sobre a Amazônia	97
3.3 A observação sistemática e a formação da amostra dos telejornais	100
<i>i. A observação sistemática e a formação da amostra dos telejornais regionais.....</i>	107

3.4 A escolha das variáveis para análise: uma proposta de classificação das notícias	109
3.5 O pré-teste: a escolha da amostra por casos notáveis	114
4 CAPÍTULO IV – SOBRE TELEVISÃO E TELEJORNALISMO: UM ESTUDO DAS REPORTAGENS DE PORTUGAL E DO BRASIL	128
4.1 Sobre televisão e telejornalismo: o modelo audiovisual brasileiro e o europeu	128
4.2 J8: “o prestígio da informação”	133
4.3 JN: “um dos mais respeitáveis do país”	134
4.4 Sobre telejornalismo regional na Amazônia brasileira.....	135
<i>i. Jornal Liberal 1ª Edição (JL1)</i>	140
<i>ii. 4.4.2 Jornal Tapajós 1ª Edição (JT1)</i>	143
<i>iii. Os telejornais regionais e a cobertura factual sobre a Amazônia</i>	145
4.5 Um estudo da Operação Amazônia Viva na TV Liberal e na TV Tapajós.....	154
CAPÍTULO V – O QUE DIZEM OS TELEJORNAIS SOBRE A AMAZÔNIA: UM ESTUDO DAS REPORTAGENS DE PORTUGAL E DO BRASIL	171
5.1 Um jornal sem “escalada”: as reportagens do Jornal das 8 (J8) da TVI de Portugal sobre a Amazônia brasileira	171
5.2 Jornal Nacional: as reportagens do Jornal Nacional (JN) da Rede Globo do Brasil.....	175
CONCLUSÕES.....	193
REFERÊNCIAS	203
APÊNDICES	209
Apêndice 1 – Decupagem matérias operação Amazônia TV Liberal	210
Apêndice 2 – Decupagem matérias operação Amazônia viva TV Tapajós	214
Apêndice 3 – Decupagens pré-teste matérias	225
Apêndice 4 – J8 enquadramentos noticiosos.....	236
Apêndice 5 – JN enquadramentos noticiosos	237

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	<i>Desenho da investigação sobre a ALB com total da amostra observada.....</i>	91
Figura 2	<i>Resumo das reportagens publicadas pelo JN</i>	101
Figura 3	<i>Focos de incêndios no Pantanal brasileiro</i>	118
Figura 4	<i>Focos de queimadas na Amazônia</i>	118
Figura 5	<i>Focos de queimadas na Amazônia</i>	119
Figura 6	<i>Focos de queimadas na Amazônia</i>	121
Figura 7	<i>Reportagem sobre os incêndios</i>	122
Figura 8	<i>Reportagem sobre os incêndios</i>	123
Figura 9	<i>Apreensão de madeira pela Polícia Federal</i>	124
Figura 10	<i>Reportagem sobre a apreensão.....</i>	125
Figura 11	<i>Imagens feitas pelos integrantes da operação e utilizadas no telejornal ...</i>	126
Figura 12	<i>Imagens feitas pelos integrantes da operação e utilizadas no telejornal ...</i>	126
Figura 13	<i>Anúncio da participação da apresentadora do JLI no JN, da Rede Globo</i>	142
Figura 14	<i>JTI no JN</i>	143
Figura 15	<i>Apreensão de madeira no Brasil.....</i>	147
Figura 16	<i>Maior apreensão de madeira da história do Brasil.....</i>	148
Figura 17	<i>Atividades de apreensão de toras de madeira ilegal</i>	151
Figura 18	<i>Atividades de apreensão de toras de madeira ilegal</i>	152
Figura 19	<i>Rejeitos da mina em Juruti (PA)</i>	153
Figura 20	<i>Operação Amazônia Viva</i>	159
Figura 21	<i>Quarta fase da operação Amazônia Viva</i>	159
Figura 22	<i>Atividades da operação</i>	160
Figura 23	<i>Leitura pela apresentadora da LOC/OFF</i>	161
Figura 24	<i>Atividades da operação</i>	163
Figura 25	<i>Atividades da operação</i>	164
Figura 26	<i>Operação Amazônia Viva</i>	165
Figura 27	<i>Atividades da operação</i>	166
Figura 28	<i>Atividades da operação</i>	167
Figura 29	<i>Atividades da operação</i>	167
Figura 30	<i>Atividades da operação</i>	168
Figura 31	<i>Operação Amazônia Viva</i>	169
Figura 32	<i>Reportagem no J8 sobre o aumento de focos de incêndio na Amazônia</i>	172

Figura 33 <i>Reportagem do J8</i>	173
Figura 34 <i>Matéria sobre um possível ataque dos EUA na Amazônia</i>	175
Figura 35 <i>Queimadas no Pará</i>	181
Figura 36 <i>Números sobre os focos de “incêndio” no Pantanal</i>	184
Figura 37 <i>Focos de incêndio na Amazônia</i>	184
Figura 38 <i>Focos de incêndio na Amazônia</i>	187
Figura 39 <i>Focos de queimadas e desmatamentos</i>	188
Figura 40 <i>Desmatamento de agosto a julho de 2020</i>	190

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 <i>Relatório MAPBIOMAS-FOGO (1985-2020)</i>	82
Gráfico 2 <i>Relatório MAPBIOMAS-FOGO onde ocorre o fogo (1985-2020)</i>	83
Gráfico 3 <i>Jornal Nacional – Brasil</i>	102
Gráfico 4 <i>Jornal Nacional – Brasil</i>	103
Gráfico 5 <i>Jornal Nacional – Brasil</i>	104
Gráfico 6 <i>Jornal das 8 – Portugal</i>	105
Gráfico 7 <i>J8 Portugal – total de matérias exibidas por edição</i>	106
Gráfico 8 <i>Índices de audiências</i>	134

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 <i>Amazônia Legal em 2020</i>	33
Mapa 2 <i>Mapa geográfico da Amazônia</i>	76
Mapa 3 <i>Amazônia Legal</i>	77
Mapa 4 <i>Amazônia</i>	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 <i>Jornal Liberal 1ª edição (JL1)</i>	108
Quadro 2 <i>Jornal Tapajós 1ª edição (JT1)</i>	109
Quadro 3 <i>Livro de códigos</i>	112
Quadro 4 <i>Reportagens sobre a operação Amazônia Viva divulgadas no JL1</i>	158
Quadro 5 <i>Reportagens sobre Operação Amazônia Viva</i>	162

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	<i>Ocorrência de desflorestamento por estado da ALB em 2021</i>	84
Tabela 2	<i>Comparação das edições veiculadas</i>	103
Tabela 3	<i>Total de edições observadas do J8</i>	105
Tabela 4	<i>Estados que contribuíram com o desmatamento</i>	156

INTRODUÇÃO

O que acontece na Amazônia impacta o mundo, e o que acontece no mundo impacta a Amazônia. Dessa maneira, o futuro do clima mundial depende, em boa parte, dos fenômenos registrados na maior floresta tropical do planeta. Concordando com Sousa (2019), cuja afirmação é categórica: sem Amazônia, não haverá planeta.

A extensa floresta amazônica, localizada na porção centro-oriental da América do Sul, cortada pelo Equador terrestre, tem clima quente e úmido e é coberta por uma densa selva tropical úmida, banhada por uma intrincada e extensa bacia hidrográfica que tem o rio Solimões-Amazonas como eixo principal. É habitada por uma população constituída basicamente por indígenas e/ou caboclos e caboclas e abriga riquezas culturais e naturais incalculáveis. No Brasil, está concentrada boa parte dessa floresta, denominada Amazônia Legal. Atualmente, esse território ocupa 5.015.068,18 km², correspondentes a cerca de 58,9% do território brasileiro, que no total soma 8.510.295,914 km². (IBGE, 2021).

Qual a imagem da Amazônia transmitida pela imprensa eletrônica (telejornalística) da contemporaneidade, e em que medida essa imagem está contaminada pelos resquícios dos relatos dos antigos descobridores europeus, que foram os primeiros estrangeiros a entrar nessa floresta? Eis o questionamento que conduz a presente pesquisa.

Na atualidade, em vez de relatos de cronistas-viajantes, é a imprensa que distribui informações acerca da Região. De acordo com o relatório de consumo de mídia entre as comunidades excluídas da América Latina, em 2021¹, 78% dos brasileiros assistiam a pelo menos um noticiário por dia na televisão. No que se refere à mídia impressa, o relatório mostra uma queda acentuada no número de leitores: em relação à pesquisa do ano anterior (2020), 80% a mais de latino-americanos afirmaram, em 2021, que nunca leram jornal impresso. O rádio também teve queda de consumo: um em cada quatro latino-americanos disseram nunca utilizar este meio para obter notícias. Para esta investigação, foram eleitos quatro telejornais como unidades de seleção para compor este estudo, de cada um dos quais se traça a seguir uma breve descrição, e serão estudados em

¹ Relatório Media Consumption Latam Report 2021. Disponível em: <https://www.sherlockcomms.com/pt/consumo-midia-latam/>

tópico específico. A Amazônia é formada por diferentes protagonistas e sociedades distintas, portanto, não pode ser analisada de um único ponto de vista; está aí a justificativa para a escolha de quatro diferentes telejornais de dois países: Brasil e Portugal.

Uma maior visibilidade à questão ambiental é outra preocupação mundial que faz com que a Amazônia seja terreno fértil para reportagens jornalísticas. Atualmente, a implantação de grandes projetos na área de geração de energia elétrica é outro fator que faz com que a Região esteja no centro das atenções jornalísticas. Exemplos mais recentes foram registrados nos anos de 2019, 2020 e 2021, quando o aumento das queimadas e dos desmatamentos ocupou maior espaço na imprensa, que publicizou dados, como os divulgados pela ONG Observatório do Clima. Em 2021, o desmatamento na Amazônia atingiu 13.235 km², um aumento de 22% em relação ao ano de 2020.

A presença da Amazônia na imprensa durante a década 1970 foi marcada pelo alerta da destruição das florestas em decorrência da implantação de grandes projetos de desenvolvimento na Região. Um exemplo foi o plano “oficial” de ocupação da região ao longo da Rodovia Transamazônica, a BR-230, onde foram assentadas 6 mil famílias por meio do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), criado para este fim (Costa, 2008). Foi às margens dessa rodovia que esta pesquisadora viveu a infância, cujas memórias remetem ao insistente barulho das serras manuais (motoserras) operadas por seu pai e boa parte de sua adolescência, da qual guarda lembranças de embates sobre a disputa de terras na região.

O “Dia do Fogo” (10 de agosto de 2019), denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da cidade de Santarém (Pará), considerado como o estopim para a elevação dos índices das queimadas naquele ano, foi fator relevante de acirramento da tensão ocorrida na Região, o que intensificou a presença da Amazônia na pauta nacional e até internacional, levando esses temas a ocupar boa parte da cobertura telejornalística da imprensa brasileira e mundial sobre a Região, à época. As autoras Braga e Marinho (2021) abordam a cobertura do fenômeno nos jornais *Folha de S. Paulo* (Brasil) e *O Público* (Portugal) e buscam compreender as narrativas sobre esse dia: “o caso conhecido como Dia do Fogo foi narrado pelos *média*, cujos discursos revelaram não apenas

representações da realidade, mas também ações desenvolvidas em função de estratégias culturais em contexto” (Braga & Marinho, 2021, p. 57).

Ao narrar, os jornais se colocam como espaço de exposição dos atos cotidianos de uma cidade, de um estado, de uma região e, por meio desses textos, imprimem a história na memória coletiva de um povo (Seixas, 2021). A tese da autora é a de que os atos enunciativos dos jornais, mesmos os menores, no século XIX, iniciaram o processo para a construção de uma ideia de Amazônia. Em consonância com essa premissa, esta investigação considera que, na atualidade, esse papel esteja sendo desempenhado pelos telejornais, sejam os de veiculação nacional ou os regionais, no Brasil ou fora do país.

O JL1 é produzido na capital do estado do Pará, Belém, e transmitido na faixa das 12h, com 1 hora de duração, de segunda-feira a sábado, pela TV Liberal. A apresentadora é a jornalista Priscilla Castro. A emissora faz parte da Rede Liberal de Comunicação e foi inaugurada em 27 de abril de 1976. Opera no canal 7 (21 UHF digital) e é afiliada à TV Globo. Pertence à Rede Liberal, rede de emissoras de propriedade do Grupo Liberal, sendo a cabeça de rede para todo o estado² (exceto na área de atuação da TV Tapajós).

O JT1³ é produzido na terceira mais importante cidade do estado do Pará, Santarém, e transmitido na faixa das 12h, com 1 hora de duração, de segunda-feira a sábado, pela TV Tapajós, afiliada à Rede Globo de Televisão. A emissora foi fundada em 26 de maio de 1979. Opera no canal 4 (UHF 4.1 digital). A apresentadora e gerente de jornalismo da emissora é Débora Rodrigues. Pertence ao Sistema Tapajós de Comunicação (STC), sendo cabeça de rede para quase 20 municípios da região Oeste do Pará.

A televisão regional paraense também integra este estudo com o intuito de compreender o olhar lançado sobre a região por aqueles que aqui vivem. O caminho escolhido para isso foi a seleção de reportagens publicadas em dois diferentes telejornais veiculados em duas cidades do estado do Pará (Belém e Santarém) que abordam a Operação Amazônia Viva, criada pelo Governo do Estado do Pará com objetivo de

² Fonte: <https://redeglobo.globo.com/pa/tvliberal/45anos/noticia/tv-liberal-completa-45-anos-e-voce-e-a-nossa-melhor-historia.ghtml>

³ Fonte: <https://negocios8.redeglobo.com.br/programas/paginas/jornaltapajos1edicao.aspx>

combater crimes ambientais na Amazônia paraense. O período amostral selecionado corresponde ao segundo semestre de 2020. A escolha coincide com a data de criação da operação. Até a realização desta investigação, nenhuma pesquisa sobre este tema específico havia sido realizada.

O JN é o principal telejornal da Rede Globo de Televisão, a emissora de maior audiência do Brasil. Foi o primeiro programa jornalístico do país a ser veiculado em rede nacional. Criado em setembro de 1969, é veiculado na faixa das 20h, com cerca de 1h de duração, de segunda-feira a sábado. Atualmente, é apresentado pela dupla de jornalistas William Bonner e Renata Vasconcelos.

O J8 é veiculado pela TV Independente (TVI) de Portugal, com cerca de 1 hora e 30 minutos de duração e é veiculado de segunda-feira a domingo. A TVI foi fundada em fevereiro de 1993, já foi um canal pertencente à Igreja e passou por uma grande reformulação no início dos anos 2000. Segundo canal privado a ir para o ar, apesar de ter sido reconhecida pela transmissão de programas de entretenimento, a TVI transmite o J8.

Aquilo que entendemos hoje como Amazônia foi sendo construído ao longo dos séculos por meio de visões, imagens, imaginários e relatos, representações e narrativas que partiram, em sua maioria, de olhares externos. Na contemporaneidade, esse papel vem sendo representado por meio do que foi/é divulgado nos veículos de comunicação, em especial os jornalísticos, cujo papel multiplicador é reconhecidamente importante. Esse papel é representado de forma eficaz pela televisão, cuja penetração é maior em relação a outros meios de comunicação entre os telespectadores do Brasil, conforme já foi mostrado acima.

Não existe uma, mas várias Amazônias (Gonçalves, 2001) que foram inventadas por meio de relatos sobre a região (Gondin, 2019). Ao longo dos séculos, esse território vem sendo retratado por múltiplas narrativas (Fernandes et al., 2021). Em contraposição ao que afirma Gondin (2019), Paulino (2020) fala em *desinvenção* da Amazônia.

Os relatos coloniais, entre eles o de Carvajal, uma das crônicas utilizadas neste estudo, usam uma linguagem para mediar a ação missionária da conquista (Sousa, 2019). Os naturalistas do século XVIII redescobriam e renomeavam as paisagens ao redor do mundo, dando-lhes uma nomenclatura científica (Tavares, 2020). Paradoxalmente, a Amazônia poder ser vista como uma visão do paraíso (Holanda, 2000), ou um inferno

verde, conforme Rangel (2001), que escreve relatos mais atuais. Já foi considerada um “vazio demográfico” pelos primeiros que aqui chegaram, termo que tem sido contestado por autores como Steinbrenner (2007), Sousa (2019), Gonçalves (2001).

Compreender o processo de formação dessa narrativa constituída sobre a Amazônia é condição necessária para a construção de um novo/outro olhar sobre a sua diversidade, seu ambiente, sua natureza e cultura. Estabelecer esse olhar a partir de dentro, ou seja, feito por quem vive na Região, está entre os fatores que impulsionaram esta pesquisa, já que a autora vive na Amazônia, na cidade de Santarém (Pará).

D’Castro (2021) propõe uma reavaliação das pautas sobre a Região. Por meio da análise de dois telejornais locais de Manaus, capital do estado do Amazonas (AM), o autor conclui que é preciso “reinventar o jornalismo feito na Amazônia” (2021, p. 120) e levanta a seguinte discussão: é necessário entender a importância do que ele classifica como “nossa maior pauta: a Amazônia”. Perceber como a pauta “Amazônia” é narrada por telejornais regionais do Pará, além do JN e do J8, é um dos propósitos deste trabalho.

A campanha desenvolvida pelo Governo Federal com os lemas “Integrar para não entregar” e “Terra sem homens para homens sem terra” trouxe para a Região, principalmente, nordestinos assolados pelas grandes secas de 1969 e 1970. Esse foi um dos motivos que fez com que, em 1972, a família do avô paterno desta pesquisadora deixasse o estado do Ceará em direção à Amazônia, mais especificamente à cidade de Almeirim (PA), homônima da Almeirim de Portugal, aquela localizada na região denominada de Baixo Amazonas, no Oeste do estado, onde ele se estabeleceu até morrer.

Foi a partir de informações divulgadas nos telejornais que fenômenos ocorridos nesta imensa floresta chegam à maioria da população se considerarmos a inclusão da televisão entre os consumidores de mídia, apontada pelos relatórios de institutos como Kantar Ibope Média, que embasam dados sobre audiência utilizados ao longo desta investigação. Nos últimos três anos, uma nova narrativa vem sendo criada sobre a região: a de que o desmatamento é um preço a ser pago pelo seu desenvolvimento (Oliveira & Siqueira, 2022).

Para compreender a questão inicial proposta, o objetivo geral deste estudo é investigar as narrativas sobre a Amazônia nos relatos dos primeiros viajantes europeus (espanhóis e portugueses) ao desembarcarem na Região (cronistas viajantes) e em

narrativas contemporâneas, por meio da análise dos enquadramentos noticiosos das reportagens (unidades de análise) publicadas em telejornais de Portugal e do Brasil, tendo como unidades de seleção: o Jornal das 8 (J8), de Portugal; o Jornal Nacional (JN), da Rede Globo; o Jornal Liberal (JL1), da TV Liberal (Belém); e o Jornal Tapajós (JT1), da TV Tapajós (Santarém), estes dois últimos veiculados no estado do Pará, que faz parte do território da Amazônia Legal Brasileira (ALB), composta por nove “estados-nações”, formados por centenas de etnias, diversos grupos sociais de interesse nacional e internacional (Sousa, 2019). Parece bastante adequado comparar os estados que compõem a ALB como nações dentro da nação Brasil, levando-se em conta a sua diversidade cultural. O leitor mais atento vai perceber que entre Manaus e Belém há diferenças não só regionais, mas também no modo de falar, de comer, de vestir-se e divertir-se. Fora do estado do Amazonas, os bois de Parintins são muito conhecidos, em alguns casos até mais que em Belém. Esse fato é constatado pela experiência da autora, que morou na cidade de Belém por dez anos e no estado do Paraná por sete. O recorte espacial adotado para esta investigação leva em conta a ALB.

Para alcançar esse objetivo geral foram seguidos os específicos detalhados a seguir:

- I. Descrever a imagem da Amazônia colonial nos relatos dos cronistas das Descobertas (séculos XVI e XVII) e nos escritos dos cronistas viajantes, principalmente europeus (espanhóis e portugueses) dos séculos XVIII, XIX e XX;
- II. Mapear os enquadramentos da cobertura jornalística sobre a Amazônia em telejornais de Portugal e do Brasil e em mais dois telejornais regionais de emissoras afiliadas da Rede Globo de Televisão que são veiculados na Amazônia, em diferentes cidades (regiões) do estado do Pará;
- III. Analisar os contrastes e as semelhanças nos enquadramentos do J8 (Portugal) e do JN (Brasil) na cobertura sobre a Amazônia Legal Brasileira;
- IV. Identificar as principais abordagens da cobertura ambiental sobre a Amazônia nos telejornais J8, JN, JL1, JT1.

Este estudo tem como fundamento quatro hipóteses descritas a seguir:

H1: O imaginário atual sobre a Amazônia é tributário do imaginário sobre a região construído pelos relatos dos seus primeiros cronistas;

H2: Os enquadramentos discursivos sobre a Amazônia no presente repetem os enquadramentos já evidenciados nos relatos dos cronistas dos Descobrimentos;

H3: Passados 500 anos sobre a descoberta da Amazônia, novos imaginários sobre a região foram produzidos, refletindo-se nos enquadramentos propostos pelas narrativas contemporâneas;

H4: O senso comum refletido nas narrativas contemporâneas sobre a região é conflitante, parcial e complexo (Slater, 2015).

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, apontam-se a seguir as perguntas de investigação:

- I. As narrativas sobre a região amazônica, construídas ao longo de, pelo menos, quatro séculos, a partir das imagens reproduzidas pelas crônicas dos Descobrimentos, têm relação com os relatos da mídia jornalística da atualidade?
- II. As notícias jornalísticas contemporâneas propõem-se a uma nova (re)descoberta da região, a exemplo do que fizeram os primeiros cronistas?
- III. Em que medida as imagens transmitidas pela crônica jornalística da atualidade sobre a Amazônia reproduzem as representações presentes nos relatos dos cronistas viajantes europeus?
- IV. Quais imagens criam e definem as narrativas sobre Amazônia? Essas imagens veiculadas em textos das reportagens telejornalísticas são um novo modo de ver e pensar a realidade da Região?

- V. Quais narrativas sobre a Amazônia são apresentadas por meio das reportagens telejornalísticas quando o assunto é meio ambiente?
- VI. Qual a imagem que descreve a Amazônia repassada a partir das notícias telejornalísticas?
- VII. Qual veículo dá mais visibilidade ao tema Amazônia: os brasileiros ou os de fora do Brasil?
- VIII. Quais são as fontes ouvidas e quais tiveram mais espaço?
- IX. Quais são os temas mais recorrentes abordados pela cobertura dos telejornais brasileiros? E pelos estrangeiros?
- X. Quais eram as mensagens sobre a Amazônia que os cronistas europeus queriam que chegassem à corte portuguesa e, hoje, qual a mensagem sobre a Região que os telejornais querem transmitir ao mundo e ao Brasil?
- XI. Quais os traços histórico-sociais da Amazônia presentes nos textos das notícias dos telejornais? Esses traços têm relação com os primeiros relatos sobre a Região produzidos pelos europeus?
- XII. Quais os principais temas sobre a Amazônia que são agendados nos telejornais analisados?
- XIII. Quais tipos de enquadramentos podem ser identificados nos telejornais analisados? Eles diferem nos telejornais regionais em relação ao nacional? E quanto ao telejornal internacional analisado?

XIV. Esses enquadramentos oferecem contribuições para ampliar a noção sobre Amazônia a partir dessas notícias veiculadas sobre a Região ou reforçam noções historicamente construídas ao longo de cinco séculos?

Um consenso entre os geógrafos dá conta de que identificar uma região é muito mais que sugerir uma porção do território num mapa ou como a descrevem os livros didáticos. Uma região é sempre uma complexa construção geopolítica (Becker, 2005). Sendo assim, é possível afirmar que a Amazônia é um território a ser decifrado, no caso deste estudo; para tal, levam-se em conta as narrativas transmitidas por meio de notícias veiculadas em telejornais. A geopolítica é definida por Becker (2005) como o campo do conhecimento que analisa a relação entre poder e espaço geográfico. Para a autora, foi essa relação que fundamentou o povoamento da Amazônia:

[...] desde o tempo colonial, uma vez que, por mais que quisesse a Coroa, não tinha recursos econômicos e população para povoar e ocupar um território de tal extensão. Portugal conseguiu manter a Amazônia e expandi-la para além dos limites previstos no tratado de Tordesilhas, graças a estratégias de controle do território (Becker, 2005, p. 71).

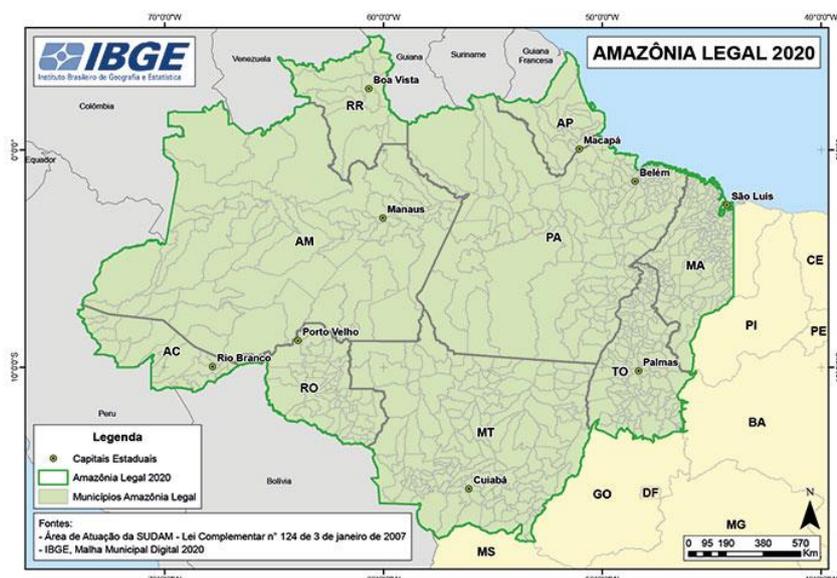
O recorte regional adotado para este trabalho limita-se ao conceito de “Amazônia Legal”, região legalmente constituída e que abrange nove estados brasileiros (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Roraima e Rondônia), correspondendo à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Foi criada pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, conforme o artigo 2º:

A região é composta por 772 municípios distribuídos da seguinte forma: 52 municípios de Rondônia, 22 municípios do Acre, 62 do Amazonas, 15 de Roraima, 144 do Pará, 16 do Amapá, 139 do Tocantins, 141 do Mato Grosso, bem como por 181 municípios do Estado do Maranhão situados a oeste do Meridiano 44º, dos quais 21 deles estão parcialmente integrados na Amazônia Legal (IBGE, 2021).

Em 2020, conforme mapa reproduzido a seguir, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atualizou os limites de municípios, sem mudança nas divisas dos estados e fronteiras internacionais. A última atualização tinha sido feita em 2019, conforme informação no site do IBGE, também sem alterações em seus limites.

Mapa 1

Amazônia Legal em 2020



Nota. Esta foi a sua última atualização. Fonte: IBGE (2021).

Para decifrar a Amazônia, hoje, é preciso voltar no tempo e perceber como a Região surgiu, foi criada e, sobretudo, ocupada pelos que aqui primeiro estiveram. Alguns historiadores consideram que o Brasil foi simbolicamente “inventado” pelos viajantes-cronistas portugueses ao nomearem os locais a que chegavam (Gondim, 2019). Da mesma forma, a denominação de *Amazônia* resulta dessa “invenção” pelos europeus (Paulino, 2020).

Gondim (2019) demonstra de que maneira e por quais meios o nome foi uma *invenção*. A visão inicial oferecida pelos cronistas viajantes fundamentou o “estoque” de informações que vieram a seguir, sempre robustecidas pelo dualismo “inferno/paraíso”.

Os séculos podem variar e os cronistas serem originários das mais diferentes nacionalidades, no entanto, diante do rio e da mata amazônicas, quase genericamente nenhum se isentou de externalizar sentimentos que variavam do primitivismo pré-edênico aos infernismo primordial (Gondim, 2019, p. 95).

Raros e recentes são os relatos, como o de Lange (1914), que percorreu a região “desconhecida” do Baixo Amazonas, teve contato direto com cientistas locais e descreveu, ainda que sem deixar de lado o olhar “eurocêntrico”, a cidade de Belém,

capital do Pará, de onde partiu a sua expedição em direção ao Oeste do estado, porção da Região na qual esta pesquisa se propõe a deter.

Agora que descrevi todo o círculo panorâmico, resta apenas a cidade moderna ao norte do nosso navio; docas de cimento e grandes armazéns de ferro constituindo o “Porto” do Pará, construído por empresas estrangeiras e indicando a necessidade absoluta de atividade estrangeira aqui para inaugurar (Algot, 1924, p. 2, tradução livre da autora).

Slater (2015) afirma categoricamente:

As imagens de hoje da Amazônia têm raízes parciais nos primeiros cronistas coloniais que alternam entre visões da região como uma natureza paradisíaca, cheia de maravilhas, e um inferno terrestre que pune intrusos presunçosos (Slater, 2015, p. 4).⁴

Para Quijano (2005, p. 126), o que entendemos como Amazônia hoje é resultado da construção de um olhar “eurocêntrico colonial”, predominante na América Latina:

Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental, antes de meados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (Quijano, 2005, p. 26).

Ao analisar mais detidamente a expressão “Terra à vista”, que, para Orlandi (1990, p. 15), inaugura os enunciados sobre o Brasil, a autora ressalta os efeitos de sentido que até hoje nos “submetem ao espírito de colônia”.

O princípio talvez mais forte da constituição do discurso colonial, que é o produto mais eficaz do discurso das descobertas, é reconhecer apenas o cultural e desconhecer (apagar) o histórico, o político. Os efeitos de sentido que até hoje nos submetem ao “espírito” de colônia (singulares), a-históricos (Orlandi, 1990, p. 15).

Ao questionar a quase sempre considerada imagem de “vazio demográfico” da Amazônia, Steinbrenner (2007) afirma que as ideias defendidas sobre a região podem

⁴ Tradução livre da autora: “Today's images of Amazonia have partial roots in early colonial chronicles that flip between visions of the region as a paradise-like nature full of marvels and an earthly hell that punishes presumptuous intruders” (Slater, 2015, p. 4).

levar ao pensamento “em paralelo”, a uma “desumanização espacial”. Concordando com essa autora, Sousa (2019, p. 36) considera em sua obra que a “Amazônia não era um vazio demográfico”.

A floresta surge como atributo máximo de classificação da Amazônia, o que por si só reforça, em paralelo, a ideia de desumanização do espaço, traduzida, por exemplo, na noção emblemática do “vazio demográfico (Steinbrenner, 2007, s/p).

Em 2008, a professora Luciana Miranda Costa, da Universidade Federal do Pará (UFPA), com sede em Belém, publicou artigo em que analisa a cobertura da imprensa brasileira sobre desmatamentos e queimadas no período de três décadas (Costa, 2008). O trabalho apresenta elementos que confirmam a mídia como “agente multiplicador” das informações atuais sobre a Amazônia e ratifica o papel do Estado e das políticas públicas como agentes causadores dos problemas ambientais na Região. O trabalho traz uma abordagem específica sobre o discurso jornalístico para cada década, ressaltando: “[...] a colonização e o desmatamento (década de 1970); o receio sobre a internacionalização e o corte em financiamentos internacionais para grandes projetos (década de 1980), o destaque midiático para a Rio 92 (década de 1990) e o olhar verde da imprensa neste novo século” (Costa, 2008, p. 49).

A autora analisa matérias jornalísticas dos principais veículos impressos brasileiros e alguns estrangeiros, como o jornal americano *The New York Times* e a revista *Newsweek*. Entre as conclusões, estão: a predominância do caráter descritivo e factual e os órgãos governamentais como fonte principal de informação, além do aparecimento em papel secundário de “pequenos agricultores”, “índios” e “madeireiros”.

Quase duas décadas depois desse estudo, a Amazônia figura novamente nas manchetes dos principais jornais impressos e nas reportagens televisivas. Como já dito anteriormente, em 2021 houve um aumento de 22% no índice dos focos de queimadas na Região, em relação ao ano anterior. Ao mesmo tempo, registrou-se uma redução significativa nas fiscalizações. Esses dados são da organização não governamental (ONG) Observatório do Clima, publicados em 2022 no relatório *A Conta Chegou: o terceiro ano de destruição ambiental sob Jair Bolsonaro*.⁵

⁵ Disponível em: Observatório do Clima | A conta chegou – O terceiro ano de destruição ambiental sob Jair Bolsonaro, consultado em 2/4/2022.

Um dos mais completos trabalhos já elaborados no Brasil sobre a presença da Amazônia na mídia é o de Dutra (2009), no qual o autor faz uma análise densa de enunciados televisivos sobre a Região, explicitando a ação de sujeitos produtores, seus contextos e considerando a Amazônia campo de “embates por sentidos”:

É esta Amazônia campo de embates por sentidos que nos interessa a fim de explicitar a ação de sujeitos produtores daquela polaridade, seus contextos, a historicidade dos relatos, o imaginário que transforma e reitera os elementos constitutivos dos discursos posicionados ideologicamente, e que são, no presente, recuperados de modo eficaz pelos sistemas de produção midiática (Dutra, 2009, p. 14).

A eficácia dos sistemas de produção midiática, para Dutra (2009, p. 15), é reiterada pela manipulação do discurso televisivo, que mistura ingredientes que serão transformados em outros produtos, “[...] aqui entendida mais ou menos como a ação do boticário ao misturar ingredientes que são transformados num outro produto, objetivando um fim”. Essa alquimia resulta nas diversas noções sobre a Amazônia, assim descritas pelo autor:

As noções de exuberância de recursos e de insignificância humana compõem o eixo de uma lógica que dá passagem e legitima uma multiplicidade de discursos que se atualizam, recuperando e repetindo aquelas velhas cristalizações, ou seja, de que a Amazônia, tal como construída na mídia, pelos recursos que a representam, estaria deixando de ser uma mera *disponibilidade* para se tornar uma *indispensabilidade* (Dutra, 2009, p. 234, grifos do autor).

Rego (2015) discute o papel da mídia na construção do imaginário sobre a Amazônia, mas considera as imagens relativas à percepção de teóricos contemporâneos, o que, na essência, difere-se desta proposta de estudo, que lança seu olhar sobre os cronistas descobridores e sobre a televisão. A argumentação do autor atesta que a forma como a Amazônia é percebida atualmente ainda está impregnada de “conceitos”, “juízos”, “símbolos”, “mitos” e “valores” da civilização europeia. Neste ponto, as ideias defendidas pelo autor convergem com as que estão em foco nesta investigação.

Durante a pandemia de covid-19, as tecnologias de acesso à informação evoluíram quase uma década. Entre os avanços detectados pela pesquisa “Tendências e Previsões de Mídia 2021”, lançada em novembro de 2020 pela Kantar Ibope Mídia, está o aumento do consumo de conteúdo na TV, que registrou recordes de audiência. No Reino Unido, por exemplo, a audiência subiu 17%, em contraposição ao que ocorria em todo o resto do

mundo no início dos anos 2000, quando eram registradas quedas significativas no número de telespectadores. Esses estudos demonstraram também um aumento do tempo médio individual na frente da TV em todas as regiões do Brasil, com tendência de crescimento na região Norte (Abert, 2020; Kantar Ibope, 2020; Kantar Ibope, 2021).

Mesmo antes desse cenário pandêmico, e a despeito daqueles que deixaram de assistir à TV aberta por motivos ideológicos ou por opção de acesso a outro meio, nota-se a importância da TV como fonte de entretenimento e informação de significativa parcela da população brasileira. A Pesquisa Brasileira de Mídia (PMB/Ibope Mídia), encomendada pela Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM) do Governo Federal, apresentou dois relatórios entre os anos de 2015 e 2016 sobre o consumo de mídia no país. Constatou-se que as pessoas ouvidas permaneciam, em média, três horas em frente à TV, hábito que levou durante muito tempo a TV a ter o monopólio da informação. Atualmente, com a internet, esse acesso está mais capilarizado, porém o veículo ainda é o principal meio de informação de boa parte da população, de acordo com os relatórios citados. Recentemente, as plataformas digitais também começaram a ser anunciadas na TV aberta (SECOM, 2015; SECOM, 2016).

Mesmo com acesso à internet cada vez maior, a televisão ainda continua na preferência, pois junta a informação e o entretenimento, conforme afirma Sartori (2001). Ao estudar o tema, há algumas décadas, o autor já trazia, como questão de fundo, que o vídeo está transformando o *Homo sapiens*, que foi forjado na cultura escrita, em *Homo videns*, para o qual a palavra vem sendo substituída pela imagem: “Tudo se torna visualizado” (Sartori, 2001, p. 8). Considero este estudo ainda atual quando o autor faz a seguinte afirmação:

A televisão se destaca por uma coisa: é ao mesmo tempo entretenimento, distração e diversão [...], ela cultiva o *Homo ludens*. Mas, ao invadir toda a nossa vida, a televisão se afirma como uma espécie de demiurgo. De fato, após “formar” as crianças, ela continua formando, ou pelo menos influenciando, os adultos mediante a informação (Sartori, 2001, p. 49).

A televisão ainda tem papel relevante na construção social da realidade, apesar da grande influência das redes sociais.

De acordo com o IBOPE, os telejornais representam o segundo maior motivo de comentários das redes sociais, perdendo apenas para as telenovelas. Ou seja, o

telejornalismo e suas novas configurações representam uma das principais fontes de informação de nossa sociedade (Sena, 2015, p. 31).

Sendo a TV um veículo que contribui sobremaneira nessa construção social, para compreender como o veículo e os noticiários televisivos se reinventam na atualidade, Becker (2016) afirma que:

As formas de produzir e consumir televisão transformaram-se de maneira expressiva no cenário midiático contemporâneo e produzem incertezas num mercado no qual a TV generalista foi o meio mais poderoso e influente da história da comunicação, para o qual convergiam interesses muitas vezes conflitantes entre distribuidores, produtores, anunciantes, fabricantes e consumidores (Becker, 2016, p. 56).

Importante ressaltar aqui o que afirma Bourdieu (1997, p. 17): “Ser, é ser percebido na televisão”; o que leva à questão central deste trabalho, que reside, justamente, no esforço de analisar a representação de Amazônia na televisão. Ao debater sobre a importância de se estudar a televisão na Amazônia, Neves (2015) afirma que:

Entender as condições de possibilidades históricas da chegada da televisão à Amazônia é significativo para entendermos as relações de poder em que as emissoras estão envolvidas e os enunciados que colocam em circulação sobre os povos indígenas na atualidade. Este acontecimento se inscreve numa história descontínua, complexa, que retoma memórias ligadas ao sistema colonial, mas também projeta estas redes de memória para o futuro (Neves, 2015, p. 09).

E, ainda, deve-se ressaltar que o debate na TV é essencial nas sociedades democráticas: “Nas sociedades democráticas, os telejornais promovem debates nacionais sobre os destinos sociopolíticos, econômicos e culturais em diferentes países, colaborando para o entendimento da nação e para interações entre grupos diversos” (Becker, 2016, p. 70).

Esse veículo também pode “ocultar mostrando” assuntos que levariam a uma reflexão sobre as condições sociais e temas contemporâneos fundamentais para a sobrevivência da vida em sociedade: “A realidade é projetada pela imagem e pela palavra de forma teatralizada, moldada em ilhas de edição, onde os cortes e as sequências de plano são orientadas pelo critério da supervalorização” (Pena, 2002, p. 28).

Tanto para enfatizar a normalidade ou anormalidade, a notícia norteia os “consensos”. Deste modo, “ao lidar essencialmente com o que é inesperado, incomum ou

perigoso, o jornalismo acaba indicando o que seria socialmente desejável, normal ou adequado” (Benetti, 2007, p. 110).

Conforme Pena (2002), a TV possui grande força para impulsionar o debate público sobre temas sociais. Para Leal Filho (2006), as questões já vêm prontas, com objetivos claros que vão desde reforçar o conservadorismo até combater uma transformação do indivíduo: “A televisão rouba, dessa forma, o direito à reflexão e a transformação do próprio indivíduo e da sociedade” (Leal Filho, 2006, p. 114). Ambos concordam que na TV há pouco espaço destinado para a reflexão. O fato não impede que traga à discussão temas, fontes, notícias que, em geral, ampliam os debates.

Para Ugarte (*cit. in* Rego, 2015), foi durante o processo de conquista colonial que a Amazônia se tornou uma das “margens” do Novo Mundo. O rio Amazonas, por exemplo, no início da colonização, era representado na forma de uma gigantesca serpente. O autor esclarece que [imagens mentais eram transformadas em imagens formais, isto é, em gravuras, feitas por especialistas, que ilustravam folhetins, livros e mapas] e considera que essas imagens são percebidas até hoje (Ugarte, 2003 *cit. in* Rego, 2005).

Para Ugarte (2021), autor da primeira tradução completa para a língua portuguesa da primeira versão do “testemunho” de Frei Gaspar de Carvajal, sua importância está por ser, além de uma tradução linguística, uma tradução cultural.

A narrativa desse dominicano espanhol do século XVI torna-se para nós, de outra época e de outra formação sociomental, um meio para a compreensão da visão de mundo (com seus termos /conceitos e valores éticos-morais) que ele e muitos dos seus contemporâneos, conterrâneos ou não, eram portadores; e dessa visão de mundo, inadvertidamente, ele se tornou porta-voz com seu testemunho (Ugarte, 2021, p. 203).

Sobre a repercussão da viagem, Ugarte (2021) afirma que, antes da corte espanhola, foram os italianos que receberam primeiro a notícia sobre a viagem pelo rio Marañón. Foi o veneziano Pietro Bembo que recebeu de Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdés uma carta datada de 20 de janeiro de 1543.

Na referida missiva, Gonzalo Oviedo revelou sua surpresa e, ao mesmo tempo, seu entusiasmo com o que relataram Francisco de Orellana e seus ex-comandados, resumindo os conteúdos que já se encontravam redigidos, contemporaneamente, dos futuros capítulos II, III e IV do Livro XLIX da Terceira Parte de sua grande obra. [...] Em tom de maravilhamento, Gonzalo Oviedo não deixou de informar

ao ilustre correspondente o imenso percurso da navegação realizada por aqueles desbravadores; [os espanhóis] (Ugarte, 2021, p. 30).

O grande número de relatos, crônicas que ajudaram a construir o que hoje conhecemos como Amazônia, resultou daquilo que eles escreveram. Podemos citar nomes como o de Gaspar de Carvajal (1542).

Frei Gaspar de Carvajal foi, também, um tradutor cultural, uma vez que precisou tornar familiares, para si mesmo e para seus potenciais leitores, os elementos estranhos da imensa região percorrida por ele e seus companheiros, capitaneados por Francisco de Orellana, entre finais de dezembro de 1541 e fins de agosto de 1542, região esta que conhecemos sob o nome de Amazônia (Ugarte, 2021, p. 203).

Fazem parte deste grupo também: Cristóbal de Acuña (1639), M. Jiménez de La Espada (1638-1639), Alonso de Rojas (1638), Laureano de La Cruz (1653), Maurício de Heriarte (1662), Samuel Fritz (1686-1723), João Filipe Bettendorff (1698), Bartolomeu Rodrigues (1714), Jacinto Carvalho (1719), João Daniel (1757-1767), Charles-Marie de La Condamine (1743), Henrique João Wilckens (1781), Alexandre Rodrigues Ferreira (1786-1787), Johann Baptist Von Spix e Carl Friederich Philipp Von Martius (1819-1820). Um levantamento completo com referências sobre esta época consta em Porro (2007). França (2012) também realizou extenso levantamento sobre a presença de cronistas viajantes no Brasil colonial. A obra desses dois importantes autores, bem como as dos outros citados acima, está entre as apresentadas no segundo capítulo deste trabalho.

A centralidade da região amazônica no cenário global da história do Brasil é o eixo da obra de Ugarte (2009). Durante sua “marcha empreendedora” pela região, os descobridores/conquistadores não descreveram apenas elementos do mundo natural. “No ‘paraíso’ desejado por muitos, ou no ‘inferno’ vivido por outros, os adventícios europeus encontraram, também muitos e variados grupos humanos, *em* ou *por* cujos assentamentos aqueles estiveram ou passaram” (Ugarte, 2009, p. 387, grifos do autor). A “ilusão do primitivismo” é ideia debatida por Carneiro da Cunha (1992).

Sabe-se pouco da história indígena: nem a origem, nem as cifras de população são seguras, muito menos o que realmente aconteceu. Mas, progrediu-se, no entanto: está mais clara a extensão do que não se sabe” [...]. Em suma, o que hoje é hoje o Brasil indígena são fragmentos de um tecido social cuja trama, muito mais complexa e abrangente, cobria provavelmente um território como um todo. (Carneiro da Cunha, 1992, pp. 11–12).

Na contemporaneidade, as narrativas são construídas em boa parte pela imprensa, como o questionamento de Seixas et al. (2021): como os jornais paraenses apresentavam o Pará para seus leitores, em especial na segunda metade do século XIX? Nesse período, os jornais do Pará já traziam em suas narrativas, mesmo os menores e de fora do eixo da capital, uma ideia de região amazônica. Já para Munaro (2021), o uso da expressão *amazônica* aparece bem consolidado, em 1880, em Belém.

Entre as amazônias que podem ser caracterizadas, Gonçalves (2001) destaca natureza imaginária, região periférica, questão nacional, vazio demográfico, reserva de recursos, terra de conflitos e como campo fértil para produção de energia e mineração. Cabe aqui ressaltar o questionamento a que se propõe responder este estudo: Qual é a imagem da Amazônia na mídia telejornalística atual?

Não há uma, mas várias amazônias, portanto, também não há uma imagem única capaz de refletir a região, em toda a sua complexidade (Gonçalves, 2001). Este estudo vai ao encontro deste autor, quando ele afirma que não existe uma única “visão verdadeira” do que seja a Amazônia:

A verdade do colonizador não é a mesma que a do colonizado; a verdade do minerador, do fazendeiro-pecuarista ou do madeireiro não é a mesma dos índios, dos caboclos, ribeirinhos e/ou extrativistas ou dos produtores familiares; a verdade dos militares ou a das grandes empresas estatais, nacionais e internacionais não é a mesma necessariamente dos garimpeiros, seringueiros, castanheiros, açazeiros, balateiros, retireiros ou dos trabalhadores rurais agroextrativistas. (Gonçalves, 2001, p. 16–17).

Rego (2015, p. 118) é categórico ao constatar que a mídia representa a Região com uma “visão mitológica e exótica da natureza [...] a urbanização mais recente da Amazônia, com seus diversos problemas sociais, pouco faz parte do mosaico das representações”. Para o autor, existe uma Amazônia diversa das imagens construídas desde fora e, ao mesmo tempo, persiste outra, exótica que aguça o interesse do mundo e da mídia em busca de paraísos terrestres (Rego, 2015).

É possível afirmar que a representação que a mídia brasileira transmite sobre a Amazônia não propicia que os receptores dessas mensagens tenham informações mais criteriosas sobre as realidades dessa extensa porção do Brasil, visto que as mensagens veiculadas acerca da Amazônia reduzem-se à ênfase posta sobre a natureza: paisagem homogênea, paraíso terrestre, vazio demográfico, reservatório de água, fonte de biodiversidade e pulmão do mundo. Há uma construção de imaginário que continua a perpetuar-se (Rego, 2015, p. 119).

Os meios de comunicação povoam o noticiário com informações baseadas em estereótipos que privilegiam o ambiente natural em detrimento das populações, concepções presentes nos estudos de Steinbrenner (2007), Dutra (2009), entre outros. Muitas vezes, as populações tradicionais são ainda representadas como meramente parte da paisagem ou aparecem com papel secundário, quando aparecem.

Pizzaro (2009, p. 8) considera que “La Amazonia es, entonces, una construcción discursiva” elaborada por meio de um pensamento externo a ela. Nesta pesquisa, o trabalho será feito por uma pesquisadora que nasceu, cresceu e vive na região amazônica, o que possibilitará um olhar a partir de dentro.

Elementos de uma mítica incluem-se nesse contexto à narrativa ficcional como em Rangel (2001) e o seu *Inferno Verde*. Sendo assim, a mítica e a realidade se misturam numa narrativa cinematográfica elaborada por norte-americanos e europeus na primeira metade do século XX.

Guarin (2012, p. 57) discute as representações sobre a Amazônia formadas, a partir desse cinema documental ou de ficção, por meio de um discurso de construção da “alteridade”:

Podemos [...] afirmar que esta historia singular de la Amazonía fue construida a partir de las imágenes y las representaciones que hicieron de ella quienes se adentraron en sus selvas con el propósito de “revelar sus secretos”, aunque esta sentencia y promesa no fue más que un eufemismo que escondía otras aspiraciones [...] Ocurrió así con los naturalistas decimonónicos, y fue así con los viajeros y exploradores del siglo XX. La selva fue conquistada primero en el imaginario, para luego ser sometida en la cruda realidad (Guarin, 2012, p. 57).

No artigo “O filme Amazônia Sociedade Anônima e os invisíveis da Região” (Oliveira, 2021), apresentado no XVI Seminário Internacional de Mídia, Cultura e Informação, a autora investiga a representação da Amazônia brasileira a partir dos elementos gerais que compõem a vinheta de introdução do filme *Amazônia Sociedade Anônima*, da Pindorama Filmes, exibido em 2015 pela Rede Globo de Televisão. Faz parte deste estudo a percepção que os habitantes da Região têm da sua representação na referida vinheta. A imagem de que a Região é um vazio de populações resulta de um olhar externo ou os moradores locais reforçam essa ideia?

Conclui-se, portanto, que, ao intitular o audiovisual com os termos *sociedade e anônima*, no primeiro momento, pode-se fazer inferência ao fato de querer chamar a atenção para a invisibilidade dos grupos humanos que habitam a Região, porém uma análise detalhada demonstra que a vinheta reforça essa invisibilidade.

Os resultados desse estudo permitem afirmar também que a representação de uma sociedade amazônica anônima, sem habitantes humanos, centrada em imagens de natureza, na exaltação da floresta e de outros recursos naturais, na qual seus moradores são invisibilizados, resulta não só de olhares exógenos, mas que também estão presentes nas falas de quem vive na Região. Com base no relato dos universitários ouvidos para a investigação, e considerando o binômio visibilidade/invisibilidade, percebe-se que os habitantes da Região reforçam as ideias reproduzidas pela vinheta.

Além do cinema, outra ferramenta que ajuda na construção das representações sobre a Amazônia são os telejornais, principalmente aqueles das emissoras que detêm a maior audiência (Kantar Ibope Media, 2021), como é o caso das que foram selecionadas para esta pesquisa, com sede no Brasil e em Portugal.

Para este estudo são consideradas as diversas modificações por que passam as representações sobre a Amazônia, em especial na virada do século XX para o XXI. Essas mudanças ocorrem tanto no âmbito interno quanto no externo. Em geral, essas modificações nas narrativas sobre a Região nem sempre são homogêneas, na maioria das vezes são conflitantes, parciais e complexas (Slater, 2015).

Caracterizada por uma abordagem qualitativa, esta pesquisa emprega técnicas que mesclam a análise documental, a análise narrativa e os estudos de enquadramento. Usa a pesquisa documental para construir o arcabouço teórico que serve de ponto de partida para as observações que abrangem os relatos dos cronistas expedicionários e a análise narrativa de reportagens telejornalísticas veiculadas durante o ano de 2020, em quatro telejornais, sendo dois regionais (JL1 e JT1) e um nacional (JN), estes da imprensa brasileira, e outro veiculado em Portugal (J8).

Busca a análise crítica da narrativa (Mota, 2007) para descrever objetiva, quantitativa e qualitativamente o conteúdo publicado nos telejornais elencados. A análise narrativa é utilizada para investigar como os jornais retratam a Amazônia brasileira do

ponto de vista das abordagens e enquadramentos identificados nas reportagens telejornalísticas.

Inicialmente, o *corpus* desta pesquisa foi composto por edições de telejornais de Portugal e do Brasil que foram selecionados por meio da criação de semanas artificiais em dois períodos (1º e 2º semestres) do ano de 2020. Ocorre que, mesmo sendo respeitados os critérios das semanas construídas, depois da observação das edições referentes aos períodos construídos, não foram registradas reportagens acerca do tema. Optou-se então pela observação sistemática das edições veiculadas no período delimitado para a pesquisa (segundo semestre de 2020), resultando em uma amostra formada por 126 reportagens a partir da observação sistemática de 520 edições que foram veiculadas ao longo do período de recorte desta investigação, sendo 127 edições do J8, 131 edições do JN, 131 edições do JL1 (Belém) e 131 edições do JT1(Santarém). Foram selecionadas todas as reportagens sobre o tópico principal de análise: A Amazônia Legal Brasileira (ALB). Os números das reportagens dos telejornais elencados para a análise estão detalhados no desenho da investigação que consta do capítulo III deste trabalho.

Diante do exposto, o encadeamento lógico da tese está dividido em cinco capítulos. No primeiro, apresenta-se um resumo dos principais relatos feitos pelos navegadores europeus que percorreram a região amazônica a partir dos registros de historiadores que relataram a vida dos índios do Brasil e que marcaram a “invenção” da Amazônia. O foco, aqui, está nas expedições que percorreram os rios da região do Baixo Amazonas, cujo resultado, entre outros, foi o “Descobrimento do Grande rio das Amazonas”, nome deixado pelos navegadores portugueses.

Busca-se examinar as crônicas elaboradas sobre a vida e a paisagem que foram descritas com um misto de rigor científico e referências à mitologia. Entre esses relatos, destacam-se o de Gaspar de Carvajal e o de Alonso de Rojas, que subiram e desceram, respectivamente, o rio. O primeiro o batizou de “O Grande Rio das Amazonas”. Estes relatos serão estudados com maior detalhamento nesta pesquisa. Um passeio sobre as expedições ocorridas na Amazônia nos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX completa o debate deste capítulo.

No segundo capítulo, discorre-se sobre a Amazônia na atualidade e sua importância para a vida no planeta. Em 2020, a Amazônia esteve no centro das

preocupações de líderes governamentais de todo o mundo, especialmente da Europa, cuja preocupação está refletida nos temas divulgados sobre a Região. Neste capítulo, mostram-se notícias referentes às queimadas e aos altos índices de desmatamento, além do descaso das autoridades brasileiras para com a Região, assim como a fuga de investimentos estrangeiros por causa das questões ambientais ocupa espaços consideráveis em veículos brasileiros e estrangeiros. Expõem-se a representação do espaço amazônico, sua cultura, histórias e considerações sobre problemas contemporâneos. O papel da Amazônia no contexto internacional valida a importância deste tópico, que levanta a discussão sobre o desflorestamento, a ação humana e a centralidade ambiental, lançando olhares sobre a cultura e povos da floresta.

No terceiro capítulo, apresenta-se a metodologia que fundamenta esta investigação, que foi ancorada em análise de notícias divulgadas sobre a Amazônia Legal Brasileira em um telejornal internacional, um telejornal nacional brasileiro e dois telejornais regionais, utilizando-se o método da Análise Pragmática da Narrativa (Motta, 2007), com uma abordagem quantitativa e qualitativa, sob o viés da Teoria do Enquadramento (Soares, 2006, 2009). Aqui se consideram também os estudos de jornalismo e os critérios de noticiabilidade (Traquina, 2005). Neste tópico, detalham-se o método de observação, a formação das amostras dos telejornais, a escolha das variáveis para a análise e o pré-teste realizado.

O quarto capítulo vasculha os telejornais de Portugal e do Brasil. Primeiro, abordam-se aspectos acerca da televisão e do telejornalismo; em seguida, trata-se do telejornalismo regional praticado na Amazônia, mostrando-se uma breve história da chegada da televisão aos estados da Amazônia Legal Brasileira, bem como se apresenta a caracterização dos telejornais analisados. Os telejornais regionais da Rede Globo no Pará e a cobertura sobre a Região nesses telejornais, a análise das reportagens televisivas sobre a Operação Amazônia Viva, criada para combater o desmatamento no Pará, também fazem parte deste tópico.

No quinto e último capítulo, mostra-se o que dizem os telejornais sobre a Amazônia, dissecando-se as notícias selecionadas para a análise publicadas nos veículos elencados como unidades de seleção, incluindo edições do J8, do JN que foram veiculadas no segundo semestre do ano de 2020. Ressalte-se que, a formação da amostra que compõe o *corpus* desta pesquisa foi construída por meio da observação sistemática, e essa seleção

Das narrativas das Descobertas aos textos jornalísticos atuais: um estudo da Amazônia que é notícia em telejornais de Portugal e do Brasil (2020)

abrangeu todas as reportagens sobre a Amazônia Legal Brasileira, publicadas pelos telejornais elencados, que foram veiculadas durante o recorte temporal. Já para as análises foram eleitas reportagens por meio de amostragem não probabilística de casos notáveis; em sua maior parte, as matérias analisadas tiveram destaque na abertura do telejornal, mas também se optou por reportagens que, mesmo sem receber espaço na abertura do noticiário, abordavam temas relevantes para a Região.

CAPÍTULO I – A análise de antigos relatos: os viajantes europeus e a construção de uma ideia de Amazônia

1.1 A construção da Amazônia na literatura de viagem

Desde as crônicas coloniais até os viajantes naturalistas do século XX, passando pelos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, escrever relatos sobre a Amazônia tem sido de interesse de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, oriundos de várias partes do mundo, esses relatos ficaram conhecidos como a literatura de viagens. Apesar de não haver consenso entre os autores para uma definição única sobre o que é literatura de viagem, concorda-se com Tavares (2020), que considera que os relatos de viagem são uma modalidade de texto na qual se destacam duas funções literárias: a representativa e a poética:

Se, por um lado, são livros de caráter documental cujas referências geográficas, históricas e culturais envolvem de tal maneira o texto que determinam e condicionam sua interpretação, por outro lado, possuem uma carga literária, maior ou menor, que os separam de um discurso meramente informativo (Tavares, 2020, p. 12).

Sobre a importância da literatura de viagem, França (2011) destaca:

Durante os três séculos compreendidos entre a viagem de Vespúcio e o desembarque de d. João VI dispomos de uma espécie de longa e repetitiva narrativa sobre o Brasil, narrativa que nem mesmo no limiar do século XIX inovou nos seus temas e formas ou adquiriu tons de “descrição científica”. A única variação substantiva que se detecta neste “longo e grande texto” aloja-se na passagem do século XVI para o XVIII, quando o índio e seu mundo, personagens principais dos relatos quinhentistas e mesmo uns poucos escritos no alvorecer do Seiscentos, passam à condição de figurantes, cedendo lugar para os colonos e para as cidades que estes estavam edificando pela costa (França, 2011, p. 20).

O trecho acima foi retirado do artigo “A construção do Brasil no pensamento Europeu dos séculos XVI, XVII e XVIII”, publicado em 2011. No ano seguinte, em 2012, o autor publicou pela editora José Olympio a obra *A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII: antologia de textos (1591-1808)*, na qual faz um extenso levantamento dos viajantes estrangeiros que relataram suas impressões ao

longo dos 300 anos de ocupação do território amazônico. Essas “visitas” foram intensificadas nos séculos XVII e XVIII.

Entre 1500 e 1808, vieram ao Brasil, registraram suas impressões e publicaram os seus relatos cerca de uma centena de visitantes, dos quais 11 passaram pela região no século XVI, 33 no século XVII, 45 no século XVIII e 11 nos oito primeiros anos do século XIX (França, 2011, p. 15).

Para o autor, o que entendemos hoje como Amazônia vem constituindo-se, ao longo dos séculos, muito pela repetição de ideias e conceitos a partir de um “vocabulário” criado pelos europeus que se repetia sempre com os mesmos temas e personagens.

As notícias sobre a próspera e extensa colônia lusitana situada abaixo da linha do Equador circularam, foram repetidas, naturalizaram-se e criaram para os habitantes do Velho Mundo uma série imagens, conceitos e expectativas acerca do lugar e de sua gente (França, 2011, p. 15).

Em seu livro, França (2012, p. 283) apresenta um tópico intitulado “Dos impactos de uma imagem do Brasil”, no qual discute os extremos sobre a referida imagem considerada pela sua beleza e “bela e pródiga”: “De um lado, alinha-se uma natureza exuberante e permanentemente verde, um clima quente, mas menos exigente do que o europeu, uma enorme fartura de água e, sobretudo, uma terra extremamente fértil e rica”.

Na obra *Sertões de Bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos – séculos XVI a XVIII* (Ugarte, 2009), resultado da tese de doutorado, defendida em 2004, o autor Auxiliomar Silva Ugarte mostra o Brasil na literatura de viagem como um país de extremos. No capítulo VI, elabora detalhado relato sobre “A fauna amazônica”, que, segundo ele, encontra-se entre o “bem e o mal”.

Sobre a importância desses testemunhos, Ugarte (2009) já dizia que a essência desses relatos fundamentou a ideia construída sobre Amazônia, tanto por quem esteve por aqui quanto por quem vive aqui:

A riqueza desses testemunhos crônicos encontra-se nas diferentes projeções e interpretações que seus autores fizeram quanto às *realidades descritas*, seja a partir daquilo que eles tivessem presenciado ou participado (esse foi o caso da maioria dos cronistas, em sua época também chamados de *testigos de vista/testemunhos de vista*), seja a partir daquilo que tivessem apenas ouvido (esse foi o caso de alguns relatores, em sua época também denominados de *testigos de oídas/testemunhos de ouvido*) (Ugarte, 2009, p. 22, grifos do autor).

Pouco se sabe sobre as sociedades estabelecidas no território amazônico; o que ficou resulta da impressão dos primeiros viajantes, conforme Porro (2020):

[...] as crônicas quinhentistas e seiscentistas, apesar de sua frustrante pobreza, deixam entrever uma população numerosa, assentada em grandes povoados, com vida econômica, organização social e instituições políticas diferentes e, em muitos aspectos, mais desenvolvidas do que a dos povos de terra firme (Porro, 2020, p. 10).

Não há consenso entre os autores sobre números, pois ainda se carece de estudos aprofundados sobre a quantidade de indígenas no território brasileiro à época da chegada dos viajantes europeus. Os números variam de 2 a 5 milhões, porém há autores que chegam a suspeitar que pelo menos 15 milhões de indígenas viviam por aqui. O consenso é de que as populações indígenas que viviam na Região foram profundamente afetadas pela chegada dos europeus.

À medida que os portugueses, a partir de 1600, foram subindo o curso do Amazonas em busca de braços para o trabalho nas fazendas e das valorizadas *drogas do sertão*, as populações ribeirinhas foram sendo dizimadas. Um número incalculável de índios morreu com as doenças introduzidas pelo branco, outros refugiaram-se nas matas do interior subindo rios e igarapés; outros ainda, talvez a maioria, foram aprisionados e levados para o trabalho servil. Com o despovoamento das margens do Amazonas começou o *descimento* dos índios do interior (Porro, 2020, p. 10, grifos do autor).

O Brasil era um lugar visto com surpresa e estranhamento.

Por meio dos cronistas, o maravilhoso literário chegou ao Novo Mundo. Seus relatos repetiam com insistência palavras como: maravilha, espanto, mistério, sonho, faltam palavras, prodígio, encanto etc., diante da surpresa de se testemunhar algo impressionante, além da incapacidade de se encontrar palavras precisas para descrever o que estavam vendo (Heufemann-Barría, 2020, p. 125).

A maioria dos autores estudados afirma que não só espanhóis estiveram a explorar essas terras. O italiano Américo Vespúcio, navegador século XVI, viajou para o Brasil; outro italiano, Antonio Pigafetta, navegador do século XVI, também viajou para o Brasil. Estão eles também entre os cronistas que ajudaram na propagação da imagem da Amazônia para os europeus. O primeiro livro inteiramente dedicado ao Brasil, em língua portuguesa, só veio depois que muito acerca do país, à época de sua ocupação territorial inicial, já se havia dito por escritos em outras línguas. Foi a obra *História da Província*

de Santa Cruz, de Pero Magalhães Gândavo, impressa em Lisboa em 1576, que inaugurou esses escritos (França, 2011).

A Amazônia de hoje é resultado de uma diversidade de visões que começaram a ser construídas há pelo menos cinco séculos. Os primeiros a deixar impressões sobre a complexa paisagem da maior floresta tropical do planeta foram os cronistas europeus que relatavam os acontecimentos das “Grandes Expedições”, ocorridas durante os séculos XVI e XVII, no auge da colonização europeia.

É a partir dessas expedições que os europeus estabeleceram contato com o desconhecido: seguindo o fluxo dos caudalosos rios da Região, as expedições encomendadas pela União Ibérica adentraram por paisagens que deslumbraram e, eventualmente, assustaram esses viajantes. O resultado culminou em crônicas que descreveram o que, às vezes, foi muito além do que os olhos puderam ver, como, por exemplo, o mito das mulheres guerreiras comparadas às Amazonas gregas, os homens anões, os gigantes, aqueles que tinham os pés para trás.

Deste período, ressaltam-se três textos que são significativos dos primeiros registros dos europeus na região amazônica: *Descobrimento do Rio de Orellana*, *Descobrimento do Rio das Amazonas e suas dilatadas províncias* e o *Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas*, escritos pelos religiosos Gaspar de Carvajal, Alonso de Rojas e Cristóbal de Acuña, respectivamente.

Os textos citados já foram estudados por diversos historiadores em diferentes traduções. Este trabalho ocupa-se da tradução de C. de Melo-Leitão, na edição de 1941, que foi publicada pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo. Esta tradução, além de trazer a íntegra desses textos, apresenta notas sobre curiosidades das viagens. Essas notas não serão o foco deste trabalho.

O objetivo principal é examinar as visões de Amazônia nas crônicas das Descobertas, no auge da colonização europeia (séculos XVI e XVII), por meio da análise documental simples (Sousa, 2006). Ao estudarmos o resultado dessas viagens, podemos entender como essas visões formaram uma ideia de Amazônia no auge da colonização europeia. Com isso, também estamos entrando num movimento em busca das origens do próprio pensamento sobre a identidade amazônica, pois nessas descrições se encontra a

gênese de várias diretrizes que nortearão a visão sobre a Região durante os séculos seguintes.

1.2 A natureza e a construção de uma ideia de Amazônia

Por que é necessário estudar os escritos que descrevem a Amazônia no auge da colonização? Os relatos dos primeiros viajantes serviram para orientar, interpretar e classificar a região. Pode-se afirmar que esses relatos ofereceram ao mundo uma nova “cosmogonia”, enunciando o direito de conquista dos “desbravadores” europeus (Sousa, 2019).

A escritora paraense Amarilis Tupiassu, em seu artigo “Amazônia, das travessias lusitanas à literatura de até agora”, ensaia uma resposta ao descrever os cronistas, citando as “sublinhas falantes das crônicas coloniais”: “São homens de escrita brilhante, todos ciosos em eternizar os trâmites da dominação, o pasmo, o alumbramento, o gabo triunfalista, o horror ante a outra gente” (Tupiassu, 2005, p. 301).

Durante muito tempo, essas descrições foram desconsideradas como estudos científicos sobre a Região por “abrigar informações claramente fantasiosas – das quais aquelas relativas às lendárias amazonas é a mais conhecida” (Martins, 2008, p. 33). A autora afirma ainda que, a partir dos estudos arqueológicos atuais, cria-se uma compreensão sobre o passado da Região: “especialmente quanto ao tamanho e complexidade das aldeias que se espalhavam pela várzea do Rio Amazonas” (Martins, 2008, p. 33).

Foram vários os tipos narrativos utilizados para as descrições durante as expedições à Amazônia, entre eles, as *relações*: “A escolha da Relação como solução narrativa pode assim ser explicada pelo caráter estratégico que o autor imprimiu a várias de suas observações” (Martins, 2008, p. 198). A autora ressalta ainda outro caráter deste tipo narrativo:

Como gênero, a Relação apresentava-se como um ponto de convergência entre o documento legal e as epístolas [...] como documento legal se comprometia com a veracidade do narrado e a esta garantia implícita da natureza veraz indicada na utilização da forma oficial de relação, costumava estar associada, ainda, a utilização do termo verdadeira (Martins, 2008, p. 198).

Os relatos produzidos pelos primeiros viajantes europeus – que eram principalmente religiosos – sobre a Amazônia foram escritos a partir de suas visões, o que leva à construção de uma ideia sobre a Região por meio de olhares externos.

A elaboração de como a Amazônia é vista e percebida nos dias atuais está impregnada de conceitos, juízos, símbolos, mitos e valores da civilização europeia. É por meio das narrativas dos conquistadores europeus que as imagens são percebidas até os dias de hoje (Rego, 2015, p. 115).

A “invenção da Amazônia” é tema bastante discutido em Bueno (2008), Orlandi (1990) e Gondin (2019). Para entender as visões sobre a Amazônia, interessa conhecer o que diz Gondin, pois a autora resume o que foi o resultado dos escritos sobre a Região no auge da colonização.

Contrariamente ao que se possa supor, a Amazônia não foi descoberta, sequer construída. Na realidade, a invenção da Amazônia se dá a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes (Gondin, 2019, p. 13).

A narração do mito das mulheres guerreiras foi traduzida pelos europeus como o mito das amazonas gregas. Foi a partir daí que o “Grande Rio” herdou a sua denominação, que carrega até hoje. “Muitas vezes, essas imagens mentais eram transformadas em imagens formais, isto é, em gravuras, feita por especialistas, que ilustravam folhetins, livros e mapas” (Ugarte, 2003, p. 4). “Se, no início, a construção da região esteve restrita a alguns grupos de exploradores, hoje é toda a sociedade mundial que participa desse processo, embora existam grupos sociais que não partilham dessas representações” (Bueno, 2008, p. 79). Para Steinbrenner (2007), é preciso entender a Amazônia muito além dos mitos.

Revelar a Amazônia para além do mito é fundamental para a construção de um novo imaginário sobre a região, capaz de gerar novas representações sociais – que por sua vez influenciam ações e/ou omissões em relação ao desenvolvimento da região – de dimensões mais diversas, mais condizentes com a realidade integral e desafios de uma Amazônia que é silvestre, que é rural e também urbana (Steinbrenner, 2007, p. 14).

Quando se trata da maior floresta tropical do planeta, não existe apenas uma Amazônia. Existem várias amazônias que precisam ser vistas para além do mito (Gonçalves, 2001). Esta investigação defende que um novo imaginário social sobre a Região está sendo reescrito, em boa parte por meio dos relatos jornalísticos. Mas é preciso

considerar também que a criação de narrativas sobre a Região vai além disso e passa, também, pela criação de políticas governamentais. Para os pesquisadores do Institute for Advanced Sustainability (IASS), nos últimos três anos uma nova imagem passa a ser difundida: de uma área protegida cuja exploração em bases sustentáveis deve ser priorizada para outra na qual a região é um repositório de recursos estratégicos, em que o desmatamento é um preço a ser pago pelo seu desenvolvimento. O período corresponde ao do mandato do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro (Oliveira & Siqueira, 2022).

1.3 A Amazônia no século XVI: uma visão dos cronistas europeus

Nesta parte, serão apresentadas as crônicas escritas durante as expedições para a Amazônia, realizadas pelos europeus da União Ibérica (coroas portuguesa e espanhola), ocorridas no auge da colonização europeia, nos séculos XVI e XVII. O objetivo dessas expedições era proteger a Região das invasões dos inimigos externos, entre os quais os holandeses, fato que aparece algumas vezes nas crônicas, que também sugerem a construção de edificações para proteger a Região.

Três crônicas selecionadas para este trabalho são representativas desse período: *Descobrimento do Rio de Orellana*, de Gaspar de Carvajal; *Descobrimento do Rio das Amazonas e suas dilatadas províncias*, escrita por Alonso de Rojas; o *Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas*, de Cristóbal de Acuña.

Oposto ao *Descobrimento* de frei Gaspar de Carvajal, os vinte e oito parágrafos que compõem o *Descobrimento do Rio das Amazonas*, provavelmente escrito pelo jesuíta Alonso de Rojas em 1637, possuem ao lado de observações político-estratégicas a herança bíblica e medieval da busca do paraíso terrestre (Gondin, 2019, p. 106, grifo da autora).

Simone Villanova discorre sobre uma visão de Amazônia no artigo “Representações da Amazônia na visão de Gaspar de Carvajal e Samuel Fritz”, e, para tal, a autora parte dos escritos estudados por Antonio Porro (1993). Sobre Carvajal, ela conclui que: “a intenção de Carvajal era retratar a realidade Amazônica sob a perspectiva do projeto colonial” (Villanova, 2019, p. 41). Algumas dessas descrições têm objetivos bastante específicos, como ressalta Villanova:

Quando Carvajal escreve sobre a fauna e a flora da região, em relação aos animais por exemplo, a principal característica que vem à tona no texto é o caráter utilitário dos animais, que são quase sempre vistos como alimento: tartaruga, papagaios, perdizes e peixes (Villanova, 2019, p. 42).

Identificamos uma pluralidade de visões e de propósitos quando analisamos os relatos de viajantes que estiveram na Amazônia nos séculos XVI e XVII. Desde que foi descoberto pelos expedicionários europeus, o rio Amazonas já recebeu inúmeras denominações: rio do Maranhão, Grande Rio das Amazonas, entre outros. Hoje, denominado rio Amazonas, é aquele que produz o encontro das águas claras do rio Tapajós com as barrentas águas do rio Amazonas e banha parte da cidade de Santarém, no Pará, de onde escreve a autora desta investigação.

Entre os autores que relataram a importância do rio para os habitantes da Amazônia está Harris (2020); para ele, “o rio não era apenas o palco onde a vida transcorria, ele também escrevia a peça e atuava na apresentação” (Harris, 2020, p. 104).

Outro aspecto a ser considerado nesses relatos é o que se refere às descrições da natureza, que ganharam mais espaço do que as das populações que habitavam a Região. Como exemplificado neste trecho: “E como o rio corria muito, andávamos a vinte e a vinte e cinco léguas, porque o rio ia caudaloso, pelos muitos outros rios que nele desaguavam pela mão direita, para os lados do sul. Viajávamos três dias sem nenhum povoado” (Carvajal, 1941, p. 18).

Inspirados nas ideias da Idade Média, os descobridores associaram a imagem do Novo Mundo ao paraíso terrestre, reforçando a ideia de que esse lugar existia e podia ser atingido pelos homens. Porém, diferentemente dos escritos de Cristóvão Colombo ou de Américo Vespúcio, cujos relatos eram plenos de metáforas que remetiam ao edênico, os escritos dos conquistadores marítimos portugueses, a partir do século XVI, foram sendo atenuados, o que não quer dizer que os lusitanos deixaram de considerar essa “ilusão original” do Paraíso Terrestre, antes buscavam uma espécie de *atenuação plausível* (Holanda, 2000).

Entre as contradições que envolvem as origens do Brasil, pode-se relacionar o papel da Amazônia, no passado e no presente, ainda que sob o imaginário dos motivos edênicos das narrativas do passado, em que a região era um celeiro das “drogas do sertão” e, mais recentemente, de produtos como café, por exemplo (Holanda, 2000).

Munaro et al. (2021) propõem-se a entender a formação de uma *consciência regional amazônica*, por meio do estudo dos jornais impressos no período de 1880 a 1930, que corresponde ao ciclo da borracha na Amazônia até a gestão do então presidente da República Getúlio Vargas. Os autores problematizam questões vinculadas à memória e à consolidação da identidade regional, a partir das narrativas dos jornais regionais, que integram *o todo da nação* e ajudam a espelhá-lo para o interior do país (Munaro, 2021).

Os lugares amazônicos, na medida em que crescentemente habitados por uma mescla de povos indígenas, europeus ou africanos, foram se tornando um “centro de significados” a partir do qual experiências híbridas foram narradas, verbalizadas e disponibilizadas em documentos escritos (Munaro, 2021, p. 9).

Para Barbosa (2016 *cit. in* Munaro, 2021), o jornalismo, em qualquer tempo, é um lugar de produção de memórias. É por meio da revisitação a essas narrativas que se inicia o processo de compreensão dos sentidos, que hoje nos parecem dados de forma aleatória, como é, por exemplo, o nome do rio Amazonas.

A questão que vale a pena se perguntar, a partir desta constatação inicial, é como esta evocação relativa às “amazonas”, as indígenas que lutaram aguerridamente contra os espanhóis, passou a ser utilizada por letrados regionais na forma de uma Amazônia razoavelmente bem delineada no tempo e no espaço, dotada de inteligibilidade própria, de memória e identidade capazes de situá-la como um ente individualizado dentro da nação brasileira (Munaro, 2021, Introdução).

De um lado, as informações publicadas nos jornais; de outro, os intelectuais, a sociedade. O jornalismo é o mediador, a sociedade (intelectuais) se apropria dessas informações e cria uma espécie de pertencimento ao compartilhar as mesmas ideias.

O uso da expressão Amazônia aparece bem sólido nos anos 1880 em Belém do Pará, com intelectuais como José Veríssimo, Inglês de Sousa, Marques de Carvalho e Bispo Macedo da Costa, sempre a partir de um diálogo que se esboça nos jornais publicados em Belém. O mesmo não se pode dizer da imprensa em Manaus, muito mais preocupada com a delimitação do espaço provincial do Amazonas, já que a província do Amazonas possuía então apenas 30 anos de existência (Munaro, 2021, p. 12).

A imprensa no Pará surge em 22 de maio de 1822, com a criação do jornal *O Paraense*.

Esse fato foi estudado por Seixas et al. (2021), cujo questionamento abrange como os jornais do Pará, na segunda metade do século XIX, apresentavam a região para seus leitores.

As polifonias do discurso presentes naqueles periódicos apresentam vozes que representam atores sociais que, por sua vez, revelam pelos ditos narrativos, ali em variados gêneros jornalísticos, em que a classe dominante se estabelece pela luta do controle das hierarquias e da hierarquização. Em síntese, inserido nessa dinâmica as fracções sociais dominantes que possuem um capital econômico se impõem como legitimadoras das práticas do cotidiano. Tudo isso registrado pela imprensa que promove uma seleção argumentativa da realidade a partir da objetividade de mundo de tais classes (Seixas, 2021, p. 167).

A pergunta que norteia a investigação dos pesquisadores paraenses tem semelhança com este trabalho, que estuda como os telejornais, no século XXI, notadamente em 2020, apresentam a Amazônia para seus telespectadores, por meio das narrativas que perpassam as notícias televisivas, seja em jornais de alcance nacional (JN e J8) ou que são transmitidos regionalmente por meio da Rede Globo, no Pará. Na tese dos autores paraenses, os atos enunciativos dos jornais, mesmos os menores, no século XIX, iniciaram o processo para a construção de uma ideia de Amazônia. A questão norteadora desta investigação é: qual a ideia atual que se tem da Amazônia construída a partir das narrativas veiculadas por telejornais do Brasil e de Portugal?

Considerando a argumentação de Munaro (2021), em que é possível entender a formação de uma “consciência regional” amazônica, com base nos estudos dos jornais impressos, notadamente do século XIX, e com base nos estudos de Seixas et al. (2021), podemos entender que a partir desses estudos a formação da ideia de uma Amazônia moderna se deu de forma diferente em diferentes localidades, pondo em oposição capital (Belém) e interior (regiões fora do eixo central do estado do Pará).

Quando os europeus chegaram à Amazônia, eles depararam-se com uma sociedade hierarquizada que possuía um sistema de produção de ferramentas e cerâmicas e que praticava uma agricultura diversificada, que tinha um sistema político centralizado, ou seja, desenvolvia uma “cultura da selva tropical”, formada durante milênios antes da chegada dos primeiros viajantes. Essa cultura de selva significa a capacidade adaptativa das populações amazônicas, demonstrada a partir de artefatos arqueológicos encontrados na região (Sousa, 2019).

1.4 A singularidade da Amazônia de Carvajal no século XVI e o Descobrimento do Rio de Orellana

A crônica de Carvajal, cujos escritos datam de 1541 a 1542, foi o primeiro documento de que se tem registro sobre viajantes na Amazônia, escrita de forma pesada e cheia de repetições com poucas informações a respeito da natureza ou sobre as tribos indígenas (Carvajal, 1941). Esta é a primeira narrativa de que se tem registro da expedição que percorreu o rio Amazonas desde suas nascentes até o oceano Atlântico. A narrativa descreve o então rio de Orellana, que recebeu este nome por causa do comandante da expedição.

O frade dominicano descreve a Amazônia de uma forma singular, durante a expedição de Francisco de Orellana. Boa parte de seu relato é sobre as necessidades que enfrentaram, entre elas a falta de mantimentos:

Estávamos em grande perigo de morrer, da grande fome que padecíamos e assim, buscando o conselho do que se devia fazer, comentando a nossa aflição e trabalhos, resolveu-se que escolhêssemos de dois males aquele que ao Capitão e a todos nós parecia o menor, e foi ir por diante, seguindo o rio: ou morrer ou ver o que nele havia, confiando em Nosso Senhor que se serviria por bem conservar as nossas vidas até ver o nosso remédio. À falta de outros mantimentos, entretanto, chegamos a tal extremo que só comíamos couros, cintas e solas de sapatos cozidos com algumas ervas, de maneira que era tal a nossa fraqueza, que não nos podíamos ter em pé (Carvajal, 1941, p. 19).

O que é possível inferir é que tenha havido anteriormente uma possível catequização desses indígenas. Porém, no relato, o cronista não faz referência a isso. Segue comentando sobre as agruras da viagem, que no relato do frade dominicano ganham bastante espaço. Sobre o mito das Amazonas, Carvajal faz a seguinte referência:

[...] aqui [uma aldeia que alcançaram nas margens do rio] nos deram notícias das Amazonas e das riquezas que há mais abaixo. E quem o fez foi um índio chamado Apária, velho que dizia ter estado naquela terra, e também nos deu notícia de outro senhor que estava apartado do rio, metido terra adentro, e que ele dizia possuir enorme riqueza de ouro (Carvajal, 1941, p. 24).

Em outro trecho do relato, Carvajal volta a mencionar este mito: “Os índios a chamavam de coniuipiara, que quer dizer ‘grandes senhoras’, recomendou ao Capitão

que não parassem em suas terras pois ‘éramos poucos e elas muitas’, e que nos matariam” (Carvajal, 1941, p. 30). A sugestão foi dada pelo índio capturado pelo capitão.

Há pouquíssimas descrições dos indígenas como ordeiros, a exemplo do que relata sobre os habitantes da foz do rio. Na maioria das vezes, os índios são descritos como “belicosos”: “Logo providenciou o Capitão para que velássemos por quartos, com muita ordem, pois bem poderia ser que os índios nos tivessem sentido e viessem de noite atacar o acampamento, como costumavam fazer” (Carvajal, 1941, p. 20).

Neste outro trecho, por exemplo, Carvajal demonstra estranhamento quanto ao comportamento dos índios, que os obrigaram a jejuar:

Aconteceu-nos nesta aldeia uma coisa de não pouco espanto, e foi que quarta-feira de Trevas, quinta-feira de Endoenças e sexta-feira da Paixão nos fizeram os índios jejuar à força, porque não nos trouxeram comida até ao sábado de Aleluia e, perguntando-lhes o Capitão por que não nos tinham trazido de comer, responderam que não tinham podido tomar. Sábado e Domingo de Páscoa e domingo de Quasímodo foi tanta a comida que trouxeram, que jogávamos fora (Carvajal, 1941, p. 34).

Há vários relatos sobre confrontos com os indígenas, como, por exemplo, quando Carvajal diz que: “Os índios, como eram muitos, voltaram sobre eles e de tal modo os atacaram que os fizeram recuar para onde estavam os bergantins, com os índios em sua perseguição” (Carvajal, 1941, p. 74).

Na sequência do relato, retoma referências sobre as amazonas, e aqui não o que ouviu, mas o que teria visto: “Estas mulheres são muito alvas e altas, com o cabelo muito comprido entrançado e enrolado na cabeça. São muito membrudas e andam nuas em pelos, tapadas as suas vergonhas, com seus arcos e flechas nas mãos fazendo tanta guerra como dez índios” (Carvajal, 1941, p. 60).

O trecho a seguir refere-se a outra paragem que fizeram algumas léguas acima da foz do rio: “Parámos nesse carvalhal, mandando o Capitão pôr umas varandas nos bergantins, a maneira de fossos, para defendê-los das flechas, e não nos valeram pouco” (Carvajal, 1941, p. 70).

Pode-se concluir que essas narrações contribuíram para uma “invenção” da Amazônia e levaram a floresta brasileira a ser batizada com o nome do mito das guerreiras

gregas, apesar de as guerreiras retratadas nas crônicas pertencerem a uma das tribos da Região.

Ao estudar o contexto da origem do nome da região amazônica, partindo da história das mulheres guerreiras Konduri Icamiabas, comparadas às amazonas gregas por diferentes cronistas em diferentes épocas, Paulino (2020) propõe uma *desinvenção* da Amazônia. “As provas da existência das mulheres guerreiras na Amazônia são tão variadas e dispersas que somente um gigantesco estudo poderia completar o mosaico de fatos convincentes e promover a completa desinvenção da história e da desmistificação das visões colonialistas” (Paulino, 2020, p. 215).

Assim como as narrativas dos primeiros viajantes ajudam a construir o imaginário sobre a Amazônia que persiste até hoje, na atualidade os telejornais, por meio de suas narrativas e dos enquadramentos que imprimem a esses relatos, podem estar contribuindo para construir um novo imaginário sobre a Região ou não, apenas reforçando esses antigos estereótipos.

Assim como Gondin (2019) fala de uma invenção da Amazônia, por outro lado Paulino (2020) defende uma *desinvenção*. São formas de olhar para a mesma realidade sob prismas diferentes. Os indígenas não foram respeitados na sua alteridade, não foram vistos como o *outro*, não tiveram o seu modo de vida nem sua cultura, respeitados pelos desbravadores (Sousa, 2019).

Sobre os reflexos da literatura de viagens e a construção de narrativas ontem e hoje:

A mobilidade humana que acontece no território amazônico se configura com as viagens, viajantes e representações da Amazônia vivências de viajantes que com a versatilidade tecnológica tem a possibilidade de gerar narrativas através de redes sociais eletrônicas como *Facebook*, *Whatsapp*, *Instagram* e outras, sobre as suas travessias, suas descobertas e seus aprendizados. Enfim, continuamos em um processo de produções e representações, e a necessária discussão dessas narrativas (Fernández & Fernandes, 2020, p. 33).

A Amazônia continua sendo descoberta e redescoberta, seja pelos primeiros viajantes que nela desembarcaram ou pelos viajantes atuais. Narrativas foram sendo construídas, seja em texto escritos, as chamadas *relaciones*, ou por meio de relatos mediados pelos dispositivos eletrônicos atuais.

1.5 Alonso de Rojas e o Descobrimento do Rio das Amazonas e suas Dilatadas Províncias

A viagem de Pedro Teixeira, da qual Alonso de Rojas fez o relato, seguiu o percurso de volta pelo rio, quando percebido o perigo de invasão dos holandeses e sugerida a construção do forte na cidade de Óbidos (PA): “Foi neste ponto estreito, aproveitando as sugestões de Pedro Teixeira, que os portugueses construíram o forte de Óbidos” (Rojas, 1941, p. 122).

A crônica que escreveu Alonso de Rojas, resultado da viagem iniciada em outubro de 1637 e que durou dois anos, foi intitulada *Relação do descobrimento do Rio das Amazonas, hoje S. Francisco de Quito e declaração do mapa onde está pintado*. Logo de início, é feita a descrição do rio, que será retomada várias outras vezes ao longo do relato:

O rio das Amazonas, hoje S. Francisco de Quito, corre do Poente para o Oriente, isto é, como diz o navegante do Oeste para o Leste.

(...) Desde a providência dos Queixos, no reino de Quito, até desaguar no mar do Norte, faz sempre o seu curso vizinho à Equinocial, da banda do sul, por dois graus, 3, 4, 5, 6 e dois terços, na maior altura.

(...) Tem de extensão, desde a dita província dos Queixos até ao mar, onde deságua por uma boca, 1.600 léguas castelhanas; isto é, pela margem que se aproxima da Equinocial, porque pela margem oposta serão mais léguas, por ter mais voltas e seios o rio, que caminha todo ele serpeando por tão longo espaço. E assim, no mapa que vai com esta Relação, se entende por longitude pela margem que está vizinha à Equinocial (Rojas, 1941, p. 83).

Hoje, sabe-se que o rio Amazonas é o maior rio do mundo, com uma extensão de 6.400 km, passando por três países, Brasil, Peru e Colômbia. Mas, à época, o que se sabia sobre o rio foi resumido nas palavras do religioso:

A profundidade do rio é grande, como se verá no mapa pelos números que estão assinalados dentro do rio. Em alguns pontos não se acha fundo desde a boca, quando deságua no mar, subindo até ao rio Negro, distância de quase 600 léguas.

(...) Todo este rio está semeado de ilhas, umas grandes, pequenas outras, em tal número que não se podem contar, de modo que não se navega distância de uma légua sem encontrar ilhas (Rojas, 1941, p. 93).

Nesta *Relação*, os indígenas são descritos de forma diferente daquela feita por Carvajal – que os descreve na maioria das vezes como “belicosos”. Não que nesta narração não sejam vistos também como guerreiros, ou até canibais, porém já são percebidos com outras características, como a criatividade no trato com os alimentos, a exemplo desta passagem:

Os índios habitam estas grandes [ilhas] em diferentes povoações e aldeias. Cultivam as pequenas, aproveitando-as para semear iucas e milho em grande quantidade. E para que com as avenidas e cheias não se perca o fruto e o trabalho da sementeira usam a seguinte artimanha: cavam na terra uns silos ou cova muito profundas e ali põem a iuca e a tapam muito bem, quando as águas banham a ilha; e depois que se retiram e a terra fica a descoberto, a tiram e comem, porque não apodreceu com a umidade (Rojas, 1941, p. 94).

Sobre as riquezas da terra,

A primeira aldeia desta Nação, vindo Rio abaixo, chamaram os Portugueses, na subida, aldeia do Ouro, por nela terem encontrado e comprado algum, que em pequenas lâminas os índios traziam pendentes os narizes e orelhas, que foi tocado em Quito e se achou ser de vinte e um quilates (Rojas, 1941, p. 236).

O religioso segue relatando o que lhe foi dito sobre o possível ouro nas ilhas. Não confirma que chegou a ver o metal.

1.6 Cristóbal de Acuña e o Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas

Nesta análise, será detalhada a crônica de Cristóbal de Acuña, religioso da companhia de Jesus, que, por ordem de “Sua Majestade”, acompanhou o descobrimento do Grande Rio.

Serão ressaltados os trechos das citações que fazem referências ao rio, as paisagens e aos habitantes, conforme está proposta na pergunta de investigação deste trabalho. Ficarão de fora aqueles trechos que são repetidos da crônica de Carvajal, como, por exemplo, as descrições deste cronista sobre a fertilidade das ilhas, o plantio e manejo e a conservação dos alimentos, entre outros.

Neste relato, os indígenas já não são apenas descritos como inimigos. Costumes e cultura são ressaltados. Aparecem os “gêneros de bebidas que usam” (Acuña, 1941, p.

176), as “frutas que teem” (Acuña, 1941, p. 178), os modos de pescar, a forma como conservavam a caça, assim como também a fidelidade, no item que traz como título “Peixe Boi e Pescados deste Rio” (Acuña, 1941, pp. 179–180).

Este peixe só se sustenta de erva que pasce, como se fosse boi verdadeiro, donde adquire a sua carne tão bom gosto, e é de tanta sustância, que com pequena quantidade fica uma pessoa mais satisfeita e com mais fôrças que se comesse o dobro de carneiro. Debaixo d’água sustém pouco o anhérito e assim, onde quer que ande, levanta a meúde o focinho para cobrir novo alento, donde vem a sua total destruição, pois ele mesmo se vai mostrando ao seu inimigo; vêem-no os Indios e o seguem em pequenas canoas, e esperam que, querendo respirar, tire fora da gúa a cabeça, e cravando-o com os seus harpões, que fazem de conchas, lhe tiram a vida; dividem-no em porções médias, que assadas em grelhas de pau, duram, sem estragar-se, mais de um mês (Acuña, 1941, p. 180).

A descrição do padre Acuña também se inicia com as “Notícias deste grande rio”:

[...] embora por notícias confusas, ardentes desejos do descobrimento do grande rio das Amazonas, chamado, por erro comum, entre os poucos versados em Geografia, rio do Maranhão: não só pelas muitas riquezas, dos quais sempre se suspeitou, nem pela infinidade de gentes que habitavam as suas margens, nem pela fertilidade das suas terras e pelo aprazível do seu clima, mas principalmente por entenderem, com fundamentos não pequenos, que era ele o único canal, como que a rua direita que, correndo pelo coração do Perú, se sustentava de todas as vertentes que suas altíssimas cordilheiras tributam ao mar do Norte. (Acuña, 1941, p. 137).

Depois de discorrer sobre as “malogradas” tentativas anteriores de expedições para “descobrir” o rio Amazonas, Acuña inicia o relato da viagem de Pedro Teixeira:

Saiu, pois, este bom caudilho dos confins do Pará aos 28 de outubro de mil seiscentos e trinta e sete anos, com quarenta e sete canoas de bom tamanho (embarcações de que adiante falaremos) e nelas setenta soldados portugueses, mil e duzentos indios de voga e guerra, que juntos às mulheres e moços de serviço, passariam de duas mil pessoas (Acuña, 1941, p. 151).

E logo cedo da viagem, os índios já começaram a demonstrar vontade de retornar: “como tiveram de seguir este caminho tão comprido, e pelos incômodos que nele se passavam, começaram os índios amigos a demonstrar pouca vontade de prosseguir, e de fato alguns voltaram para as suas terras” (Acuña, 1941, pp. 151–152).

Assim, Acuña narra a chegada da expedição à então “cidade do Pará”, hoje Belém: “Obedecendo logo ao que se lhes ordenava, aos 16 dias do mês de fevereiro de 1639, deram princípio a tão longa viagem, que durou por espaço de dez mezes, até chegaram á

cidade do Pará, em cujo porto entraram aos 12 de dezembro do mesmo ano” (Acuña, 1941, p. 166). Além das garantias legais de veracidade estabelecidas pelo tipo narrativo escolhido, as *relações*, os cronistas ressaltam sempre a veracidade do relato:

Digo isto porque poderá ser que outras narrativas venham à luz, talvez não tão ajustadas à verdade como convinha. Esta o será e tanto, que de modo algum nela porei coisa que não possa, de frente erguida, testemunhar com mais de cinquenta Espanhois – Castelhanos e Portuguêses, que fizeram a mesma viagem, afirmando o certo por certo e o duvidoso como tal, para que em assunto tão grave e de tanta importância, ninguém se atreva a acreditar mais do que se afirma nesta narração. (Acuña, 1941, p. 167).

As qualidades da Região são ressaltadas em muitos trechos pelas descrições feitas do rio, que para ele era chamado erroneamente de “Rio Marañon”:

É o formoso Rio das Amazonas, que percorre e banha as mais ricas, férteis e povoadas terras de todo o Império do Perú o que de hoje em diante podemos, sem usar hipérboles, qualificar como o maior e mais célebre do Orbe.

[...] Do Rio das Amazonas se pode afirmar que as suas margens são em fertilidade Paraisos, e se a arte ajudar a fecundidade do solo, será todo ele uma série de aprazíveis jardins.

[...] O Rio é abundante em pesca, os montes em caças, os ares em aves, as árvores em frutas, os campos em meses, a terra em minas e os naturais, que a habitam, em grandes habilidades e agudos engenhos para tudo o que lhes importa, como iremos vendo no decorrer desta história (Acuña, 1941, p. 168–170).

E, também, faz o reconhecimento das riquezas naturais de produtos que ainda hoje são bastante apreciados e explorados como remédios naturais na Amazônia:

Aqui o azeite de andiroba, que é uma árvore, inestimável para curar feridas (63). Aqui o de copaíba (64), árvore também, e ao qual não iguala o melhor bálsamo. Aqui se encontram mil qualidades de ervas e árvores de particularíssimos efeitos; e há ainda por descobrir outras muitas, que poderiam descrever um segundo Dioscórides e terceiro Plínio e todos teriam bem que fazer para averiguar as suas propriedades (Acuña, 1941, p. 191).

As madeiras e “apetrechos” para a fabricação de navios são outra riqueza a ser ressaltada na crônica de Acuña:

As árvores neste Rio são sem conta, tão altas, que sobem às nuvens, tão grossas que causam espanto; um cedro medi com as minhas mãos que tinha trinta palmos de circunferência. Produzem quase todas tão boas madeiras, que não se podem desejar melhores, porque são cedros, ceibos, pau ferro, pau vermelho e outros

muitos, já conhecidos daquelas regiões e experimentados como os melhores do mundo para fabricar embarcações, as quais neste Rio, melhor e com menos despesa que em qualquer parte, se poderão lançar nagua, acabadas e perfeitas, sem que se necessite da nossa Europa mais que o ferro para a cravação (Acuña, 1941, p. 192).

Além da madeira, o autor ressalta “outras três coisas proveitosas que há nesse rio que serão suficientes para enriquecer não a um a muitos reinos”: o cacau, o tabaco e a cana-de-açúcar. Para Acuña, é a mais doce do Brasil por causa do plantio na várzea, área amazônica que fica metade do ano debaixo d’água.

Pois a terra para cana doce é a mais famosa que há em todo o Brasil, como podemos testemunhar, os que percorremos aquelas regiões: porque é toda: ela um maçapê contínuo, que é o que os lavradores desta planta tanto estimam e com as inundações do Rio, que nunca duram senão poucos dias, ficam tão fertilizadas que antes seria para temer o demasiado viço (Acuña, 1941, p. 194).

Com um olhar apurado de colonizador, segue descrevendo “outros gêneros de estima que aí se encontram”, sempre ressaltando a ideia de exploração da Amazônia, do seu espaço e da sua gente.

Não só estes gêneros podia prometer este novo mundo descoberto, com que enriquecer a todo o Orbe, mas também outros muitos, que, embora em menor quantidade, não deixariam de auxiliar com o seu quinhão para o enriquecimento da Coroa Real, como são o algodão, que se colhe em abundância, o urucú, com que se obtém um vermelho perfeito, que os estrangeiros estimam grandemente; a canafístula, a salsaparrilha, os óleos que competem com os melhores bálsamos para curar feridas, as gomas e resinas perfumadas, a pita, de que se tira o mais estimado fio, e da qual há grande abundância, e outras muitas coisas que cada dia a necessidade e a ambição virão trazendo à luz (Acuña, 1941, p. 195).

E a riqueza do rio se apresenta como outra joia a ser explorada:

O Rio das Amazonas recebe em si as vertentes das terras mais ricas da América, pois pela banda do Sul desaguam nele caudalosos rios, que descem das proximidades do Potosí, outros de Guanuco, Cordilheira próxima da cidade de Lima, outros do Cuzco, e outros de Cuenta e Gibaros, que é a terra mais rica em ouro que há na terra descoberta (Acuña, 1641, p. 196).

Relata, ainda, o cotidiano da vida dos índios e sua forma de comércio:

Todos os que vivem às margens deste grande Rio estão congregados em grandes aldeias e, como Venezianos ou Mexicanos, todo o seu trato é por água, em pequenas embarcações, que se chamam canoas; estas ordinariamente são de cedro, de que a Providência de Deus abundantemente os proviu, sem que lhes custe o

trabalho de cortá-lo ou tirá-lo do monte, enviando-o pelas avenidas do Rio, que, para suprir a esta necessidade, o arranca das mais distantes Cordilheiras do Perú, e o põe às portas de suas casas, onde cada qual escolhe o que mais à conta lhe parece (Acuña, 1941, p. 202).

Depois de detalhar os afluentes do rio Amazonas, descrever o mito das mulheres guerreiras amazonas, citar os indígenas e suas flechas envenenadas, Acuña afirma: “Este é em suma o novo descobrimento deste grande rio que, encerrando em si grandiosos tesouros, a ninguém repele, mas antes, a todo género de gente com vida liberal a que deles se aproveite” (Acuña, 1941, p. 282).

1.7 A Amazônia Colonial dos viajantes europeus: uma revisão das pesquisas que mapearam as expedições à Região nos séculos XVII, XVIII, XIX e XX

A busca por textos sobre o tema em questão utilizou inicialmente as palavras-chave: *Amazônia* e *colonial* nos repositórios: *Biblioteca Digital de Obras Raras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)*, da qual resultaram 409 títulos. Diante do elevado número de textos, optou-se por refazer as palavras-chave. A busca foi então feita utilizando-se o termo *Amazônia colonial paraense*; dessa pesquisa foram selecionados os textos que traziam no título termos como: *Pará*, *índios*, *colonial*, o que resultou numa seleção de 13 artigos.

Na base de dados *Scopus*, quando foi utilizada a primeira opção de palavra-chave: *Amazônia colonial*, foram encontrados 305 resultados, sendo 298 livros e seis revistas.

Essa composição de palavra-chave foi utilizada também para pesquisa na base de periódicos da Capes, onde foram encontrados 3.578 resultados. Quando a busca limitou o termo para *Amazônia colonial paraense*, a segunda opção de palavra-chave, esse número reduziu-se para 170 resultados. Na base Scielo, 69 resultados, para a primeira busca, e 12 resultados, quando a busca se limitou à palavra-chave: *Amazônia colonial paraense*.

Além das bases de dados, foram selecionados livros que abordam o tema. Um deles é o do historiador Antonio Porro, que fez uma seleção de fontes primárias em sua obra *As Crônicas do Rio Amazonas* (2020), em terceira edição, desta vez publicada pela

editora Valer (Manaus). Nesta obra, o autor separa, por séculos, os textos produzidos por viajantes europeus à Amazônia.

Porro (2020) apresenta, analisa e reproduz trechos dos relatos originais, com pequenas adaptações. “Gaspar de Carvajal na versão de Oviedo y Valdés”; “Ursua e Aguirre ao Amazonas (1560-61)”; “Os leigos franciscanos na viagem de Pedro Teixeira ao Equador (1636-38)”; “Laureano da Cruz no Alto Amazonas (1647-1650)”; “Samuel Fritz e as notícias do rio Marañon (1686-1723)”; “José Chantre y Herrera e as histórias dos Jesuítas no Alto Amazonas” são os autores revisitados pelo autor.

Outro historiador, Jean Marcel Carvalho França, publicou, em 2012, a obra *A Construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII (Antologia de textos – 1591-1808)*. Neste volume, com 614 páginas, o autor apresenta “Notícias do novo mundo”; “Notícias do Brasil”; “Do Brasil nas relações de viagem”; “Dos impactos de uma certa imagem do Brasil”. Ele elabora uma antologia de textos (1591-1808).

No quadro de viajantes consultados, França (2012, p. 287) lista cerca de 120 cronistas estrangeiros que viajaram pelo Brasil. Para esta investigação, foram selecionados apenas aqueles que textos cujos viajantes estiveram na região amazônica e serão listados a seguir. Passaram pelo território amazônico: o francês Arsène de Paris, padre capuchinho do século XVII, que viajou para o Maranhão; Claude d’Abbeville, também francês e capuchinho, que no século XVII esteve no Maranhão; Vicent le Blanc, francês e navegador do século XVII, viajou para o Amazonas; Louis de Pezieu, francês capuchinho do século XVII, que viajou para o Maranhão; Yves d’Evreux, também francês e capuchinho, do século XVII, esteve no Maranhão; e William Davies, marinheiro inglês do século XVII, viajou para o Amazonas.

O que me interessava, agora, era saber que Brasil e que brasileiros os escritos em questão tinham construído para o público europeu durante os três longos e decisivos séculos que se seguiram à viagem de Cabral, séculos em que se consolidaram certas percepções acerca do Novo Mundo, as quais, bem sabemos, tiveram vida longuíssima na cultura ocidental (França, 2012, p. 10).

A forma de apresentação e discussão do tema seguirá o modelo apresentado acima, ou seja, serão listados os principais viajantes estrangeiros que estiveram na Amazônia (séculos XVII, XVIII, XIX e XX), seguidos dos autores que estudaram os seus relatos e de trechos representativos para discussão proposta neste estudo, escolhidos de

forma arbitrária. Não é objeto deste trabalho realizar uma interpretação aprofundada desses relatos. Caso seja de interesse do leitor um aprofundamento nesses escritos, há nas obras citadas detalhadas análises sobre eles; algumas apresentam textos originais, com breves adaptações. No tópico a seguir, iniciar-se-á a explanação dessa literatura de viagem, a partir de uma breve exposição sobre a passagem dos franceses pelo que hoje se conhece como estado do Maranhão, em cujo território há uma parte que compõe a ALB. Em sequência, serão apresentados os outros relatos relativos aos séculos XVIII, XIX e XX, relatos que têm como base as obras de França (2012), Porro (2009, 2020), Mello-Leitão (1941), Tavares (2020), Lisboa (1992) e Bates (1944).

1.8 A Amazônia do século XVII: os franceses no Maranhão

Por meio da Carta Régia de 1621, foi criado o “Grande Estado do Maranhão”, formado pelas capitanias do Maranhão, Pará e Ceará, elevado à condição de estado independente do resto do Brasil, reportando-se sem mediação jurídica à metrópole (Porro, 2009).

E para proteger-se da invasão estrangeira: “Foi ainda sob o domínio espanhol, cioso de defender o território brasileiro das frequentes incursões dos franceses, que se criou a capitania do Cabo Norte em 1637” (Mello-Leitão, 1941, p. 63).

“Laureano de La Cruz no Alto Amazonas (1647-1650)” representa o único relato de um europeu que teve contato constante com a população indígena e que viveu na Região por um tempo prolongado. Foi escrito anteriormente ao relato do padre Samuel Fritz.

A crônica de frei Laureano é uma fonte primária importante para o conhecimento de alguns aspectos do modo de vida Omágua em meados do século XVII. (...). A parte final da crônica, com descrição do rio Amazonas abaixo do Içá e até Belém, embora calcada nos dados geográficos de Acuña, contém diversas informações originais sobre o aspecto de algumas províncias (Porro, 2020, p. 138).

O relato de “Samuel Fritz e as notícias autênticas do Rio Marañon (1686-1723)” consta na obra reeditada em 2020:

O Diário de Samuel Fritz, que forma o corpo das notícias autênticas, é indiscutivelmente uma das quatro principais fontes da antiga etnografia amazônica. Comparado aos Descobrimientos de Carvajal e Acuña, históricos roteiros de viagem com observações geralmente superficiais sobre a população indígena, e a Descrição de Heriarte, o único tratado sistemático da etnografia ribeirinha do Amazonas, o Diário de Fritz é obra de natureza distinta (Porro, 2020, p. 172).

Os alemães continuam a fazer incursões à Amazônia. Um exemplo é a publicação bilíngue (alemão/português) que é veiculada anualmente intitulada: *Martius-Stasen-Jahrbuch*,⁶ que em 2020 abordou “os 200 anos viagem de Spix e Martius pela Amazônia” Entre 2017 e 2019, os editores percorreram os mesmos trechos visitados pelos naturalistas alemães, só que desta vez junto com “dois cinegrafistas”. No artigo, que abre a publicação, os editores escalrecem: “o objetivo do presente relato é apresentar as experiências e os encontros com lugares e moradores que a equipe de pesquisa teve durante a sua estadia na Amazônia” (Bolle & Kupfer, 2020, p. 21), referindo-se aos naturalistas alemães.

Maurício de Heriarte, em 1662, fez a sua *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas*, que está catalogada em Porro (2007), em seu *Dicionário etno-histórico da Amazônia*, em que lista as fontes primárias desde Cristóbal de Acuña (1639), passando pelos naturalistas do século XVIII, assunto do próximo tópico.

A Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Maranhão, escrita por João Filipe Bettendorf (1625-1698), está publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (v. 119, p. 1-697, 1909). Alguns anos antes, foi pelas letras de Marc Lescarbot a descrição da “desastrosa aventura” dos franceses de entrar no Novo Mundo. “Ainda que curtas e tragicamente encerradas, desempenharam um papel sobremodo importante para a colonização portuguesa [...] e causaram grande impacto no pensamento francês dos séculos XVI, XVII e XVIII” (França, 2012, p. 379).

⁶ Para adquirir o exemplar da revista, basta solicitar via e-mail: arquivo@martiusstaden.org.br

1.9 A Amazônia de Marquês de Pombal e os naturalistas do século XVIII

A busca por uma compreensão maior e mais aprofundada sobre a região amazônica e seus habitantes fez com que, entre os anos de 1743 e 1820, os rios da Região fossem muito percorridos. Por meio da chamada literatura de viagem, os naturalistas do século XVIII descreveram “homens marinhos, homens macaco e outras maravilhas”, além de nomear a diversas paisagens amazônicas, como, por exemplo, uma paisagem em movimento, sentimental, econômica e humana (Tavares, 2020).

Com a responsabilidade de reformar a colônia portuguesa no Brasil, veio de Portugal o irmão do Marquês de Pombal e membro do governo português, Mendonça Furtado (que dá nome a importante via da cidade de Santarém-PA, local de onde fala a pesquisadora deste estudo), que teve papel fundamental na reordenação dos territórios da Amazônia colonial. O nome de uma das mais importantes e movimentadas ruas do município de Santarém, que forma uma espécie de coluna vertebral do trânsito na cidade, é apenas um exemplo dos muitos resquícios dos portugueses que ainda hoje fazem parte do cotidiano dos paraenses.

Quando o Marquês de Pombal assumiu o poder em Portugal, em 1750, uma de suas medidas foi lançar intensiva campanha centralizadora na Amazônia, que resultou numa mudança: passou-se das indústrias extrativistas para um desenvolvimento agrícola orientado para a exportação. Foi Pombal que deu à Nova Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão um monopólio sobre o comércio exterior e sobre o tráfico de escravos. Como resultado de seus incentivos, um número crescente de plantações e ranchos para a criação de gado, dependentes do trabalho escravo africano, começou a aparecer nos trechos inferiores do Amazonas durante a segunda metade do século XVIII e início do século XIX (Slater, 2001, p. 35).

Os livros de História do Brasil divulgam amplamente que, entre as reformas implantadas por Marquês de Pombal na Amazônia, estão: o fim da escravidão dos indígenas, a retirada dos índios do domínio dos jesuítas e a implementação do ensino laico. Transformou o território e garantiu a liberdade dos indígenas. Mas nem tudo eram flores: a ideia era “branquear” a população, incentivando casamentos inter-raciais.

No contexto da ocupação amazônica pelos europeus, no século XVIII, uma tradição de viajantes é inaugurada no território: os naturalistas. Porro (2009) escreveu o

texto “Relação de Jacinto Carvalho (1719): um texto inédito de etnografia amazônica”, publicado em 2009, no qual relata a importância da *Relação*:

A originalidade da *Relação* de Jacinto de Carvalho e a sua importância para os estudos de história indígena da Amazônia reside no fato de ser o único documento da primeira metade do século XVIII a traçar um quadro relativamente compreensivo da índole, costumes e instituições indígenas, precedido de uma síntese da geografia, flora e fauna do País e dos principais estabelecimentos coloniais e religiosos. Tudo isto em menos da metade das 56 páginas do manuscrito, uma vez que as restantes são dedicadas a uma narração episódica da catequese jesuítica, pautada muito mais, como queria o cânone, pelo gênero edificante do que propriamente pelo analítico ou historiográfico (Porro, 2009, p. 164).

Ainda em Porro (2009), uma referência a esses cronistas:

Da mesma forma, a partir dos anos quarenta do século XVIII haveria uma vigorosa retomada das observações geográficas e etnográficas; inauguradas pela *Relação* de Charles-Marie de la Condamine (1743): elas culminariam ao final do século na obra do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792). Entre uma e outra, os escritos de José Gonçalves da Fonseca (1749), João Daniel (1742-1757), Anselm Eckart (1753-1757), Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759), João de São José Queirós (1761- 1763), José Monteiro de Noronha (1760-1768), Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (1774-1775), Henrique João Wilckens (1781) e João Vasco Manuel de Braum (1789) (Porro, 2009, p. 161).

Em 1783, o ex-aluno da Universidade de Coimbra Alexandre Rodrigues Ferreira foi o primeiro naturalista português a pisar em terras amazônicas, numa expedição financiada pela Coroa Portuguesa. Os naturalistas operavam também como economistas e etnógrafos, ao juntar dados de transformação da natureza. Cumpriam as chamadas viagens filosóficas, verdadeiros laboratórios que estabeleciam relação direta entre expedição e experimento, articulados com interesses políticos estratégicos (Tavares, 2020).

A visão que os naturalistas transmitiram da Amazônia, por meio de seus relatos, abriu uma tradição que se seguiu, na Região, ao longo de todo o século XIX. Este modelo seguirá ocorrendo nos séculos XIX e XX, com naturalistas de outros países, conforme será discutido no próximo tópico.

1.10 A Amazônia dos viajantes do século XIX

As expedições de naturalistas inauguradas no século XVIII continuaram no século XIX. Pelo menos três viajantes naturalistas são presença obrigatória nas análises da literatura de viagem.

Johann Batist Von Spix e Carl Friederich Philipp Von Martius (1817-1820) são dois autores muito citados. Em seu artigo “Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: quadros da natureza e esboço de uma civilização”, a autora Karen Lisboa enfoca a natureza brasileira no olhar de naturalistas alemães, levando em conta os preceitos de história natural com a visão romântica dos autores. No texto da autora, reproduz-se um trecho das crônicas dos dois alemães.

América, essa nova parte do mundo apenas conhecida de poucos séculos atrás, tem sido, desde a época de seu descobrimento, objeto de admiração e predileção da Europa. A feliz situação, a fertilidade e diversidade do seu solo, atraem em tanto colonos e negociantes, como pesquisadores científicos (Spix & Martius, 1817-1820 apud Lisboa, 1992, p. 1).

A obra de Henry Walter Bates, *Um naturalista no rio Amazonas*, é outro relato presente na grande maioria dos livros e artigos consultados. De acordo com a pesquisa feita na Biblioteca Digital de Obras Raras (UFRJ), esta obra está citada por 408 autores, em consulta feita na plataforma em 20 de setembro de 2021. No trecho abaixo, está uma breve descrição da cidade de Santarém, onde vive a autora deste texto.

Já dei breve notícia do tamanho, situação e aspecto geral de Santarém. Embora não conte mais de 2500 habitantes, é a cidade mais civilizada e o centro mais importante das margens do rio principal, desde o Peru ao Atlântico. A bela cidadezinha, com suas filas de casas uniformemente caiadas de branco e de telhas vermelhas, no meio de jardins verdes e de matas, assenta em leve elevação da margem direita do Tapajós, junto ao seu ponto de confluência com o Amazonas (Bates, 1944, cap. VIII).

Do título original: *The naturalist the Amazon river*, para este artigo foi selecionada a tradução de Cândido de Mello-Leitão, publicada pela Companhia Editora Nacional, em 1944, e disponível na plataforma⁷. Na abertura do texto, o tradutor logo avisa: “Este livro é dos que deve ser lido e meditado por todos os brasileiros. Não há em

⁷ Bates, Henry (1944) *O Naturalista no Rio Amazonas*. São Paulo, Rio do Janeiro, Bahia, Recife, Porto Alegre: Companhia das Letras. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/323/1/237%20T1%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf> [20 de julho de 2021].

toda bibliografia estrangeira, nada mais interessante, nada mais simpático, nada mais compreensivo de nossa gente e de nossas coisas” (Mello-Leitão, 1944, p. 5).

De autoria de Cândido de Mello-Leitão, a *História das expedições científicas no Brasil* foi lançada em 1941, pela Companhia Editora Nacional, resultado das conferências apresentadas no “Congresso de História do Brasil”, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1938. O livro está dividido em duas partes: a primeira trata da terra, na qual aborda desde o “descobrimento à exploração da costa”, passando pelas “fronteiras”, “solo”, “rios e suas riquezas”; a segunda parte trata da vida, cujos temas são as “expedições botânicas, zoológicas e etnológicas” à Amazônia.

1.11 A Amazônia dos viajantes estrangeiros do século XX

No início do século XX, o americano Algot Lange (1914) partiu do porto de Belém, onde atualmente está situada a Estação das Docas, um importante ponto turístico da capital paraense, com destino a Santarém, no Baixo Amazonas, a terceira mais importante cidade do estado. Era o início da segunda expedição deste viajante à floresta amazônica.

Dessa expedição resultou o livro *The Lower Amazon*, editado em 1914, ainda sem tradução para a língua portuguesa. Entre as curiosidades do relato está o encontro do americano com “Dr. Goeldi”; ele se refere a Emílio Goeldi, importante cientista que dá nome ao “Museu Emílio Goeldi⁸”, cujas pesquisas possuem reconhecimento internacional. O próprio autor reconhece, no prefácio do livro, a mudança de percepção em seu segundo momento na floresta.

Durante essa minha segunda estada no país amazônico, aprendi a apreciar o melhor da vida amazônica e descobri mais do que tinha consciência na minha primeira viagem, quando escrevi *In the Amazon Jungle*, então era tudo de ‘machos’ ‘culminação dos males’ para meu horizonte mais estreito. Como em

⁸ Museu Paraense Emílio Goeldi <https://www.museu-goeldi.br/> [18 de agosto de 2021].

todos os lugares, o bem e o mal se misturam, e aqui também há muito que é inteiramente novo⁹ (Algot, 1914, prefácio).

Professora da disciplina de Civilização Brasileira da Universidade da Califórnia, em Berkeley, Candance Slater recebeu, certa vez, de seus alunos um pedido: que ela falasse sobre a região amazônica. Slater pensou que uma ida à biblioteca da universidade resolveria o assunto. Não foi bem assim, afirma Slater; a rápida passada na biblioteca transformou-se num amplo projeto de pesquisa: “Intrigada com a [pouca] quantidade de estudos sobre uma parte do Brasil a respeito da qual eu sabia muito pouco, decidi ver a Amazônia com meus próprios olhos” (Slater, 2001, p. 9).

A explicação acima consta na obra *Dance of the dolphin: transformation and disenchantment in the amazonian imagination*, com tradução para a língua portuguesa de Astrid Figueiredo, com o título: *Festa do Boto: Transformação e desencanto na imaginação amazônica* (2001), da Editora Funarte, um dos resultados da passagem da autora pela Região. Tendo como pano de fundo o festival folclórico da cidade de Parintins (AM), a autora apresenta no livro um panorama da sociedade amazônica, a partir de uma extensa pesquisa feita *in loco* em diversas cidades dos estados do Pará e do Amazonas, e de relatos de pessoas que vivem nesses locais, que vão desde ribeirinhos a políticos com mandato.

No artigo “*Visions of the Amazon: What has shifted, what persists, and what this matters*” (2015), ainda sem tradução para o português, Slater discorre sobre as visões da Amazônia, o que mudou, o que persiste e por que isso importa. A partir deste trecho, sigo com as considerações sobre o artigo, em tradução livre; já as citações foram mantidas na língua original, e optou-se por mantê-las na língua original para dar ao leitor o real sentido das palavras da autora.

No referido trabalho, Slater (2015) afirma que a Amazônia é “um espaço metafórico particular” e considera “importantes transformações” na imagem da Amazônia na passagem do século XX para o XXI. Faz uma rápida história das representações sobre a Região.

⁹ Tradução livre da autora: “During this, my second, sojourn in the Amazoncountry, I learned to appreciate the better side of Amazon life, and discovered more than I was conscious of on my first trip, when I wrote *In the Amazon Jungle*. Then everything was *Remate de Males*, ‘Culmination of Evils’, to my narrower horizon. As in all places, the good and bad are intermingled, and here there is also much that is entirely novel” (Algot, 1914, prefácio).

As imagens atuais da Amazônia têm raízes parciais nas primeiras crônicas coloniais que alternam entre visões da Região como uma natureza paradisíaca cheia de maravilhas e um inferno terrestre que pune intrusos presunçosos. Embora os autores busquem ressaltar a promessa material da região, poucos resistem a descrições de suas características mais hostis” (Slater, 2015, p. 5, tradução livre).¹⁰

A autora chama a atenção para as imagens que ainda persistem sobre a Amazônia, imagens que vêm junto com profundas mudanças, que não são homogêneas, mas ainda parciais e complexas.

Ainda sem tradução para o Brasil, o livro *Entangled Edens: visions of the Amazon*, editado pela University of California Press, em 2001, é outra obra de Slater que resulta de sua passagem pelo interior da Amazônia. Em 332 páginas, a autora, além de analisar a imagem da Amazônia, faz histórico acerca do tema, desde os escritos coloniais até histórias contadas por motoristas de táxi de cidades como Manaus e Parintins (AM). Faz isso para mostrar que o espaço amazônico é “constantemente contestado”, seja por meio das opiniões dos “forasteiros” ou de quem vive lá.

¹⁰ Tradução livre da autora: “Today’s images of Amazonia have partial roots in early colonial chronicles that flip between visions of the region as a paradise-like nature full of marvels and an earthly hell that punishes presumptuous intruders. Although the authors seek to underscore the region’s material promise, few resist descriptions of its more hostile features” (Slater, 2015: 5).

CAPÍTULO II – Acerca do espaço amazônico: considerações sobre as narrativas do passado no presente

Neste segundo capítulo, discorre-se sobre a Amazônia na atualidade e sua importância para a vida no planeta, expõe-se a representação do espaço amazônico, sua cultura, histórias e considerações sobre problemas contemporâneos. O papel da Amazônia no contexto internacional valida a importância deste tópico, que levanta a discussão sobre o desflorestamento, a ação humana e a centralidade ambiental, lançando olhares sobre a cultura e os povos da floresta.

2.1 A Amazônia no contexto internacional

Em 2020, a Amazônia esteve no centro das preocupações de líderes governamentais de todo o mundo, principalmente da Europa, cuja preocupação está refletida nos temas divulgados sobre a Região. Em 2022, a publicação *A conta chegou*, da ONG Observatório do Clima, escancara o descrédito internacional da gestão do presidente Jair Bolsonaro.

A credibilidade internacional do Brasil acabou não com um estrondo, mas com um gemido. Depois de dois anos recebendo cartas com ameaças de investidores, dizendo que estava tudo bem e mostrando indicadores piores ano a ano e nenhuma mudança de comportamento, o governo brasileiro simplesmente parou de ser escutado: ninguém acredita mais no que o vice-presidente Hamilton Mourão ou o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, falam sobre combate ao desmatamento (Observatório do Clima, 2022, p. 8).

O vice-presidente Hamilton Mourão, acima citado, preside o Conselho Nacional da Amazônia Legal, criado na gestão de Jair Bolsonaro para tratar dos temas relacionados à Região. Este conselho será detalhado mais adiante.

A Pan-Amazônia ou Amazônia Continental é formada por oito países: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, abrangendo 7,8 milhões de quilômetros quadrados, o que corresponde ao território da Europa ocidental¹¹.

Mapa 2

Mapa geográfico da Amazônia



Nota. Fonte: Google (2021).

Para o JN, o mapa da ALB está configurado na imagem reproduzida abaixo. Ela foi veiculada na edição do dia 30 de novembro de 2020, em uma reportagem elaborada a partir da cidade de São José dos Campos, em São Paulo, para apresentar dados sobre o desmatamento na Região. Essa matéria está analisada no capítulo 5 desta investigação. Não é o foco principal deste trabalho a análise das imagens, porém, neste caso, é possível inferir a narrativa sobre a Região dada pelo telejornal, a partir de um mapa reproduzido em cima de uma área devastada.

Normalmente, a imagem que se tem da região amazônica é mais uma imagem *sobre* a região do que *da* região. Essa situação ocorre devido à posição geopolítica a que ficou vinculada desde os tempos coloniais (Gonçalves, 2001, grifos do autor). Daí, justificar-se um estudo que leve em conta os primeiros relatos escritos e as narrativas contemporâneas veiculadas pelos telejornais.

¹¹ A Europa ocidental é formada pelos seguintes países: Albânia, Alemanha, Áustria, Bélgica, Bósnia Herzegovina, Eslováquia, Espanha, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Portugal, República Checa, Suíça (Veja, Amazônia 1977) in Mendes (2001).

Mapa 3

Amazônia Legal



Nota. Segundo JN, reproduzida em reportagem que tratava sobre dados do desmatamento. Fonte: imagem capturada da tela da TV (2020).

A imagem abaixo, que ilustra o relatório da ONG WWF, intitulado *Amazônia Viva: uma década de descobertas 1999-2009*, no qual estão listadas as novas espécies da Amazônia catalogadas no período, reproduz uma narrativa sobre a Amazônia que vem sendo recorrente há séculos: a de que a Região é um repositório de espécies, sejam animais ou florestais, e precisa ser preservado, isso sem considerar os povos que vivem no local.

Mapa 4

Amazônia



Nota. Fonte: relatório: “Amazônia Viva! Uma década de descobertas 1999-2009”.

De acordo com o relatório, entre os anos de 1999 e 2009, pelo menos 1.200 espécies novas de plantas e vertebrados foram descobertas no bioma Amazônia. Entre as novas espécies, estão: 637 plantas, 257 peixes, 216 anfíbios, 55 répteis, 16 aves e 39 mamíferos. O trecho reproduzido abaixo dá uma ideia da dimensão do feito, que é reconhecidamente inegável:

Esta publicação apresenta novas espécies dos oito países amazônicos e da Guiana Francesa. Entre as deslumbrantes descobertas estão um peixe vermelho cego impressionante, um sapo do tamanho de uma moedinha com anéis cor-de-rosa no corpo, uma nova espécie de sucuri que mede 4 metros, uma tarântula com presas azuis e um papagaio careca. Estas descobertas vêm aumentar o nosso reconhecimento do imenso valor da Amazônia (WWF, 1999-2009, p. 7).

O relatório esclarece ainda que foram descobertas “milhares de novas espécies de invertebrados”, e que, devido ao imenso número destas últimas, elas não são tratadas de forma detalhada, o que indica que as descobertas podem ter sido ainda maiores do que os números apresentados, o que ratifica a importância da Região para a vida no planeta.

“Que lugar o mundo reserva para a Amazônia no novo século?” Este questionamento consta do ensaio *Amazônia modos de (o)usar* (Mendes, 2001), que, de acordo com o autor, havia sido inicialmente publicado na edição de 1º de janeiro de 2000, pelo jornal paraense de maior circulação no estado, então ligado ao Grupo Globo: o jornal *O Liberal*. O autor cria conceitos sobre a Região baseados na sua experiência como professor e pesquisador, propondo, por exemplo, o termo *amazonidade*. Ele tenta caracterizar costumes e hábitos do homem e da terra amazônicos, além de tentar alcançar o que denomina *imaginário da Região*. Ao demonstrar a complexidade do tema, o autor acrescenta também o termo *fator amazônico*, que para ele “tem a ver com as utilidades econômicas (e ‘futilidades’ aneconômicas tais como o belo, o bom, o justo), ínsitas ao modo de ser natural da Região” (Mendes, 2001, p. 27, grifos do autor).

Sobre a geopolítica da Amazônia, Becker (2005) considera que as resistências regionais e os conflitos oriundos delas vão além das disputas por terras, alcançam as demandas externas que perpassam interesses sociopolíticos. “Esses conflitos de interesse, assim como as ações deles decorrentes, contribuem para manter imagens obsoletas sobre

a Região, dificultando a elaboração de políticas públicas adequadas ao seu desenvolvimento” (Becker, 2005, p. 72).

Seja um fato ligado ao aumento de desmatamento na Região ou notas sobre uma aldeia perdida na Amazônia, as narrativas construídas sobre a Região a partir de fontes (notícias ou relatos oriundos de fontes oficiais) de dentro e fora do Brasil assumem uma conotação que reverbera antigos mitos e metáforas acerca do meio ambiente, da sociedade e da floresta, como é o caso do El Dourado, ou do “Bom selvagem” preconizado por Gaspar de Carvajal, no século XVI, e que ainda encontram referências na contemporaneidade (Slater, 2010).

Ao analisar as interpretações sobre a notícia de uma “tribo perdida” que ganhou grande repercussão nacional e internacional, em maio de 2008, a partir do relato de um líder de uma missão da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que, em seguida, seriam desmentidas, Slater (2010) ressalta as diferenças de abordagem de notícias de dentro e de fora do Brasil. Para a autora, nos relatos internacionais, a preocupação é com os problemas ligados a questões maiores, mais gerais, como, por exemplo, a extinção das espécies e as mudanças climáticas. Já nas notas de veículos de imprensa brasileiros, a tendência é o enfoque a questões mais práticas, por exemplo, o desmatamento, além de ressaltar questões política e interesses econômicos.

Entre as suas conclusões, está a de que: “É possível ver o caso como prova do poder contínuo de metáforas e mitos existentes há muito tempo que adquirem novos significados nos contextos políticos e econômicos contemporâneos”¹² (Slater, 2010, p. 158, tradução minha). A autora se refere a mitos como “expressões simbólicas de crenças coletivas” que simulam a percepção de fatos aparentes.

Para Slater (2015), a Amazônia é vista como uma fonte de materiais e *commodities* simbólicas há muito tempo. A grandiosidade da floresta sempre vem acompanhada de promessas de riquezas. Desde as cobiçadas “drogas do sertão”, ou seja, a extensa lista de produtos regionais cobiçados pelos que estavam chegando por aqui.

Durante grande parte do início da história da Amazônia, os exploradores estavam interessados em uma longa lista de produtos vegetais regionais, incluindo algo

¹² It is also possible to see the case as proof of the ongoing power of long-existing metaphors and myths that acquire new meanings within contemporary political and economic contexts (Slater, 2010, p. 158).

surpreendente para os leitores modernos como a salsaparrilha. Diferentes períodos da história viam recém-chegados ávidos por tesouros, ansiosos por colocar as mãos em madeiras nobres, borracha, juta e, cada vez mais, vários extratos de plantas com propriedades farmacêuticas (Salter, 2015, p. 10, tradução minha)¹³.

Ao longo dos anos, essa promessa de riqueza vem ganhando novos contornos por meio da publicidade de produtos que carregam consigo o peso da “Rain Forest”, produtos que vão desde fraldas descartáveis a refrigerantes, passando por cremes de beleza e roupas, o que é uma prova de que a riqueza da floresta ganha contornos diferentes ao longo dos anos.

A Amazônia também carrega consigo o mito do “mundo perdido”. “Este mundo não é um artigo específico de comércio como uma caixa de fralda ou suco, mas sim um lugar geográfico que se distingue por sua distância e há muito isolado [...] que deixa claro que ele é muito mais que um ponto no mapa” (Slater, 215, p. 13). As visões da Região analisadas pela autora dão conta ainda da Região como “um reino de natureza e universo de povos”.

Pelo que até agora se explanou nesta investigação, desde a descrição das mulheres guerreiras amazonas feita por Carvajal aos relatos dos moradores de uma tribo perdida no meio da floresta, a noção de Amazônia como um universo povoado vem mudando ao longo dos tempos. Difícil para alguns é relacionar o nome *Amazônia* com uma metrópole como Manaus, capital do estado do Amazonas, ou então com Belém, a capital do estado do Pará, ou mesmo com Santarém, a terceira mais importante cidade do Pará, que fica no ponto mais central da Pan-Amazônia e é sede de grandes empreendimentos com perfis e interesses tão diversos, como a multinacional Cargill S/A e a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).

Embora não haja dúvida de que as imagens da Amazônia estão mudando, a transição da floresta tropical para outras visões sobre a região – incluindo outras florestas tropicais – é decididamente parcial e complexa. Além disso, diferentes grupos e indivíduos empregam visões de um universo povoado para atender seus próprios objetivos estratégicos¹⁴ (Slater, 2015, p. 20).

¹³ During much of the Amazon's early history, explorers were interested in a long list of regional plant products, including something as surprising to modern readers as sarsaparilla. Different periods in history saw treasure-hungry newcomers eager to lay hands on hardwoods, rubber, jute, and, increasingly, various plant extracts with pharmaceutical properties (Salter, 2015, p. 10).

¹⁴ While there is no doubt that images of the Amazon are shifting, the transition from the Rainforest to other visions of the region – including other rain forests – is decidedly partial and complex. Moreover, different

Associar a Amazônia à natureza simplesmente, não pode ser encarado como algo negativo. Isso é feito de acordo com os interesses de cada um, para o bem ou para o mal. O certo é que há um envolvimento emocional com o espaço amazônico, tanto por parte de quem vive na Região ou fora dela, seja esse espaço real ou imaginado, ou ainda fruto de uma representação construída ao longo de séculos.

2.2 O desflorestamento, a ação humana e a centralidade ambiental

Ações governamentais marcaram a Amazônia desde o começo de sua ocupação territorial. Na década de 1970, o governo brasileiro implementou, por meio do Decreto nº 73.683, de 19/2/1974, com 527.319 hectares, a Floresta Nacional do Tapajós (Flona do Tapajó), que abrange os municípios de Aveiro, Belterra, Placas e Santarém, na região Oeste do Pará, e faz parte da política de preservação dos territórios, com destinação de uso sustentável da floresta. Nessas quase cinco décadas, o projeto se tornou um exemplo de manejo sustentável com reconhecimento internacional.

A gestão da Flona é feita pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Floresta (ICMbio)¹⁵. O acesso à promoção ao uso dos recursos naturais é possibilitado por meio da Cooperativa da Floresta Nacional do Tapajós (COOMFLONA), um exemplo bem-sucedido de aproveitamento e preservação do ambiente. Em vez da busca pelo ouro no início da ocupação, ou até do “ouro branco” na época da exploração da borracha, hoje é o verde que predomina. A Flona permanece preservada, o que não tem ocorrido em outros espaços da floresta.

A palavra *desflorestamento* ou *desmatamento* resume bem a realidade da Amazônia na atualidade. As cicatrizes deixadas pelo fogo no território brasileiro podem ser citadas como exemplos da centralidade ambiental acerca das narrativas sobre a

groups and individuals clearly employ visions of a peopled universe for their own strategic ends (Slater, 2015, p. 20).

¹⁵ Para mais informações sobre a Floresta Nacional do Tapajós, acessar: <https://www.icmbio.gov.br/flonatapajos/>.

Região. Elas estão mapeadas no relatório da ONG MapBiomas (2021) e perpassam a grande maioria dos textos jornalísticos selecionados para esta análise.

Ao analisar cerca de 150 mil imagens de satélite, do período de 1985 a 2020, a ONG registrou uma área total queimada no Brasil de 1.672.142 km², uma média de 150,957 km² ao ano. Desse total, 41% se concentraram na Amazônia, que teve 690.028 km² queimados em 36 anos (MapBiomas, 2020).

A pesquisa identificou também o período de maior ocorrência das queimadas, registradas entre os meses de julho e outubro. Esse período também coincide com a maior presença da Amazônia nos noticiários, havendo uma concentração de pautas que abordam esse tema.

Gráfico 1

Relatório MAPBIOMAS-FOGO (1985-2020)



Nota. Fonte: MAPBIOMAS (2021).

Dos dez estados que mais queimaram até 2020, cinco estão localizados na área da Amazônia Legal, em ordem crescente de desmatamento: Mato Grosso (MT)¹⁶, Pará (PA), Tocantins (TO), Maranhão (MA) e Rondônia (RO). O levantamento também mostrou os locais onde esse desmatamento ocorre: 65% das queimadas atingiram a mata nativa e

¹⁶ Área queimada em quilômetros quadrados: Mato Grosso (389.014); Pará (215.715); Tocantins (166.686); Maranhão (156.895); Rondônia (95.443). Fonte MAPBIOMAS (2021).

Das narrativas das Descobertas aos textos jornalísticos atuais: um estudo da Amazônia que é notícia em telejornais de Portugal e do Brasil (2020)

35% áreas antrópicas. Outro dado alarmante indica que 61% das áreas queimadas, durante o período analisado, foram afetadas pelo fogo duas ou mais vezes. A figura reproduzida a seguir mostra o local dessas ocorrências.

Gráfico 2

Relatório MAPBIOMAS-FOGO onde ocorre o fogo (1985-2020)



Nota. Fonte: MAPBIOMAS (2021).

E em 2021, os dados sobre o desmatamento indicam índices crescentes de perda da cobertura florestal, ao mesmo tempo em que as fiscalizações diminuíram; a aplicação de multas vem caindo de forma considerável, e até o governo brasileiro vem sendo acusado de facilitar a exportação ilegal de madeira, conforme mostrou reportagem do JN: “documentos comprovam mostram que uma ação do próprio Governo Federal brasileiro acabou facilitando a exportação de madeira extraída ilegalmente” (Trecho JN 17/11/2020). A decisão resultou de um pedido dos madeireiros, que alegavam dificuldade na venda de produtos para o exterior:

Em fevereiro, madeireiras do Pará pediram para o governo mudar uma regra que existia há nove anos: queriam vender madeira para o exterior apresentando apenas o documento de origem florestal, o DOF, que, originalmente, só serve para permitir o transporte da mercadoria até o porto e é feito pelas próprias empresas. Segundo os ambientalistas, em março, o presidente do Ibama, Eduardo Bim, contrariou laudos técnicos da diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas, do Ibama, e fez exatamente o que os madeireiros solicitaram: suspendeu por um despacho os efeitos de uma instrução normativa, alegando que ela não se aplicava mais por causa do código florestal (Trecho JN, 17/11/2020).

Os números a seguir apresentam a estimativa da taxa de desflorestamento para o ano de 2021 nos estados da ALB. Os estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso e

Rondônia correspondem a 87,25% do desmatamento na Região. Isso fica explícito na figura reproduzida a seguir, que apresenta o mapa de ocorrências de desmatamento elaborada pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE).

Tabela 1

Ocorrência de desflorestamento por estado da ALB em 2021

Estado	PRODES 2021 (km ²)	Contribuição (%)
Acre	871	6,58
Amazonas	2.347	17,73
Amapá	39	0,29
Maranhão	363	2,74
Mato Grosso	2.263	17,10
Pará	5.257	39,72
Rondônia	1.681	12,70
Roraima	386	2,92
Tocantins	28	0,21
ALB	13.235	100,0

Nota. Fonte: INPE (2022).

Os dados acima contabilizados pelo INPE, que é um dos mais respeitados institutos do Brasil, revelam os números do desmatamento identificado como “corte raso” no período compreendido entre 1º de agosto de 2020 e 31 de julho de 2021, cuja estimativa foi de 13.235 km², o que representa um aumento de 21,97% em relação a 2020, de acordo com os dados apurado pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES/INPE).

2.3 Olhares sobre a cultura e os povos da floresta

Estudar a Amazônia passa necessariamente pelo entendimento de suas gentes. É uma região complexa na sua formação, que deixa marcas dessa complexidade também nos seus habitantes. Ribeirinhos, caboclos, beiradeiros, extrativistas são alguns dos termos que se referem aos moradores da Região, confirmando sua rica etnodiversidade.

O renomado antropólogo americano Charles Wagley foi um dos primeiros estrangeiros a incluir em seus estudos sobre a região amazônica os costumes, hábitos e modos de viver do homem e da mulher amazônicos. Para ele, o exotismo e a grandiosidade da floresta desviaram a atenção do homem amazônico (Wagley, 1976). Em seu livro *Amazon Town* (1976), ele estuda a cultura da Região, a vida e o cotidiano de homens e mulheres brasileiros.

Ainda que a sua representação seja carregada de percepções estrangeiras construídas na sua própria cultura, o trabalho em torno de uma pesquisa realizada no final dos anos de 1940 descreve o homem amazônico como “retrógrado” e “atrasado”; o autor desperta para a questão na qual estudar a Amazônia é também estudar seus habitantes, ainda que esta preocupação seja recheada de concepções pautadas no imperialismo e na ideia de colonização com muitos elementos preconceituosos e generalizações. Na apresentação da obra, identifica-se a influência europeia na formação do Brasil.

De fato, há vários Brasis. O Brasil é feito de três raças e sua cultura é derivada dos três continentes, mas suas maiores instituições, sua língua e seus padrões básicos de comportamento são europeus, modificados e desenvolvidos no Novo Mundo. Foi a herança portuguesa e as experiências comuns no Novo Mundo que deram unidade ao *mosaico* brasileiro¹⁷.

Ao estudar Wagley (1976), que foi um dos primeiros cientistas americanos a atuar na América do Sul e no Brasil, Agra (2013) analisa os sentidos construídos culturalmente pelo autor na sua cultura de origem e na cultura amazônica, considerando a influência desses sentidos na leitura, compreensão e tradução do espaço amazônico. Esta obra conduziu muitos estudos e ajudou na construção da ideia sobre a Amazônia no cenário internacional.

[...] deixa prevalecer nesta sua obra, uma tradução da Amazônia à audiência internacional, as suas representações imperialistas, permitindo que se reconheça em seu discurso a ideologia europeia do colonizador que vê o “outro” como o nativo indolente e com poucas chances de sobreviver por si mesmo. (Agra, s/d: 20).

¹⁷ There are indeed many Brazil. Brazil is made up of three races and its culture is derived from three continents, but its major institutions, its language and its basic patterns of behavior are European ones, modified and developed in the New World environment. It was the Portuguese heritage and the common experience in the New World that have unity to the Brazilian mosaic.

Numa abordagem mais atual, as populações da Região são denominadas *tradicionais*.

Essa leitura possibilita compreender as relações que essas populações mantêm com o meio em que vivem ao tempo em que constroem sua visão particular de mundo mediada pelas mais distintas representações, cujos atributos e significados são dotados de qualidades próprias que se distinguem em relação às demais coletividades humanas, em virtude de suas apreensões, utilizações e referências simbólicas (Agra, 2013, p. 10).

As linhas metodológicas das pesquisas sobre o homem e a mulher amazônicos mudaram ao longo dos últimos anos. Eles já foram considerados desde “atrasados” e “retrógrados” (Wagley, 1976), até serem denominados de “populações tradicionais” (Agra, 2013). Vale ressaltar que a percepção de que os habitantes da Região, caboclos ou indígenas, constituem empecilhos para o desenvolvimento econômico da Região ainda persiste, seja de forma amigável ou conflituosa. A noção de que eles são os guardiões da floresta e lutam com todas as suas forças para sua preservação não é unanimidade entre os que vivem na Região.

O termo ribeirinho é o que denota a maior identidade do morador da Região. “*Ribeirinho* refere-se àquele ser humano que anda pelos rios e que tem no rio a base de sua sobrevivência” (Agra, 2013, p. 3). Outro termo que define aqueles que vivem na Região é *amazônida*, utilizado por Gonçalves (2001) e Munaro (2021), o qual para alguns pode até soar estranho em decorrência do pouco uso da expressão por quem é de fora, pois é com esse termo (amazônida) que a maioria da população que vive na região amazônica se autodefine.

Um exemplo de ação humana na Amazônia é a edição especial do programa Camarote 21, com cerca de 30 minutos de duração, produzido pela DW – emissora pública de TV alemã –, que foi exibido pela TV Cultura de São Paulo, um dos canais de TV pública com mais prestígio e audiência do Brasil, no dia 27 de novembro de 2021¹⁸. Na descrição de abertura, a apresentadora explica o conteúdo a ser apresentado sobre “arte e natureza”, na visita a “dois pulmões do mundo: a Amazônia e a Bacia do Congo”, em Camarões.

No conteúdo que trata sobre o Brasil, e em especial a região amazônica, o programa mostra dois personagens: a atriz e ativista indígena que vive em São Paulo,

¹⁸ O programa completo pode ser visto neste link: <https://www.youtube.com/watch?v=omXMRkFUmt0>.

descrita como aquela que “nasceu e cresceu em outro mundo, no Amazonas, rodeada pela floresta”, e alguém que “defende os interesses dos povos indígenas” (Trecho Camarote 21, 2021). O programa aborda as produções audiovisuais das quais participaram a atriz e outros integrantes de sua família. O ambiente das filmagens dos personagens reais é um apartamento no qual todos aparecerem com roupas de clima frio, fugindo dos modos comuns de exibição de indígenas, que sempre são mostrados em trajes típicos feitos com produtos da floresta.

O outro personagem brasileiro é um biólogo que “encontrou na arte uma forma de unir o conhecimento acadêmico com o espiritual, e o ativismo ambiental com questões de gênero” (Trecho Camarote 21, 2021). O artista paraense que vive em Manaus (AM) cria personagens místicos para denunciar as violações ambientais e humanas: “com o corpo pintado e acessórios de materiais orgânicos, Uira representa a força criativa da natureza”. O artista amazônico ganha voz para mostrar suas performances, e na região pode-se encontrar muito além de uma exuberante floresta tropical.

Lançando um olhar sobre objetos e produtos que buscam motivação na Amazônia, reflete sobre a cor verde como uma espécie de “*síntese integradora* estética que se constitui como elemento visual que denominamos de marca *Amazônia*” (Amaral Filho, 2011, p. 83, grifos do autor). A cor verde expressa o signo que representa a Região:

Pode-se pensar uma identidade amazônica como tecnicidade ofertada no bios midiático, a partir de imagens do jornalismo, da publicidade e da diversão como *mediascapes*, a cultura amazônica recortada como uma narrativa do cotidiano. (Amaral Filho, 2011, p. 97, grifos do autor).

O encerramento do programa alerta para a destruição da floresta: “a Amazônia está em chamas. A ambição e a ganância estão destruindo um dos ecossistemas mais importantes do mundo. O pulmão do planeta se converteu em gerador de CO₂, contribuindo para acelerar as mudanças climáticas”. Ainda que amplie a visão sobre a Região, o programa faz referências ao termo “pulmão do mundo”, referindo-se à floresta. Manaus, a capital do estado do Amazonas, é definida como “uma cidade industrial em plena floresta tropical. É onde o verde da natureza e o cinza do concreto se fundem”. As histórias desses personagens descritos podem ser citadas como exemplo da região mostrada, além de queimadas e paraísos verdes.

E, além da destruição das florestas, os rios da Amazônia também estão em risco, desta vez a causa é a invasão de garimpeiros para exploração de ouro no rio Madeira, no estado do Amazonas, marcando mais um triste episódio da história recente da Região. É outro exemplo da ação humana na Região.

No auge das décadas de 1960 a 1980, o padrão que dominou o desenvolvimento da Amazônia foi o da economia de fronteira, em que o crescimento econômico era encarado como infinito e linear. Para Becker (2004), é fundamental mudar esse tipo de desenvolvimento:

É imperativo o uso não predatório das fabulosas riquezas naturais que a Amazônia contém e também do *saber* das suas populações tradicionais que possuem um secular conhecimento acumulado para lidar com o trópico úmido. Essa riqueza tem de ser melhor utilizada. Sustar esse padrão de economia de fronteira é um imperativo internacional, nacional e também regional (Becker, 2004, p. 72, grifo da autora).

As populações que vivem na Região já entenderam que precisam ser sujeitos desse desenvolvimento, no qual as relações de poder nem sempre são igualitárias, o que acaba gerando muitos conflitos inter e intrarregionais.

Com as resistências regionais os conflitos na região alcançam um patamar mais elevado. Não se trata mais apenas de conflito pela terra; é o conflito de uma região em relação às demandas externas. Esses conflitos de interesse, assim como as ações deles decorrentes contribuem para manter imagens obsoletas sobre a região, dificultando a elaboração de políticas públicas adequadas ao seu desenvolvimento (Becker, 2004, p. 72).

Em alguns casos, os moradores locais, que não integram os grupos das sociedades tradicionais, são contrários à preservação e manutenção dos recursos naturais que servem de sustento para muitas populações. Um exemplo dessa resistência é o projeto denominado Terra Indígena Trincheira Bacajá, um território de um milhão e setecentos mil quilômetros quadrados que abriga mil e trezentos indígenas, que habitam 21 aldeias na região do Xingu, sede da Associação Bebô Xikrin do Bacajá (ABEX)¹⁹; esta reúne pelo menos quatro associações que comercializam a produção dos indígenas, que envolve móveis de madeira, grafismos em roupas, produtos alimentícios à base de óleo de coco de babaçu, acessórios corporais, entre outros produtos artesanais.

¹⁹ Organização comunitária em cujo canal @abexbacaja é realizada a venda de produtos produzidos na floresta.

Outro exemplo de resistência é o Acampamento Terra Livre (ATL), organizado pela Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que em 2022, na sua 18ª edição, reuniu em Brasília, no período de 4 a 14 de abril, cerca de 8 mil indígenas falantes de 274 línguas. Com o tema: Aldear a política e retomar o Brasil, o ATL 2022 demonstrou a luta dos povos indígenas por seus direitos, principalmente à terra, que, de acordo com as lideranças que tiveram fala durante o evento, lhes foi “roubada”. Eles denunciam práticas ilegais de exploração de suas terras. A maior parte das informações sobre o acampamento foi divulgada por meio das redes sociais das entidades participantes, entre elas da Federação dos Povos Indígenas do Pará²⁰ (Fepipa) e da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira²¹ (Coiab). Essas informações foram captadas por esta pesquisadora durante o período de 4 a 8 de abril de 2022, em que esteve acompanhando as atividades da Rede de Comunicadores Indígenas do Pará²², grupo criado em 2016, a partir de capacitações na área de comunicação, para dar voz a essas populações. A pesquisadora ressalta ainda que, durante a semana em que esteve no acampamento, percebeu pouca movimentação da imprensa para cobrir o evento.

Além dos telejornais, as narrativas sobre a Amazônia também ganham espaço na ficção seriada, como, por exemplo, a discussão que problematiza como se constroem os sentidos sobre o meio ambiente na produção ficcional, observando a série brasileira *Aruanas* (TV Globo/2019), disponibilizada em plataformas de vídeo *on demand* em mais de 150 países e exibida posteriormente na TV aberta no Brasil e no Canal Globo, em Portugal.

Acredita-se que, sobretudo nas novelas, o tema ambiental não é regular, mesmo pautando as discussões diárias dos telejornais.

No entanto, nessa discussão, parte-se do pressuposto de que a série *Aruanas* se apresenta como uma irregularidade a essa premissa, porque propõe novos sentidos ao tratar da questão ambiental no audiovisual, traduzindo problemas que se arrastam há anos na região amazônica e em sintonia com a realidade. A história conta a luta de três

²⁰ Disponível em: <https://coiab.org.br/para>

²¹ Disponível em: <https://coiab.org.br/>

²² O fortalecimento da Rede de Comunidades Indígenas do Pará conta com o apoio de parceiros como a The Nature Conservancy Brasil (TNC), que tem contribuído para a capacitação de indígenas na criação de conteúdo digital e utilização de ferramentas e plataformas de comunicação

mulheres ativistas que trabalham em uma ONG (organização não governamental) e se deparam com crimes cometidos por uma mineradora.

Crimes ligados à mineração são uma realidade cotidiana na Amazônia. Recentemente, a Polícia Federal concluiu inquérito sobre a mudança de cor da água do rio Tapajós, na região da cidade de Santarém. De acordo com a PF, a atividade de garimpos ilegais e o desmatamento causaram a mancha que atingiu o rio Tapajós na Vila balneária de Alter do Chão, a 35 km de Santarém. Pesquisadores da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), com sede na cidade, também estão investigando o caso²³.

²³ Para mais informações a respeito das pesquisas científicas sobre o caso, consultar: <http://www.ufopa.edu.br/ufopa/comunica/noticias/ufopa-cria-grupo-de-trabalho-para-avaliar-agua-e-solo-do-rio-tapajos/>.

CAPÍTULO III – Metodologia

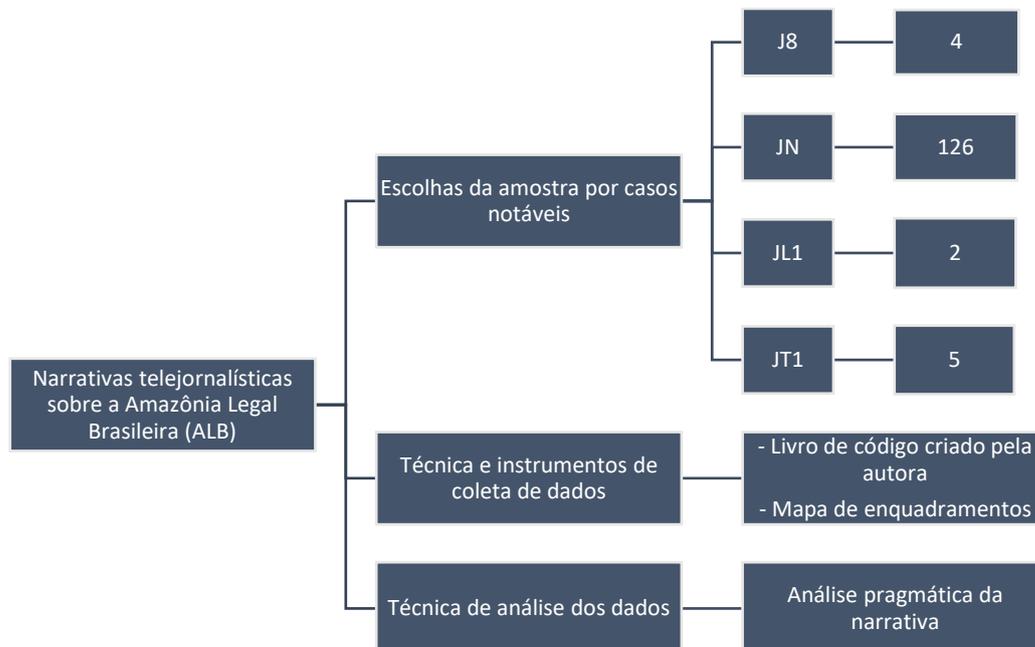
3.1 A teoria do enquadramento, o conceito de notícia e a análise narrativa: em busca de um caminho para a investigação

Este estudo objetiva identificar as principais tendências narrativas da cobertura sobre a Amazônia na imprensa eletrônica portuguesa e brasileira e, para tal, toma como exemplo dois telejornais de alcance nacional, em seus respectivos países, e mais dois telejornais regionais que são veiculados por um mesmo conglomerado de mídia, no caso a Rede Globo de Televisão, no estado do Pará, que faz parte do território da Amazônia Legal Brasileira.

Esta investigação apoia-se nos seguintes procedimentos: 1) constituição da amostra por casos notáveis; 2) definição das categorias de análise por meio da criação do livro de códigos; 3) criação dos mapas de enquadramentos com a listagem das reportagens e identificação dos temas e das fontes; 4) análise pragmática da narrativa jornalística.

Figura 1

Desenho da investigação sobre a ALB com total da amostra observada



Nota. Fonte: Elaboração própria (2021).

O desenho da investigação reproduzido acima resume a operacionalização do estudo das narrativas telejornalísticas sobre a ALB, cuja análise foi feita a partir da escolha de casos notáveis. A técnica de coleta e o instrumento para a recolha de dados partiu do livro de código, construído depois da observação sistemática dos telejornais elencados para esta pesquisa. O mapa de enquadramentos foi elaborado a partir da observação de todas as reportagens publicadas no período de agosto a dezembro de 2020. Na contagem acima, nos telejornais de alcance nacional estão todas as matérias exibidas no período; já dos telejornais regionais, optou-se por incluir apenas as relativas à Operação Amazônia Viva, que mereceu análise em separado. As análises estão fundamentadas na Teoria do Enquadramento (Motta, 2007, Soares, 2006; 2008), considerando o conceito de análise pragmática da narrativa.

Estudar as narrativas sobre uma região pressupõe considerar o conceito de representação (Chartier, 1990; Soares, 2009) para buscar uma resposta à pergunta norteadora deste trabalho: Quais as narrativas sobre a Amazônia no telejornalismo brasileiro e português, considerando quatro telejornais, sendo dois de alcance nacional e dois de alcance regional, em seus respectivos países?

Mas, então, “como é que uma configuração narrativa pode corresponder a uma reconfiguração da própria experiência?” (Chartier, 1990, p. 24). E no caminho percorrido para encontrar uma resposta, chega-se ao ponto articulado por Chartier para uma leitura de mundo:

No ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afectam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo (Chartier, 1990, p. 24).

As representações do mundo social são determinadas pelos interesses dos grupos que as produzem, afirma Chartier (1990), considerando que:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (Chartier, 1990, p. 17).

A importância de estudar as representações reside em condição necessária para entender os recursos nos quais um determinado grupo tenta impor ou mesmo impõe a sua

concepção de mundo, seus valores. Para Soares (2009, p. 48), as “representações da realidade social se disseminam de forma sutil nas reportagens” (Soares, 2009, p. 48), e essas representações podem ser identificadas por meio dos enquadramentos utilizados nas notícias acerca de um determinado tema, neste caso o tema é a Amazônia Legal Brasileira (ALB).

Este estudo utiliza a Teoria do Enquadramento (*framing analysis*) (Entman, 1993, Rothberg, 2010; Soares, 2006; 2009), sob o viés da Análise Pragmática da Narrativa (Motta, 2007), para estudar as reportagens telejornalísticas que abordam a Amazônia como tema central. Por que usar a Teoria do Enquadramento para esta análise de crítica de mídia? Soares (2009) responde que esta opção “permite salientar o caráter construído da mensagem, revelando a sua inclinação implícita, em textos aparentemente objetivos, imparciais e com função meramente referencial” (Soares, 2009, p. 58).

O autor refere-se, portanto, à identificação das estratégias textuais e representações presentes numa amostra, na qual é possível designar contrastes entre coberturas diferentes, nas quais uma leitura comum dessas coberturas poderia parecer similar. Os enquadramentos noticiosos são construídos por meio das propriedades do texto jornalístico com o uso de palavras, metáforas, conceitos, símbolos e imagens visuais que são ressaltados na narrativa (Soares, 2009).

Faz-se necessária uma breve explanação acerca desta teoria, que no Brasil é bastante utilizada para crítica de textos de mídia relacionados às questões políticas. Aqui se pretende ampliar este uso, considerando-a para a crítica de mídia, no que diz respeito ao tema elencado: a Amazônia Legal Brasileira (ALB).

Antes, porém, uma breve contextualização a respeito dessa teoria, cujo conceito surge na Psicologia, passa pela Sociologia e depois então é trazido para os estudos de Jornalismo. Para esta investigação será adotado o conceito de enquadramento (*framing*), em inglês, a partir de Entman (2001), Rothberg (2010), Semetko e Valkenburg (2000), Soares (2006).

Existem diversas correntes acerca dos estudos de enquadramento. Entman (1993) entende enquadramento como a seleção de aspectos do texto que são tornados mais “salientes”, levando a uma interpretação do fato tratado.

O esforço de pesquisa para esta investigação concentra-se no rastreamento das “concepções simbólicas” contidas nos sentidos construídos pelas notícias, concordando com Rothberg (2010).

Abraçar a noção de enquadramento implica evitar julgamentos que atribuem, a uma suposta intencionalidade de jornalistas e editores, a feição que uma dada matéria vem a assumir. Nesse contexto, as apropriações de sentido, construídas a partir das inevitáveis escolhas implícitas na produção de uma simples pauta, deixam de ser consideradas necessariamente como fruto de manipulação deliberada (Rothberg, 2010, p. 61).

A Teoria do Enquadramento, de acordo com Soares (2006; 2009; 2015), põe em evidência os vieses implícitos na sua produção: “Os enquadramentos de notícias são construídos por palavras, metáforas, conceitos, símbolos e imagens visuais enfatizadas na narrativa noticiosa” (Soares, 2009, p. 57). E é de Soares (2009) o conceito de enquadramento utilizado nesta pesquisa:

o enquadramento diz respeito à capacidade dos meios de produzirem e disseminarem implicitamente uma interpretação do mundo, por intermédio de uma retórica implícita, entranhada na própria estrutura das matérias jornalísticas, indicando o papel dos meios noticiosos na construção das representações públicas (Soares, 2009, p. 56).

A abordagem de enquadramento utilizada alinha-se com os estudos de Semetko e Valkenburg (2000), que, ao analisar veículos de imprensa europeus, afirmam que há duas abordagens possíveis: a indutiva e a dedutiva. Na primeira, os pesquisadores analisam as reportagens jornalísticas sem uma definição prévia; dessa forma, os enquadramentos são revelados ao longo das análises. Já a abordagem dedutiva consiste numa definição prévia dos enquadramentos, na qual se busca verificar a sua ocorrência numa determinada amostra de pesquisa, e esta é a abordagem adotada para esta análise, que considera o enquadramento midiático como “a operação principal pela qual se seleciona, enfatiza e apresenta, logo, se *constrói* o acontecimento” (Sodré, 2012, p. 38, grifo do autor).

Ao discutir a especificidade da notícia enquanto estratégia de construção e comunicação do acontecimento definido como uma estratégia de narração do fato social, Sodré (2012) amplia o escopo do jornalismo e o coloca como mobilizador de diferentes tipos de discurso, porém com sua centralidade conceitual apoiada na notícia: “Não se trata de manipulações deliberadas, nem de mentiras, mas de interpretações que podem muitas

vezes lançar mão de recursos típicos da ficção literária, com vistas à criação de uma atmosfera semântica mais compreensiva” (Sodré, 2012, p. 15).

Essa atmosfera no veículo televisivo se traduz por meio de recursos visuais e textuais utilizados na transmissão do acontecimento pautada na retórica da clareza e da concisão. Apesar de a notícia possuir uma aura de “acontecimento neutro”, não prescinde “do apelo à carga emocional contida nos estereótipos que derivam das ficcionalizações ou dos resíduos míticos” (Sodré, 2012, p. 16).

Ao pesquisar os enquadramentos utilizados pela imprensa (jornal e televisão) de Amsterdam, numa abordagem dedutiva a respeito da política da União Europeia, as autoras Semetko e Valkenburg (2000) analisaram quatro tipos de enquadramento: 1) enquadramento de conflito, reduzido à oposição elementar; 2) enquadramento de interesse humano, no qual a notícia é dramatizada; 3) enquadramento das consequências econômicas, no qual o enfoque é nos resultados econômicos; 4) enquadramento de responsabilidade, que atribui as responsabilidades a governos, a grupos ou a indivíduos.

Este estudo amplia a pesquisa das autoras e cria um quinto tipo de enquadramento para a análise das notícias sobre a Amazônia: o enquadramento de consequências ambientais, aquele que enfoca um evento em relação aos seus resultados ecossistêmicos para grupos, indivíduos ou países.

Para alcançar os objetivos propostos, esses enquadramentos serão analisados à luz da análise da narrativa (Motta, 2007), que se tem mostrado bastante eficiente para verificação de textos, jornalísticos ou não. Essa abordagem será aplicada neste estudo, porque traz em sua gênese elementos referenciais para a decodificação dos referenciais apresentados pelos telejornais.

Para identificar e analisar as narrativas a partir do estudo dos conteúdos das matérias telejornalísticas sobre a ALB, é necessário entender o conceito de notícia e quais os critérios e/ou características que levam um fato/acontecimento a ser tratado como tal.

Para Traquina (2005), notícia é tudo o que é importante e/ou interessante: “Os jornalistas veem os acontecimentos como ‘estórias’, e as notícias são construídas como ‘estórias’, como narrativas, que não estão isoladas de ‘estórias’ e narrativas passadas” (Traquina, 2005, p. 21).

Para explicar por que as “notícias são como são”, Traquina (2005) recorre a diversas teorias, entre elas a mais antiga, a Teoria do Espelho, que, para o autor, tem como elemento central a noção de que de que “o jornalista é um *comunicador desinteressado*, isto é, um agente que não tem interesses específicos a defender e que o desviam da sua missão de *informar, procurar a verdade*, contar o que aconteceu, *doa a quem doer*” (Traquina, 2005, p. 147, grifos do autor).

Para o autor, os critérios e/ou características que levam um fato/acometimento a ser tratado como notícia são classificados como “critérios de noticiabilidade”. O conceito de noticiabilidade refere-se ao: “Conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia (Traquina, 2008, p. 63).

Os valores-notícia ou *newsworthiness* são, para Traquina (2008), os elementos centrais na cultura jornalística e representam a gênese da visão negativa do mundo criada por eles. No caso relativo às notícias sobre a Amazônia, trata-se de evidenciar o caráter negativo das “queimadas” e “desmatamentos”, salientado nas coberturas dos telejornais brasileiros, regionais e do estrangeiro selecionados para esta amostra.

Quanto às técnicas de coleta, a observação iniciou-se com uma leitura flutuante (Bardin, 1977) feita com o objetivo de conhecer o material, identificar aspectos relevantes e então definir as categorias para análise.

Foram adotadas também estratégias quantitativas (Cervi, 2017) e qualitativas (Sousa, 2006) de pesquisa, por meio da observação sistemática das edições dos telejornais selecionados. Considera-se o conceito de pesquisa quantitativa nos estudos realizados por Cervi (2017).

A pesquisa social quantitativa pode ser definida como uma das formas de representação de fenômenos significativos da sociedade a partir de um conjunto de técnicas que permite medir e contar os padrões e relações entre as características do objeto de pesquisa. Tem particularidade o fato de que se conheça a existência prévia das características que se pretende estudar (Cervi, 2017, p. 18).

Isso foi feito por meio de amostra aleatória simples (Herscovitz, 2007), na qual observaram-se todas as reportagens publicadas com o tema principal deste trabalho, durante o segundo semestre do ano de 2020.

Outra estratégia utilizada foi a técnica qualitativa, com foco na análise pontual do tema principal: a imagem da Amazônia na imprensa brasileira e portuguesa. Para Sousa (2006), entre os elementos que podem configurar uma análise qualitativa do discurso jornalístico estão, entre outros, a análise do tema, das estruturas textuais, das qualidades atribuídas às fontes e do enquadramento, o que reforça a justificativa do uso desta teoria, também denominada *framing*, em inglês, para a realização das análises.

Estudar os principais veículos que propagam as notícias sobre a Amazônia levou à escolha dos telejornais nacionais para esta amostra: o Jornal das 8 (J8) da TVI de Portugal; o Jornal Nacional da Rede Globo da Televisão, do Brasil; e mais dois telejornais regionais que também fazem parte da Rede Globo: o Jornal Liberal 1ª Edição (Belém, PA) e o Jornal Tapajós 1ª Edição (Santarém, PA).

3.2 A observação sistemática das narrativas sobre a Amazônia

A escolha das unidades de análise (telejornais) centradas em edições nacionais (Portugal e Brasil) e regionais (estado do Pará) está ancorada nas ideias de Bauer (2015). Para o autor, é preciso diversificar as representações de um tema específico: “Quanto mais representações o pesquisador espera sobre um tema específico, mais diferentes estratos e funções de pessoas, ou materiais, necessitam ser explorados” (Bauer, 2015: 60).

O objeto empírico de análise desta investigação é formado pelas reportagens televisivas (unidades de análise) sobre a temática da Amazônia Legal Brasileira (ALB) publicadas no J8 (Portugal) e no JN (Brasil), que foram selecionados por serem transmitidos em rede nacional e porque possuem as maiores audiências nos respectivos países onde são produzidos e veiculados. Também fazem parte deste trabalho dois telejornais regionais: o Jornal Liberal 1ª edição (JL1), da TV Liberal (Belém) e o Jornal Tapajós 1ª edição (JT1), da TV Tapajós (Santarém), conforme quadro do desenho da pesquisa (figura 1).

O JN é o principal telejornal da Rede Globo, tendo sido o primeiro programa jornalístico brasileiro a ser veiculado em rede nacional na faixa das 20h. “Tem por objetivo mostrar aquilo que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo naquele

dia, com isenção, pluralidade, clareza e correção” (Bonner, 2009). Estreou em setembro de 1969 e foi o primeiro a ser transmitido para todo o Brasil, inaugurando uma nova modalidade de transmissão na época, a transmissão simultânea para todos os estados brasileiros.

Para compor a amostra tanto do J8 (TVI) quanto do JN (TV Globo) do Brasil, foram observadas sistematicamente todas as edições veiculadas nos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2020. Esse mesmo recorte temporal foi adotado na seleção da amostra dos telejornais regionais.

O recorte temporal escolhido para esta análise (segundo semestres do ano de 2020) leva em conta a sazonalidade do clima na Região. Na ALB, existem apenas duas estações: inverno e verão, sem registros de mudanças drásticas na temperatura, que oscila entre 23° e 30° graus, variando para mais ou para menos entre os nove estados. A diferença climática está na quantidade de chuvas. A estação chuvosa (dezembro a junho) leva à ocorrência das cheias dos rios. Já no período de julho a novembro, registra-se o verão amazônico, quando cessam as chuvas e os rios voltam a baixar. Começa então o verão, ou seja, a seca, que leva em geral à ocorrência de queimadas na floresta. Conseqüentemente, a presença da ALB no noticiário é maior nesses meses (agosto a dezembro), e essa presença é impulsionada por reportagens sobre queimadas.

No período selecionado, foram observadas sistematicamente 520 edições de telejornais: 127 do J8, 131 do JN, 131 edições do JL1 (Belém) e 131 do JT1 (Santarém). Foram selecionadas todas as reportagens sobre o tópico principal de análise: Amazônia Legal Brasileira (ALB)²⁴. A decisão desse recorte, digamos, regional foi tomada após a observação dessas edições. Inicialmente, pretendia-se focar nos temas divulgados sobre o estado do Pará. Ocorre que a Amazônia não se resume apenas a esse estado, é formada por 9 estados da federação. Optou-se por selecionar todas as matérias jornalísticas oriundas desses locais, ainda que essas não abordassem, especificamente, o tema meio ambiente.

Inicialmente, o processo de seleção da amostra foi feito por meio da criação de semanas construídas (Kaiser, 1974), elencando-se dias sucessivos da semana: a primeira segunda-feira do mês, a segunda terça-feira do mês seguinte, e assim sucessivamente,

²⁴ A configuração da ALB está detalhada na introdução deste trabalho.

para compor a semana artificial de cinco dias, ou seja, o quinto dia da semana (sexta-feira) foi eleito o último dia de cada mês selecionado.

Utilizando essa metodologia, a amostra inicial do primeiro momento de análise foi formada por quinze edições de cada um dos dois telejornais (J8, JN, JL1 e JT1), veiculadas nos meses de agosto, setembro e outubro de 2020. Ocorre que, seguindo-se as datas das semanas construídas, não foram localizadas reportagens com o tópico de análise. Optou-se então pela observação sistemática (Herscovitz, 2007) de todas as edições, dos referidos telejornais, durante os meses já nomeados do segundo semestre de 2020. Nos telejornais regionais, justifica-se iniciar a coleta por agosto, pois foi neste mês o lançamento da Operação Amazônia Viva, objeto da análise em separado desta investigação.

Para a seleção das edições, tanto do J8 quanto do JN e dos telejornais regionais, foi utilizada a extensão *Skyload*, instalada no navegador Google. As edições do JN foram baixadas da plataforma Globoplay, que exige assinatura paga para acesso à maior parte do conteúdo, porém as edições dos telejornais, incluindo o JN, são de acesso aberto para não assinantes e estão disponíveis na internet. A observação de um e de outro telejornal foi feita de maneira *off-line*.

Depois de selecionados e descritos os enquadramentos em tabelas específicas para cada um dos telejornais, tendo sido catalogados os dados de cada reportagem, procedeu-se ao exame qualitativo baseado na pragmática da narrativa das matérias jornalísticas.

A observação das reportagens selecionadas se dá considerando Semetko e Valkenburg (2000) e os tipos de enquadramento definidos pelas autoras: 1) enquadramento de conflito, reduzido à oposição elementar; 2) enquadramento de interesse humano, no qual a notícia é dramatizada; 3) enquadramento das consequências econômicas, no qual o enfoque é nos resultados econômicos; 4) enquadramento de responsabilidade, que atribui as responsabilidades a governos, a grupos ou a indivíduos.

Como já foi ressaltado, este estudo amplia a pesquisa das autoras europeias e cria um quinto tipo de enquadramento para a análise das notícias sobre a Amazônia: 5) enquadramento de consequências ambientais: aquele que enfoca um evento em relação aos seus resultados ecossistêmicos para grupos, indivíduos ou países.

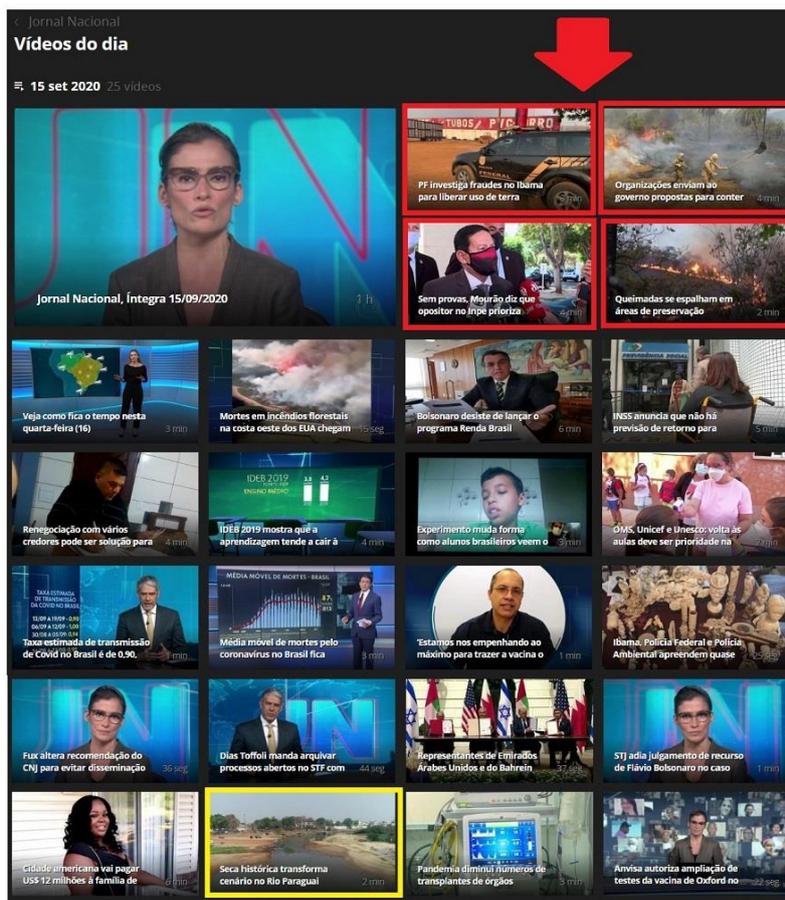
Esses foram os passos definidos para as análises, considerando-se alcançar os objetivos iniciais propostos e chegar à explicação do que dizem sobre a ALB as narrativas construídas pelos telejornais que integram as unidades de seleção desta amostra.

3.3 A observação sistemática e a formação da amostra dos telejornais

Depois de assistir a cada uma das edições, foi elaborada a decupagem, ou seja, a indicação da localização da reportagem, dentro do telejornal. Foram selecionadas as reportagens que trataram diretamente do tema, excluindo-se aquelas em que a Região foi citada de forma indireta, o que ocorreu em poucas reportagens. Optou-se prioritariamente pelos temas oriundos de localidades/estados que pertencem à área delimitada como Amazônia Legal, conforme já explicado em tópicos anteriores. A decisão foi tomada, após a observação dos telejornais, com o objetivo de determinar um recorte mais abrangente sobre a Região e para mostrar também as reportagens dos nove estados que a compõem, visto que para o senso comum, em geral, a Amazônia está relacionada apenas aos estados do Pará e do Amazonas e, neste trabalho, mostramos que a delimitação da Amazônia vai além.

Figura 2

Resumo das reportagens publicadas pelo JN



Nota. As reportagens foram publicadas em 15/9/2020. Elas foram selecionadas como unidades de análise. Fonte: Globoplay (2020).

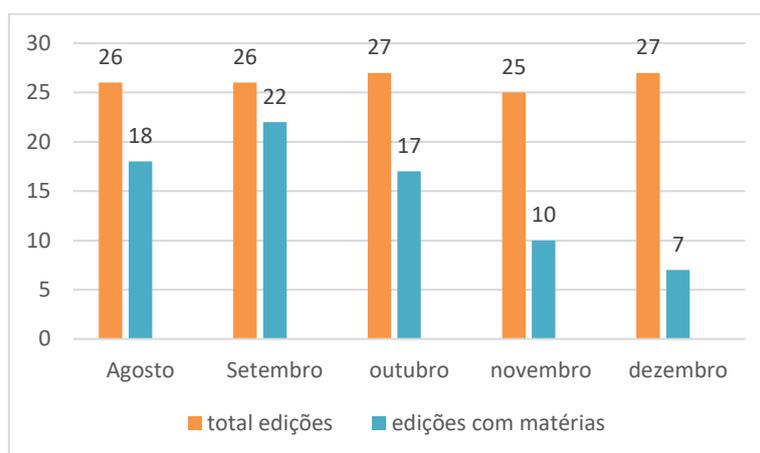
No total, do JN, foram observadas 131 edições veiculadas de segunda-feira a sábado, compreendendo um período de 20 semanas, nos meses já referidos. Dessas, 73 edições veicularam reportagens com o tema da Amazônia. Entre as 73 observadas, verificou-se que 45 edições veicularam mais de uma reportagem abordando o tema. Ao todo, foram 126 reportagens sobre a Amazônia no JN, conforme o gráfico 1, que mostra mês a mês as edições veiculadas de agosto a dezembro de 2020.

Em agosto, foram 25 edições veiculadas de segunda-feira a sábado. Desse total, 18 registram matérias sobre a Amazônia Legal. Em setembro, a mesma quantidade, ou seja, 26 edições no mês, sendo que 22 apresentaram reportagens sobre o tópico em análise. Em outubro, das 27 edições veiculadas, 17 tinham matérias sobre Amazônia. Em novembro, 25 edições, desse total dez tinham matérias sobre a Amazônia. Em dezembro,

das 27 edições veiculadas, sete apresentaram notícias sobre o tema. Aqui, percebe-se a diminuição da presença da Amazônia no JN, conforme se aproxima o fim do ano, quando o clima na Amazônia torna-se mais ameno, o que faz com haja uma diminuição de incêndios florestais.

Gráfico 3

Jornal Nacional – Brasil



Nota. Comparação das edições veiculadas. Edições com mais de uma matéria sobre a ALB, em comparação com o número total de edições veiculadas. Fonte: Elaboração própria (2021).

Também foram quantificadas as edições que apresentaram mais de uma reportagem sobre o tema. No telejornal brasileiro, foram 45 edições com mais de uma matéria nas veiculações durante o período amostral. No mês de agosto, 10 edições apresentaram mais de uma matéria, totalizando 29 matérias naquele mês. Em setembro, foram 18 edições com mais de uma reportagem: no total 52 matérias. Outubro apresentou 26 matérias em 18 edições com mais de uma matéria cada. Em novembro, quatro edições, com mais de uma matéria, totalizando 13 reportagens veiculadas no mês. Em dezembro, apenas uma edição registrou mais de uma matéria no mês: foram seis reportagens sobre a Amazônia no período. Mais uma vez, percebe-se a tendência de diminuição do tema nas edições, conforme se aproxima o fim do ano. Esses números estão distribuídos na tabela a seguir:

Tabela 2

Comparação das edições veiculadas

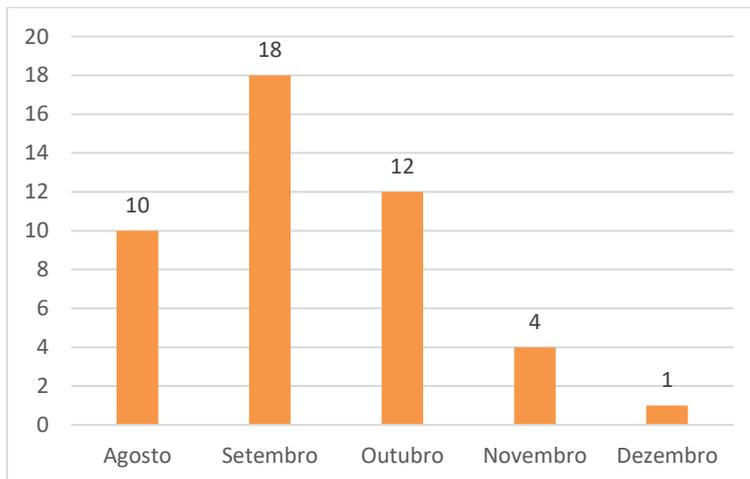
JORNAL NACIONAL – BRASIL/MÊS/ANO EXIBIÇÃO	TOTAL DE EDIÇÕES COM MAIS DE UMA MATÉRIA	TOTAL DE MATÉRIAS NO MÊS
Agosto/2020	10	29 matérias
Setembro/2020	18	52 matérias
Outubro/2020	12	26 matérias
Novembro/2020	4	13 matérias
Dezembro/2020	1	6 matérias
Total	45	126 matérias

Nota. Edições com mais de uma matéria sobre a ALB em comparação com o número total de edições veiculadas. Fonte: Elaboração própria (2021).

Para melhor visualizar os dados das edições com mais de uma reportagem, os números foram distribuídos no gráfico a seguir.

Gráfico 4

Jornal Nacional – Brasil

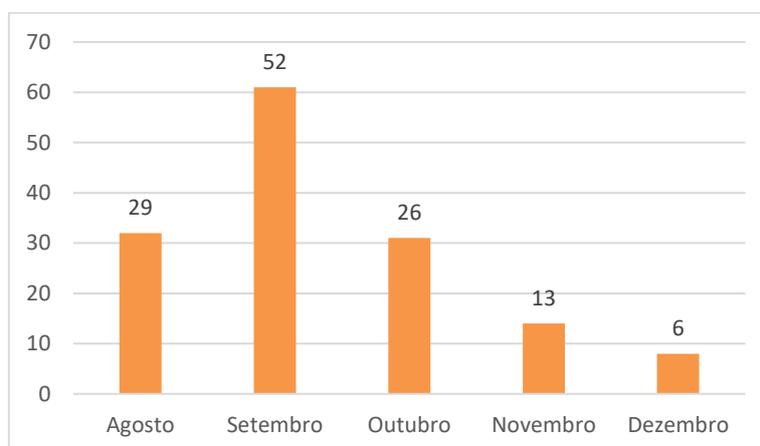


Nota. Total de edições com mais de uma matéria. Fonte: Elaboração própria (2021).

O gráfico 3 apresenta a comparação das edições veiculadas e o total de edições que apresentam matérias publicadas pelo JN sobre a Amazônia, de agosto a dezembro do ano de 2020.

Gráfico 5

Jornal Nacional – Brasil



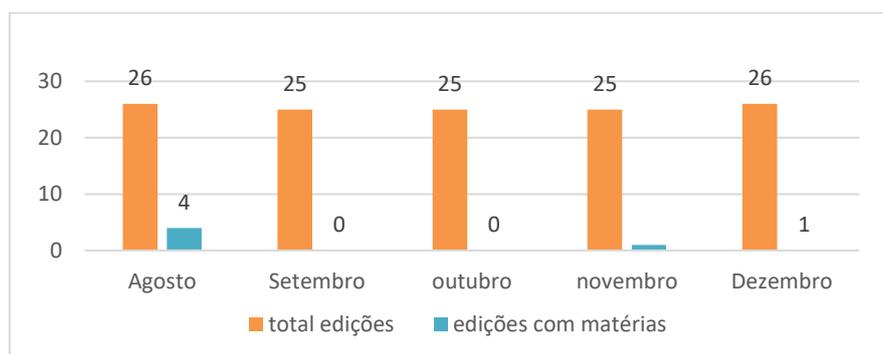
Nota. Total de matérias (mês). Fonte: Elaboração própria (2021).

Em seguida, serão detalhados os números de publicação do J8, da TVI (Portugal). A amostra foi selecionada seguindo-se os mesmos critérios e recorte temporal do JN. Foram observadas 127 edições veiculadas durante os meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2020, totalizando 20 semanas. Foram observadas as edições veiculadas de segunda-feira a sábado, excluindo-se as edições de domingo. Explica-se que o J8 exibe edições aos domingos, ao contrário do JN, que só é exibido de segunda-feira a sábado. Foi o critério adotado para se aproximar de uma equiparação dos períodos analisados.

Do J8, foram observadas 127 edições, das quais quatro apresentaram matérias com o tema em análise, sendo quatro matérias no mês de agosto (uma por edição) e uma matéria no mês de novembro.

Gráfico 6

Jornal das 8 – Portugal



Note. Fonte: Elaboração própria (2021).

Do total das edições do J8, estão excluídas as dos dias 15 de setembro, 27 e 21 de outubro e 9 de dezembro de 2020, que não foram localizadas na busca efetuada na plataforma TVI Play. Essas edições também foram buscadas na plataforma YouTube e não encontradas.

Do total de edições observadas do J8, apenas cinco apresentaram reportagens sobre o tema, uma reportagem por edição, totalizando cinco reportagens durante o período observado, assim distribuídas: quatro matérias no mês de agosto e uma matéria no mês de dezembro, conforme tabela a seguir:

Tabela 3

Total de edições observadas do J8

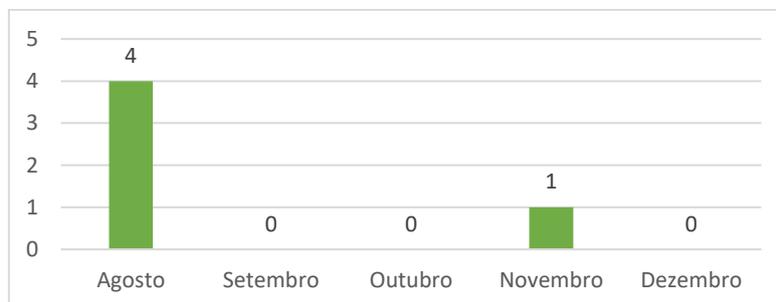
JORNAL das 8 – PORTUGAL MÊS VEICULAÇÃO DAS EDIÇÕES	TOTAL DE EDIÇÕES COM MAIS DE UMA MATÉRIA	TOTAL DE MATÉRIAS EXIBIDAS POR EDIÇÃO
Agosto/2020	0	4 matérias
Setembro/2020	0	0 matérias
Outubro/2020	0	0 matérias
Novembro/2020	0	0 matérias
Dezembro/2020	0	1 matérias
Total		5 matérias

Nota. Fonte: Elaboração própria (2021).

O gráfico 5 mostra a quantidade de reportagens veiculadas pelo J8, mês a mês.

Gráfico 7

J8 Portugal – total de matérias exibidas por edição



Nota. Fonte: Elaboração própria (2021).

Incluem-se nessa contagem todas as reportagens exibidas pelos telejornais (unidade de análise) sobre os estados da Amazônia Legal Brasileira, que englobam as categorias de análise *meio ambiente*, *queimadas* e *desmatamento*. Nas reportagens veiculadas, cuja origem foram os nove estados da ALB, verificaram-se os seguintes enquadramentos: crime ambiental, fiscalização, apreensões, repercussões acerca das falas do presidente do Brasil, do vice-presidente, ações governamentais tanto da esfera estadual quanto federal, modo de vida e ações das populações tradicionais.

Os conteúdos exibidos por meio do quadro da previsão do tempo, mesmo aqueles que continham informações sobre clima e meio ambiente, na Região, foram excluídos desta contagem. Também foram excluídas as reportagens sobre o Mato Grosso do Sul, que não integra o território da ALB, apesar de abrigar metade do bioma Pantanal.

Justifica-se a escolha do período de análise marcado pela sazonalidade do clima na Amazônia, porque o fenômeno leva à ocorrência de fatos como as queimadas, por exemplo, durante o segundo semestre do ano. Nas observações, percebeu-se que esse fato aumenta a presença de notícias sobre a Região nos telejornais, tanto nacionais como internacionais e regionais, objetos de análise desta pesquisa. No tópico a seguir, será detalhada a formação da amostra dos telejornais regionais.

i. A observação sistemática e a formação da amostra dos telejornais regionais

Conforme já anunciado, fazem parte desta investigação dois telejornais regionais: o Jornal Liberal 1ª edição (JL1), da TV Liberal (Belém), e o Jornal Tapajós 1ª edição (JT1), da TV Tapajós (Santarém), ambos veiculados pela Rede Globo de Televisão no estado do Pará, nas cidades de Belém e Santarém, respectivamente.

Quanto à escolha dos telejornais, para além da audiência, levou-se em conta a posição geográfica do estado, cujo território está no âmbito da Amazônia Legal, conforme definição adotada para esta pesquisa, e o fato de o Pará ser um dos poucos estados da federação a possuir duas afiliadas da Rede Globo que pertencem a proprietários diferentes. O intuito aqui foi perceber as narrativas sobre a Amazônia nas notícias produzidas por quem vive e trabalha na Região.

Pretendeu-se com esta seleção perceber a representação das notícias sobre a Amazônia a partir de telejornais veiculados regionalmente. O período para a escolha dessa amostra também está focado no segundo semestre do ano de 2020 (meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro), que coincide com o mesmo período elencado para a amostra dos telejornais transmitidos em rede nacional, os seus respectivos países (JN e J8) e o início das ações da operação Amazônia Viva, tópico específico desta análise dos telejornais regionais.

No primeiro momento, foram observadas sistematicamente 200 horas de telejornais regionais (JL1 e JT1), veiculadas durante os meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de 2020. Por meio desta ação, feita a partir das edições disponibilizadas na plataforma *on-line* Globoplay, foram elencadas todas as reportagens que abordavam temas com as categorias presentes no livro de código (quadro 3).

Do período observado, o JL1 (Belém) teve oito veiculações sobre a ALB, sendo duas a respeito da Operação Amazônia Viva e as outras seis sobre o combate a crimes ambientais, que se resumiram a fiscalizações realizadas pelo poder público.

Já no JT1 (Santarém) foram veiculadas dez reportagens sobre o tema, sendo cinco sobre a Operação Amazônia Viva, enquanto as outras cinco trataram de temas relativos a crimes ambientais como: operação de fiscalização, apreensão de madeira, destruição de serrarias clandestinas, entre outros crimes. Aquelas que abordaram, especificamente, o tema da Operação Amazônia Viva, num e noutro telejornal, estão detalhadas em tópico específico (4.2.2). Os quadros a seguir mostram as reportagens exibidas sobre a ALB, excluindo-se as matérias sobre a Operação Amazônia Viva.

Diferentemente do que ocorre com as reportagens do JN na Globoplay, de onde foram baixadas as reportagens, as edições dos telejornais regionais veiculadas na TV aberta não são disponibilizadas na íntegra, pois as matérias exibidas são postadas na plataforma de forma avulsa.

O quadro 1 apresenta as seis reportagens exibidas pela unidade de seleção JL1 (Belém), indicadas mês a mês com a data da veiculação, ressaltando-se que no mês de agosto não houve registro de matérias sobre o tema; constam ainda o tipo de peça (formato da reportagem), o tema, o enquadramento principal, ou seja, a abordagem, o tempo em que a matéria ficou no ar e as fontes na notícia, ou seja, os personagens que compõem a narrativa.

Quadro 1

Jornal Liberal 1ª edição (JL1)

DATA	US	UA	PEÇA	TEMA	ENQUADRAMENTO	TEMPO	PERSONAGENS
4/9/20	JL1	1	Link ao vivo com sonoras	Fiscalização	Polícia Civil combate crimes ambientais em Ourilândia do Norte	2'	Delegado
11/9/20	JL1	2	Nota LocOff	Fiscalização	Segup apreende madeira ilegal na Ilha do Marajó	3'	Secretário de Segurança Pública do Estado
17/11/20	JL1	3	Nota LocOff	Fiscalização	PRF apreende em, flagrante, madeira sem em licença Santarém	32'	Sem personagem
16/12/20	JL1	4	Link sem sonora	Fiscalização	PF combate extração ilegal de minério em Curionópolis (PA)	2'	Sem personagem
21/12/20	JL1	5	Link sem sonora	Fiscalização	PF faz maior apreensão de madeira da história do Brasil	1'	Sem personagem
28/12/20	JL1	6	Nota seca	Crime ambiental	Mina da empresa Alcoa apresenta vazamento em Juruti, no Pará	39'	Sem personagem

Nota. Levantamento das reportagens sobre ALB 2º semestre de 2020. Fonte: Elaboração própria (2021).

Quadro 2

Jornal Tapajós 1ª edição (JT1)

DATA	US	UA	PEÇA	TEMA	ENQUADRAMENTO	TEMPO	PERSONAGEM
23/10/20	JT1	1	Nota LocOff	Fiscalização	Caminhão com 13 toras de madeira estava sem nota fiscal e foi apreendido	30'	Sem personagem
27/10/20	JT1	2	Reportagem	Fiscalização	Operação INDUSPAM: A 2ª fase a operação contra o desmatamento foi deflagrada pela 1ª CIPAmb	2'08	Comandante da 1ª Companhia de Policiamento Ambinetal CIPAmb
29/10/20	JT1	3	Link ao vivo com sonora	Fiscalização	Operações da 1ª CIPAmb combate extração ilegal de madeira na região e inutiliza maquinários	8'22	Subcomandante da CIPAmb
24/12/20	JT1	4	VT	Fiscalização	Operação Cerberus Ação da 1ª CIPAmb desmontou serrarias clandestinas	2'16	Tenente do Exército
28/12/20	JT1	5	Nota LocOff	Fiscalização	2ª etapa operação Cerberus apreende trator	1'	Sem personagem

Nota. Levantamento das reportagens sobre ALB, 2º semestre de 2020. Fonte: Elaboração própria (2021).

O quadro 2 apresenta as cinco reportagens exibidas pela unidade de seleção JT1 (Santarém) sobre o tema ALB, excluindo-se as que abordaram a Operação Amazônia Viva, que estão indicadas em quadro específico, indicadas mês a mês com a data da veiculação, o tipo de peça (formato da reportagem), o tema, o enquadramento principal, ou seja, a abordagem, o tempo em que a matéria ficou no ar e as fontes na notícia, isto é, os personagens que compõem a narrativa.

3.4 A escolha das variáveis para análise: uma proposta de classificação das notícias

Essa investigação está centrada em sete variáveis que levam em conta as características dos telejornais elencados, o tempo e formato das reportagens e três categorias de análise (variável 5): meio ambiente, queimadas e desmatamentos, personagens nas notícias (fontes) e enquadramentos, a abordagem dada ao tema. Esses elementos compõem o livro de código (quadro 3), reproduzido a seguir, criado para balizar as análises.

Considera-se que as características da narrativa noticiosa constroem os enquadramentos (Soares, 2009), o que significa que esses enquadramentos “são construídos por palavras, metáforas, conceitos, símbolos e imagens visuais enfatizadas na narrativa noticiosa” (Soares, 2009, p. 57). Ao efetuar as análises de enquadramento, D’Angelo (2002 *cit. in* Soares, 2006) define três tipos de “paradigmas”: “o paradigma cognitivo, cuja imagem é a de negociação; o crítico, cuja imagem é a de dominação; e o construcionista, cuja imagem é a de cooptação” (Soares, 2006, p. 8).

“O paradigma cognitivo considera que a cobertura noticiosa se torna um enquadramento acessível que os indivíduos usam, de modo que a informação disponível ativa o conhecimento anterior, ajudando o leitor a tomar decisões e a formar interpretações” (Soares, 2006, p. 8); nesse caso, seria necessário estudar as audiências que esta investigação não vai alcançar.

Já o paradigma construcionista sustenta que: “os jornalistas são processadores de informação que criam ‘pacotes interpretativos’, a partir das posições de fontes com investidora política, a fim de refletir e acrescentar à cultura do assunto” (Soares, 2006, p. 8). O autor entende que, ao sistematizar mais de um paradigma, a pesquisa é classificada como “multiparadigmática”, sendo o caso desta, cujas análises foram feitas com base no paradigma “cognitivo”, mas com ênfase no “construcionista”. Por exemplo, é possível afirmar que nas fontes ouvidas nas reportagens se identifica reflexo da cultura governamental, como, por exemplo, no JT1 do dia 27 de outubro: na reportagem com 2min08s sobre a ação de fiscalização, identificada como “Operação INDUSPAM – a 2ª fase da operação contra o desmatamento foi deflagrada pela 1ª CIPAmb”, a personagem da matéria é a comandante da 1ª Companhia de Policiamento Ambiental (CIPAmb), a qual ressalta a necessidade de que os donos das madeiras apreendidas procurem os órgãos governamentais para uma possível regularização. O mesmo conteúdo pró-regularização também foi identificado na fala do subcomandante da CIPAmb na reportagem, com 2min16s, exibida no dia 29 de outubro com o seguinte texto: “Operação "CERBERUS" Ação da 1ª CIPAmb desmontou serrarias clandestinas na região do Chapadão”. Tais posições identificadas nas personagens ouvidas nessas matérias convergem para o que está ressaltado nas diretrizes da Operação Amazônia Viva publicadas em seu site institucional (ver quadro 2).

Quanto às variáveis, essas servem como o guia para as análises das reportagens e compõem a base para estudo dos quatro telejornais elencados como unidades de seleção. Entre as variáveis: crime ambiental, fiscalização, apreensões, repercussões acerca das falas do presidente do Brasil, do vice-presidente, ações governamentais tanto da esfera estadual quanto federal, modo de vida e ações das populações tradicionais.

É por meio dos elementos utilizados na apresentação das notícias que se identificam os enquadramentos; entre esses elementos, podem ser destacados: o formato de apresentação das notícias, o tempo de exibição, as repetições, os recursos utilizados, a estrutura narrativa, as fontes (personagens), as legendas (textos) apresentados na exibição das notícias.

Esses elementos fazem parte das estratégias levantadas para alcançar o objetivo geral deste estudo que é investigar as narrativas sobre a Amazônia nos relatos dos primeiros viajantes europeus (espanhóis e portugueses) a desembarcar na Região (cronistas viajantes) e em narrativas contemporâneas, por meio da análise dos enquadramentos noticiosos das reportagens (unidades de análise) publicadas em telejornais de Portugal e do Brasil, entre os veículos elencados estão: o JL1, da TV Liberal (Belém), o JT1, da TV Tapajós (Santarém), o Jornal das 8 (J8), de Portugal e o Jornal Nacional (JN), da Rede Globo do Brasil.

Além desse objetivo geral, consideram-se os objetivos específicos, que são: mapear os enquadramentos que a imprensa utiliza para informar sobre a realidade da Amazônia Legal Brasileira em telejornais regionais e nacionais de Portugal e do Brasil; e analisar as características da cobertura sobre a Amazônia Legal Brasileira em telejornais regionais e nacionais, considerando o contexto político, econômico, de sustentabilidade e de preservação ambiental no contexto da televisão. Considerando alcançar o objetivo geral definido, este estudo identificou um tipo de enquadramento que é comum nas notícias sobre a Amazônia: o enquadramento de consequências ambientais, aquele que enfoca um evento em relação aos seus resultados ecossistêmicos para grupos, indivíduos ou países. Esse é, então, o quinto tipo de enquadramento acrescentado aos estudos de Semetko e Valkenburg (2000).

Quadro 3

Livro de códigos

Unidade de seleção: Telejornais
Unidade de análise: reportagens televisivas
Período selecionado para análise: agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro 2020.
Variável 1: Origem do telejornal
Telejornal Regional
Telejornal Nacional
Telejornal Internacional
Variável 2: Nome do Telejornal
Jornal Liberal 1ª edição (JL1) – TV Liberal (Belém)
Jornal Tapajós 1ª edição (JT1) – TV Tapajós (Santarém)
Jornal Nacional – TV Globo – Brasil
Jornal das 8h – TVI – Portugal
Variável 3: Formato da notícia
Link ao vivo com sonora
Link ao vivo sem sonora
Videotape (VT) – reportagem (OFF + passagem + sonoras)
Nota LOC/OFF (com imagens, sem edição)
Nota seca (sem imagens)
Nota coberta (com imagens editadas)
Variável 4: Duração da notícia
Tempo da notícia: minutos/segundos
Variável 5: Categorias: Meio ambiente, desmatamento, queimadas
Refere-se a assuntos da notícia: Amazônia, Floresta, Crimes Ambientais, Incêndios Florestais, Animais, Operação de Fiscalização, Indígenas, Rios, Populações Urbanas, Mudanças Climáticas,
Variável 6: Personagens na notícia (fontes)
Delegado
Agente ambiental
Policial
Soldado do Exército
Pesquisador /Cientista
Presidente da República/vice-presidente
Integrante do Poder Executivo
Consultor (especialista)
Médico veterinário
Biólogo
Diretor de organização não governamental
População local
Produtor rural
Bombeiro
Voluntários
Variável 7: Enquadramento
Abordagem da notícia

Nota. Fonte: Elaboração própria (2021).

Tomando como base a classificação multiparadigmática, foram elencadas sete variáveis para a análise, as quais estão descritas no quadro 3, que detalha o livro de códigos baseado nas ideias defendidas por Cervi (2017). Essas variáveis foram criadas

especialmente para esta análise: origem do telejornal (1), nome do telejornal (2), formato da notícia (3), duração da notícia (4), assunto da notícia (5), fontes na notícia (6), legenda da notícia (7).

A origem do telejornal indicada na variável 1 refere-se ao local em que é exibido (regional, nacional ou internacional); a variável 2 vai indicar o nome de cada um dos telejornais analisados (J8, JN, JL1, JT1); quanto ao formato da notícia, a variável 3: link ao vivo com sonora, link ao vivo sem sonora, reportagem, nota coberta, nota LOC OFF, nota seca.

Na variável 4, será verificado o tempo de duração da notícia no ar. Na variável 5 “assunto da notícia”, foram elencadas as seguintes categorias de análise: Amazônia, Floresta, Meio Ambiente, Crimes Ambientais, Animais, Desmatamentos e Queimadas), Fiscalização, Indígenas, Rios, Populações Urbanas, Mudanças Climáticas.

A variável 6 indica as fontes ouvidas nas notícias (personagens), tendo sido eleitas as seguintes categorias: delegado, agente ambiental, policial militar, soldado do exército, pesquisador/cientista, consultor médico veterinário, biólogo, diretor de organização não governamental, população local, voluntários, bombeiro, produtor rural, político, presidente da República, integrantes do Poder Executivo. Optou-se por analisar separadamente as categorias: integrantes do Poder Executivo (ministros, ocupantes de cargos no governo), presidente da República e vice-presidente, pela repercussão que as manifestações (falas e ações) desses dois últimos têm na sociedade, principalmente, por meio de informações divulgadas na imprensa.

Além disso, o vice-presidente da República do Brasil, Hamilton Mourão, também acumula o cargo de presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL), cuja responsabilidade foi transferida, pelo governo de Jair Bolsonaro (PL), do Ministério do Meio Ambiente para a vice-presidência da República, por meio de decreto presidencial, em fevereiro de 2020. Entre os objetivos do CNAL, consta que “proteger e preservar a Amazônia é proteger o Brasil²⁵; o que se percebe por meio das notícias divulgadas na imprensa brasileira, é que isso não está ocorrendo.

²⁵ Para mais informações sobre o CNAL: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-vice-presidencia/conselho-da-amazonia>.

A variável 7 refere-se ao enquadramento, ou seja, à abordagem dada ao tema. Para identificar essa abordagem, foram considerados os recursos de edição utilizados para apresentação do tema, bem como os elementos textuais, tanto das cabeças das matérias quanto dos offs dos repórteres, as imagens mostradas, os recursos de edição utilizados, estrutura textual e personagens ouvidas.

A reportagem exibida pelo JN, no dia 17 de novembro de 2020, exemplifica o exposto acerca do CNAL: “Documentos provam que uma ação do próprio governo brasileiro acabou facilitando a exportação de madeira extraída de forma ilegalmente”. Essa reportagem mostra os detalhes de uma ação coletiva que reúne entidades como o Greepeace, o Instituto Socioambiental e a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente, que denunciam, por meio de ação judicial, uma decisão tomada pelo presidente do Ibama que “flexibilizou normas para a exportação de madeira brasileira. A decisão foi tomada depois de um pedido das madeireiras”. De acordo com o texto do JN, o presidente do Ibama “Suspendeu, por um despacho, os efeitos de uma instrução normativa alegando que ela não se aplicava mais por causa do código florestal” (Trecho JN, 17/11/2020). Na prática, a decisão facilitou a exportação de madeira ilegal, pois deixou de exigir documentos que comprovariam a origem da madeira.

Ao relacionar essas variáveis no livro de código, reconhecem-se as especificidades do suporte da televisão para a transmissão de informações com sua natureza própria, que exerce sobre a sua audiência uma espécie de fascínio, a partir da utilização de uma linguagem que mescla informação e entretenimento.

3.5 O pré-teste: a escolha da amostra por casos notáveis

No contexto de realização de um trabalho acadêmico/científico, existem inúmeras variáveis a ser consideradas. Essas variáveis e a forma com que são manuseadas podem impactar diretamente os resultados que se pretende alcançar/mostrar. E, mais que garantir que esses resultados possam se aproximar da mensagem que se pretende transmitir, de forma correta, sem vieses, é preciso entender também como essa pesquisa se processa e se, de fato, se ajusta aos objetivos pretendidos. Foi essa a motivação que levou à

realização deste pré-teste. Daí, explicita-se também a importância de realizar um pré-teste de metodologia.

Para este pré-teste, foram analisadas sete reportagens selecionadas entre as 161 que fazem parte da amostra desta investigação. Para a composição da amostra deste pré-teste, foi feita a seleção por casos notáveis, levando-se em consideração diferentes períodos de divulgação e diferentes formatos de apresentação das reportagens. Foram analisadas para testar a eficiência e a eficácia da metodologia adotada.

Examinaram-se, então, duas reportagens do JN, uma do J8 e mais duas do JL1 e duas do JT1. Esses números levam em conta o quantitativo de matérias exibidas ao longo do período de análise, por cada um dos telejornais, ou seja, no JN esse número foi bem maior que no J8, por exemplo. Nos telejornais regionais, a quantidade de matérias também é significativamente inferior às exibidas pelo JN.

Do JN, foram escolhidas duas reportagens citadas na “escalada”, ou seja, na abertura do telejornal, o momento em que os apresentadores listam os assuntos mais relevantes daquela edição; infere-se que, ao ser citada na abertura do telejornal, os editores indicam que aquele é um dos assuntos relevantes do dia. Na amostra do JN, foi selecionada uma reportagem, que, mesmo sem ter sido citada na escalada, é um caso de notável relevância: trata-se da matéria sobre o “Dia do Fogo”, uma possível ação que teria sido orquestrada entre fazendeiros do Pará, em 10 de agosto de 2019, para colocar fogo na floresta localizada no Sul do Pará de forma sincronizada. Na época, a ação foi denunciada pelo jornal regional *A Folha de Progresso*²⁶.

A maioria das reportagens analisadas foi exibida durante o mês de agosto de 2020, isso porque, como já foi dito, este mês marca o início do “verão amazônico” e, portanto, inicia a abertura da temporada de queimadas e, conseqüentemente, das reportagens jornalísticas sobre a Amazônia nos telejornais do Brasil e de Portugal, unidades de análise deste trabalho.

Para este teste de metodologia, foi selecionado também um caso notável do J8, de Portugal. Como este telejornal não tem escalada, a opção foi pelo tema do “fogo”, ou seja,

²⁶ Disponível em: <https://www.folhadoprogresso.com.br/dia-do-fogo-produtores-planejam-data-para-queimada-na-regiao/>

as queimadas “que colocam a Amazônia em perigo”, como afirmou a apresentadora. Esta reportagem foi veiculada em novembro de 2020.

Dos telejornais regionais, a amostra do pré-teste é composta por quatro casos notáveis, sendo dois de cada um dos telejornais. Do JL1 (Belém), uma notícia sobre a “maior apreensão de madeira da história do país”, e a outra notícia sobre “uma grande operação de combate a crimes ambientais”.

Do JT1 (Santarém), foram selecionados casos referentes a uma das operações de combate a crimes ambientais que levou “ao fechamento de serrarias clandestinas” e à “apreensão de toras de madeira ilegal”, divulgados em outubro e dezembro de 2020, respectivamente.

Outro elemento considerado na seleção da amostra para este pré-teste foi o formato das reportagens. Buscou-se eleger diferentes formas de apresentação da notícia. A amostra é composta então por: videotape (VT), nota LOC OFF, link ao vivo sem sonora, link ao vivo com sonora, reportagem (VT sem passagem), conforme previsto no livro de código detalhado acima. Esses formatos referem-se a gêneros jornalísticos televisivos de Brasil e Portugal que não diferem de maneira significativa. Neste aspecto, buscou-se definir de forma mais abrangente os conceitos, que estão baseados em Barbeiro e Lima (2002). Como, por exemplo, a “cabeça da matéria”, que é o texto lido pelo apresentador e dá o gancho para a exibição da matéria. É na “Abertura da matéria” que o repórter inicia a matéria “ao vivo”, complementando a informação lida pelo apresentador. “Arte”, ilustração visual gráfica, computadorizada, inserida na reportagem para facilitar a compreensão; “link” é a ligação entre dois ou mais pontos para a transmissão de imagem e som; “off” é o texto escrito para ser falado pelo repórter, no qual são inseridas imagens posteriormente. Os autores não definem a matéria telejornalística, porém a experiência da autora em telejornalismo permite afirmar que “VT” é o termo usado para as reportagens editadas que são exibidas nos telejornais. Nota “LOC OFF” é aquela em que o apresentador lê o texto “ao vivo” e são inseridas, da ilha de exibição, imagens gerais acerca do assunto apresentado. A nota coberta também é lida pelo apresentador, porém, neste caso, passa por um processo prévio de edição, pois se percebe um detalhamento dessas imagens no texto lido/falado pelo apresentador. Está, portanto, aí a principal diferença entre nota coberta e nota LOC OFF.

A partir de agora, será apresentado o pré-teste das reportagens exibidas pelo JN. Ressalta-se que as duas matérias escolhidas tiveram chamada na escalada, ou seja, foram destacadas pelos apresentadores na abertura daquela edição. A escalada pode ser definida como uma espécie de manchete do telejornal, numa comparação aos jornais impressos, ou ainda a um cardápio onde estão bem apresentadas as reportagens daquele dia. É neste momento de abertura que os apresentadores ressaltam os principais assuntos a serem exibidos naquele dia. Em geral, o texto é ágil e atraente e seu objetivo é chamar a atenção dos telespectadores e segurá-los até o final daquela edição, a partir daquele cardápio que foi oferecido. A primeira e a última exibidas dão o tom e definem o clímax da edição.

No dia 3 de agosto de 2020, logo depois do “boa-noite” do apresentador, a primeira chamada da escalada do JN (Brasil) fez o seguinte alerta: “Um inverno com as marcas dos incêndios no Brasil. Focos no Pantanal são mais que o triplo de julho do ano passado. E a região da Amazônia tem aumento de 30%”. Esta matéria – com destaque na escalada – abriu a edição com o seguinte texto lido pelo apresentador (cabeça) para chamar a reportagem: “Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais mostram que, em julho, o número de queimadas disparou no Brasil, em relação ao mesmo mês do ano passado. Só no Pantanal os focos de incêndio triplicaram” (Apresentador, JN 3/8/2020).

No texto que entra em seguida, lido pelo repórter, ou seja, o off, a palavra “dramático” classifica o aumento de 240,89% no número de “focos de incêndios” registrados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), numa comparação com o ano de 2019. Na matéria, é utilizado o recurso da “arte” para ilustrar o texto, conforme mostrado a seguir. Os números são apresentados sobre a imagem parada da floresta invadida por fumaça, destacando o ambiente sombrio da informação repassada.

Figura 3

Focos de incêndios no Pantanal brasileiro



Nota. Fonte: reprodução da tela da TV. JN 3/8/2020.

O texto que segue de apoio a essa arte reproduzida acima continua alertando para os números elevados das queimadas:

O Pantanal registrou mil seiscentos e oitenta e quatro (1.684) focos de queimadas em julho. O aumento foi dramático: 240,89 por cento a mais do que no mesmo mês de 2019, de acordo com o INPE. É o pior resultado para o mês desde o início da série histórica, em 1998. Na Amazônia, as queimadas avançaram 28% em julho, em relação ao mesmo período do ano passado. Foram mais de seis mil e seiscentos (6.800) focos de queimadas. (Trecho JN, 3/8/2021).

Novamente, o recurso da arte para ilustrar o texto do off do repórter com a fumaça cobrindo parte da floresta.

Figura 4

Focos de queimadas na Amazônia



Nota. Fonte: reprodução da tela da TV. JN 3/8/2020.

A reportagem, com 4 minutos, segue informando que: “Em maio, o governo iniciou uma operação de Garantia da Lei e da Ordem na Amazônia. A operação vai até novembro, mas o desmatamento continua aumentando”. Já começam a ser mostradas, a partir deste trecho, imagens de floresta queimando, o fogo como protagonista (JN 3/8/2020).

Figura 5

Focos de queimadas na Amazônia



Nota. Fonte: reprodução da tela da TV. JN 3/8/2020.

Em outro trecho do off, é citada a solicitação de uma entrevista com o ministro do Meio Ambiente e com o vice-presidente do Brasil, Hamilton Mourão, militar que “comanda” o Conselho Nacional da Amazônia Legal. O repórter esclarece que ambos “não responderam aos chamados do JN”. Com isso, para apresentar o lado governamental, o texto introduz fala do vice-presidente concedida a uma rádio na manhã daquele dia. Os editores também utilizam o recurso de QP para ilustrar as falas, que são seguidas de texto mostrado na tela da TV:

Toda a Amazônia Legal nos preocupa, no entanto, os nossos esforços estão mais concentrados nas áreas de maior risco de incêndio, são aquelas que foram desmatadas. As árvores, que foram tombadas, estão secas, aí os ilegais aproveitam para fazer a limpeza do terreno usando o fogo (Trecho JN, 3/8/2020).

Outra abordagem apresentada no texto é a preocupação com a possível interrupção nos investimentos estrangeiros, por causa da questão ambiental. O texto (off) continua afirmando o seguinte: “O governo vem sendo cobrado por investidores estrangeiros e brasileiros que ameaçam interromper investimentos no país por causa do aumento do desmatamento e das queimadas” (Trecho JN 3/8/2020). Logo em seguida, a fala de uma fonte técnica, o coordenador do MAPBIOMAS, que encerra a matéria, afirma o seguinte:

O governo tem que ter uma mensagem uníssona que envolva o ministro do Meio Ambiente, envolva a ministra da Agricultura, que envolva o ministro da Economia, envolva a Casa Civil e o presidente da República, principalmente, dizendo: não podemos ter mais fogo, não dá para usar o fogo nessa época do ano, nesse ano, porque nós estamos com muita probabilidade de ter grandes incêndios, então é o que resta a fazer agora. E tem que ser muito direto. Então, é ser absolutamente implacável com o desmatamento ilegal, porque esse desmatamento vai alimentar não só o fogo desse ano, mas o fogo do ano que vem (Trecho JN, 3/8/2020).

Nesta reportagem, identificam-se, pelo menos, três abordagens: o enquadramento principal é o crescimento “vertiginoso” das queimadas, apesar do decreto governamental que proíbe a utilização do fogo para a limpeza de áreas, que é um costume comum na região amazônica, utilizado, principalmente, por pequenos produtores, o qual foi uma das novidades adotadas pelo Governo Federal, no ano anterior, para combater queimadas. O repórter classificou como “moratória do fogo” essa suspensão determinada pelo decreto. A outra abordagem identificada é a fuga de investimentos estrangeiros por causa das consequências das queimadas; a terceira abordagem é a falta de ação efetiva e de uma “mensagem uníssona” do Governo Federal para combater o problema, ressaltada por uma das fontes (personagens nas matérias) ouvidas. A identificação dessa variedade de enquadramentos levou à tomada de decisão, após a elaboração deste teste, de que apenas o enquadramento principal será considerado para as análises.

Outro caso do JN analisado foi veiculado também no mesmo dia 3 de agosto e teve destaque na escalada da edição, cujo texto de abertura da matéria mostra o seguinte: “Incêndio aqui na estrada da Chapada! Horrível! Socorro! Meu Deus do céu!” Foi com esse apelo de uma telespectadora, mostrado por meio de imagem de telefone celular e acompanhado de legenda, que a repórter abriu o seu VT de 2min31s, cuja abordagem principal era a ameaça aos animais do Pantanal causada pelos incêndios, que, neste caso, foram detonados pela estiagem.

Figura 6

Focos de queimadas na Amazônia



Nota. Fonte: reprodução da tela da TV. JN 3/8/2020.

Em sua passagem de vídeo (assinatura na matéria), a repórter usa a metáfora do “canhão” para explicar a força devastadora do sol:

O sol parece um canhão jogando calor sobre a terra que está muito seca. A umidade agora está abaixo dos 20%, na maior parte do estado. Nessas condições, o fogo se alastra rapidamente e destrói a vegetação. O problema é que neste ano choveu menos no cerrado (Trecho JN, 3/8/2021).

Um engenheiro florestal e um tenente do Corpo de Bombeiros foram as fontes técnicas (personagens) ouvidas nesta matéria. A primeira fonte ressalta “os impactos que o desmatamento na Amazônia causa nas regiões Central e Centro-Sul do país”, e a região amazônica é citada, portanto, indiretamente; a matéria analisada aborda ainda fatos relativos às queimadas ocorridas nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e no bioma do Cerrado. Ou seja, não se refere especificamente à Amazônia Legal, e esse fator identificado neste pré-teste levou a uma reclassificação da amostra inicialmente selecionada. As reportagens com essas características, ou seja, que citam indiretamente a Região, misturam a Amazônia com outros biomas ou apresentam a Região em uma abordagem secundária, foram retiradas da seleção inicial, permanecendo apenas aquelas que, além de estarem localizadas na região de abrangência da Amazônia Legal, tratam diretamente de assuntos relacionados na variável 5 do livro de código, classificada como “assunto da notícia”.

No J8 (Portugal), há escalada (chamadas às principais reportagens daquela edição) logo na abertura do jornal, e, após os cumprimentos da (o) apresentador (a), entra no ar a primeira matéria daquela edição. O caso notável selecionado foi divulgado no dia 8 de agosto de 2020 e trata do aumento no número de focos de incêndios.

A reportagem, com 52 segundos, foi apresentada no formato nota LOC OFF, ou seja, quando o apresentador lê o texto “ao vivo” e na sequência da leitura são inseridas imagens, sem cortes de edição. Esta foi veiculada quando já estavam decorridos cerca 40 minutos do telejornal, que tem uma hora e meia de duração.

Figura 7

Reportagem sobre os incêndios



Nota. Fonte: Reprodução da tela da TV. J8, 5/8/2020.

“Amazônia Brasileira está de novo em perigo. Os incêndios florestais registrados em julho aumentaram 28% em relação ao mesmo mês do ano passado” (Apresentadora, J8, 5/8/2020). A partir do trecho descrito abaixo, são mostradas as imagens da floresta queimando.

[...] a tragédia confirmada por imagens de satélite faz temer o pior para os próximos meses na selva amazônica. O Instituto Brasileiro de Investigação Espacial detectou cerca de seis mil e seiscentos focos de incêndio, mil e quinhentos a mais do que em 2019. As organizações ambientalistas estão preocupadas, sobretudo, porque, no final do mês de julho, houve um significativo aumento dos focos. Só no dia 30, foram registrados mais de mil. Segundo o Greenpeace, desde julho de 2005 que não se registram tantos incêndios num só dia! (Trecho J8, 8/8/2020).

Figura 8

Reportagem sobre os incêndios



Nota. Fonte: Reprodução da tela da TV. J8, 5/8/2020.

Tragédia, ameaça, perigo, destruição, prejuízo incalculável, extinção, sobrevivência, santuário são algumas das palavras utilizadas pelo J8 para construir o sentido a respeito da Amazônia. A Região é vista como “santuário de biodiversidade” e definida como “a maior zona úmida do planeta”, sempre com foco no ambiente, nunca vista e definida como um local habitado por pessoas, apenas por animais. Ressalto aqui o silêncio acerca dos moradores que vivem na Região. Quanto às fontes, apenas uma das matérias teve entrevistado; o J8 só ouviu os bombeiros envolvidos na operação de combate ao fogo, durante a segunda reportagem analisada.

Foram analisadas também reportagens de dois telejornais regionais veiculados pelas afiliadas da Rede Globo, no Pará, que fazem parte das unidades de análise desta investigação: JL1 e JT1. Objetivo é compreender as narrativas sobre a região amazônica, a partir da produção jornalística local e regional, já que esses dois telejornais são veiculados a partir de duas importantes cidades do estado. O primeiro, JL1 da TV Liberal, é veiculado a partir de Belém (capital do Pará) para as regiões Nordeste, Sul e Sudeste do estado. Já o JT1 é veiculado a partir de Santarém para municípios da região Oeste do Pará.

Um link “ao vivo”, sem sonora com a participação da repórter em uma calçada no centro da cidade de Belém, foi a escolha do JL1 (TV Liberal) para apresentar a notícia da

“maior apreensão de madeira do país” feita até então. Para esse tema, os editores destinaram um 1min15s no ar.

Na chamada da matéria, apresentada quando eram decorridos 47 minutos de jornal, na edição do dia 21 de dezembro de 2020, a apresentadora chama a reportagem com o seguinte texto, logo após a volta do intervalo: “A Polícia Federal fez a maior apreensão de madeira da história do país, durante operação entre os estados do Pará e Amazonas. E sobre isso a gente vai saber mais, “ao vivo”, com a repórter Denise Soares” (Apresentadora, JL1, 21/12/2020).

Ao longo dos últimos dias, os agentes da Polícia Federal apreenderam cento e trinta e um mil metros cúbicos de toras. Esse volume é suficiente para construção de duas mil, seiscentas e vinte casas populares. *As quarenta e três mil e setecentas toras* estão dispersas ao longo dos rios Mamuru-Arapiuns, uma região de vinte mil quilômetros quadrados, que é comparada ao tamanho do estado de Sergipe. Esta operação da Polícia Federal foi na divisa entre os estados do Pará e Amazonas, e como você disse, Priscilla, resultou aí na maior apreensão de madeira da história do Brasil. O cálculo da apreensão ainda é preliminar, haverá uma perícia mais apurada nos próximos dias, com apoio do exército e, de acordo com a Polícia Federal, o Ministério Público Federal acompanha a operação (Trecho JL1, 21/12/2020, grifo da autora).

Figura 9

Apreensão de madeira pela Polícia Federal



Nota. Fonte: Reprodução da tela da TV. JL1, 21/12/2020.

A reportagem mostra fotografias aéreas da madeira apreendida e não informa a origem e/ou crédito das fotos. As imagens não chegam a mostrar a dimensão real da apreensão: “quarenta e três mil toras”, conforme se pode ver na imagem reproduzida

acima. Ao longo do texto, a repórter estabelece comparações para repassar aos telespectadores a dimensão real deste crime ambiental.

Figura 10

Reportagem sobre a apreensão



Nota. Fonte: Reprodução da tela da TV. JL1, 21/12/2020.

A repórter faz duas comparações, ao longo da sua participação no telejornal sobre o tamanho da apreensão: “Esse volume é suficiente para construção de duas mil, seiscentas e vinte casas populares” (JL1, 21/12/2020). Outra comparação utilizada para ilustrar essa quantidade de madeira refere-se a um dos estados da federação: “As quarenta e três mil e setecentas toras estão dispersas ao longo dos rios Mamuru-Arapiuns, uma região de vinte mil quilômetros quadrados, que é comparada ao tamanho do estado de Sergipe” (JL1, 21/12/2020).

O outro caso do JL1 selecionado para esta análise foi veiculado no dia 4 de setembro de 2020, na metade do telejornal, com tempo total de 2min13s, por meio de uma participação “ao vivo” do repórter, de dentro de uma sala-estúdio, com a apresentação de entrevistas (sonoras) gravadas.

Figura 11

Imagens feitas pelos integrantes da operação e utilizadas no telejornal



Nota. Fonte: Reprodução da tela da TV. JL1, 4/9/2020.

Trata-se de uma “grande” operação de “combate a crimes ambientais”, no Sul do estado do Pará: “O repórter Adriano Costa tá (*sic*) aqui e traz mais informações” (Apresentador, JL1 4/9/2020):

A operação realizada pela Polícia Civil conta com os apoios da Delegacia de conflitos agrários de Redenção e da delegacia de Ourilândia do Norte. Essa operação é resultado de um pedido feito pela ouvidoria Nacional do INCRA e de três requisições do Ministério Público para apurar denúncias de crime ambiental na região. Além da degradação de áreas de preservação, foram identificados vários garimpos ilegais na região (Trecho JL1, 4/9/2020).

Figura 12

Imagens feitas pelos integrantes da operação e utilizadas no telejornal



Nota. Fonte: Reprodução da tela da TV. JL1, 4/9/2020.

Na abordagem, além das informações gerais sobre a operação, o repórter reforça mais dois aspectos referentes à notícia. A possibilidade de destruição dos equipamentos apreendidos e o protesto “dos proprietários das áreas”; o fato de a ação ter sido deflagrada em garimpos ilegais é citada de forma geral e rápida:

O esforço agora é para que os equipamentos sejam tirados das aéreas onde a extração ilegal de minério era realizada para impedir que a prática seja retomada com o fim da operação. Os donos das áreas também serão enquadrados nas penalidades legais referentes aos crimes. A ação causou protestos de proprietários das áreas (Trecho JL1, 4/9/2020).

Quanto às fontes, apenas uma foi ouvida: o delegado responsável pela Delegacia de Conflitos Agrários da cidade de Redenção, no Sul do Pará. Ele citou “a presença de garimpos ilegais” e afirmou ainda que foram “apreendidas 30 máquinas”. O delegado definiu o que viu como um “cenário nefasto de degradação ao meio ambiente” (JL1, 4/9/2020).

As imagens utilizadas para ancorar o texto da matéria foram cedidas por “Wesley Costa”, cujo nome é mostrado durante a exibição da reportagem, sem maiores explicações, ou seja, o telespectador não fica sabendo se Wesley Costa é policial ou alguém que participou da operação. A entrevista do delegado foi gravada no local das apreensões, porém também não fica claro, no texto, se a entrevista foi feita por Wesley Costa, autor das imagens.

4 CAPÍTULO IV – SOBRE TELEVISÃO E TELEJORNALISMO: UM ESTUDO DAS REPORTAGENS DE PORTUGAL E DO BRASIL

Uma breve história da televisão e do telejornalismo no Brasil, incluindo a Amazônia e o mundo, abre este capítulo. Serão apresentados os perfis de cada um dos quatro telejornais estudados, bem como o tratamento que cada um deles dá às questões sobre a Amazônia Legal Brasileira. As questões do telejornalismo regional na Amazônia, contextualizadas a partir do estado do Pará, por meio dos telejornais da Rede Globo de Televisão, também integram este capítulo. Outro elemento que compõe este tópico é a investigação, em separado, das reportagens acerca da Operação Amazônia Viva, veiculadas pelos dois telejornais regionais que integram este trabalho. Esta análise foi incluída para mostrar como e quais recursos os jornalistas da Região utilizam para noticiar sobre a Amazônia.

4.1 Sobre televisão e telejornalismo: o modelo audiovisual brasileiro e o europeu

Neste tópico, será abordada brevemente a história da televisão e do telejornalismo, considerando-se o modelo audiovisual do Brasil e da Europa e, em especial, será dado destaque aos modelos brasileiro e português. A força da televisão e seu papel de mobilização social e a importância da Rede Globo para a televisão brasileira serão abordadas neste tópico, também será relatada uma breve história do veículo antes da sua chegada oficial ao país, em 1950.

O ano: 1939, o mês: junho. Muito antes da ousadia de Assis Chateaubriand, na década de 1950, com a implantação oficial da TV no país, o Rio de Janeiro experimentava, 11 anos antes, o que ficou para a história como a primeira demonstração pública da televisão realizada no Brasil. “Durante a feira de Amostras do Rio de Janeiro, um público privilegiado pôde ouvir e ver Marília Baptista, Francisco Alves, Herivelto Martins, Dalva de Oliveira e outros artistas, mostrados através de um aparelho semelhante a uma eletrola” (Mattos, 2010, p. 196). Essa exposição foi organizada pelo Ministério dos Correios da Alemanha e os convites distribuídos de forma gratuita pelo governo brasileiro da época. “A Telefunken, fábrica de aparelhos de som, instalou no recinto da feira um

pequeno estúdio, gerando imagem e som para dez aparelhos receptores” (Mattos, 2010, p. 196). O fato teve ampla repercussão na imprensa da época e foi noticiado como uma nova era de desenvolvimento no setor cultural.

A Segunda Guerra Mundial apagou a novidade, que só é reacendida, no Brasil, em 1950, quando se estabelece como o principal veículo de comunicação: “encontrando-se hoje na condição de maior veículo de massa do país, atingindo todo o território nacional com suas transmissões [...] caracterizando-se como o veículo que absorve a maior fatia do bolo publicitário” (Mattos, 2010, p. 197).

A história da televisão no Brasil se confunde com a história da TV Globo. Baseada no modelo de negócio privado e com forte influência da televisão norte-americana, a Rede Globo “é um dos símbolos da identidade brasileira” (Wolton, 2006, p. 159), com “gosto pela modernização, pelo desafio, influência norte-americana, vontade de se distinguir” (Wolton, 2006, p. 159). Ao tratar do papel da emissora, o autor afirma existir uma “hegemonia”, mas não um “monopólio”,

[...] pois a Globo influenciou a tal ponto a evolução da sociedade brasileira que ela própria não conseguiu evoluir no ritmo das mutações extremamente rápida daquela. O argumento é simples. Essa televisão não poderia ter tal audiência se estivesse defasada em relação às expectativas do brasileiro. Apesar de sua lógica financeira implacável, o seu sucesso provém, também, do fato de ter conseguido em 30 anos, tornar-se ao mesmo tempo espelho e parte do ideal brasileiro (Wolton, 2006, p. 159).

Foi pela determinação teimosa do jornalista Assis Chateaubriand, dono dos Diários Associados – o maior conglomerado de mídia brasileiro à época –, que o Brasil teve implantada, no dia 18 de setembro de 1950, na cidade de São Paulo, a quarta emissora de TV do mundo e a primeira da América Latina: a então TV Tupi PRF-3, o canal 3, cujos equipamentos para instalação e transmissão foram importados dos Estados Unidos da América.

No dia 18 de setembro a função iria começar às cinco da tarde, com a transmissão da cerimônia de bênção e batismo das câmeras e dos estúdios e prosseguiria com esquetes intermitentes até se encerrar às nove da noite, com um grandioso show. Naturalmente tudo seria ao vivo, pois a primeira fita de vídeo só apareceria duas décadas depois (Morais, 1994, p. 499).

A programação foi transmitida para duzentos aparelhos de televisão contrabandeados dos Estados Unidos por um comerciante amigo de Chateaubriand, três dias antes da inauguração, vindos de avião.

A TV Tupi do Rio de Janeiro, que depois vai dar origem à TV Globo, foi inaugurada um ano mais tarde, em 1951. Em 1957, o então presidente da República do Brasil aprovou a concessão de TV para a Rádio Globo. Porém, foi em janeiro de 1966, com a cobertura das enchentes do Rio de Janeiro, que a TV Globo ganhou notoriedade, tendo papel central na transmissão de informações para a população, bem como realizando campanha de doação de donativos para os atingidos.

Este episódio ajuda a entender o papel central da televisão e do jornalismo, desde seus primórdios, para a sociedade brasileira, o que é confirmado por Rezende (2000, p. 73): “Pelo processo ‘aqui e agora’ na divulgação e recepção de uma cobertura jornalística, a televisão propicia uma participação instantânea e sem intermediários, que, por si só, constitui-se num elemento de inestimável poder de mobilização”.

O telejornalismo brasileiro nasce dois dias depois do nascimento da televisão. No dia 20 de setembro de 1950, vai ao ar o telejornal Imagens do Dia. Porém, o principal jornal televisivo brasileiro surge em 1952, o Repórter Esso, com suas edições regionais, em São Paulo e no Rio de Janeiro: “Os telejornais eram produzidos precariamente e careciam de um nível mínimo de qualidade” (Rezende, 2000, p. 106). As falhas eram oriundas tanto das deficiências técnicas quanto da inexperiência dos profissionais, a maioria vinda do rádio. Entre o público, essas falhas tinham pouca repercussão. A herança do rádio e a subordinação completa aos patrocinadores foram as principais características da linguagem televisiva inicialmente. Daquela época restaram a objetividade e concisão, qualidades que, ainda hoje, são muito apreciadas e praticadas na televisão e no telejornalismo brasileiros.

No início da década de 1960, surge o Jornal de Vanguarda (JV), que traz novidades para o telejornalismo à época, como, por exemplo, jornalistas como produtores e apresentadores: “O texto jornalístico ganhava força com a locução de Luís Jatobá e Cid Moreira” (Rezende, 2000, p. 107); este último foi durante muitas décadas o apresentador do JN. A preocupação com o visual foi outro fator trazido pelo JV: “O cuidado com a imagem se refletia no visual dinâmico, em que se destacavam as características de Appe

e os bonecos falantes de Borjalo” (Rezende, 2000, p. 107). Esse noticiário causou grande impacto no Brasil e no mundo. O reconhecimento veio com o prêmio Ondas da Espanha, como melhor telejornal do mundo, e recebeu também o reconhecimento do importante teórico McLuhan, que o utilizou em suas aulas sobre comunicação (Rezende, 2000).

Ao contar a história secreta da constituição da Rede Globo, Herz (1987), além de explicitar o papel da emissora em sua atuação nas questões econômicas e políticas do país, detalha os dois acordos firmados entre a então recém-criada TV Globo e o grupo americano Time/Life, no dia 24 de julho de 1962:

O primeiro, denominado **Contrato Principal**, era uma conta de participação, uma “joint venture”. O segundo era um acordo de Assistência Técnica que tinha algumas de suas cláusulas vinculadas ao Contrato Principal (Herz, 1987, p. 106, grifos do autor).

Esses contratos feriam o Código Brasileiro de Telecomunicações, a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que exigiam autorização prévia do Conselho Nacional de Telecomunicações para acordos dessa natureza. “Só em julho de 1965, três anos depois, é que o Conselho Nacional de Telecomunicações tomaria conhecimento desses documentos” (Herz, 1987, p. 107), o que não impediu que a emissora recebesse os dólares e a assistência técnica previstos nesses contratos.

Ao estudar o papel social e cultural da televisão, Wolton (2006) afirma que a televisão brasileira é um fator de integração social, sobretudo porque, segundo o autor, ela é assistida por diferentes classes sociais. Neste aspecto, ele destaca a Rede Globo como sendo uma espécie de retrato da sociedade brasileira: “Ela é fator de identidade cultural e de integração social, o que é paradoxal neste caso, tendo-se em conta as grandes distâncias sociais entre os mais pobres, analfabetos e os mais ricos, geralmente voltados para os modelos ocidentais” (Wolton, 2006, p. 155).

Em seus estudos, Wolton (2006) desenvolve uma teoria crítica da televisão. Ao comparar os modelos audiovisuais do Brasil e da Europa, ele cita pelo menos três diferenças fundamentais entre esses dois sistemas, e o modelo de negócio é uma delas.

Na Europa, a tradição pública dominou longo tempo e constitui hoje ainda aproximadamente 50% dos canais de televisão nacionais, depois do surgimento das televisões privadas entre 1970 e 1985. A televisão foi, na Europa, objeto de um forte confronto ideológico e considerada como uma espécie de escola do século XX, ou, pelo menos, como se devesse levar avante um grande projeto cultural e social (Wolton, 2006, p. 167).

Para o autor, as outras duas diferenças são: a influência do modelo norte-americano, que domina a programação dos canais brasileiros, em especial da Rede Globo; e as disparidades econômicas e culturais. A TV aberta brasileira alcança os mais diversos públicos, de diferentes classes sociais. Ao analisar o modelo das televisões europeias, Wolton (2006) reafirma a sua forte tradição de serviço público ancorado no pilar: distrair, informar, educar.

A concorrência no seio dos serviços públicos, depois entre o público e o privado, assim como a dificuldade de renovação de uma doutrina de serviço público, conduziram, entre 1975 e 1995, à explosão do modelo europeu de televisão, quase único no mundo ao lado do modelo canadense (Wolton, 2006, p. 168).

Pergunta-se: E Portugal nesse contexto? Assim como em outros países da Europa, nesse país também houve uma hibridização do modelo (público/privado) nas décadas de 1970 e 1980. Há muitos anos possui dois canais públicos: RTP1 e RTP2, que dispõem de duplo financiamento (público e privado).

No início dos anos 2000, começaram a aparecer as televisões privadas, entre elas a TVI, objeto desta investigação. Hoje, com 10 milhões de habitantes e 4 milhões de aparelhos de TV, Portugal ainda precisa vencer alguns desafios, entre eles: “a capacidade de produção audiovisual do Brasil, à qual voltou as costas há muitos anos. Só muito recentemente as novelas atravessaram facilmente o atlântico” (Wolton, 2006, p. 171). Se, por um lado, as novelas atravessaram o oceano, o mesmo não se pode falar das notícias sobre a Amazônia Brasileira. Em seis meses de observação, cinco reportagens com o tema foram veiculadas pelo J8, da TVI de Portugal, as quais integram esta mostra.

4.2 J8: “o prestígio da informação”

Criado em 2001 pela TVI (Televisão Independente) para ser exibido na faixa das 20h diariamente, de domingo a domingo, o Jornal das 8 se define como “o lugar de confiança da informação, do jornalismo e da verdade” (McShare, 2022). Anteriormente ao J8, outro telejornal exibido nesta faixa de horário tinha o nome de Jornal Nacional. Atualmente, é apresentado por Pedro Pinto. A TVI foi inaugurada em 1993 e é uma das emissoras privadas portuguesas que vem consolidando-se como emissora com altos índices de audiência em Portugal.

Investindo na qualidade e relevância dos fatos apresentados, entrevistas com convidados, entre outras atrações, o Jornal das 8 é levado ao ar também aos domingos; as edições têm, em média, uma hora e meia de duração. Este telejornal vem tornando-se, cada vez mais, uma referência para o público português. “Para além dos conteúdos, também a tecnologia, grafismo e realidade aumentada permitem ao Jornal das 8 levar aos espetadores o melhor da *Informação*, de forma inovadora e dinâmica” (McShare, 2022, grifo da autora).

As edições são divididas em quatro blocos de, em média, 20 minutos cada um e têm tradução simultânea em Língua Gestual Portuguesa (LGP), por meio da qual grande parte da comunidade surda portuguesa se comunica. Por vezes, a apresentação é deslocada dos estúdios para áreas externas, como, o que ocorreu na edição do dia 1º de agosto de 2020, quando o “Jornal das 8 em direto do Pinhão” foi apresentado em cenário externo para noticiar uma colisão entre um carro e um comboio, e em outros casos também.

Com a premissa sempre presente de “assegurar um jornalismo de excelência, com rigor e objetividade”, a TVI continua investindo em informação. O Jornal das 8, principal bloco de notícias da Informação TVI, tem registrado uma clara subida nas audiências e tende a se aproximar do principal concorrente direto da TV SIC, o Jornal da Noite, que registrou, em janeiro de 2022, 11,5% de audiência no horário da faixa das 20h.

Gráfico 8

Índices de audiências



Note. Fonte: McShare (2022).

Na semana de 24 a 30 de janeiro de 2022, os portugueses assistiram a cerca de 5h35 diárias de programação televisiva. Nesse mesmo período, a TV SIC obteve 18,3%, vencendo a concorrente TVI, que obteve 16,4% de audiência.

4.3 JN: “um dos mais respeitáveis do país”

O Jornal Nacional foi criado em 1969 pela TV Globo, tornando-se o primeiro programa brasileiro a ser exibido em rede nacional e transmitido “ao vivo” para todo o país no período noturno, a partir das 20h, de segunda a sábado. Cada edição tem, em média, 1 hora de duração e é dividida em quatro blocos de 15 minutos cada. Os VTs exibidos têm, em média, dois minutos, variando de acordo com o assunto tratado, alguns chegam a 4 minutos ou mais, em raras ocasiões. Durante a semana, é apresentado pela dupla Willian Bonner e Renata Vasconcelos, que exercem as funções de editor-chefe e editora executiva, respectivamente. Aos sábados, a dupla de apresentadores varia, seguindo-se uma escala de cada sábado, uma nova dupla. Ao contrário do J8, o JN não tem tradução simultânea na Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A TV Globo, emissora criada em 1965, ganhou relevância no país, sendo o JN um de seus principais programas e líder de audiência desde a década de 1970. O jornalismo

produzido pelas equipes da TV Globo obteve, nas últimas duas décadas, 24 indicações ao Prêmio Emmy International, com destaque para a cobertura do JN sobre a operação policial das forças de segurança no Morro do Alemão (RJ), que venceu o prêmio em 2011 (Memória Globo, 2021).

Dados aferidos pela empresa Kantar IBOPE Media apresentam os índices dos programas com maior audiência, por emissora; no consolidado dos 15 mercados regulares, apresentam os seguintes índices do JN, no período de 24 a 30 de janeiro de 2022: Audiência domiciliar: 21,9%, Audiência individual: Rat# 211,9, COV-individual: 32,47%.

Relatório que mediu a atitude de brasileiros em relação a notícias, publicado pela Reuters²⁷, divulgado em 2022, revela que, para 27% dos entrevistados, a Globo (incluindo TV Globo, Globo News e G1) é a fonte de informação mais confiável. É seguida por jornal O Globo (26%) e Record (Record TV, Record News e portal R7) (26%) (Poder 360, 2022).

Em 2019, o Jornal Nacional completou 50 anos. Uma série de comemorações marcaram esta data. Entre elas, uma aproximação com o telejornalismo regional das emissoras afiliadas, que operam em todos os estados da federação. Os apresentadores dessas emissoras foram convocados para integrar a bancada de apresentação do principal telejornal em rede da Rede Globo, que se diz “pautado pela credibilidade, isenção e ética” (Memória Globo, 2022).

4.4 Sobre telejornalismo regional na Amazônia Brasileira

Neste tópico, serão apresentadas brevemente as emissoras em atividade nos nove estados da Amazônia Legal Brasileira, ressaltando-se que, apesar de as reportagens analisadas terem sido produzidas no contexto da ALB, o foco desta investigação está nas reportagens veiculadas sobre o tema no JN Nacional e nas emissoras com sede no estado do Pará: TV Liberal e TV Tapajós, localizadas em Belém e Santarém, respectivamente.

²⁷ O relatório completo, em inglês, está disponível neste link: <https://static.poder360.com.br/2021/09/reuters-institute-trust-news.pdf>, acessado em 7/2/2022.

As reportagens veiculadas no JN, a respeito da ALB, são oriundas das afiliadas das emissoras, que serão apresentadas a seguir.

A primeira emissora de televisão do estado do Amazonas foi a TV Ajuricaba, instalada no dia 5 de setembro de 1967: “Até então, a capital do Amazonas, com cerca de 95 mil habitantes, tinha dois mil aparelhos de televisão que recebiam o precário sinal do Canal 2 da RCTV, emissora de Caracas, na Venezuela, com muito chiado e péssimas imagens” (Batista, 2012, p. 86). Nesta época, a TV retransmitia o sinal da Rede Record. É só no ano de 1974 que a então TV Ajuricaba deixa o sinal da Record e passa a retransmitir a programação da Rede Globo de Televisão. “Nesta época, a capital do Amazonas tinha 250 mil habitantes e cerca de 8 mil televisores espalhados pela cidade, o que representava praticamente 5% da população com um aparelho de televisão instalado em casa” (Batista, 2012, p. 89). Os amazonenses, portanto, não assistiram à estreia do JN da Rede Globo, ocorrida em 1º de setembro de 1969.

Como a TV Ajuricaba era a única no estado do Amazonas, o Ministério das Comunicações do Brasil abriu mais uma concessão. Assim foi fundada, em agosto de 1972, com sede na cidade de Manaus, a Rede Amazônica (RAM), que surge da ideia de dois empresários locais que montaram uma agência de publicidade no centro da cidade de Manaus. A RAM foi pioneira na transmissão de sinal colorido, já na década de 1970, época em que a maioria das emissoras de televisão dos grandes centros ainda exibiam sinal em preto e branco. Atualmente, a RAM retransmite o sinal da Rede Globo. É considerada a maior rede de TV da região Norte do Brasil, reunindo 13 emissoras afiliadas, em cinco dos nove estados da Amazônia Legal: Acre, Amapá, Roraima, Rondônia, além do Amazonas. Sua programação chega a 150 municípios e alcança 6 milhões de telespectadores. Mantém o padrão das outras emissoras afiliadas da Rede Globo, dando ênfase à produção local de jornalismo, com a exibição de noticiários na hora do almoço, a exemplo do JL1 e JT1, e no início da noite.

A TV Centro América, com sede em Cuiabá, capital do estado do Mato Grosso, foi fundada em fevereiro de 1967 e retransmite o sinal da Rede Globo de Televisão desde o ano de 1976; no ano seguinte, em 1977, transformou-se na principal emissora do estado, atuando como cabeça de rede – uma espécie de geradora principal de conteúdo; desde que houve a divisão para a criação do estado do Mato Grosso do Sul, este último não faz parte da ALB. Por causa do fuso horário diferente de Brasília, o MTTV passou, em 2008,

a ser exibido depois do Jornal Hoje, o principal programa jornalístico da Rede Globo, retransmitido na hora do almoço, diferentemente do que ocorre nas outras afiliadas brasileiras, em que os telejornais locais são exibidos antes, como ocorre com JL1 e JT1.

Atuando nos estados de Goiás e Tocantins, a Rede Anhanguera de Televisão é uma rede regional pertencente ao Grupo Jaime Câmara – criado por este empresário em 1935. A TV Anhanguera foi criada em 1963; atualmente, é formada por onze emissoras de televisão, sendo oito no estado de Goiás e três no Tocantins, iniciadas a partir da década de 1980, com a criação deste estado: TV Anhanguera de Palmas, TV Anhanguera de Gurupi e TV Anhanguera de Araguaína. A Rede Anhanguera produz cinco telejornais, e são estes programas os responsáveis por gerar conteúdo para a Rede Globo de Televisão.

A TV Liberal foi inaugurada na cidade de Belém, em abril de 1976, pelo empresário Rômulo Maiorana. Em 2021, completou 45 anos de fundação. A emissora se define como: “Uma emissora que é a voz da comunidade, que leva as principais notícias de um dos maiores estados do país até a sua casa”²⁸.

Ao contrário do que consta no texto da reportagem que comemora os 45 anos da emissora: “Cobrimo grande parte do estado, regiões como Marajó, Nordeste, Carajás e Xingu, abrangendo 144 municípios”, à região Oeste do Pará o sinal da TV Liberal não chega. Nesta região, é veiculado o sinal da TV Tapajós.

O Jornal Liberal Primeira Edição (JL1) é veiculado pela TV Liberal e exibido de segunda-feira a sábado às 12h, apresentado pela jornalista Priscilla Castro. É um dos programas de maior audiência da emissora afiliada da Rede Globo, no estado do Pará.

No Maranhão, a TV Mirante foi oficialmente inaugurada em março de 1987, na cidade de São Luís (MA), e, a partir do ano de 1991, passou a integrar a rede de afiliadas da TV Globo, quando então faz uma reformulação em sua grade de programação e investe em jornalismo, com a criação de telejornais locais. Passa a retransmitir em cadeia com a TV Mirante Imperatriz, constituindo a Rede Mirante, composta por mais duas emissoras com sede nas cidades de Caxias (MA) e Balsas (MA). O sinal da Rede Mirante chega a 22 cidades do Maranhão.

²⁸ Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/pa/tvliberal/45anos/noticia/tv-liberal-completa-45-anos-e-voce-e-a-nossa-melhor-historia.ghtml>

O espaço concedido às emissoras afiliadas pelas chamadas “cabeça de rede”, como é o caso da Rede Globo, limita-se à abertura de um tempo na grade de programação para a exibição de programas telejornalísticos locais/regionais. São esses programas produzidos pelas emissoras de TV descritas acima que produzem os conteúdos sobre a ALB que são exibidos em rede pelo JN da Rede Globo.

No caso das emissoras analisadas, apenas os telejornais exibem conteúdo local/regional, representando o principal produto das respectivas emissoras. Esses programas são responsáveis pela maior parcela de audiência e, conseqüentemente, a maior parcela de arrecadação publicitária dessas emissoras em suas cidades.

Existem regras rígidas que devem ser cumpridas para que as emissoras locais e/ou regionais se mantenham no contrato. Para além das regras, que não constituem objeto desta investigação, existem os interesses comerciais, que, para os telespectadores, ficam implícitos, mas que acabam refletindo-se nos conteúdos veiculados de forma obscura ou difusa, algumas vezes pautados por fatores internos de produção e cultura profissional, complexidade dos processos produtivos que pode ser confirmada nas ideias defendidas por Viseu (2008):

O processo de produção da notícia é extremamente complexo e envolve desde a captação, elaboração/redação/edição, até uma audiência interativa. Envolve momentos de contextualização e descontextualização dos fatos. É resultado da cultura profissional, da organização do trabalho, dos processos produtivos dos códigos particulares (as regras da redação), da língua e das regras do campo das linguagens, da enunciação jornalística e das práticas jornalísticas (Viseu, 2008, p. 13).

Não é de hoje que as transmissões regionais representam os interesses ligados às emissoras maiores, chamadas no jargão jornalístico de “cabeças de rede”. Essas transmissões representam tanto interesses comerciais quanto governamentais. Foi com o apoio da ditadura militar que a Rede Globo de Televisão se tornou a maior empresa de comunicação no Brasil, e a estreia da transmissão em rede do Jornal Nacional, em setembro de 1969, marcou essa transição da TV. A transmissão em rede é um contrato entre as emissoras locais e a emissora que detém o poder. A Rede Globo também foi a primeira a distribuir filiais por todos os estados brasileiros.

Mas, se por um lado a (re)união do país em rede nacional de TV atendia aos interesses do governo militar e também do ainda incipiente mercado publicitário,

por outro, esse modelo de teledifusão reduziu os sotaques e sabores regionais então presentes nas emissoras de televisão espalhadas pelo país. Organizadas em redes nacionais, as emissoras de televisão espalhadas pelo país se reúnem por meio de contratos de filiação (Coutinho, 2008, p. 92).

Essas transmissões em rede intermediadas por sucursais levaram as emissoras locais/regionais a apresentarem uma programação cada vez mais homogênea e, com isso, passaram a sofrer um processo de uniformização e banalização.

O telejornalismo local disputa espaço com o telejornalismo regional. Neste embate, o primeiro sobressai ao segundo, mesmo que este tente se impor. As condições de produção limitam o alcance do telejornalismo regional, mesmo quando as emissoras locais se estabelecem como regionais pela sua abrangência. Os dois modelos são submetidos à transmissão em rede, que determina as formas e o tempo de produção, além de encaixarem as produções locais/regionais na “caixa” da rede. Essa complexidade é refletida nos telejornais JL1 e JT1. O primeiro, mesmo se autorreferenciando como regional, poucas vezes alcança coberturas que vão além da região metropolitana da capital, Belém. O segundo abrange mais de uma dezena de municípios com seu sinal de transmissão, porém quase a totalidade de sua cobertura se limita a fatos ocorridos na cidade de Santarém (PA), que tem uma homônima em Portugal, sendo raros os registros de acontecimentos ocorridos fora dos limites deste município que vão para a tela da TV. Quando são noticiados, em sua maioria, resultam de informações e imagens enviadas à emissora via internet por telespectadores, ratificando o que afirma Viseu (2008), quando se refere ao papel do telejornalismo na atualidade. O autor considera que “o telejornal é hoje a grande *praça pública* do Brasil”. E vai além, ao afirmar que: “A reflexão sobre o campo do telejornalismo como um lugar de construções simbólicas é de fundamental importância para a compreensão da produção, circulação e consumo de sentidos na sociedade” (Viseu, 2008, p. 7, grifo do autor).

Ainda sobre telejornalismo local, Coutinho (2008) conceitua: “É aquele que é produzido na mesma área de emissão do canal (em geral nas cidades-polo em que se localiza a sede da emissora), mas cujo material se destina a uma mesma região geocultural” (Coutinho, 2008, p. 101).

Esse modelo de transmissões em rede com modelo híbrido de TV local/regional é uma das ferramentas para aumentar o alcance de mercados publicitários, já que o

telejornalismo é refém da audiência e do mercado publicitário. As emissoras optam, então, por contratos de filiação: “E a partir dos contratos de filiação, os chamados telejornais regionais se tornam realidade, quer por estratégia comercial [...] quer como espaço para a afirmação, em geral política, de busca da(s) emissora(s) por legitimidade como ator social em determinada região” (Coutinho, 2008, p. 101).

Pretendeu-se, portanto, ao conceituar a transmissão em rede, falar da diferença entre jornalismo local e jornalismo regional e situar esses conceitos no âmbito das emissoras estudadas, para então contextualizar a situação do estado do Pará, ressaltando que nesse estado, ao contrário da maioria dos estados brasileiros, existem duas afiliadas da Rede Globo, dentro dos limites do território, que pertencem a diferentes proprietários.

Em pesquisa feita durante o mês de julho de 2021, na plataforma Google Acadêmico, chegando até a décima página de pesquisa, e feita também na base de dados Scielo, utilizando as seguintes palavras-chave: *telejornalismo*, *regional* e *Amazônia*, constatou-se que há poucas pesquisas acerca das emissoras citadas, e nenhum estudo sobre o tema em questão foi realizado até agora.

Nesse cenário, está clara a necessidade da realização de levantamento que considere o conteúdo produzido pela televisão regional amazônica, em especial por seus telejornais, que são reconhecidamente uma ferramenta que traz para a discussão pública assuntos relevantes para a sociedade. Este estudo está focado em dois telejornais produzidos no estado do Pará, um dos nove estados que integram a ALB, os quais serão apresentados a seguir.

i. Jornal Liberal 1ª Edição (JL1)

O jornalismo da TV Liberal teve repercussão nacional, em abril de 1996, quando a repórter Marisa Romão e o cinegrafista Oswaldo Araújo cobriram, com exclusividade, o caso que teve repercussão internacional e ficou conhecido como o “Massacre de Eldorado dos Carajás”, que resultou na morte de 19 trabalhadores sem-terra durante confronto com a Polícia Militar do Pará, ocorrido na rodovia estadual PA-150. Foram as imagens exibidas pela Rede Globo, em rede nacional, que chamaram a atenção das

autoridades para a gravidade do conflito. Quatro anos antes, em 1992, o então repórter da TV Liberal e do JN, Emmanuel Vilaça, já tinha sido feito refém por indígenas de uma tribo, depois de realizar matéria com denúncias sobre violência que teria sido cometida pelo cacique contra uma professora. O assunto também teve repercussão nacional. Em 2009, a emissora chegou a ter um helicóptero para realizar as coberturas dos seus telejornais locais.

A TV Liberal foi pioneira nas transmissões “ao vivo” da festa católica do Círio de Nazaré, a maior festa religiosa do Pará, que chega a reunir 1,5 milhão de fiéis no segundo domingo de outubro, nas ruas do centro da cidade de Belém (PA). Neste dia, a emissora deixa de transmitir a programação nacional da Rede Globo, durante toda a parte da manhã, e passa a exibir as imagens da procissão. A cobertura do Círio de Nazaré é feita a partir de um estúdio de vidro, que é montado na portaria da emissora, localizada na rua principal por onde a procissão passa todos os anos.

Atualmente, o Jornal Liberal 1ª Edição (JL1) é veiculado diariamente pela TV Liberal, com sede em Belém. A emissora faz parte do Grupo Liberal, que reúne uma rádio FM e o portal de notícias G1 Pará. O JL1 vai ao ar diariamente às 12h, de segunda-feira a sábado. O precursor do JL1 foi ao ar em 1º de maio de 1976, era uma versão local do Jornal Hoje (Rede Globo). Em 3 de janeiro de 1983, surge o Jornal Liberal, que estreou depois de passar por uma reformulação.

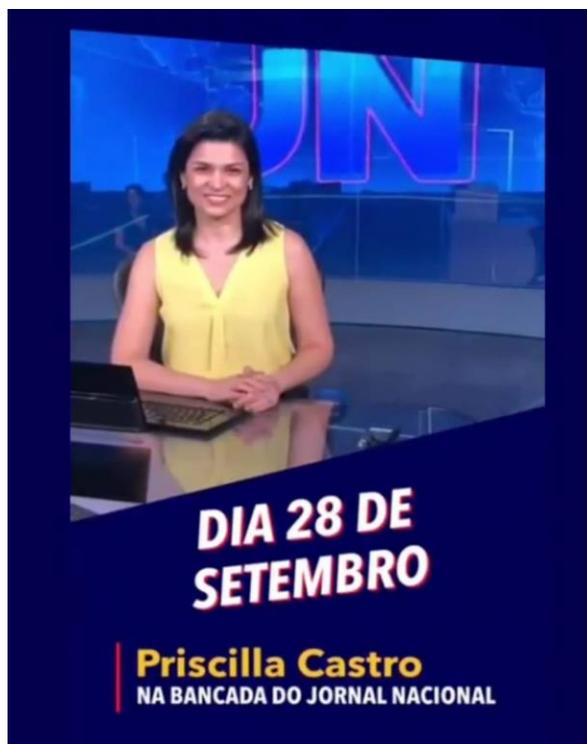
Apresentado pela jornalista Priscilla Castro, que foi repórter do noticiário, também faz participações “ao vivo” na Globonews, canal de notícias a cabo da TV Globo, e foi a representante da região Norte, escolhida por sorteio, para apresentar durante um sábado do ano de 2019 o JN, durante as comemorações de aniversário deste telejornal. Priscilla apresentou o JN no dia 28 de setembro, ao lado do jornalista Carlos Tramontina, da Rede Globo.

O fato foi bastante explorado tanto pela própria apresentadora quanto pela emissora, que, por meio das redes sociais e publicidade, tentou mobilizar telespectadores para assistir à sua participação. Esta foi a primeira vez que o JN abriu sua bancada para participação de apresentadores das afiliadas regionais²⁹.

²⁹ Disponível em: <https://www.oliberal.com/jornalista-priscilla-castro-do-jl1-vai-apresentar-o-jornal-nacional-1.176095>

Figura 13

Anúncio da participação da apresentadora do JLI no JN, da Rede Globo



Nota. O anúncio é mostrado com destaque numa das redes sociais da apresentadora. Fonte: reprodução das redes sociais. 25/9/2021.

No dia 27 de junho de 2011, o JLI estreou um novo formato para “ficar mais próximo do telespectador” (Brito, 2015). A apresentadora saiu de trás da bancada e passou a apresentar o telejornal em pé, num estúdio reformado e tecnológico, de onde chama os repórteres “ao vivo” por meio de um telão. O telejornal é dividido em três blocos e possui alguns quadros fixos exibidos, uma vez por semana, como o “Desaparecidos”, que busca por pessoas a partir de depoimentos de familiares, e o quadro “Saúde”, com dicas de bem-estar.

Há a seção “Você no JLI”, na qual aparece foto ou vídeo feito pelo telespectador e informações dadas por este, sobre o problema enfrentado em sua comunidade ou entorno. O apresentador mostra o material, tece breves comentários. E, ao final, repassa ao telespectador a resolução, se houver, informada por algum órgão competente (Brito, 2015, p. 3).

Apenas parte das notícias veiculadas no JLI é disponibilizada na internet, por meio da plataforma Globoplay, donde foram retiradas as reportagens analisadas neste trabalho;

ao contrário do JN, as edições dos telejornais regionais não são disponibilizadas na íntegra nas plataformas digitais.

ii. 4.4.2 Jornal Tapajós 1ª Edição (JT1)

O Jornal Tapajós 1ª edição (JT1) é veiculado pela TV Tapajós, com sede em Santarém. A emissora faz parte do Sistema Tapajós de Comunicação (STC), que reúne a rádio FM 94 e o portal de notícias G1 Santarém. O JT1 vai ao ar diariamente às 12h, de segunda-feira a sexta-feira, e aos sábados, dia em que é exibido meia hora mais tarde, às 12h30, depois da veiculação do programa “Vem com a Gente”, produzido pela Rede Amazônica de Manaus, que mostra pontos turísticos pouco conhecidos do grande público, localizados na Amazônia, principalmente no estado do Amazonas, sede desta televisão. Recentemente, as duas emissoras assinaram acordo de cooperação para exibição de conteúdo, de modo que as reportagens são exibidas em todos os programas telejornalísticos da TV Tapajós.

A TV Tapajós foi fundada na cidade de Santarém, em 1979, pelo empresário Joaquim da Costa Pereira, e possui retransmissoras nas cidades de Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Porto Trombetas, Placas, Prainha e Terra Santa, na região Oeste do Pará. O sinal alcança ainda cidades como Alenquer, que não consta na lista de retransmissoras.

O JT1 é um dos programas de maior audiência da emissora, a segunda afiliada da Rede Globo no estado do Pará. A apresentadora, que também é editora-chefe e acumula a função de gerente de jornalismo do STC, é Débora Rodrigues. É ela a jornalista que se apresenta no JN quando assuntos de Santarém são veiculados neste telejornal.

Figura 14

JT1 no JN



Nota. Imagem da participação da apresentadora do JT1, no JN da Rede Globo. Fonte: reprodução das redes sociais. 28/1/2022.

O perfil do JT1, descrito a seguir, resulta de duas semanas de observação sistemática das edições do referido telejornal, feitas no período de 21 a 26 de fevereiro de 2022 e de 28 de fevereiro a 1º de março de 2022. O JT1 é formado por quatro blocos, seguindo o padrão do JN; no caso local, o tempo médio de cada bloco é de 15 minutos, porém esse tempo pode variar de 4 a até 6 minutos, dependendo do dia e dos assuntos tratados. O número de matérias exibidas, em cada bloco, assim como o tempo desses blocos, também não é fixo.

Além das reportagens produzidas localmente por repórteres da cidade de Santarém, o JT1 exhibe reportagens produzidas pela TV Liberal de Belém e por outras afiliadas da Rede Globo, localizadas no estado do Amazonas e na região Sudeste do Brasil. Essas matérias tratam de assuntos ligados, principalmente, à política e à saúde. São matérias com mais tempo e com fontes variadas. Os temas factuais (notícias do dia a dia da cidade) são tratados pelos repórteres locais, em geral em participações “ao vivo”.

Quanto às fontes utilizadas, nota-se uma participação significativa de pesquisadores oriundos da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), com sede na cidade de Santarém, além de outras, como delegados, empresários, moradores locais, secretários municipais, profissionais da saúde etc.

Os links (entradas ao vivo) são constantes nas edições. Essas entradas são, em geral, apoiadas por imagens e sonoras (entrevistas) e nunca têm menos de 5 minutos; são quase sempre exibidos ao longo de toda a edição, fechando ou abrindo os blocos. Os

temas abordados nesses links são variados: vão desde a segurança pública, passando por questões de trânsito, crimes etc.

O JT1 não tem quadros fixos. Conta com a participação de telespectadores que enviam imagens feitas com telefone celular, denunciando situações que ocorrem em seus respectivos bairros. Nota-se a veiculação de imagens cedidas por esses telespectadores, principalmente quando se trata de assuntos relativos às cidades da região Oeste, já que a apresentadora anuncia, sempre na abertura, que o telespectador verá “notícias de Santarém e municípios vizinhos” (Trecho JT1, 23/2/2022).

Parte das notícias veiculadas no JT1 é disponibilizada na internet por meio da plataforma Globoplay, de onde foram selecionadas as reportagens que compõem a amostra das análises sobre a cobertura do telejornalismo regional na ALB, com foco no estado do Pará, tópico a ser explorado a seguir.

iii. Os telejornais regionais e a cobertura factual sobre a Amazônia

O Pará sedia duas emissoras afiliadas da Rede Globo de Televisão: uma localizada na capital, Belém, e que leva seu sinal para as partes Nordeste e Sul do estado; e outra cujo sinal de transmissão abrange a região Oeste do estado. Elas são, respectivamente, a TV Liberal e a TV Tapajós, sistemas regionais de comunicação que incluem, além das emissoras de televisão aberta, rádios e portais de internet, ambos atuando com redação integrada para a produção de conteúdo.

A partir de agora, será apresentado um panorama de como os telejornais regionais do Pará (JL1 e JT1), ambos afiliados à Rede Globo de Televisão, abordaram a cobertura sobre a ALB durante os últimos meses do ano de 2020. Primeiro, serão analisadas duas reportagens do JL1, selecionadas entre as oito que foram veiculadas no período de agosto a dezembro do ano de 2020, recorte temporal desta investigação. Em seguida, duas reportagens do JT1, selecionadas entre as dez que foram veiculadas nesse mesmo recorte temporal.

O JL1 destinou um tempo total de 2 horas e 11 minutos, distribuídos em oito matérias veiculadas no período analisado (agosto a dezembro de 2020), para falar sobre

o tema Amazônia. O conteúdo apresentado nessas reportagens tratou, sobretudo, de temas como: crime ambiental, fiscalizações e apreensões de equipamentos utilizados para cometer crimes ambientais. Dessas, duas trataram exclusivamente da Operação Amazônia Viva, que está analisada em tópico específico, com as outras seis listadas a seguir, em ordem crescente de data:

- 1) “Operação combate garimpos ilegais em Ourilândia do Norte” (JL1, 4/9/20), com 2min;
- 2) “Segup faz operação Netuno no Marajó” (JL1, 11/9/20), com 2min38s;
- 3) “Apreensão de madeira em Santarém” (JL1, 17/11/20), 30s;
- 4) “Operação da PF combate extração ilegal de minério”, o crime ocorreu na cidade de Curionópolis, Nordeste do estado (JL1, 16/12/20), com 2min;
- 5) “PF faz maior apreensão de madeira da história do Brasil (...) na divisa entre Pará e Amazonas” (JL1, 21/12/20), com 1min13s;
- 6) “Proteção da mina rompeu devido à erosão causada pelas fortes chuvas” (JL1, 28/12/20), sobre mina localizada na cidade de Juruti (Oeste do Pará), a nota seca lida pela repórter termina explicando que “A Alcoa é uma empresa que extrai bauxita para a produção de alumínio”, com 39s.

Entre as seis listadas acima, duas foram selecionadas para a análise: o caso da “maior apreensão de madeira da história do Brasil” e a notícia que aborda o “vazamento da mina” na cidade de Juruti (PA). A primeira foi escolhida pela repercussão que teve sua veiculação, registrada, além do JL1, no JN; já a segunda, por se tratar de um fato ocorrido na empresa, que está localizada dentro da região geográfica do JT1, e também foi noticiada por este telejornal, utilizando-se outros recursos.

Um link “ao vivo”, sem sonora com a participação da repórter em uma rua, no centro da cidade de Belém, foi a escolha do JL1 (TV Liberal) para apresentar a notícia da “maior apreensão de madeira do país”, feita até então. Para esse tema, os editores destinaram um 1min15s no ar.

Na chamada da matéria, apresentada quando eram decorridos 47 minutos de jornal, na edição do dia 21 de dezembro de 2020, a apresentadora chama a reportagem com o seguinte texto: “A Polícia Federal fez a maior apreensão de madeira da história do país durante operação entre os estados do Pará e Amazonas. E, sobre isso, a gente vai saber mais “ao vivo” com a repórter Denise Soares” (Apresentadora JL1, 21/12/2020).

Ao longo dos últimos dias, os agentes da Polícia Federal apreenderam cento e trinta e um mil metros cúbicos de toras. Esse volume é suficiente para construção de duas mil, seiscentas e vinte casas populares. *As quarenta e três mil e setecentas toras* estão dispersas ao longo dos rios Mamuru-Arapiuns, uma região de vinte mil quilômetros quadrados, que é comparada ao tamanho do estado de Sergipe. Esta operação da Polícia Federal foi na divisa entre os estados do Pará e Amazonas, e como você disse Priscilla, resultou aí na maior apreensão de madeira da história do Brasil. O cálculo da apreensão ainda é preliminar, haverá uma perícia mais apurada nos próximos dias, com apoio do exército e, de acordo com a Polícia Federal, o Ministério Público Federal acompanha a operação (Trecho JL1, 21/12/2020, grifo da autora).

Figura 15

Apreensão de madeira no Brasil



Nota. Imagem reproduzida durante leitura do off da matéria falando da “maior apreensão de madeira da história do Brasil”. Fonte: reprodução da tela da TV. JL1, 21/12/2020.

A reportagem mostra fotografias aéreas da madeira apreendida e não informa a origem e/ou crédito das fotos. As imagens não chegam a mostrar a dimensão real da apreensão: “quarenta e três mil toras”, conforme se pode ver na imagem reproduzida acima. Ao longo do texto, a repórter estabelece comparações e metáforas para repassar aos telespectadores a dimensão deste crime ambiental: “As quarenta e três mil e setecentas

toras estão dispersas ao longo dos rios Mamuru-Arapiuns, uma região [...] que é comparada ao tamanho do estado de Sergipe” (Trecho do JL1, 21/12/2020).

Figura 16

Maior apreensão de madeira da história do Brasil



Nota. JL1 – Imagem reproduzida durante participação “ao vivo” da repórter ao anunciar, num suposto diálogo com a apresentadora Priscilla Castro, a “maior apreensão de madeira da história do Brasil”. Fonte: reprodução da tela da TV. JL1, 21/12/2020.

A repórter faz outra comparação: “Esse volume é suficiente para construção de duas mil, seiscentas e vinte casas populares” (JL1, 21/12/2020). Essas comparações são bastante utilizadas no texto de televisão para dar ao telespectador uma dimensão palpável do fato noticiado.

Utilizando o formato de nota seca (sem imagens), na qual as informações foram repassadas pela apresentadora, o JL1 noticiou, no dia 28 de dezembro, daquele mesmo ano, a informação do vazamento da mineradora.

No fim de semana, houve um vazamento, na mina 25, da empresa Alcoa, na cidade de Juruti, Oeste do estado. Segundo a empresa, as fortes chuvas dos últimos dias causaram a erosão de uma das proteções da mina. Ninguém ficou ferido. A Alcoa informou que segue em contato com o poder público e também as comunidades para entender os impactos. Disse também que estão em andamento todos os procedimentos de segurança e a avaliação em campo para verificar se a água da chuva e o material vegetal possam ter atingido algum igarapé próximo. A Alcoa é uma empresa que extrai bauxita para produção de alumínio (Trecho JL1, 28/12/20).

Dos 39 segundos, tempo de leitura da nota no ar, 8 segundos informaram sobre o acidente. Os outros 31 segundos foram utilizados para ressaltar a posição da empresa em relação ao acidente. Pode parecer pouco, mas 31 segundos é considerado muito tempo em televisão. Em geral, as notas secas, lidas durante o telejornal, têm entre 30 e 45 segundos, só em casos excepcionais excedem esse tempo. Portanto, ao destinar maior tempo para apresentar a posição da empresa, a emissora deixa escapar aspectos de sua linha editorial, que, pelo que demonstra a forma de tratamento dada a essa informação, está alinhada com a posição da empresa, conforme dados da nota emitida pela Alcoa e reproduzida a seguir:

Informamos a ocorrência de um evento na frente da Mina 25 (Platô Guaraná), neste sábado (26). As fortes chuvas dos últimos dias causaram a erosão de uma leira da borda do platô que carregou a água da chuva e parte do material vegetal (solo galhadas) para a região próxima à borda do platô. Ninguém se machucou e a Alcoa segue em contato com o poder público e as comunidades para entender os impactos. A Alcoa reitera que estão em andamento todos os procedimentos de segurança de recuperação imediata da leira de proteção, bem como avaliação em campo para verificar se a água da chuva e o material vegetal possam ter atingido algum igarapé próximo (G1 Santarém, 28/12/20, acessado em 31/1/22).

Na época, essa nota foi amplamente divulgada, na íntegra, pelos veículos de comunicação regionais. No Portal G1 Santarém, por exemplo, que integra o Sistema Tapajós de Comunicação (STC), do qual também faz parte a emissora que veicula o JT1, objeto de estudo desta investigação, a posição da empresa também ganhou destaque.

E, por falar em JT1, este telejornal veiculou, ao longo do período de recorte temporal desta pesquisa, dez reportagens abordando temas sobre as categorias elencadas (meio ambiente, queimadas e desmatamentos e Operação Amazônia Viva) que abordaram temas como: crime ambiental, fiscalizações e apreensões de equipamentos utilizados para cometer crimes ambientais, assim como também o JL1. Desse total, a metade, ou seja, cinco reportagens abordaram exclusivamente a Operação Amazônia Viva, criada para combater o desmatamento do estado do Pará, cujas análises estão em tópico específico e foram efetuadas em separado. As outras sete estão listadas a seguir por ordem crescente de data:

- 1) “Apreensão de madeira na PA 370”, 23/10/20, com 30s, em formato de nota LOC OFF, matéria analisada no pré-teste;

- 2) “A segunda fase da operação contra o desmatamento foi deflagrada pela 1ª CIPAmb”, divulgada em 27 de outubro, com tempo de 2min8s;
- 3) “Combate ao desmatamento: Operações da 1ª CIPAmb combate (sic) à (sic) extração ilegal de madeira na região”. Divulgada no dia 29/10/20. Com 8min22s, em formato link ao vivo, com sonorais;
- 4) “Operação CERBERUS: Ação da 1ª CIPAmb desmontou serrarias clandestinas na região do chapadão”, divulgada em 24/12/20, com 2min18s, analisada no pré-teste;
- 5) “Ação da 1ª CIPAmb foi deflagrada na região da Lagoa Azul”, 29/12/20, nota LOC OFF, com 1min;
- 6) “Erosão em área de mina em Juruti: Chuvas fortes causaram incidente em uma das proteção (sic) da mina” 29/12/2020, nota coberta, com 4min08s;
- 7) “Polícia investiga incêndio na região do Ituqui: segundo comunitários, incêndio que devastou área de 2km foi criminoso”, 29/12/20, 4min2s.

Dessas sete, foram escolhidas duas matérias para análise, cuja seleção se deu por casos notáveis. Trata-se de uma apreensão de madeira ilegal, crime ambiental muito comum na Região.

As outras quatro tratam da mesma temática, ou seja, trazem no seu bojo uma única operação, a Operação denominada CERBERUS, da Companhia de Policiamento Ambiental (CIPAmb), que é apresentada em dias diferentes, com enfoques também diversos acerca do mesmo tema. Por vezes, leva a uma interpretação errônea dos telespectadores, assim como se deu com esta pesquisadora ao proceder à seleção da observação. Foi necessário assistir várias vezes às gravações salvas *off-line* para entender os casos. Como os telespectadores, em televisão, não dispõem da possibilidade de “voltar a página”, supõe-se que não alcançaram real entendimento da importância e da gravidade do tema abordado; porém, o enfoque desta pesquisa não está centrado nos telespectadores, o que pode ser objeto para futuras pesquisas.

A primeira análise aborda uma nota LOC OFF sobre a apreensão de um caminhão carregado de toras de madeira ilegal. A nota é lida pela apresentadora enquanto são

veiculadas imagens do caminhão abarrotado de toras, com um grupo de policiais civis em seu entorno; o texto diz o seguinte (Trecho JT1, 23/10/2020):

A Polícia Militar apreendeu, na madrugada de hoje, um caminhão com treze toras de madeira que estavam sem nota fiscal. A apreensão aconteceu na PA-370 – Santarém-Curuá-Una. Durante a fiscalização da *Polícia Militar*, o condutor foi apresentado à delegacia de Polícia Civil e diz que veio da comunidade de Tutuú, no município de Placas, e que estava trazendo o carregamento para um homem que atua no ramo madeireiro, aqui em Santarém. A Polícia está investigando esta situação (Trecho JT 1, 23/10, grifo da autora).

Figura 17

Atividades de apreensão de toras de madeira ilegal



Nota. JT1 – Imagem reproduzida durante leitura da nota *LOC OFF* (ao vivo) falando sobre atividades de apreensão de toras de madeira ilegal. Fonte: reprodução tela da TV. JT1, 23/10/2020.

Na notícia sobre esta apreensão de toras de madeira sem nota fiscal, apesar de o texto citar a Polícia Militar como responsável pela apreensão, as imagens – feitas na madrugada pelo cinegrafista da emissora – mostram um grupo de policiais civis no entorno do caminhão. Faço esta referência ao cinegrafista da emissora, pois todas as imagens usadas para ilustrar as matérias analisadas anteriormente sobre a “Operação Cerberus” foram recebidas da Companhia de Policiamento, como mostra a imagem com a legenda “Imagens cedidas”, exibida ao longo da reportagem.

Para noticiar o fato, a opção editorial deu-se pelo seguinte texto, exibido junto com as imagens apresentadas: “Apreensão de madeira na PA-370: O caminhão com 13 toras estava sem nota fiscal”; a ação ocorreu numa das rodovias estaduais no entorno da cidade de Santarém, onde existem algumas estradas clandestinas através das quais esse

tipo de carga costuma ser transportado. As operações de fiscalização das polícias ambientais são comuns nesses locais e sempre ocorrem com o registro de apreensões dessa natureza. O fato sempre se torna notícia pelos critérios de noticiabilidade já ressaltados ao longo deste trabalho, em tópico específico.

Figura 18

Atividades de apreensão de toras de madeira ilegal



Nota. JT1 – Imagem de policiais civis reproduzida da tela da TV durante leitura da nota “ao vivo” falando sobre atividades de apreensão de toras de madeira ilegal. Fonte: reprodução da tela da TV. JT1, 23/10/2020.

Esta pesquisa observou todas as edições do JT1, de agosto a dezembro de 2020, e o assunto da apreensão do caminhão com “13 toras de madeira” não voltou à pauta, pelo menos até o mês de dezembro daquele ano, ou seja, foi um assunto sem continuidade. O desfecho do caso, considerando-se que o texto deixa em aberto a afirmação pelo motorista do caminhão: “ele disse estava trazendo o carregamento para um homem que atua no ramo madeireiro, aqui em Santarém”. O telespectador fica sem saber de quem se trata, quem seria “este homem”. Não fica explícito, pela cobertura do JT1, qual foi a destinação dada àquele carregamento de madeira ilegal ou se os culpados foram punidos.

No dia 29 de dezembro de 2020, o JT1 noticiou o vazamento da mina na cidade de Juruti (PA), ocorrido no dia 26 de dezembro, ou seja, os telejornais, tanto o JL1 quanto o JT1, só noticiaram o ocorrido três dias depois. Utilizando o formato de nota coberta com sonoras, destinaram-se 4min8s para o tema. Não se limitou a apresentar a posição da empresa sobre as causas do acidente, como fez o JL1, foi além. Mostrou imagens do

vazamento, “que circulavam em redes sociais” (Trecho JT1, 29/12/20), nas quais era possível ver “dois igarapés [porções de água doce no meio da mata] com água toda barrenta” (Trecho JT1, 29/12/20). A nota também apresentou a opinião dos “comunitários rurais”, por meio de depoimento gravado por telefone: “a água tava (sic) suja e o pessoal ficou assustado [...] É o maior igarapé que tem aqui, onde tem muito peixe, muita caça” (Trecho JT1, 29/12/20). O telejornal ouviu também representantes da Prefeitura de Juruti e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade, com sede na Capital. Na última frase da notícia, a apresentadora ressalta a posição da empresa: “Segundo a Alcoa, ninguém ficou ferido” (Trecho JT1, 29/12/20).

Figura 19

Rejeitos da mina em Juruti (PA)



Nota. JT1 – Imagem dos rejeitos da mina em Juruti (PA) que atingiram igarapé, retirada de redes sociais e exibidas pelo JT1. Fonte: Reprodução da tela da TV. JT1, 29/12/2020.

Nas reportagens divulgadas durante o período eleito para o recorte desta pesquisa, tanto o JT1 quanto o JL1 limitaram-se a cobrir temas factuais. Dois assuntos dominaram a cobertura no período: fiscalizações e operações deflagradas pelas polícias (militar, civil e ambiental) para combater crimes ambientais, as quais também podem ser categorizadas como fiscalizações, porém, optou-se por separar essas categorias, pois elas são observáveis durante a seleção das reportagens exibidas.

A maior parte das imagens veiculadas resultou de filmagens feitas pelos responsáveis pelas operações. Entre as imagens, fotografias e vídeos feitos a partir de aparelhos de telefone celular. A utilização desse tipo de imagens (feitas pelos próprios

telespectadores, seja em atividade profissional ou não) tem-se tornado comum desde que as atividades jornalísticas foram impactadas pela pandemia de covid-19, que assola o mundo desde 2019.

A partir dessas análises, verificou-se que se trata de uma cobertura muito limitada a ações de fiscalização. A ênfase dos temas está centrada nessas fiscalizações, em operações de combate a crimes ambientais. Ambos os telejornais se restringem a mostrar as operações policiais em jornalismo classificadas como o “factual”, o *hard news*, a reportagem, que, por ter ocorrido de forma intempestiva, é divulgada da mesma maneira.

Dessa maneira, por meio das análises dos aspectos do texto (Entman, 1991), está explícito um dos objetivos específicos desta investigação: identificar as principais abordagens da cobertura ambiental sobre a Amazônia nesses telejornais. Ratifica-se aqui o quinto enquadramento especificado nos procedimentos metodológicos: o enquadramento de consequências ambientais, aquele que enfoca um evento em relação aos seus resultados ecossistêmicos para grupos, indivíduos ou países. Sendo este identificado como o enquadramento dominante na maioria das matérias analisadas.

4.5 Um estudo da Operação Amazônia Viva na TV Liberal e na TV Tapajós

A criação da Operação Amazônia Viva pelo Governo do Estado do Pará coincide com o recorte temporal definido para esta investigação (agosto/2019), por isso a opção em realizar uma análise, em separado, das reportagens relativas ao tema.

Antes de analisar a cobertura da referida operação nos telejornais regionais veiculados no Pará, faz-se necessário conceituá-la e contextualizá-la em âmbito estadual e explicitar quais os seus reflexos no combate a crimes ambientais no estado, de acordo com seus preceitos. Criada em agosto de 2020, com o intuito de coibir crimes ambientais no estado do Pará, as ações da Operação Amazônia Viva integram o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA)³⁰, do Governo do Estado do Pará, que é autorreferenciado como “a principal plataforma de ações para a redução sustentada de desmatamento no Pará”.

³⁰ Disponível em: <https://www.amazoniaagora.pa.gov.br/>

Na página do PEAA, na internet, seguem-se as explicações a respeito desta ação governamental, que, de acordo com seus idealizadores, foi construída sob os pilares de cinco “eixos”, a partir do que é classificado como “instrumentos”: 1) licenciamento, fiscalização e monitoramento; 2) ordenamento territorial, fundiário e ambiental; 3) desenvolvimento socioeconômico de baixo carbono; 4) financiamento ambiental de longo alcance; e 5) comando e controle.

A Operação Amazônia Viva está incluída no pilar Comando e Controle do referido PEAA³¹. Ressalta-se que este eixo é o único com definição em destaque logo na página inicial: “A concepção do Componente Comando e Controle (C&C) centra o foco na compreensão, a partir da própria experiência do Pará nos últimos 25 anos, de que a perda de florestas e de biodiversidade é um problema de variáveis complexas, contra o qual apenas uma atuação estatal consistente e um arranjo racional eficiente com a Sociedade Civil e o Setor Empresarial podem reverter”. Para cumprir esse objetivo, o eixo Comando e Controle (C&C) executa fiscalizações em campo, ao menos uma vez por mês, desde a sua criação, em agosto de 2020, de acordo com informações publicadas na página na Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

Essas ações são realizadas com o apoio da Polícia Militar, Exército, Polícia Ambiental, agentes governamentais das diversas regiões do estado, e ocorrem principalmente na região Oeste do Pará, onde está localizada a cidade de Santarém, sede da TV Tapajós, de onde é gerado o sinal do JT1, que alcança 11 cidades e abrange uma região de quase 1,5 milhão de habitantes.

As duas emissoras de televisão regionais, nas quais esses telejornais são veiculados, pertencem ao conglomerado da Rede Globo de Televisão no estado do Pará. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)³², a taxa consolidada do desmatamento por corte raso, para os nove estados da Amazônia Legal Brasileira (ALB), em 2020, foi de 10.851 km².

Esta taxa é calculada anualmente baseada nos dados gerados pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES). O

³¹ Para saber mais detalhes sobre o pilar Comando e Controle (C&C), da operação Amazônia Viva, acessar este endereço: <https://www.amazoniaagora.pa.gov.br/pilar-comando-controle/>.

³² Para mais informações, consultar: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5811#:~:text=O%20valor%20consolidado%20da%20C3%A1rea,os%20nove%20estados%20da%20ALB.

mapeamento, para registrar e quantificar as áreas desmatadas maiores que 6,25 hectares, baseou-se em imagens da série de satélites Landsat ou similares. O PRODES define como desmatamento a remoção completa da cobertura florestal primária por corte raso, independentemente da futura utilização destas áreas (INPE, 2021).

Para o cálculo desta taxa, foram analisadas 229 imagens que recobrem toda a ALB. Neste contexto, o Pará foi um dos que mais contribuiu com esse desmatamento (45,15%), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 4

Estados que contribuíram com o desmatamento

Estado	PRODES2020 (km ²)	Contribuição (%)
Acre	706	6,51%
Amazonas	1.512	13,93%
Amapá	24	0,22%
Maranhão	336	3,10%
Mato Grosso	1.779	16,39%
Pará	4.899	45,15%
Rondônia	1.273	11,73%
Roraima	297	2,74%
Tocantins	25	0,23%
AMZ. Legal	10.851	100,00%

Nota. A tabela apresenta dados do desmatamento nos nove estados da ALB no ano de 2020. Fonte: INPE (2021).

No site do PEAA, o pilar C&C apresenta resultados da Operação Amazônia Viva alcançados ao longo do ano de 2020, recorte temporal desta investigação, em comparação com o ano anterior (2019):

As ações fiscalizatórias nas áreas de ingerência estadual colaboraram decisivamente para uma redução de desmatamento de 14% em 2020, quando comparado à performance nessas áreas em 2019 (dados do Deter/INPE). Este dado indica que a Operação Amazônia Viva – juntamente com o início das medidas de regularização fundiária e ambiental – já apresenta primeiros resultados importantes. Se considerarmos a comparação 2019-2020 para o estado inteiro (áreas federais e estaduais), a variação aponta redução de apenas 1% em 2020, indicando que as áreas sob ingerência federal têm reduzido performance e,

portanto, ampliado sua participação do desmatamento total contabilizado no território paraense. (Site do PEAA, pilar C&C: 2022).

Depois de contextualizar a Operação Amazônia Viva e demonstrar os seus reflexos no combate a crimes ambientais no Pará, agora é a vez de analisar a cobertura da operação nos telejornais regionais veiculados neste estado, considerando uma das categorias elencadas no livro de códigos: meio ambiente.

Optou-se por analisar separadamente o tema, com o objetivo de compreender os aspectos da cobertura regional acerca do tema, a partir de um olhar interno, ou seja, por quem vive e trabalha na Região. Ao abordar, especificamente, este tema, foram encontrados elementos da cobertura sobre a Amazônia Legal, como um todo, em reportagens veiculadas em cada um dos dois telejornais regionais, bem como nos dois telejornais de alcance nacional analisados, conforme demonstrado em tópicos anteriores e detalhamento que será feito em tópicos posteriores.

A amostra desta análise em separado da Operação Amazônia Viva é formada por sete reportagens televisivas que correspondem a todas as que foram exibidas, sobre a referida operação, pelos dois telejornais regionais elencados, durante o período de agosto a dezembro de 2020, recorte temporal desta investigação. Esse período foi escolhido para análise, porque coincide com a data de criação da operação (agosto de 2020), cujo objetivo principal é combater crimes ambientais no estado, como já dito anteriormente.

Para chegar a esta amostra foram observadas todas as edições dos telejornais exibidos durante seis meses, compreendendo: agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de 2020. Considerando que a veiculação é feita de segunda-feira a sábado, são veiculadas, portanto, 26 edições por mês, totalizando 130 edições, de cada um dos telejornais, no período selecionado. No total, somando-se os dois telejornais, foram observadas 260 edições, com tempo médio de 1 hora cada uma, ou seja, foram observadas 260 horas dos telejornais.

No JL1 (TV Liberal), com sede em Belém, foram exibidas duas reportagens no período elencado, totalizando 2 minutos e 11 segundos de cobertura total, em cinco meses. As outras cinco reportagens analisadas foram veiculadas pelo JT1 (TV Tapajós), com sede em Santarém, totalizando 32 minutos e 34 segundos. Nota-se já a diferença de tempo destinado ao tema em uma e outra emissora.

Quadro 4

Reportagens sobre a operação Amazônia Viva divulgadas no JL1

Data	UN	US	Tipo de peça	Tema	Enquadramento	Tempo	Fontes (personagens)
13/10/20	JL1	1	Link ao vivo sem sonora	Operação Amazônia Viva	SEMAS divulga o balanço da 4ª fase da operação Amazônia Viva no Pará	2'	Sem fontes na matéria
					NOVEMBRO		
28/11/20	JL1	2	Nota LOC OFF	Operação Amazônia Viva	Operação Amazônia Viva chegou à 6ª fase esta semana	1'	Sem fontes na matéria

Nota. Fonte: Elaboração própria (2021).

Ao assistir a cada reportagem, foram selecionadas e classificadas imagens mostradas (vídeos e fotografias), bem como as legendas incluídas em cada uma delas (gerador de caracteres que deixa exposto na tela durante todo o tempo em que a reportagem está no ar um resumo do que está sendo dito), além do texto lido/falado pelos repórteres e as imagens exibidas.

Considera-se que esses dois elementos, principalmente (imagens exibidas e texto legendado), contribuem para fundamentar o que está sendo veiculado e, portanto, demonstram mais claramente a narrativa construída por ambos os telejornais. Porém, a forma como o tema/assunto é apresentada constrói as narrativas.

A seguir, será apresentado como cada uma dessas emissoras, sediadas em regiões distintas do estado, realizaram a cobertura da Operação Amazônia Viva, criada pelo Governo do Estado do Pará para combater crimes ambientais.

Na TV Liberal, o primeiro registro da Operação Amazônia Viva (OAV) é do dia 13 de outubro de 2020, com a notícia da quarta fase da operação. Ressalta-se que a operação foi criada em agosto daquele ano. Ou seja, três meses depois de a operação ser criada, o JL1 noticia pela primeira vez o tema, já informando aos telespectadores a quarta fase das ações, sem explicar que, anteriormente, houve a primeira, a segunda e a terceira fases.

Figura 20

Operação Amazônia Viva



Nota. JL1 – Repórter durante participação ao vivo falando sobre atividades da Operação Amazônia Viva. Fonte: captura de tela da TV pela autora (2021).

O formato utilizado para noticiar essa fase foi “entrada ao vivo” com a repórter na externa. Para ilustrar, foi usado o recurso de *insert* de imagens ao longo da fala, aparecendo no vídeo a informação de que as imagens foram cedidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). A repórter permaneceu no ar por 1min58s, o que é considerado um tempo adequado para entradas ao vivo, em um telejornal com tempo médio de 1 hora de duração, como é o caso.

Figura 21

Quarta fase da Operação Amazônia Viva



Nota. JL1 – Imagem exibida durante participação ao vivo falando sobre atividades da quarta fase da Operação Amazônia Viva. Fonte: JL1 da TV Liberal. Captura de tela da TV pela autora (2021).

Como já foi ressaltado, apesar de noticiar a quarta fase da operação, nos telejornais observados anteriormente não foram registradas reportagens sobre o tema. Isto leva a uma descontinuidade de informações para os telespectadores, que ficaram sem as informações sobre as fases anteriores da operação. Ao longo de toda a participação da repórter no vídeo, aparece o seguinte texto: “Amazônia Viva: SEMAS divulga balanço da 4ª fase da operação”.

No JL1, as palavras *operação*, *Amazônia* e *crimes ambientais* são utilizadas nas legendas das reportagens e também das entradas “ao vivo” como recurso para ancorar as participações “ao vivo”, bem como as imagens da Operação Amazônia Viva. As imagens utilizadas, por sua vez, foram cedidas por integrantes das operações. Neste telejornal não foram ouvidas fontes.

Figura 22

Atividades da operação



Nota. JL1 – Apresentadora lê nota LOC OFF entrada ao vivo sobre atividades da operação. Fonte: JL1 da TV Liberal. Captura de tela da TV pela autora (2021).

Figura 23

Leitura pela apresentadora da LOC/OFF



Nota. JL1 – Imagem mostrada durante leitura pela apresentadora da LOC OFF sobre atividades da operação. Fonte: JL1 da TV Liberal. Captura de tela da TV pela autora (2021).

Com a legenda “Combate a crimes ambientais: Operação Amazônia Viva chegou à 6ª fase”, foi como o JL1 apresentou a segunda notícia sobre o tema, com tempo de 53 segundos. Desta vez, o foco é o combate aos crimes ambientais. As imagens apresentadas novamente foram cedidas por órgão governamental, desta vez pela Agência Pará (agência de comunicação do governo do estado), conforme explicitado na matéria.

O formato utilizado foi a locução em *off* (LOC OFF), quando a apresentadora lê a nota ao vivo, a partir do estúdio, e continua a leitura, cuja fala, em seguida, é coberta por imagens. A diferença entre a nota LOC OFF e a nota coberta é que, na primeira, não há edição prévia das imagens, ou seja, o apresentador não vai para a cabine de *off* gravar o texto previamente. Como dito anteriormente, o texto é lido no estúdio. Esse formato, em geral, é utilizado quando não há a necessidade de sincronização entre imagem e texto, conforme se exige nas reportagens gravadas, os chamados VTs. Por exemplo, se se diz *veículos apreendidos*, não se pode mostrar floresta no chão. Nesse caso, as imagens mostradas são gerais, acerca do assunto tratado. Esse é um recurso que dá agilidade ao telejornal, porém é pouco usado nas edições. Conforme a primeira reportagem apresentada, nesta também não foram ouvidas fontes.

No período de agosto a dezembro de 2020, o JT1 (Santarém) exibiu cinco reportagens abordando a Operação Amazônia Viva, totalizando-se um tempo de 32 minutos e 34 segundos. Todas as imagens utilizadas são resultado de registros feitos pelos integrantes da operação em campo. Não há registros de imagens feitas pela equipe

cinematográfica da emissora, apenas as fontes ouvidas resultaram do trabalho da equipe, cujas entrevistas foram feitas depois de realizadas as operações, na delegacia da cidade de Santarém.

Quadro 5

Reportagens sobre Operação Amazônia Viva

Data	UA	US	Tio de peça	Tema	Enquadramento	Tempo	Fontes
20/8/20	JT1	1	Link ao vivo com sonoras	fiscalização	Operação Amazônia Viva: PM flagra exploração ilegal de madeira: serraria clandestina foi fechada	7'36''	delegado titular, agente de fiscalização, tenente da Polícia Militar
24/8/20	JT1	2	Link ao vivo com sonoras	fiscalização	Operação Amazônia Viva: o balanço das ações de combate ao desmatamento ilegal no fim de semana	7'05''	Agente de fiscalização
SETEMBRO							
1º/9/20	JT1	3	Link ao vivo com sonoras	fiscalização	Operação Amazônia Viva: encerra 3ª fase das ações em combate à exploração ilegal de madeira	9'51''	Delegado da Delegacia de Combates a Crimes Ambientais
29/9/20	JT1	4	Link ao vivo com sonoras	fiscalização	Operação Amazônia Viva tem como alvo áreas em Mojuí dos Campos no Pará – Esta é a 4ª fase da operação de combate a crimes ambientais	7'35''	Sargento, coordenador da operação, delegado da Delegacia de Conflitos Agrários
OUTUBRO							

Nota. Reportagens sobre Operação Amazônia Viva exibidas no JT1. Fonte: Elaboração própria (2021).

As legendas utilizadas durante a exibição, assim como as imagens mostradas durante as reportagens analisadas, também se repetem. Há de se ressaltar que, em todas as cinco matérias exibidas, foram ouvidas as mesmas fontes. Foram duas reportagens sobre a fase quatro da operação, utilizando-se das mesmas fontes e, conseqüentemente, das mesmas informações.

Figura 24

Atividades da operação

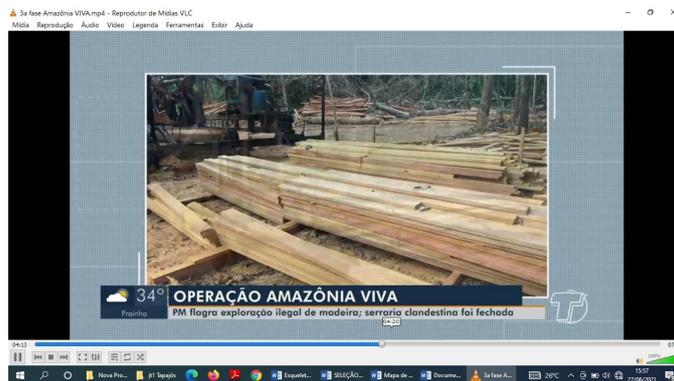


Nota. JT1 – Entrada ao vivo sobre atividades da operação. Fonte: JT1 da TV Tapajós, 20 ago 2021. Captura de tela da TV pela autora (2021).

Nesta reportagem acima, apesar de o enquadramento principal ser a apreensão de madeira ilegal, também é destacado o fato de terem sido encontrados trabalhadores em condições precárias, “análogas à escravidão”. O delegado ressalta o fato em sua fala, a repórter faz o mesmo, porém, em seguida se passa a outro assunto. O tema, apesar da gravidade, não volta a ser abordado em outras reportagens do veículo. A exemplo das outras matérias exibidas, nesta também são usadas imagens cedidas, feitas pelos integrantes da operação, com foco nas pilhas de madeiras apreendidas. A situação e os trabalhadores não são mostrados, não fosse a fala do delegado e da própria repórter.

Figura 25

Atividades da operação



Nota. JT1 – Imagem exibida durante entrada ao vivo sobre atividades da operação. Imagem capturada da tela da TV. Fonte: JT1 da TV Tapajós, 24 ago 2021. Captura de tela da TV pela autora (2021).

Com a legenda “Operação Amazônia Viva: o balanço das ações de combate ao desmatamento ilegal no fim de semana”, o JT1 apresenta mais uma reportagem sobre o tema estudado. Desta vez, o foco é o resultado das fiscalizações. As imagens apresentadas (vídeos e fotos) são as mesmas das reportagens anteriores, porém mudam-se os créditos. De acordo com o que está explicitado, as imagens foram cedidas pela Delegacia de Conflitos Agrários, conforme informado nos créditos da matéria.

As personagens (fontes) ouvidas anteriormente se repetem na matéria. Novamente, são ouvidas as mesmas fontes: a agente de fiscalização Solange Chaves (SEMAS) e o delegado titular da Delegacia de Combate a Crimes Ambientais. A única diferença está no cenário utilizado pelo repórter, que, desta vez, aparece dentro de uma sala e não mais em área externa, e a identificação do local não fica clara para o telespectador. A imagem a seguir mostra essa participação do repórter. Por várias vezes, o repórter repete informações acerca do assunto tratado.

Figura 26

Operação Amazônia Viva



Nota. JT1 – Entrada ao vivo sobre atividades da operação. Fonte: JT1 da TV Tapajós, 24 ago 2021. Captura de tela da TV pela autora (2021).

Durante essa participação, o repórter utiliza o recurso das imagens, conforme mostrado na figura 9. Nesse aspecto, os dois telejornais apresentam características semelhantes, ou seja, utilizam imagens cedidas por instituições responsáveis pela operação. Recentemente, percebe-se uma maior presença desse tipo de utilização, tanto nos telejornais regionais quanto nacionais no Brasil. Pode-se inferir que tal atitude está ancorada em alguns fatores, entre eles a precarização e a falta de estrutura das redações. Outro fator pode ser atribuído às questões relativas às novas rotinas de produção limitadas por fatores externos, por exemplo, a pandemia de covid-19, que atinge o mundo no ano de 2019 e continua em 2021, ano de conclusão desta investigação. O formato link “ao vivo” com o apoio de imagens e sonoras é um recurso bastante utilizado pelo JT1, nesse e em outros temas.

Figura 27

Atividades da operação



Nota. JT1 – Imagem exibida durante entrada ao vivo sobre atividades da operação. Fonte: JT1 da TV Tapajós, 24 ago 2021. Captura de tela da TV pela autora (2021).

O terceiro registro da operação, exibido em 1º de setembro de 2020, teve tempo de 9min51s e utilizou o mesmo formato da reportagem anterior: entrada ao vivo ancorada por entrevistas gravadas. O repórter apresentou, de acordo com a legenda exibida durante a reportagem, o enquadramento que ressalta o encerramento das atividades da terceira fase da operação, retomando assunto anteriormente já abordado: “Operação Amazônia Viva: encerra 3ª fase das ações em combate à exploração ilegal de madeira”.

Neste segundo registro, vale ressaltar duas similaridades com a reportagem exibida anteriormente. A primeira é o tema, no caso a terceira fase da operação. A segunda similaridade é a fonte, que já havia sido ouvida na entrada ao vivo da primeira reportagem: o delegado Fábio Amaral, o único a ser ouvido pela reportagem. Desta vez, ele foi identificado como titular da Delegacia de Conflitos Agrários (DECA), e não mais como o responsável pela operação.

Os conflitos e as consequências ambientais são os enquadramentos que predominam. Nessas reportagens, verificou-se que o enfoque é no evento e em sua relação com resultados ecossistêmicos cuja ênfase está no que irá trazer tanto para grupos e/ou indivíduos.

Figura 28

Atividades da operação



Nota. Entrada ao vivo sobre atividades da operação. Imagem capturada da tela da TV. Fonte: JT1 da TV Tapajós, 1 set. 2021. Captura de tela da TV pela autora (2021).

Com tempo de 7min35s, a reportagem veiculada em 29 de setembro segue o mesmo formato das anteriores: entrada ao vivo, seguida de sonoras gravadas. A legenda exibida é: “Exploração ilegal de madeira: o balanço da 4ª fase da Operação Amazônia Viva na região metropolitana”.

Figura 29

Atividades da operação

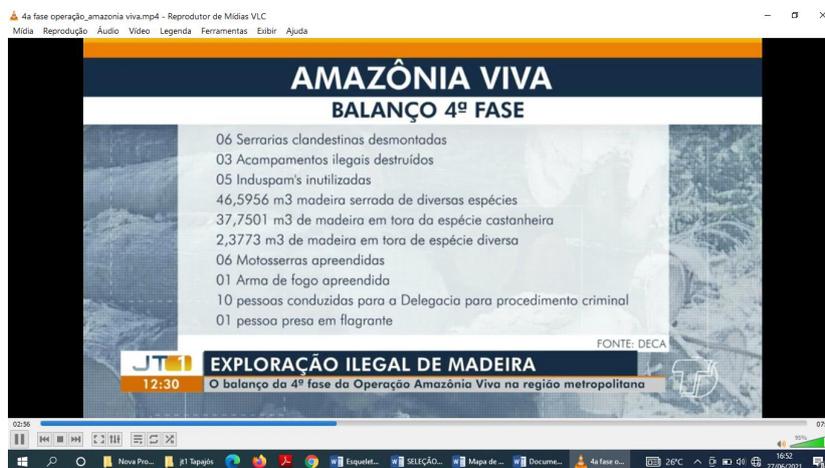


Nota. JT1 – Entrada ao vivo sobre atividades da operação. Fonte: JT1 da TV Tapajós, 29 set. 2021. Captura de tela da TV pela autora (2021).

Desta vez, usou como fontes o sargento do 1º CIPAMB, o coordenador da operação Amazônia Viva/Eixo Uruará e, mais uma vez, o delegado titular, identificado como o responsável pela “Divisão de Conflitos Agrários da Polícia Civil”; um quadro com resumo das atividades foi outro recurso utilizado.

Figura 30

Atividades da operação



Nota. JT1 – Quadro com resumo das atividades da operação. Fonte: JT1 da TV Tapajós, 29 set. 2021. Captura de tela da TV pela autora (2021).

O último registro da operação no JT1 foi feito em 6 de outubro de 2020. Com tempo de 2min57s, a reportagem em formato de videotape (VT) apresenta a estrutura *off*, passagem e sonoras, o que é bastante usual na TV. Nesta, a legenda é “Operação Amazônia Viva: a quarta fase foi deflagrada no município de Mojuí dos Campos”, fazendo um resumo da última fase da operação realizada.

Como fontes (personagens na notícia), apresenta o agente de fiscalização ambiental da SEMAS, novamente o mesmo delegado titular (DECA). Este último é fonte presente em todas as reportagens sobre a operação, exibidas no JT1. O enquadramento de consequências ambientais e sua relação com seus resultados ecossistêmicos continuam sendo reforçados. A ênfase maior é no conflito. A seguir, na imagem reproduzida de uma das fiscalizações, o close nos agentes, logo na abertura do VT, reforça essa abordagem.

Figura 31

Operação Amazônia Viva



Nota. JT1 – Imagem da Operação Amazônia Viva exibida durante a participação do repórter. Fonte: JT1 da TV Tapajós, 6 out. 2021. Captura de tela da TV pela autora (2021).

Ao analisar a cobertura da Operação Amazônia Viva nos dois telejornais, o JL1 (Belém) e o JT1 (Santarém), em termos quantitativos, pode-se afirmar que as TVs regionais do Pará destinaram tempos muito diferentes à cobertura da referida operação. Durante os seis meses analisados (agosto a dezembro de 2020), o JT1 destinou um tempo total de 32 minutos e 34 segundos para falar sobre o tema.

Durante o recorte amostral, estes telejornais publicaram sete reportagens relativas ao tema, sendo duas no JL1 (Belém), com tempo total de 2min11s, e cinco no JT1 (Santarém), com tempo total de 32min34s, ou seja, meia hora a mais destinada ao tema. Em televisão, veículo no qual o tempo é contado em milésimos de segundo, 30 minutos podem ser considerado um tempo grande.

Outra diferença fundamental foi quanto ao uso de fontes. No primeiro, o JL1 (Belém), não foram ouvidas fontes em nenhuma das duas reportagens exibidas no período. Já o segundo telejornal analisado, o JT1 (Santarém), ouviu, em média, três fontes (delegado, agente de fiscalização, policial) em cada reportagem. Ressalta-se que essas fontes se repetiram em todas as veiculações, ou seja, em cinco reportagens publicadas entre o período de agosto a dezembro de 2020 foram ouvidas exatamente as mesmas fontes: o mesmo delegado, a mesma agente ambiental e o mesmo policial entrevistados na primeira reportagem. Não houve preocupação em variar as opiniões apresentadas. As imagens também se repetiram na mesma proporção, sendo que todas eram oriundas dos agentes de fiscalização.

Apesar de destinarem tempos diferentes ao tema, os dois telejornais utilizaram os mesmos formatos: entradas ao vivo com a utilização de imagens cedidas, seguidas ou não de sonoras (entrevistas gravadas). Ambos priorizam termos relacionados à fiscalização e, no foco das sete legendas analisadas, utilizaram termos como *crimes ambientais*, *apreensão*, *prisões*, *fiscalização*, *balanço*, entre outros. O termo *Amazônia Viva* aparece na maioria das legendas e nas palavras utilizadas, com exceção de uma reportagem da TV Liberal. Todas as outras legendas, dos dois telejornais, apresentaram o nome da operação em destaque. Tanto no JL1 (Belém) quanto no JT1 (Santarém), como já foi dito, apenas uma legenda não mencionou a operação em si, em primeiro plano.

Ambos os telejornais exibiram apenas as imagens que receberam de integrantes da operação, com a indicação de créditos (texto) com a origem dessas imagens e, em alguns casos, fotos. Nas reportagens analisadas dos dois telejornais, poucas apresentaram imagens oriundas do trabalho de repórteres cinematográficos dessas emissoras.

O foco no assunto factual, aquele que está ocorrendo no momento, foi priorizado por ambas as emissoras. Verificou-se que pouco ou quase nenhum espaço foi destinado à reflexão sobre o tema tratado. Mesmo considerando que na TV o pouco tempo limita essa possibilidade, o que não foi o caso da TV Tapajós, que dedicou meia hora ao assunto, sempre é possível ampliar a discussão.

Nesse caso, já que a ideia é manter a “Amazônia Viva”, espera-se que, além de floresta morta – toras de madeira, equipamentos utilizados para efetuar os crimes ambientais, informações sobre prisões, números sobre balanço das fiscalizações etc. –, as imagens venham acompanhadas de visões ampliadas, por meio da opinião de especialistas, cientistas ou mesmo moradores, agricultores familiares ou produtores rurais, a respeito das dificuldades e do cotidiano na maior floresta tropical do planeta, sem reforço da dicotomia preservação/destruição, como no caso estudado.

Reforça-se que os enquadramentos, identificados nas emissoras regionais, abordam as consequências ambientais, enfocando sempre no evento, nesse caso específico a Operação Amazônia Viva, e a sua relação com resultados ecossistêmicos para grupos ou indivíduos.

CAPÍTULO V – O QUE DIZEM OS TELEJORNAIS SOBRE A AMAZÔNIA: UM ESTUDO DAS REPORTAGENS DE PORTUGAL E DO BRASIL

Neste tópico, serão analisadas as reportagens exibidas pelos telejornais (unidade de análise) sobre os estados da Amazônia Legal Brasileira (ALB) que englobam as categorias de análise: *meio ambiente, queimadas e desmatamentos*. As reportagens foram selecionadas elencando-se os casos notáveis. No J8, verificaram-se os seguintes enquadramentos predominantes: queimadas e desmatamentos. Nos telejornais brasileiros, além dos crimes ambientais: queimadas e desmatamentos, fiscalização, apreensões, repercussões acerca das falas do presidente do Brasil, do vice-presidente, ações governamentais tanto da esfera estadual quanto federal, modo de vida e ações das populações tradicionais. Confirmando, portanto, o tipo de enquadramento identificado para a análise das notícias sobre a Amazônia: o enquadramento de consequências ambientais, aquele que enfoca um evento em relação aos seus resultados ecossistêmicos para grupos, indivíduos ou países.

5.1 Um jornal sem “escalada”: as reportagens do Jornal das 8 (J8) da TVI de Portugal sobre a Amazônia brasileira

Um dos objetivos específicos desta investigação é identificar as características da cobertura ambiental sobre a Amazônia em telejornais do Brasil e de Portugal. Para problematizar acerca do que se pensa sobre a terra e o homem amazônicos na atualidade, faz-se necessário revistar escritos de mais de cinco séculos para compreender o imaginário desse lugar, resultado dos escritos dos viajantes que percorriam o “Novo Mundo” em busca não só de aventuras, mas, sobretudo, de riquezas. (Fernandes et al., 2020).

Do J8, serão analisadas cinco reportagens, sendo quatro veiculadas no mês de agosto e uma em novembro de 2020. Para esta seleção, foram observadas todas as edições veiculadas nos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2020. O telejornal português não tem escalada, ou seja, destaques na abertura da edição. O apresentador, que aparece em pé no estúdio, dá boas-vindas aos telespectadores e já inicia

Das narrativas das Descobertas aos textos jornalísticos atuais: um estudo da Amazônia que é notícia em telejornais de Portugal e do Brasil (2020)

chamando a primeira reportagem daquela edição. Traz na lateral direita, abaixo na tela, uma tradução para a língua de sinais, no caso a Língua Gestual Portuguesa.

Figura 32

Reportagem no J8 sobre o aumento de focos de incêndio na Amazônia



Nota. Imagem mostrada na reportagem no J8 sobre o aumento de focos de incêndio na Amazônia. Fonte: Imagem capturada da tela da TV, 5/8/2020.

Este caso refere-se ao *perigo* de extinção das araras-azuis, ameaçadas pelas queimadas florestais do Pantanal brasileiro. A matéria foi publicada no dia 18 de agosto de 2020 (2). A reportagem, com tema dos incêndios na Amazônia, mostrada depois de decorridos 47 minutos de telejornal, apresenta com abordagem principal (enquadramento) o perigo de extinção de animais. A legenda (texto) que acompanha as imagens enquanto a matéria está sendo exibida alertava: “Fogos continuam descontrolados no Brasil: Incêndios destroem um milhão de hectares no Pantanal e ameaçam vida de animais” (Trecho J8, 18/8/2020).

Essa reportagem foi selecionada para a análise por apresentar uma definição de Amazônia, logo na abertura do texto (off) lido pela repórter: “É considerada a maior zona úmida do planeta, um santuário de biodiversidade”, destacando a grandiosidade da floresta; assim como o fizeram os primeiros europeus a pisar na Amazônia, com outras palavras à época, eles também ressaltaram e se impressionaram com a grandiosidade da floresta.

Em seguida, o texto desta crônica jornalística atual chama a atenção para o problema das queimadas: “Mas por estes dias as chamas que atingem o Pantanal brasileiro

Das narrativas das Descobertas aos textos jornalísticos atuais: um estudo da Amazônia que é notícia em telejornais de Portugal e do Brasil (2020)

já destruíram mais de um milhão de hectares, e as equipes no terreno estão a ter muitas dificuldades” (Trecho J8, 18/8/2020).

Figura 33

Reportagem do J8



Nota. Reportagem do J8 que traz como enquadramento o perigo da extinção dos animais do Pantanal. Fonte: reprodução da tela da TV. J8, 18/8/2020.

No contexto, a confirmação de que em agosto o clima da Amazônia propicia dois fenômenos: o primeiro, o aumento das queimadas; o segundo, a maior presença da Região nos noticiários, nacionais e internacionais, fenômeno este confirmado pela reportagem: “Só na primeira quinzena de agosto houve mais dois mil e quinhentos focos de incêndio no Pantanal” (J8, 18/8/2020). O J8 apresenta possíveis causas dos incêndios:

A região é propícia a incêndios naturais, como têm explicado os especialistas, mas estariam em causa descargas elétricas acompanhadas de chuva, só que a ação humana e a desflorestação que fez diminuir muito o volume de precipitação desequilibraram o curso da natureza e o fogo deixou de ser controlável (Trecho J8, 18/8/2020).

O texto segue alertando para a ameaça ao “maior refúgio mundial de araras-azuis”, o que, para os editores do jornal, significa um “prejuízo incalculável”:

A região atravessa uma seca sem precedentes e os focos já destruíram 70% do maior refúgio mundial de araras-azuis, aves em via extinção, um prejuízo ambiental incalculável com os animais a fugirem em busca sobrevivência e o fogo a dificultar a tarefa dos muitos homens que combatem os incêndios, o maior registrado no Pantanal nos últimos catorze anos (Trecho J8, 18/8/2020).

Se na época das Descobertas das regiões amazônicas os lusitanos dispusessem de meios eletrônicos de divulgação, pode ser que começariam falando, a exemplo do que fez o J8 sobre os incêndios na Região, já noticiados anteriormente pelo próprio jornal: “*Foram reveladas novas imagens dos maiores incêndios em duas décadas que estão a atingir a região do Pantanal, no Brasil. Além da ameaça às espécies de animais como a arara-azul, a recuperação da vegetação pode-se levar muitos anos*” (Apresentador J8, 19/8/2020, grifos da autora).

Nesta matéria, podem-se observar dois tipos de enquadramentos: a ameaça à arara-azul e à vegetação e o tempo de recuperação da vegetação. Não se trata de enquadramentos principal e secundário, mas de dois tipos, já que na abertura feita pelo apresentador mostra-se a seguinte legenda: “Incêndios devastadores no Brasil: Chamas no Pantanal ameaçam a arara-azul”, e, na sequência, quando se começa a exibir as imagens, há outra legenda: “Brasil: recuperação de habitat pode levar décadas: Incêndios no Pantanal já consumiram mais de 10% da vegetação” (Trechos J8, 19/8/2020). Com a definição de que se trata dos “piores incêndios dos últimos 22 anos”, o texto completa-se com a metáfora de comparação falando da “maior planície alagada do planeta com uma área correspondente a uma vez e meia a Portugal” (Trecho J8, 19/8/2020), numa referência ao tamanho da área do Pantanal.

A outra informação do J8 sobre a ALB, divulgada no dia 13 de novembro de 2020, compôs parte do quadro “Hora da Verdade”, apresentado pelo jornalista José Carlos Araújo, que resulta de uma parceria entre TVI e o Jornal Observador. As imagens reproduzidas, em sua maioria, mostram autoridades europeias, em momentos descontraídos, a falar sobre temas políticos relevantes.

De acordo com a explicação inicial, o referido quadro foi criado para a “verificação dos fatos”. A informação sobre a ALB, que passou pelo crivo de confirmação, foi divulgada na rede social Facebook, no dia 5 de novembro de 2020, sobre o que poderia ter sido uma fala do presidente americano: “Joe Biden prometeu bombardear o Brasil se a Amazônia não for protegida?” foi o enquadramento adotado para divulgar o fato, que foi verificado como falso pelo J8. A imagem reproduzida da tela da TV mostra o cenário do quadro de verificação.

Figura 34

Matéria sobre um possível ataque dos EUA na Amazônia



Nota. Jornalista José Carlos Araújo, no J8 do dia 13/11/2020, em que chama a atenção para um possível ataque dos EUA na Amazônia. Fonte: Imagem capturada da tela da TV. J8, 13/11/2020.

Apesar de o ocorrido ter sido registrado durante a fala do então candidato à presidência Joe Biden, o assunto foi resumido pelo J8, mostrando-se a fala de Joe Biden, já como presidente dos EUA, conforme mostra a imagem acima. As declarações teriam sido feitas durante o debate presidencial americano. Porém, depois de checar os fatos, o J8 concluiu: “É falso que Joe Biden tenha prometido bombardear o Brasil caso o país não protegesse a Amazônia, prometendo apenas sanções econômicas, caso o Brasil não aceitasse um pacote financeiro para evitar a destruição da floresta” (Trecho J8, 13/11/2020). O JN também noticiou o tema, cujo enquadramento foi a fala real do presidente Joe Biden durante o debate. Os detalhes estão na unidade de análise 79 do JN, no tópico a seguir.

5.2 Jornal Nacional: as reportagens do Jornal Nacional (JN) da Rede Globo do Brasil

Seguindo no propósito de responder a um dos objetivos específicos desta investigação, que é identificar as características da cobertura ambiental sobre a Amazônia em telejornais, analisaram-se os casos notáveis veiculados em edições do JN, nos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de 2020. Porém, antes, considera-se importante conhecer um pouco da história de como a Rede Globo chegou à Amazônia para iniciar uma cobertura mais intensa sobre a Região. Ao longo da realização

desta pesquisa, nota-se que a presença de repórteres/correspondentes instalados nas cidades amazônicas faz diferença no volume da cobertura. Cita-se o caso da TV Centro América, com sede em um dos estados da ALB, Mato Grosso. A seguir, uma breve contextualização sobre a presença da Rede Globo na Amazônia.

No início dos anos 1980, a direção da Rede Globo decidiu abrir um escritório na Amazônia. A cidade de Belém, no Pará, foi escolhida como sede do escritório pela facilidade de logística, já que as grandes distâncias e a falta de infraestrutura da Região dificultam o trânsito entre as cidades e, a partir de Belém, seria mais fácil chegar à sede da Rede Globo, no Rio de Janeiro. O repórter Pedro Rogério e o cinegrafista José Carlos Azevedo foram escalados para assumir o escritório. “Em dois anos de trabalho, os dois mandaram para o Jornal Nacional diversas matérias sobre assuntos variados, como o contrabando de armas na região do Alto Solimões, o conflito de terras no Acre e a reativação da estrada de ferro Madeira-Mamoré” (Memória Globo, 2004, p. 88).

Enquanto estiveram na Região, os dois repórteres produziram 69 reportagens para o Jornal Nacional. Segundo o repórter Pedro Rogério, a liberdade para produzir as pautas foi fundamental para a realização de reportagens marcantes, como, por exemplo, a que foi feita sobre Serra Pelada. “Naquela época, o Brasil vivia a febre do ouro, e aventureiros de todo o país eram atraídos para o coração da Floresta Amazônica” (Memória Globo, 2004, p. 89). A exploração de recursos minerais da Região, localizada no estado do Pará, se intensificou no início do ano de 1980, quando o ouro foi descoberto no local. A Região recebeu 30 mil pessoas envolvidas direta ou indiretamente na extração de ouro.

Na reportagem exibida em 7 de maio de 1980, Pedro Rogério entrevistou garimpeiros. Enquanto alguns exibiam um sorriso no rosto por terem encontrado pepitas de ouro, outros eram o retrato da desolação, sem dinheiro para comer ou terra para trabalhar. Também foi mostrada a falta de condições mínimas de trabalho no garimpo. Segundo Pedro Rogério: “a Rede Globo foi a primeira emissora a revelar, através de nossas matérias, aquela coisa extraordinária que era Serra Pelada” (Memória Globo, 2004, p. 89).

Squirra classifica as notícias apresentadas no telejornal em: notas simples, notas cobertas e aberturas e encerramentos para matérias editadas (Squirra, 1993, p. 71).

Notas simples são notícias curtas, em geral, fornecidas por agências de notícias nacionais ou internacionais, que não foram alvo de reportagem externa. As notas cobertas são parecidas com as notas simples, são tão objetivas quanto as notas simples, com a

diferença de que têm o apoio de imagens ao texto lido e permitem um pouco mais de aprofundamento do assunto tratado.

A maioria das edições do JN apresentou mais de uma reportagem sobre a ALB. Na escolha dos casos notáveis levaram-se em conta, além dos objetivos específicos desta investigação, as matérias apresentadas em sequência na mesma edição. Outro aspecto levado em consideração nessa seleção diz respeito à quantidade de reportagens exibidas num único mês. Agosto e setembro foram os meses com mais ocorrências, seguidos de outubro. As matérias com chamadas na escalada mereceram atenção maior, já que este fato indica a relevância dada ao tema pelos editores, porém ressalta-se que, mesmo casos que não foram incluídos na abertura do jornal também mereceram o olhar mais atento, como a reportagem cuja unidade de análise está classificada com o número 24, que trata do Dia do Fogo e está analisada neste tópico.

A maioria das notícias do JN foi apresentada em formato de reportagem: “conjunto de providências necessárias à elaboração de uma matéria. É composta de pesquisa, trabalho de checagem de dados, entrevista externa e edição de informações essenciais do fato ocorrido” (Squirra, 1993, p. 170). Para o autor, “matéria” é o assunto desenvolvido pela reportagem. Considerando o conceito de reportagem, ressalta-se que, em função da pandemia de covid-19, que vem ditando novas regras de comportamento pessoal e profissional, as “entrevistas externas” referem-se às fontes ouvidas e têm sido feitas em ambiente virtual, em sua maioria por meio de ferramentas de internet.

O off (texto escrito para ser lido pelo repórter) é outro elemento da reportagem televisiva, também definido como vozes ou sons presentes numa gravação sem o aparecimento da imagem da fonte geradora. A expressão vem de *off the record*, que significa informação fornecida ao repórter cuja fonte não quer ser ou não pode ser identificada (Squirra, 1993).

As matérias estão identificadas nas análises seguindo os seguintes critérios: selecionadas por serem casos notáveis que estão em consonância com os objetivos geral e específicos desta investigação, são unidades de análise (UA), identificadas pelos números entre parênteses que constam no quadro de enquadramentos. Para uma melhor compreensão dessas análises, citam-se ainda entre parênteses os termos *escalada*, quando o trecho do texto é lido pelos apresentadores na abertura do jornal; *apresentador*, quando

o texto se refere à chamada da matéria para ir ao ar, e o termo *trecho JN* é incluído quando faz referência à fala (texto em off ou passagem) dos repórteres na matéria. Algumas reportagens analisadas vão mostrar números de UA em sequência. Significa que elas foram exibidas em uma mesma edição do telejornal.

Conforme explanado anteriormente, em agosto de 2020, o JN colocou no ar 26 edições com uma hora de duração cada, exibidas de segunda-feira a sábado. Destas, 18 edições apresentaram matérias sobre a ALB, num total de 29 reportagens catalogadas no quadro de enquadramentos noticiosos. Em setembro, foram 26 edições, que veicularam um total de 52 matérias sobre o tema. Esse foi um dos meses em que houve o maior número de reportagens sobre a Região. Por isso, esse mês é observado com mais cuidado e suas reportagens analisadas mais detalhadamente. Em outubro, foram 27 edições, com 16 apresentando mais de uma matéria. Em novembro, 25 edições, das quais 4 veicularam mais de uma reportagem. Em dezembro, um total de 27 edições e apenas uma edição veiculou mais de uma reportagem sobre a ALB. Isto posto para explicar que, dentre as 126 reportagens publicadas no período elencado, serão analisadas neste tópico casos notáveis eleitos mês a mês.

A seguir, os casos eleitos a partir da observação do mês de agosto. Foram destacados quatro casos, sendo as UA 20, 26, 27 e a 13. As três primeiras exibidas na mesma edição, todas com chamadas na escalada, já a última (13), mesmo sem ter sido chamada na escalada, merece análise por se tratar de um tema relevante sobre o Dia do Fogo, já definido anteriormente, o qual até mereceu estudos científicos.

Apresentada pelo casal Flávio Fachel e Ana Luiza Guimarães, que não são os titulares do telejornal e só o apresentam aos sábados, a edição de sábado, 22 de agosto de 2020, do JN, exibiu um total de 29 reportagens; como a edição tem 1 hora de duração, pode-se afirmar que cada matéria teve em média 2 minutos. Dessas 27, 3 reportagens abordaram a questão ambiental sem que a ALB fosse o tema principal. Ressalta-se que todas elas tiveram chamadas na escalada, ou seja, foram destacadas logo na abertura do noticiário.

A edição do JN do dia 22 de agosto ajuda a responder a um dos objetivos específicos desta investigação, cuja proposição é identificar as características da cobertura ambiental sobre a Amazônia e, por isso, foi selecionada para análise. Na

unidade de análise 20, sobre o clima e sua relação com as queimadas, alertou: “No Pantanal, a umidade contribui com o combate às queimadas”; outra (19), na mesma edição, anunciou: “Satélites da Nasa mostram que o desmatamento está por trás de mais da metade dos incêndios florestais na Amazônia”; e, na abertura do JN (21), uma denúncia: “Uma auditoria constata que o governo não gastou no ano passado [2019] nem 20% do dinheiro destinado a programas de preservação do meio ambiente” (Escalada JN, 22/8/2020).

No dia 27 de agosto, com chamada na escalada, o JN destacou uma fala do vice-presidente Hamilton Mourão (26): “O vice-presidente Hamilton Mourão critica quem diz que a fumaça dos incêndios da Amazônia prejudica as pessoas e afirma que os focos de calor são agulhas no palheiro”. Essa fala, destacada na reportagem em formato de nota com sonoras, ressalta a repercussão internacional: “Hamilton Mourão tentou minimizar os dados sobre as queimadas na Amazônia” (Trecho JN, 27/8/2020). Os ocorridos na ou sobre a Região têm repercussões internacionais, e o telejornal faz questão de destacar isso. Também foi ouvida uma fonte ligada à organização não governamental (ONG), sendo esta outra característica comum nas reportagens sobre a ALB, ressaltando-se o fato de que essas fontes se repetem ao longo da cobertura, opinando sobre temas diversos.

Quanto à presença da fonte governamental na figura do vice-presidente, a sua identificação não segue um padrão no JN. Por vezes, ele é apresentado como presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL), outras vezes é identificado pela função de vice-presidente, e outras vezes pelas duas funções.

Na edição do dia 28 de agosto, outra reportagem (27), em consonância com um dos objetivos específicos deste trabalho: “Um estudo mostra o tamanho das perdas de vegetação no Brasil num período de 25 anos” (Escalada JN, 28/8/2020). Para introduzir a matéria, o apresentador chama a atenção: “Estudo ambiental mediu as perdas de vegetação nativa no Brasil num período de 35 anos, a área equivale a 10% do território nacional” (Apresentador, JN 28/8/2020). Com tempo de 3min15s, a reportagem apresenta os dados: “Estudo divulgado hoje revela o avanço do desmatamento entre 1985 e 2019” (Trecho JN, 28/8/2020). E a Amazônia é citada com destaque: “Em números absolutos a destruição foi maior na Amazônia com quase metade de toda a vegetação nativa que desapareceu do país, algo equivalente aos territórios da Alemanha e Portugal, somados” (Trecho JN, 28/8/2020).

Matéria veiculada no dia 10 de agosto (13), apresentada após decorridos 35 minutos do telejornal – que mesmo sem ter sido chamada na escalada, ou seja, mesmo sem ter tido destaque na abertura do telejornal –, representa um caso notável por abordar o “Dia do fogo”, uma suspeita de que fazendeiros do Sudoeste do Pará teriam combinado de provocar incêndios criminosos, de forma orquestrada, para queimar a floresta. O texto que chama a matéria (cabeça da matéria) já demonstra a relevância do assunto: “Um ano depois do chamado “Dia do Fogo”, quando o Brasil registrou uma *série devastadora* de queimadas florestais, só 5% dos responsáveis pelos incêndios receberam punição” (grifo da autora). Outro aspecto é o tempo destinado ao VT: 4min06s, pois as matérias do JN têm, em média, 1,5 minuto. O off (texto do repórter) inicia-se reforçando essa relevância com as frases: “como nunca se viu, em nove anos” e “quase vinte vezes maior”:

Há um ano, a floresta de Novo Progresso, no Pará, queimou *como nunca se viu em nove anos*. O número de focos de queimadas *foi quase vinte vezes maior do que nos mesmos dias de 2018* (Trecho JN, 10/8/2020, grifo da autora).

A impunidade é outro tema ressaltado no texto:

Foram *mil quatrocentos e cinquenta e sete focos*. Quase metade deles, em propriedades registradas no cadastro rural do Pará, que guarda as identidades dos donos das terras. *Em duzentas e sete propriedades*, as queimadas *destruíram área de floresta*. Mas, segundo um levantamento do Greenpeace, o Ibama aplicou multas em *apenas 5% delas* (Trecho JN, 10/8/2020, grifo da autora).

Assim como Braga & Marinho (2021) identificaram o enquadramento da impunidade ao estudar as narrativas nos jornais Folha de S. Paulo (Brasil) e em O Público (Portugal), o JN também priorizou o enquadramento da impunidade. O tema não foi abordado nos telejornais regionais, nem no J8, ao menos durante o período de recorte eleito para esta investigação.

Concordando com Holanda (2000), pode-se afirmar que, na atualidade, a região continua a exercer o papel de fornecedora de matéria-prima, agora a madeira exportada ilegalmente para fora do país ou sendo conservada como floresta em pé. O que não muda são os agentes que tomam as decisões. Os brasileiros que vivem na Amazônia são, na maioria das vezes, excluídos dos processos decisórios, em sua maioria definidos nos gabinetes oficiais. Essa exclusão reflete-se também nas reportagens telejornalísticas analisadas, já que aqueles que vivem na região quase não são ouvidos como fontes, ou

seja, continuam tendo pouca ou quase nenhuma voz para falar de situações em que estão diretamente envolvidos.

Figura 35

Queimadas no Pará



Fonte: reprodução da tela TV. JN 10/8/2020.

A questão econômica também é abordada pelo repórter, em sua assinatura na matéria, durante a passagem do vídeo, cujo texto está reproduzido a seguir:

O vice-presidente Hamilton Mourão foi questionado sobre o Meio Ambiente na Política Externa brasileira. Ele disse que o Brasil busca unir a importância do agronegócio com a preservação ambiental (Trecho JN, 10/8/2020).

Ainda na abordagem econômica, o texto segue, em off: “O diretor do Imazon disse que, se não quiser perder investidores, o presidente Jair Bolsonaro tem que assumir publicamente uma nova postura” (Trecho JN, 10/8/2020).

O setor privado está dizendo o seguinte: a destruição ambiental não é bom para o Brasil por vários motivos: afasta-se investidores (*corte*). Ele tem que ser consistente e dizer: é, eu mudei de ideia e agora a gente não quer desmatamento ilegal, vamos punir quem tiver praticando o desmatamento ilegal (Trecho JN, 10/8/2020).

O trecho acima, destacado na reportagem, foi utilizado para respaldar a afirmação da fonte ouvida na reportagem sobre o enquadramento utilizado pelo JN para tratar o assunto. Holanda (2000) fala do mito do Paraíso Perdido como um local ao alcance dos que vivem na terra. Esse *Paraíso Perdido* hoje arde em chamas e está sendo destruído

por crimes ambientais. O caboclo *indolente* continua sendo deixado às margens das políticas governamentais, principalmente quando se trata de decidir o seu próprio destino.

A seguir, os casos eleitos a partir da observação do mês de setembro. Foram destacados quatro casos, sendo as UA 67, 78, 79, 80 – as três últimas exibidas na mesma edição –, todas com chamadas na escalada, o que representa a importância dada pelos editores ao tema.

Em reportagem do dia 22 de setembro (67), sobre a poluição do rio Paraguai, o JN informou que: “Pesquisadores identificaram partículas tóxicas na água do Pantanal” (Trecho JN, 22/9/2020). No texto do off, a repórter explica que o bioma Pantanal fica localizado entre os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; este último não faz parte do território da Amazônia Legal, apenas o primeiro. Esse detalhe importa, porque, na maioria das reportagens, não fica claro para o telespectador esse aspecto territorial, como será analisado nas matérias que virão a seguir.

Na edição do dia 29 de setembro, a unidade de análise (78) apresentou enquadramento sobre o “avanço do fogo em Mato Grosso”, reforçado pelas informações utilizadas na cabeça da matéria: “O fogo já destruiu quase 40% do Pantanal, em Mato Grosso, área equivalente a oito vezes o tamanho da cidade de São Paulo e Rio de Janeiro juntas” (Trecho JN, 29/9/2020). Nesta reportagem, os números utilizados foram divulgados pelo Ibama, “neste mesmo dia”, conforme informou o texto.

No dia seguinte, 30 de setembro, o JN veiculou em sequência três reportagens sobre o tema. Na 79, o enquadramento foi a Política Ambiental do Brasil, citada durante o debate presidencial americano. Outra matéria abordou a situação da Amazônia como tema da Cúpula da Organização das Nações Unidas sobre biodiversidade (80), e a outra, o reforço do combate às chamas, no Tocantins, pelo exército (81).

Na 79, verifica-se o enquadramento, que trata da “Política Ambiental do Brasil como um dos temas do debate entre o presidente americano Donald Trump e o candidato do Partido Democrata à presidência Joe Biden” (Apresentador JN, 30/9/2020). Na referida reportagem, a fala real do então candidato, que gerou a publicação equivocada em rede e, posteriormente, desmentida pelo J8: “O Brasil foi um dos poucos países estrangeiros a ser citados. Joe Biden disse que, como presidente, voltaria a integrar o acordo do clima de Paris, que se juntaria a outros países para diminuir o desmatamento

da floresta amazônica e que negociaria com o Brasil. ‘Aqui estão 20 bilhões de dólares, parem de derrubar a floresta se não vão ter consequências econômicas significativas’” (Trecho JN, 30/9/2020). O JN informou ainda que, numa rede social, o presidente Jair Bolsonaro reagiu à fala de Joe Biden de que o governo brasileiro está realizando “ações sem precedentes” para proteger a Amazônia, lamentando a declaração do político americano, a qual chamou de “desastrosa e gratuita”.

Na mesma edição, na reportagem (80), foram destacadas as falas tanto do presidente Jair Bolsonaro quanto do secretário-geral da ONU, o português António Guterres. Com a participação de líderes de mais de 50 países, inclusive do Brasil, na Cúpula das Organizações das Nações Unidas (ONU) sobre biodiversidade, o secretário-geral da ONU, António Guterres, referindo-se ao desflorestamento da Amazônia, afirmou: “A degradação da natureza não é um problema puramente ambiental, se estende para a economia, saúde, justiça social e direitos humanos”. Já o presidente da China “defendeu o desenvolvimento com respeito à natureza” (Trecho JN, 30/9/2020).

Em seu discurso na Assembleia das Nações Unidas, fato noticiado pelo JN (80), o presidente da República do Brasil refere-se separadamente à Amazônia e ao Pantanal, o que também ocorre nas reportagens seguintes com a repercussão do pronunciamento referente às questões de meio ambiente. Bolsonaro afirmou que o “Brasil está adotando medidas para combater os desmatamentos na Amazônia e os incêndios no Pantanal” (Trecho JN, 30/9/2020). O quadro abaixo, usado para ilustrar o off, mostra o contrário da fala do presidente:

Figura 36

Números sobre os focos de “incêndio” no Pantanal



Nota. Números sobre os focos de “incêndio” no Pantanal durante o mês de setembro. Fonte: imagem capturada da tela da TV. JN 30/9/2020.

Diferentemente do que afirmou o presidente do Brasil, setembro de 2020 “foi o mês com o maior número de queimadas no Pantanal, desde o início da série histórica, em 1998” (Trecho JN, 30/9/2020). Quando a matéria aborda a situação das queimadas na ALB, os dados também desmentem a fala de Jair Bolsonaro: “O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais identificou que o número é quase 14% maior que no mesmo período do ano passado”, conforme mostra o quadro reproduzido a seguir:

Figura 37

Focos de incêndio na Amazônia



Nota. Números de focos de “incêndio” na Amazônia durante o mês de setembro. Fonte: imagem capturada da tela da TV. JN 30/9/2020.

Essas matérias reforçam a hipótese de que, no mês de setembro, à época do chamado verão amazônico, a Região tenha uma presença maior nos noticiários devido à ocorrência de queimadas. Ressalta-se também o fato de o JN desmentir o presidente do Brasil, utilizando informações de um dos principais e mais respeitados institutos de pesquisas do Brasil, como no caso da matéria sobre a ONU. Outro fato a destacar é o de que, mesmo o JN separando o “Pantanal” da “Amazônia”, parte deste bioma encontra-se dentro do território da ALB. As informações repassadas por meio da utilização dos quadros mostrados acima reforçam essa divisão, o que também foi utilizado pelo presidente Jair Bolsonaro em seu discurso.

Quando citam a Amazônia, os telejornais analisados associam-na diretamente a crimes ambientais, entre eles, prioritariamente, aos desmatamentos e às queimadas. Essa foi uma característica identificada em todos os telejornais analisados, com poucas diferenças nos regionais que publicaram, durante o período de recorte desta investigação, algumas reportagens que fugiram das abordagens predominantes. Essas abordagens reforçam ideias como a do “vazio demográfico”, focado na outrora exuberância da floresta que agora está sendo destruída. Esse é apenas um dos exemplos dos estereótipos construídos a partir das crônicas escritas pelos viajantes nos séculos XVI, XVII e XVIII. Exemplos emblemáticos, o mito do Eldorado e das mulheres guerreiras e do caboclo indolente, são lembrados por Gondin (2019). A análise das reportagens mostrou que, nos relatos contemporâneos, as mulheres nem sequer são citadas, muito menos ouvidas como fontes (personagens).

A seguir, os casos eleitos a partir da observação do mês de outubro. Foram selecionados quatro casos, sendo as UA 82, 88, 94 e 102, exibidas em edições diferentes, porém todas com chamadas na escalada. A apresentação das possíveis causas do aumento dos focos de incêndios, a ameaça de garimpeiros a tribos isoladas, um “novo tratamento” para recuperar animais atingidos pelos incêndios e a suspensão das verbas para contratação de brigadistas para combater os focos são os temas dessas matérias.

Em 1º de outubro, o JN apresentou um resumo dos números sobre o crescimento dos focos de queimadas, com destaque para os biomas Pantanal e Amazônia (82), na abertura da edição: “Pantanal bate recorde de focos de incêndio em setembro. A Amazônia tem alta de 60% em relação ao ano passado” (Escalada JN, 1/10/2020). A matéria trouxe o seguinte texto na cabeça:

Nas últimas semanas, o JN tem mostrado a profusão e a destruição causada pelas queimadas no Brasil. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais registrou no Pantanal, este ano, o maior número de focos para um mês de setembro em toda a história das medições, e existe uma razão para que isto esteja acontecendo. (Apresentador JN, 1/10/2020).

A falta de chuva, as queimas realizadas pelos donos de fazenda para fazer pasto e o desmatamento foram as “razões” apontadas pelo JN para o ocorrido: “Quanto menos floresta na Amazônia, menos chuva no Pantanal” (Trecho JN, 1/10/2020).

Outro caso notável (88) do mês de outubro chama a atenção para: “presença de garimpeiros ameaça região que concentra maior número de povos indígenas isolados da Amazônia” (Escalada JN, 8/10/2020), uma das raras matérias em cujas fontes se encontra um líder indígena.

O enquadramento de tratamento para animais feridos pelo fogo (94) mostra que: “Veterinários usam tratamentos novos para onças feridas pelo incêndio no Pantanal” (Escalada JN, 13/10/2020). Na reportagem, são ouvidos veterinário, biólogo e presidente de uma ONG: “Para cuidar das onças-pintadas feridas pelos incêndios no Pantanal, veterinários estão usando tratamento novo” (Apresentador JN, 13/10/2020). O texto segue explicando que o animal tem de ficar sentado e todos ao redor, em silêncio. “No tratamento, são usadas células-tronco para regenerar tecidos e músculos atingidos pelo fogo” (Trecho JN, 13/10/2020). Apesar da técnica moderna para o tratamento dos animais, o enquadramento utilizado se refere à novidade, deixando para abordagem secundária o desenvolvimento tecnológico aplicado nos animais.

Na edição do dia 22 de outubro de 2020, utilizando o formato de reportagem, o JN utilizou 6 minutos e 30 segundos para colocar no ar a suspensão da verba, por ato do Governo Federal, para o pagamento de brigadistas (102). Nessa mesma matéria, mostrou-se o número de focos de queimadas na Amazônia: “um aumento de 66,85%, em relação ao mesmo período do ano anterior” (Trecho JN, 22/10/2020), conforme a figura abaixo.

Figura 38

Focos de incêndio na Amazônia



Nota. Número de focos de queimadas na Amazônia em outubro. Fonte: Captura da tela da TV. JN 22/10/2020.

Para a análise das reportagens veiculadas no mês de novembro, foram selecionados quatro casos notáveis: 108, 120, 112, 118, que indicam elementos levados em conta nesta análise, como a repetição de fontes, os desmentidos da fala do presidente Bolsonaro acerca de números e ocorrências do desmatamento, o uso de dados dos institutos IMAZON e INPE e a metáfora de comparação da dimensão do desmatamento com cidades do estado do Sudeste.

Em novembro de 2020, com base em dados do INPE, mais uma reportagem (108) sobre o tema. Desta vez, o enquadramento principal abordou as queimadas na Região: “O número de focos de queimadas, em 2020, na Amazônia é o maior dos últimos dez anos. Apenas em outubro, o número mais que dobrou em relação ao mesmo mês do ano passado” (Trecho JN, 1/11/2020). Mesmo com dados considerados alarmantes, desta vez o JN destinou o formato de nota coberta (nota simples com imagens de quadro) com tempo de menos de 1 minuto para falar do assunto. Ressalta-se que esses dados não mereceram destaque na abertura do telejornal. Segundo dados apresentados na reportagem, de janeiro a outubro de 2019, foram 74.604 focos de queimadas; já de janeiro a outubro de 2020, foram 93.356 focos. “O resultado deste ano é o pior desde 2010, quando foram registrados 110 mil focos de calor” (Trecho JN, 2/11/2020).

Figura 39

Focos de queimadas e desmatamentos



Nota. Números de focos e queimadas em área da Amazônia Legal Brasileira, onde o presidente Bolsonaro afirma não haver queimadas e desmatamentos. Fonte: imagem capturada da tela da TV. JN 2/11/2020.

Na citada reportagem do dia 1º de novembro, o JN desmentiu a fala do presidente Bolsonaro em que ele afirma não haver queimadas e desmatamentos na Região: “Segundo os pesquisadores, são mais de 41 hectares de floresta derrubada *no governo Bolsonaro*, nessa região (Trecho JN, 2/11/2020). O grifo da autora foi colocado para tentar transmitir a ênfase dada pelo repórter durante a leitura do texto. Não foram ouvidas fontes.

Outro caso notável selecionado para esta análise (112) foi o do dia 12 de novembro: “Presidente Bolsonaro critica uma proposta do Conselho Nacional da Amazônia, comandado pelo vice Hamilton Mourão” (Trecho JN, 12/11/2020). Nesta reportagem, o JN se refere ao Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL), presidido pelo vice-presidente da República, Hamilton Mourão, que “pôs em estudos a proposta de desapropriar áreas desmatadas ilegalmente” (Trecho JN, 12/11/2020). Há que se destacar que, entre os especialistas ouvidos, está um pesquisador universitário. Ele é uma das fontes que se repetem ao longo da cobertura sobre a Região. Esse mesmo pesquisador já havia sido ouvido pelo JN em outra reportagem sobre tema diferente. Anteriormente, no dia 22 de outubro, o pesquisador opina na reportagem sobre a falta de verbas para pagamento de brigadistas. Em uma e outra reportagem, o pesquisador é identificado como “pesquisador especialista em gestão ambiental”. Essa repetição de fonte nas reportagens sobre a ALB é verificada em outras matérias cujas fontes são diretores e/ou coordenadores de organizações não governamentais (ONGs), o que leva a uma uniformização do discurso, ou, neste caso estudado, dos enquadramentos.

Em 20 de novembro, mais um caso notável que se enquadra nos padrões de cobertura do JN. Com chamada na abertura do jornal, mais uma vez o tema desmatamento (118): “O desmatamento na Amazônia em outubro é o pior para o mês nos últimos dez anos”, referindo-se a dados divulgados no mês anterior (Escalada JN, 20/11/2020). Com 2 minutos e o formato de reportagem, o JN alerta que “os satélites do IMAZON registraram 890 quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia só no mês de outubro, um aumento de quase 50%, em relação a outubro de 2019” (Trecho JN, 10/11/2020). Nesta, mais uma vez a metáfora utilizada faz uma comparação com o tamanho de cidades da região Sudeste: “a área devastada tem quase o tamanho de toda a região metropolitana do Rio de Janeiro, onde vivem 12 milhões de pessoas” (Trecho JN, 20/11/2020).

Outro caso notável de novembro foi publicado na edição do dia 30 (120), cujo enquadramento se refere a dados de desmatamento da Amazônia Legal. Na abertura do jornal, o destaque chama a atenção para a região definida apenas como Amazônia: “Desmatamento na Amazônia aumenta 9,5% em um ano e chega ao maior patamar desde 2008”. A figura abaixo mostra que os dados se referem à ALB, o que também é reforçado no texto lido pelo apresentador para introduzir o assunto. Ressalta-se que o VT foi exibido logo após a matéria que tratava da confusão do então candidato à presidência dos Estados Unidos, Joe Biden, e isso explica a transição na frase: “*Aqui no Brasil*, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais anunciou hoje que, no período de um ano, o desmatamento na *Amazônia Legal* subiu 9,5% e atingiu o maior nível desde 2008” (Trecho JN, 30/11/2020, grifos da autora).

Figura 40

Desmatamento de agosto de 2019 a julho de 2020



Nota. Dados do desmatamento de agosto de 2019 a julho de 2020 na Amazônia Legal. Fonte: Imagem capturada da tela da TV. JN 30/11/2020.

Com tempo de 5 minutos, a reportagem utiliza vários recursos para chamar a atenção quanto ao desmatamento na Amazônia Legal, entre eles a figura reproduzida acima. No texto da matéria, o repórter segue informando que o Pará é responsável por quase metade do desmatamento na ALB e destaca:

O monitoramento do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – apontou que a floresta perdeu 11.088 quilômetros quadrados de vegetação de agosto do ano passado a julho deste ano. Uma alta de 9,5% no desmatamento medido no ano anterior. Essa é a maior taxa de desmatamento desde 2008 (Trecho JN, 30/11/2020).

Esta reportagem foi produzida a partir da cidade de São José dos Campos, no estado de São Paulo, o que se justifica por estar nesta cidade a sede do INPE, a principal fonte de dados sobre desmatamento na Amazônia, utilizada pelo JN nas notícias sobre o fato. Foram ouvidas duas fontes: o vice-presidente Hamilton Mourão e outra fonte oriunda de uma ONG.

A seguir, os casos eleitos a partir da observação do mês de dezembro. Foram selecionados três casos, sendo as UA 122, 125 e 126, exibidas em edições diferentes, porém todas as unidades analisadas foram exibidas em edições com mais de uma matéria.

Na edição do dia 7 de dezembro (122), o alerta: “Uma pesquisa da Fiocruz revelou uma consequência alarmante do garimpo ilegal numa terra indígena no Pará”

(Apresentador JN, 7/12/2020). Mesmo sem merecer destaque na abertura do jornal, a matéria, com 3min19s, demonstra dados classificados como “alarmantes”. Os exames feitos em 200 indígenas, por meio de análise do cabelo, detectaram mercúrio em todos eles. Nas crianças, o problema foi ainda mais grave: “16% das crianças menores de cinco anos apresentaram problemas de coordenação motora e na fala. Um bebê de onze meses apresentou índices de mercúrio três vezes maior que o tolerado” (Trecho JN, 7/12/2020).

Essa matéria mostrou também que as consequências podem atingir até quem não vive nas aldeias. A contaminação coloca em risco pessoas que estão a quilômetros de distância” (Trecho JN, 7/12/2020). A fonte ouvida, um pesquisador da Fiocruz, alerta para o perigo de quem come peixe em cidades como Belém, por exemplo. Outra fonte ouvida foi uma líder indígena, que alerta para a mortandade dos rios e das populações indígenas. Mesmo apresentando dados “alarmantes” e com tempo acima da média das reportagens apresentadas no jornal, não esclareceu algumas informações repassadas. “De cada dez indígenas, seis apresentaram níveis acima do limite considerado seguro pelas agências internacionais” (Trecho JN, 7/12/2020), sem dizer quais são esses níveis. Conclui-se com a recomendação dos pesquisadores, que propõem o fim da atividade de garimpo ilegal na Região.

No dia 21 de dezembro, o JN usou 2min30s (125) para mostrar que: “A Polícia Federal faz a maior apreensão de madeira irregular do país” (Escalada JN, 21/12/2020). A operação ocorreu no extremo Oeste do Pará, na divisa com o estado do Amazonas, onde está localizada a cidade de Santarém, de onde a pesquisadora escreve esta tese. Com as metáforas que são peculiares ao texto televisivo, as informações são repassadas: os 131 metros cúbicos de madeira nativa apreendida são suficientes para “construir 2.600 casas populares” (Trecho JN, 21/12/2020). A área em que a madeira foi apreendida corresponde ao tamanho da cidade de Brasília.

Outro destaque é para o local em que ocorreu a apreensão, pois na região existem planos de manejo sustentável, pelos quais os madeireiros possuem autorização para a exploração da madeira; porém, a reportagem segue informando que nenhum apareceu para apresentar documentos: “Esse é um forte indício de que as toras foram extraídas ilegalmente” (Trecho JN, 21/12/2020). As toras são de ipê, que têm “alto valor comercial e são exportadas para vários países” (Trecho JN 21/12/2020).

No dia 28 de dezembro, com tempo de 4min07s, o JN mostrou reportagem (126) cujo enquadramento principal é um “problema ambiental” na comunidade de Piquiá de Baixo, localizada no município de Açailândia, no estado do Maranhão. Esta é uma das 181³³ localidades maranhenses que fazem parte da ALB, por isso essa matéria foi selecionada para análise.

No destaque, logo na abertura da edição: “Nossos repórteres mostram uma comunidade que vive há décadas coberta de minério de ferro” (Escalada JN, 28/12/2020). O problema aflige há anos os moradores de “uma comunidade, no interior do Maranhão, que há mais de dez anos espera a solução para um problema ambiental” (Apresentador JN, 28/23/2020).

A reportagem mostra que a questão foi parar na Justiça: “Em 2010, o Ministério Público do Maranhão buscou uma solução” (Trecho JN, 28/12/2020). Quanto às fontes ouvidas: uma dona de casa, um metalúrgico, a presidente da Associação de Moradores, o presidente do Sindicato de Ferro-Gusa do Maranhão e um coordenador de ONG. Para o JN, a solução do problema ambiental passa pela retirada das famílias do local, as quais deveriam já estar morando em novo bairro, que está sendo construído pelas metalúrgicas em parceria com as empresas e o Governo Federal há pelo menos uma década, porém ainda falta finalizar 70% da obra.

Além de um relatório da ONU denunciando que as siderúrgicas operam sem licença, por meio da apresentação em Genebra do relatório de contaminação por uso de substância tóxica no país – o que é negado pelas empresas –, a reportagem mostra a posição da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Em 2020, a entidade enviou “carta” ao ministro do Desenvolvimento Regional do Brasil, na qual reconfigura a história dos moradores de Piquiá de Baixo “como um exemplo paradigmático das relações sofridas pelas comunidades amazônicas” (Trecho JN, 28/12/2020). Após a exibição dessa reportagem, os apresentadores leram cinco notas secas com o posicionamento da empresa e das entidades governamentais citadas.

³³ De acordo com o IBGE, o estado do Maranhão tem 217 municípios; deste total, 181 integram a Amazônia Legal Brasileira.

CONCLUSÕES

Para decifrar a Amazônia, hoje, é preciso entender como a Região surgiu, em que contexto foi criada e, principalmente, de que maneira se deu a sua ocupação pelos primeiros europeus que estiveram na Região nos séculos XVI e XVII. Nos escritos de alguns historiadores, há a premissa de que o Brasil foi simbolicamente “inventado” pelos viajantes-cronistas europeus, que nomearam os locais tomando como base o conhecimento prévio que tinham, muitas vezes deixando de considerar as realidades locais.

O objetivo geral deste trabalho foi investigar as narrativas sobre a Amazônia nos relatos dos cronistas das descobertas, segundo os escritos dos primeiros viajantes europeus a desembarcar na Região, a partir de três principais *relações* produzidas na época em que os europeus chegaram à Região, e também nas narrativas jornalísticas da atualidade, por meio da análise dos enquadramentos das reportagens (unidades de análise) publicadas em quatro telejornais, sendo dois de alcance nacional e dois regionais: o J8, de Portugal, o JN, do Brasil, e os telejornais regionais, JL1, de Belém, e JT1, de Santarém. Considera-se que, este objetivo geral foi atendido ao analisar as matérias selecionadas para tal.

Estudar as narrativas acerca da Amazônia, tendo como referências os primeiros relatos das Descobertas feitos pelos europeus e as reportagens telejornalísticas contemporâneas, pareceu, inicialmente, incoerente, já que foram criadas em momentos distintos da história. Nos primeiros esboços desta investigação, comparar fatos que ocorreram em períodos tão diferentes e tão distantes do ponto de vista histórico, cultural e temporal parecia não fazer sentido. Até que, nas leituras iniciais, foram identificando-se pontos de interligação, como a importância da Região para o cenário mundial, um ponto de acordo entre diferentes instâncias de poder, em diferentes períodos históricos, e o foco nos relatos dos diferentes tempos: a exuberância e a riqueza da floresta tropical e suas gentes exóticas. Ainda hoje, como no passado, o que ocorre nesta Região continua interessando ao mundo. O que muda no tempo e nas instituições (corte portuguesa e imprensa) são os interesses envolvidos na maior “área de floresta úmida do planeta”, esta última, expressão utilizada pelo J8 de Portugal para definir a Amazônia.

O recorte regional adotado para este trabalho foi delimitando-se ao longo da investigação. Inicialmente, pretendia-se estudar as reportagens veiculadas nos estados do Pará e Amazonas, por entender-se que esses representariam a Região. Logo, percebeu-se que somente eles não refletem sozinhos nem o tamanho, nem a complexidade da Amazônia.

Chegou-se, então, ao âmbito da Amazônia Legal Brasileira (ALB), que é uma região legalmente constituída e que abrange nove estados brasileiros (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Roraima e Rondônia) e corresponde à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Esta ALB é resultado da Lei Complementar n.º 124, de 3 de janeiro de 2007.

Este estudo fundamentou-se na hipótese de que as narrativas criadas sobre a região amazônica da atualidade foram construídas ao longo de pelo menos cinco séculos e são oriundas, principalmente, dos relatos dos cronistas dos Descobrimentos no século XVI. Já estamos no século XXI, e diz o senso comum que os temas e enquadramentos utilizados em narrativas contemporâneas sobre a Região são conflitantes, parciais e complexos. (grafo o termo Região com letra maiúscula, porque aqui me refiro à Amazônia, não apenas uma floresta tropical, mas um local simbólico de grande importância para o mundo).

Ao descrever a imagem da Amazônia colonial nos relatos dos cronistas das Descobertas (séculos XVI e XVII) e nos escritos dos cronistas viajantes, principalmente, europeus (espanhois e portugueses), dos séculos XVIII, XIX e XX, identificou-se que a imagem da Amazônia foi sendo construída a partir desses relatos, cujas referências foram trazidas pelos europeus e suas experiências, deixando de lado, muitas vezes, a essência da realidade local. Pode-se citar o caso das mulheres guerreiras da tribo das icamiabas. Elas foram comparadas às guerreiras amazonas, tanto que em seu relato mais significativo, Alonso de Rojas e Cristóbal de Acuña identificaram o caudaloso rio que percorreram como rio das Amazonas, que depois veio a ser e é até hoje identificado como o rio Amazonas. A história poderia ter sido diferente, e hoje o rio poderia chamar-se rio das Icamiabas? Rio Icamiaba? Quem pode dizer? A resposta talvez não se tenha, de pronto, porém investigações como esta podem ajudar a compreender essas filigranas, que, por olhar menos atento e do senso comum, podem ser encaradas como “normais”. Ao

analisar os antigos relatos, notou-se essa construção da ideia de Amazônia, que perdura ainda hoje nos relatos contemporâneos veiculados pelos telejornais.

Trazer os relatos do passado para este estudo não significa apenas focar num fato ocorrido no contexto da entrada dos europeus na Amazônia, mas entendê-los (esses fatos) como um processo que possibilita a compreensão do presente e para quem sabe, orientar o olhar sobre a região na contemporaneidade.

Durante o mapeamento dos enquadramentos da cobertura jornalística sobre a Amazônia em telejornais de Portugal e do Brasil, e em mais dois telejornais regionais de emissoras afiliadas à Rede Globo de Televisão que são veiculados na Amazônia em diferentes cidades (regiões) do estado do Pará, perceberam-se as características da cobertura desses veículos. Entender como a Amazônia é narrada por veículos oriundos de seu território foi um dos objetivos específicos almejados por este trabalho, que também se propôs a identificar as principais abordagens da cobertura ambiental sobre a Amazônia nos telejornais J8, JN, JL1, JT1. As narrativas sobre a região amazônica, construídas ao longo de, pelo menos, quatro séculos, a partir das imagens reproduzidas pelas crônicas dos Descobrimentos, têm referências com os relatos da mídia jornalística da atualidade.

As notícias jornalísticas contemporâneas propõem-se a uma nova (re)descoberta da Região, a exemplo do que fizeram os primeiros cronistas, na medida em que as imagens transmitidas pela crônica jornalística da atualidade sobre a Amazônia reproduzem as representações presentes nos relatos dos cronistas viajantes europeus, quando focam, especialmente, na grandiosidade da floresta e na sua preservação, deixando de lado suas gentes.

A Amazônia é uma região heterogênea, formada por nove estados (Acre, Amapá, Amazonas, Roraima Rondônia, Tocantins, Mato Grosso, Pará e grande parte do estado do Maranhão); no que se refere a temas (pautas) e em número de reportagens, essa diversidade não é refletida nos telejornais. Durante o período analisado, reportagens oriundas de estados como Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Maranhão compuseram-se em um número insignificante. O foco maior está nos estados do Pará e do Amazonas, tanto que esses são muitas vezes identificados como sinônimos da Região, resultado de uma cobertura homogênea feita pela imprensa, constatada nos veículos analisados. Um dos temas que refletem essa homogeneidade são as queimadas, que é assunto recorrente tanto na imprensa internacional, quanto nacional e regional.

O J8, de Portugal, destinou, durante o segundo semestre de 2020, um espaço bem menor ao tema da Amazônia: ao todo foram publicadas cinco matérias. Já o JN publicou 126 reportagens durante o mesmo período. Isso pode ser explicado considerando-se os critérios de noticiabilidade que, entre outros elementos, levam em conta a proximidade dos fatos que são noticiados. Quanto aos telejornais regionais, dos quais foram analisadas as reportagens relativas à Operação Amazônia Viva, criada para combater o desmatamento do estado do Pará, houve um equilíbrio quanto à quantidade de matérias. O JL1 divulgou oito VTs, já no JL1 foram dez. Quanto aos temas mais recorrentes abordados pela cobertura dos telejornais, o J8 priorizou as queimadas e ameaças aos animais em função do fogo. Nos veículos brasileiros, houve uma cobertura um pouco mais ampla, abordando, além das queimadas e suas consequências, fiscalizações de combate a crimes ambientais que levaram a apreensões de madeira, crises no governo brasileiro acerca das questões amazônicas, crises internas envolvendo integrantes do governo, falas do presidente do Brasil, com foco em desmentidos acerca de suas afirmações.

Os tipos de enquadramentos identificados nos telejornais analisados, que partiram das três principais categorias de análise definidas: *meio ambiente*, *desmatamento* e *queimadas*, não diferem muito nos telejornais regionais em relação ao nacional e ao telejornal português. Esses enquadramentos não oferecem contribuições para ampliar a noção sobre Amazônia a partir dessas notícias veiculadas sobre a Região; pelo contrário, reforçam noções historicamente construídas ao longo de cinco séculos. A identificação desses enquadramentos está baseada em estudos anteriores explicados no capítulo 3, que classificam quatro tipos principais de enquadramentos: de conflito que reduz as narrativas a uma oposição elementar, em que existem embates entre as partes; o enquadramento de interesse humano, em que a notícia é dramatizada a partir dos personagens (fontes ouvidas nas notícias em questão – foram poucas ocorrências com esse tipo; enquadramento das consequências econômicas, cujo foco centra-se nos resultados econômicos; enquadramento de responsabilidade, no qual se atribuem a governos, a grupos ou a indivíduos as consequências dos fatos noticiados.

Este estudo amplia os estudos citados anteriormente, e esta pesquisa identificou um quinto tipo de enquadramento adequado para a análise das notícias sobre a Amazônia: o enquadramento de consequências ambientais, que aborda um evento

(fato/acontecimento) em relação aos seus resultados ecossistêmicos para grupos, indivíduos ou países.

Ao analisar as semelhanças nos enquadramentos do J8 (Portugal) e do JN (Brasil) na cobertura sobre a Amazônia Legal Brasileira, identificou-se que as abordagens das matérias jornalísticas analisadas se referem à Amazônia como uma “selva”, ou seja, repositório de plantas e animais, por vezes ameaçado, ou à natureza exuberante, fonte de biodiversidade e/ ou investimentos econômicos. É uma cobertura centrada na preservação, na sustentabilidade, no viés político e econômico e ainda na importância da Região para o planeta, sem levar em conta as sociedades, tradicionais ou urbanas, que vivem nas cidades amazônicas.

A inclusão dos dois telejornais regionais veiculados pela Rede Globo no Pará, JL1 e JT1, com sede em Belém e Santarém, respectivamente, nesta investigação deu-se para que fossem identificadas as narrativas sobre a Região a partir de veículos sediados na Amazônia. Nesses veículos, a maior parte das matérias veiculadas sobre a Região versaram acerca de operações de fiscalização, por isso, nas reportagens sobre a Operação Amazônia Viva, criada pelo Governo do Pará para combater o desflorestamento no estado campeão nesse quesito, a maioria das imagens veiculadas resultou de filmagens feitas pelos responsáveis pelas operações. Entre as imagens, fotografias, que, em alguns casos, limitam-se a mostrar policiais empunhando armas pesadas em fotos posadas, o que em jornalismo não é uma forma usual.

No JN, identificaram-se, principalmente, três formatos de apresentação das notícias: nota, nota coberta e reportagem. No JN, a presença do Pantanal está diretamente relacionada ao número de jornalistas que atuam no escritório da Região; no item sobre o jornalismo na Amazônia, a TV Centro América apresenta número significativo de matérias sobre o Mato Grosso. Verificou-se também uma repetição de fontes: com as mesmas pessoas falando sobre os temas convergentes e divergentes; as fontes se repetem, principalmente, em temas ligados à Amazônia.

As reportagens do JN estão, em sua maioria, baseadas em dados consolidados do IMAZOM, INPE, MAPBIOMAS, IBGE; para saber sobre o desmatamento agora, quando estiver lendo esta tese, o caro leitor pode acessar o DETER, sistema do INPE que mede os dados em tempo real. Para encontrar esses dados é simples: basta acessar os

motores de busca da internet. Considerando as análises feitas, as articulações de sentidos que os telejornais desenvolvem sobre a Amazônia estão embasadas, em sua maioria, nas informações oficiais divulgadas pelo governo brasileiro, que, na gestão do presidente Jair Bolsonaro, privilegiam os aspectos econômicos em detrimento dos aspectos ambientais.

A hipótese sustentada nesta investigação foi parcialmente comprovada, já que os relatos são diferentes na forma, porém os conteúdos trazem semelhanças. Os primeiros europeus que chegaram à Amazônia perceberam a sua riqueza e diversidade. Na atualidade, a Região continua diversa e rica e agora moderna, mas os relatos sobre ela se resumem a ser uma imensa floresta tropical. A anotação é a de que, apesar de ter pesquisa científica sendo produzida, com uma população diversa nas cidades e fora delas, as narrativas sobre a Amazônia são restritas à floresta.

Para tentar responder ao objetivo geral deste trabalho, chegou-se à pergunta de investigação que norteou esta pesquisa: Quais eram as mensagens sobre a Amazônia que os cronistas europeus queriam que chegassem à corte portuguesa e, hoje, qual a mensagem sobre a Região que os telejornais querem transmitir ao mundo e ao Brasil?

A quantidade de matérias exibidas pelos telejornais brasileiros está relacionada com a infraestrutura, ou seja, na região Centro-Oeste, onde está o estado do Mato Grosso, a Rede Globo possui duas emissoras, uma delas funciona como cabeça de rede, portanto a produção é maior. Já no estado do Pará, por exemplo, em que a TV Liberal, emissora afiliada, mantém apenas um núcleo de rede com um repórter, a produção é menor, a exemplo do que ocorre em outros estados como Amapá, Acre, Rondônia e Roraima.

Quanto ao enfoque político e econômico, com uma visão de sustentabilidade e preservação, pode-se afirmar que essas são as principais abordagens dos textos sobre a Amazônia verificadas nas reportagens analisadas. Nota-se uma preocupação em demonstrar a importância da Região como fonte de recursos e possibilidade de investimentos, tanto de brasileiros quanto de estrangeiros. E quando a falta de uma política interna de combate aos crimes ambientais (queimadas) ameaça a Região, a preocupação maior demonstrada no texto refere-se à fuga de investidores. A impunidade foi outro aspecto ressaltado durante a reportagem sobre o “Dia do Fogo”, por exemplo, o que, como já citado anteriormente, para o JN não tem tanta relevância, já que os editores optaram por não dar destaque a esse assunto na abertura daquela edição.

A invisibilidade dos moradores da Região está refletida no estudo feito por esta pesquisadora, por meio de um grupo focal com estudantes do curso de graduação em Engenharia Florestal, da Universidade Federal do Pará, acerca da vinheta do filme *Amazônia Sociedade Anônima*, da Rede Globo; o referido trabalho, posteriormente, foi transformado em um trabalho apresentado no XV Seminário Internacional de Mídia, Cultura e Informação (SEMIC), da Universidade Federal de Goiás (UFG), e está presente nas reportagens analisadas nesta investigação. As fontes ouvidas não refletem a diversidade local; cientistas são ouvidos esporadicamente, em tempos que não ultrapassam 30 segundos de fala. Estão aí, portanto, temas que podem servir de futuras investigações. Há em todos os estados da Amazônia Legal Brasileira universidades que estão produzindo ciência básica e aplicada nas mais diversas áreas do conhecimento, que vão muito além das questões do ambiente e podem, no futuro, ser transformadas em novas investigações.

As paisagens na Amazônia vão do rústico ao urbano. Nas margens do rio Tapajós, na região de Santarém (PA), vivem centenas de famílias ribeirinhas que convivem harmonicamente com o espaço natural. Na região, existem os habitantes das grandes metrópoles, como Manaus e Belém, isso só para citar duas das nove capitais dos estados da ALB. Essa última representação de Amazônia não é comum nos relatos sobre a Região, sejam antigos ou contemporâneos; veiculados pela imprensa, um número pouco significativo faz referência à Amazônia urbana.

Testando a Metodologia. Este foi um dos momentos que mais geraram dúvidas durante a realização do trabalho. Antes de encontrar o caminho percorrido por esta investigação, que analisou reportagens televisivas de veículos do Brasil e de Portugal, estudaram-se veículos impressos. O tema sempre foi o mesmo: a Amazônia brasileira, mas os veículos analisados, não. Inicialmente, estudou-se a cobertura sobre a Região nas revistas *Carta Capital* e *Época*, cujas linhas editoriais são diferentes, sendo a primeira mais alinhada ao pensamento progressista, e a segunda integrante do Grupo Globo de mídia, do qual também faz parte o Jornal Nacional (JN), analisado neste trabalho. Os resultados iniciais desta investigação foram apresentados no evento do “Dia do Jornalismo”, promovido pelo Programa de Pós-Graduação na linha de Jornalismo e Estudos Mediáticos da Universidade Fernando Pessoa (UFP), como parte das atividades de doutoramento, um importante evento para o encontro de caminhos de investigação. Logo após essa apresentação, este trabalho ganhou novos rumos baseados na experiência

profissional desta pesquisadora, que sempre atuou em meios eletrônicos, e a pesquisa foi então direcionada para telejornais. Desde essa escolha, o trabalho ganhou então novos contornos e seguiu no caminho que o trouxe até aqui.

Para chegar ao desenho desta investigação, levou-se em consideração a Teoria do Enquadramento. Apesar de ser bastante utilizada para a análise de temas políticos e eleitorais em veículos, neste caso, ao tema da região amazônica, mostrou-se também adequada para a investigação de reportagens jornalísticas, em geral. Nesta investigação, a Teoria do Enquadramento foi ancorada na Análise Pragmática da Narrativa, que trouxe elementos norteadores para as análises das reportagens do tema elencado para esta investigação, deixando claro que não se tratou de um estudo sobre a intenção dos emissores, ou ainda das influências sobre as audiências, especificamente.

As primeiras linhas desta investigação começaram a ser feitas em julho de 2019 e foram concluídas no primeiro semestre de 2022. Nesse tempo decorrido, foram muitas as lições, entre elas, a de que escrever uma tese de doutorado vai além da produção de um texto científico, cujas regras de elaboração de conteúdo e formatação são rígidas e devem ser respeitadas, assim como também devem ser respeitadas as limitações físicas e mentais por que passam os doutorandos. A vida não para para a elaboração da tese. Faz-se necessário adaptar-se aos imponderáveis para seguir o caminho. Pode ser uma desconfortável gripe ou uma pandemia.

A covid-19 não alterou os rumos desta pesquisa, porém exigiu da pesquisadora adaptação às novas normalidades, que, por si só, impuseram novas rotinas de trabalho e orientação. Os contatos presenciais entre pesquisadora e orientador, tão necessários para as escolhas metodológicas, não ocorreram como o planejado inicialmente, mas nem por isso se deixou de ter o necessário acompanhamento. Mesmo à distância, a presteza e a agilidade do orientador contribuíram enormemente para fazer fluir a pesquisa.

A partir das análises realizadas para esta investigação, foram identificadas algumas questões relevantes acerca da ALB. A Região está no foco do interesse de líderes mundiais, e fora do Brasil o interesse maior é com a sua preservação. O JN replica internamente uma imagem disseminada internacionalmente; esperava-se que um veículo de comunicação brasileiro abordasse a questão de forma diferente. A diversificação de fontes e de pautas acerca da Região é uma das recomendações que ficam a partir deste

estudo. Outro tema que perpassa superficialmente a cobertura ambiental da ALB e que pode ser aprofundado no contexto da mídia é o de que o Brasil pode aumentar a sua produtividade sem necessitar derrubar mais nenhuma árvore.

A pandemia de covid-19 alterou os padrões de produção do jornalismo. Exigiu novas rotinas dos repórteres e novos formatos de apresentação da notícia, por exemplo, a possibilidade de realização de entrevistas por meio de plataformas eletrônicas, como o *Skype* e *Zoom*, o que possibilita que fontes de vários lugares do mundo, ou da Amazônia Legal Brasileira, sejam ouvidas. Como foi mostrado neste trabalho, a presença física de repórteres e a implantação de escritórios locais podem até ajudar na divulgação dos temas amazônicos, mas não é condição necessária para tal.

Numa pesquisa científica, a exemplo desta, não se esgotam todas as vertentes do assunto analisado. Com esta não foi diferente; portanto, há ainda muitas outras nuances a ser exploradas no tema em questão. Para futuras pesquisas que envolvam as narrativas sobre a ALB, pode-se estudar o conteúdo opinativo das fontes ouvidas nas reportagens televisivas. Esse conteúdo reflete apenas a opinião dessas fontes ou estaria confirmando a opinião dos veículos e, portanto, confirmando a sua linha editorial, disfarçada naquilo que na prática de produção e veiculação de notícias se convencionou chamar de objetividade jornalística?

Uma das perguntas de investigação que impulsionaram esta pesquisa questionava se imagens que criam e definem as narrativas sobre a Amazônia veiculadas em textos das notícias telejornalísticas são um novo modo de ver e pensar a realidade da Região. Por causa das limitações de tempo e condições de pesquisa, essa questão não chegou a ser respondida. Portanto, a análise dessas imagens pode ser tema para futuras investigações. Além da cobertura ambiental com a vertente de sustentabilidade e de preservação, a Região suscita enquadramentos nas vertentes política e econômica, entre outras abordagens que podem servir de tema para futuras investigações científicas. A imagem da Amazônia em agências de notícias internacionais e sua interface com os telejornais regionais, bem como a produção científica oriunda das universidades instaladas na Região e sua divulgação em veículos da ALB, podem também vir a ser novas possibilidades de investigação. No que diz respeito à ALB, há sempre mais perguntas que respostas. Destaco aquela que hoje talvez esteja mais pulsante: sustentabilidade ou preservação?

Entende-se que a Amazônia busca veementemente seu caminho, e o estudos das narrativas sobre a Região podem auxiliar nessa busca.

Pensar a Amazônia dentro do recorte temporal aqui observado significou entender este lugar como sinônimo de uma região devastada por diversos crimes ambientais, entre eles com mais foco para as queimadas e os desmatamentos cujos interesses do poder público, de entidades e de países externos restringe-se ao cuidado e à preservação de sua biodiversidade sem considerar o que pensam seus habitantes, estejam eles na cidade ou nas florestas.

REFERÊNCIAS

- A conta chegou (2022). Observatório do clima. <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Documents/2022/Doutorado/CONSUMO%20DE%20M%C3%8DDIA/A-ontachegouOBSERVAT%C3%92RIO%20DO%20CLIMA.pdf>
- Agra, K. L. de O. A visão do mundo vivido ribeirinho nas obras de Charles Wagley. *Revista Geografar*, 8(2), 160–179. <file:///C:/Users/Lene%20Santos/Documents/2021/Tese/PARA%20CAPITULO%202/A GRA KLONDY 2013.pdf>
- Amaral Filho, O. (2011). Verde que te quero verde: a estética da marca Amazônia. *Comunicação midiaticizada na e da Amazônia*, 2, 83–100.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa Portugal, Edições 70.
- Bates, H. W. (1944). *Um naturalista no Rio Amazonas*. Nacional.
- Batista, L. A. P. (2012) *Telejornalismo na Amazônia: a internet como instrumento de integração regional*. Valer.
- Bauer, M. W., & Aarts, B. (2015). A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativo. In M.W. Bauer, & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (13ª ed., pp. 39–63). Vozes.
- Becker, B. (2005). Geopolítica da Amazônia. *Revista de Estudos Avançados*, 19(53), 71–86. <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10047>
- Becker, B. (2016). *Televisão e telejornalismo: transições*. Estação das Letras e Cores.
- Benetti, M. (2007). Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In C. Lago, & M. Benetti (Orgs.), *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Vozes.
- Bolle, W., & Kupfer, E. E. (2020). Os 200 anos da viagem de Spix e Martius pela Amazônia. *Martius-Staden-Jahrbuch*, 63, 20–40.
- Bordieu, P. (1997). *Sobre a Televisão*. Jorge Zahar.
- Braga, T., & Marinho, S. (2021). Narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia: o caso da Folha de S. Paulo (Brasil) e do Público (Portugal). *Investigação Qualitativa em Ciências Sociais: avanços e desafios*, 9, 56–65.
- Brito, R. D., & Lybid, F. (2015, setembro 4–7). Jornalismo Comunitário: Uma Apropriação para se “Fazer Próximo”? – Um Estudo Sobre o Jornal Liberal 1ª Edição. In *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-3238-1.pdf>
- Bueno, M. F. (2008). Natureza como representação da Amazônia. *Espaço e Cultura*, (23),

77+. <https://link.gale.com/apps/doc/A372694012/AONE?u=anon~6f307949&sid=googleScholar&xid=082c9d94>

Carvajal, F. G. de (2021). *Relação do Famosíssimo e muito poderoso rio chamado Marañon*. Valer.

Cervi, E. (2017). *Manual de métodos quantitativos para iniciantes em ciência política*. CPOP. UFPR.

Chartier, R. (1990). *A história cultural: entre práticas e representações*. Difel.

Correia, J. C., & Viseu, A. (2008). A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança para o lugar de referência. In A. Viseu (Org.), *A sociedade do telejornalismo* (pp. 11-22). Vozes.

Costa, L. M. (2008). O boom ambiental na imprensa. Uma análise das notícias sobre desmatamentos e queimadas na Amazônia da década de 70 aos anos 2000. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 17, 47–68, jan./jun. 2008.

Coutinho, I. (2008). Telejornalismo e identidade em emissoras locais: a construção de contratos de pertencimento. In A. Viseu (Org.), *A sociedade do telejornalismo* (pp. 91–107). Vozes.

Cunha, M. C. da (1992). Introdução a uma história indígena. In M. C. da Cunha (Org.), *História dos Índios no Brasil* (pp. 9–24). Companhia das Letras.

D’Castro, R. (2021). *Jornalismo na Amazônia: uma análise sobre a prioridade da reportagem para os fazedores de notícias*. Viseu.

Dutra, M. (2009). *Natureza da Mídia: os discursos da TV sobre a Amazônia, biodiversidade, os povos da floresta*. Annablume.

Entman, R. (1993) Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 51–58.

Fernandes, M. L., Carvalho, F. A. de, & Campos, S. P. P. (2020). *Sobre viagens, viajantes e representações*. Editora UFRR. <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Livro%20Sobre%20viagens%20viajantes%20>

Fernández, A. P., & Fernandes, M. L. (2020). Amazônia como narrativas (escritos de viagem e a escrita da história). In *Sobre Viagens, viajantes e representações* (pp. 18–36). Editora UFRR.

França, J. M. C. (2011). A construção do Brasil no pensamento europeu dos séculos XVI, XVII e XVIII. *Revista do Arquivo Nacional*, 24(2), 7–24, <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/348>

França, J. M. C. (2012). *A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII: Antologia de textos – 1591-1808*. Editora Unesp.

Gonçalves, C. (2001). *Amazonia. Amazônias*. Contexto.

- Gondin, N. (2019). *A invenção da Amazônia*. Valer.
- Guarin, O. M. (2012). Exploración, ciencia y espectáculo. La cinematografía sobre la Amazonía en la primera mitad del siglo XX. *Revista Chilena de Antropología Visual*, 20, 56–78.
- Harris, M. (2010). *Rebelião na Amazônia*. Cambridge University Press.
- Herscovitz, H. (2007). Análise de conteúdo em jornalismo. In C. Lago, & M. Benetti (Orgs.), *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Vozes.
- Herz, D. (1988). *A história secreta da Rede Globo*. Tchê!
- Heufemann-Barría, E. (2020). *Orellana, Ursúa e Lope de Aguirre: suas ficções aventureiras ao longo do rio Amazonas (Século XVI)*. Valer.
- Holanda, S. B. (2000). *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Publifolha. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021). *Conceito de Amazônia Legal*. <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>
- Kantar Ibope Media (2020). *Kantar aponta as principais transformações e as tendências de comportamento do consumidor pós-quarentena*. <https://www.kantaribopemedia.com/kantar-aponta-as-principais-transformacoes-e-as-tendencias-de-comportamento-do-consumidor-pos-quarentena/>
- Kantar Ibope Media (2021). *Dados de audiência nas 15 praças regulares com base no ranking consolidado – 21/06 a 27/06/2021: audiência tv 15 mercados*. <https://www.kantaribopemedia.com/dados-de-audiencia-nas-15-pracas-regulares-com-base-no-ranking-consolidado-21-06-a-27-06-2021/>
- Lange, A. (1914). *The lower Amazon: a narrative of explorations in the little known regions of the state of Pará, on the lower Amazon*. GP Putnam's Sons. <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5049>
- Leal Filho, L. (2006). *A TV sob controle: a resposta da sociedade ao poder da televisão*. Summus.
- Lisboa, K. M. (1995). Viagem pelo Brasil de Spix & Martius: quadros da natureza e esboço de uma civilização. *Revista Brasileira de História*, 15(29), 73–91. <https://bit.ly/3IgG7yk>
- Maingueneau, D. (2001). *Análise de Textos de Comunicação*. Cortez.
- Mattos, S. (2010). *História da televisão brasileira*. Vozes.
- Martins, M. C. B. (2008). Fronteiras Imperiais: a Amazônia Colonial e as fontes jesuíticas. *Territórios e Fronteiras*, 1(1), 190-208.

Martins, M. C. B. (2007). Descobrir e redescobrir o grande rio das Amazonas. *Revista de História*, 1, (1) 31-57.

Mello-Leitão, C. de (1941). *História das expedições científicas no Brasil*. Companhia Editora Nacional. Biblioteca Pedagógica Brasileira. <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/293/1/209%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>

Mendes, A. D. (2001). *Amazônia modos de (o)usar*. Valer.

Miranda, L. C. (2008). O boom ambiental na imprensa: Uma análise das notícias sobre desmatamentos e queimadas na Amazônia da década de 70 aos anos 2000. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 17, 47–68.

Morais, F. (1994). *Chatô, o Rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. Companhia das Letras.

Mota, L. G. Análise pragmática da narrativa. In C. Lago, & M. Benetti (Orgs.), *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Vozes.

Munaro, L. F. (Org.). (2021). *Terra das letras mortas: a identidade da Amazônia nos jornais regionais*. Editora Fi.

Neves, I. & Sena, A. (2020). Telejornalismo local na Amazônia brasileira: os Tembê-Tenetehara e a TV Liberal. *Organon*, 35(70), 1–19.

Oliveira, J. S. (2021, agosto 23–27). O filme Amazônia Sociedade Anônima e os invisíveis da região. In *XV Seminário Internacional de Mídia, Cultura, Cidadania e Informação*, Universidade Federal de Goiás (UFG).

Oliveira, M. C., & Siqueira, L. (2022). *Digitalization between environmental activism and counter-activism: the case of satellite data on deforestation in the Brazilian Amazon*. Earth System Governance.

Orlandi, E. P. (1990). *Terra à vista discurso do confronto: velho e novo mundo*. Cortez.

Paulino, I. R. (2020). Mulheres guerreiras konduri: o imaginário e o real na desinvenção da história da Amazônia. *Martius-Staden-Jahrbuch*, (63), 189–202. <https://www.martiusstaden.org.br/IMSConteudo.aspx?codigo=23>

Pena, F. (2002). *Televisão e sociedade (do Big Brother à TV Universitária)*. Letras.

Pizarro, A. (2009). *Amazonía: el río tiene voces: Santiago (Chile)*. Fondo de Cultura.

Porro, A. (2009). *Dicionário etno-histórico da Amazônia Colonial*. USP - Instituto de Estudos Brasileiros.

Porro, A. (2020). *As crônicas do rio Amazonas: tradução, introdução e notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia*. Editora Valer.

Projeto MapBiomas (2021). Mapeamento das áreas queimadas no Brasil (Coleção 1). https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/Fact_Sheet.pdf

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 17–42). Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf

Rangel, A. (2001). *Inferno Verde*. Editora Valer.

Reese, S. (2001). Framing public life: a bridging model for media research. In S. Reese (Ed.), *Framing public life* (pp. 7–31). Lawrence Erlbaum.

Rego, N. (2015). Amazônia, representação e mídia. *Revista FSA*, 2, 107–120.

Relatório Mídia Consumption Latam Reporter (2021). [file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Documents/2022/Doutorado/CONSUMO%20DE%20M%C3%8DDIA/PORT Media Consumption 2021 Ebook.pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Documents/2022/Doutorado/CONSUMO%20DE%20M%C3%8DDIA/PORT%20Media%20Consumption%202021%20Ebook.pdf)

Rezende, G. J. de (2000). *Telejornalismo no Brasil, um perfil editorial*. Summus.

Rothberg, D. (2010). Jornalismo e informação para democracia: parâmetros de crítica de mídia. In R. Christofolletti (Org.), *Vitrine e Vidraça: crítica de mídia e qualidade no Jornalismo* (pp. 21–34). LabCom Books.

Rothberg, D. (2010). O conceito de enquadramento e sua contribuição à crítica de mídia. In R. Christofolletti (Org.), *Vitrine e Vidraça: crítica de mídia e qualidade no Jornalismo* (pp. 53–98). LabCom Books.

Sartori, G. (2001). *Homo Videns: televisão e pós-pensamento*. EDUSC.

SECOM - Secretaria Especial de Comunicação (2015). *Pesquisa Brasileira de Mídia 2015: relatório final*. <https://bit.ly/3KppS3Y>

SECOM - Secretaria Especial de Comunicação (2016). *Pesquisa Brasileira de Mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*. <https://bit.ly/3KidYsq>

Seixas, N. S. dos A., Brígida, J. A. S., & Júnior, M. G. R. (2021). Os jornais paraenses e a região: o Norte em debate na imprensa do século XIX. In Munaro, L. F. (Org.), *Terra das Letras Mortas: a identidade da Amazônia nos jornais regionais* (pp. 27–50). Editora Fi.

Slater, C. (2010). Metaphors and myths in news reports of an Amazonian 'lost tribe': society, environment, and literary analysis. *Environmental anthropology: methodologies and research design*, 8(15), 157–188. <https://www.worldcat.org/title/environmental-social-sciences-methods-and-research-design/oclc/635480206>

Slater, C. (2015). Visions of the amazon: what has shifted, what persist, and why this matters. *Latin America Research Review*. 50(30), 3–23. <https://muse.jhu.edu/article/597714>

Slater, C. (2001). *Entangled Edens: visions of the Amazon*. University of California Press, 2001.

- Soares, M. C. (2006). Análise de Enquadramento. In A. Barros, & J. Duarte (Orgs.), *Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação* (pp. 450–465). Atlas.
- Soares, M. C. (2009). *Representações, jornalismo e a esfera pública democrática*. Editora UNESP – Cultura Acadêmica. <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/109112/ISBN9788579830181.pdf?sequence=2&isAllowed=y>
- Sodré, M. (2012). *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Vozes.
- Sousa, J. P. (2006). *Elementos de teoria da Comunicação e dos media*. Letras Contemporâneas.
- Sousa, M. (2019). *História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI*. Record.
- Squirra, S. (1993). *Aprender telejornalismo: produção e técnica*. Brasiliense.
- Steinbrenner, R. A. (2007). Centralidade ambiental x invisibilidade (ou os novos fantasmas da Amazônia). In *XV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano (XV Enampur)*, 12(1). <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1280>
- Tavares, H. M. (2020). *A Amazônia dos viajantes do século XVIII*. Máquina de Escrever.
- Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo*. Insular.
- Traquina, N. (2008). Teorias do jornalismo: a tribo jornalística. *Uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2, 137-153.
- Tupiassu, A. (2005). Amazônia, das travessias lusitanas à literatura de até agora. *Estudos Avançados*, 19, 299-320.
- Ugarte, A. S. (2009) *Sertões de Bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas na Amazônia na Visão dos cronistas ibéricos - Séculos XVI e XVII*. Valer.
- Villanova, S. (2019). Representações da Amazônia na visão de Gaspar de Carvajal e Samuel Fritz. In *Nas curvas do tempo: história e historiografia na Amazônia em debate* (vol. 1) (pp. 40-62). Editora UEA.
- Wagley, C. (1976). *Amazon town: a study of man in the tropics*. Literary Licensing.
- Wolton, D. (2006). *Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão*. Título original: *Eloge du grand public - Une théorie critique de la télévision*. Ática.
- WWF – Iniciativa Amazônia Via (1999-2009). *Uma década de descobertas! 1999-2009*.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Decupagem matérias Operação Amazônia TV Liberal



DECUPAGEM JL1

Tempo: 1'58''

Data da veiculação: 13 de outubro de 2020

Formato: Link entrada "ao vivo" com insert de imagens

Imagens: cedidas pela SEMAS

Legenda: Amazônia Viva: SEMAS divulga balanço da 4ª fase da operação

Fonte: sem registro, apenas informações repassadas pela repórter, em vivo.



Na TV Liberal, o primeiro registro da Operação Amazônia Viva (OAV) é do dia 13 de outubro de 2020, com a notícia da quarta fase da operação. O formato utilizado foi o link, ou seja, entrada “ao vivo” com insert de imagens cedidas pela SEMAS. A repórter permaneceu no ar por 1’58”, o que é considerado um tempo adequado das entradas “ao vivo”.

Apesar de noticiar a quarta fase da operação, nos telejornais anteriores observados não foram registradas reportagens sobre o tema, o que leva a uma descontinuidade de informações para os telespectadores, que ficaram sem as informações sobre as fases anteriores da operação.

Outro aspecto a ser ressaltado são as imagens utilizadas. Ao longo da participação da repórter aparece a seguinte legenda: “Amazônia Viva: SEMAS divulga balanço da 4ª fase da operação”.

No JL1 não foram ouvidas fontes, apenas informações repassadas pela repórter.

Tempo: 00’53”

Formato: Locução em OFF quando a apresentadora lê nota a partir do estúdio, “ao vivo”, e segue a leitura em off, porém essa leitura é coberta por imagens. A diferença entre a nota LOC/OFF e a nota coberta é que, na primeira, não há edição prévia das imagens, ou

seja, o apresentador não vai para a cabine gravar o texto, que, como dito anteriormente, é lido do estúdio. Esse formato em geral é utilizado quando não há a necessidade de sincronização entre imagem e texto; as imagens mostradas são gerais, acerca do assunto tratado. Esse é um formato que dá ao telejornal agilidade, porém é pouco usado nas edições.

Legenda: Combate a crimes ambientais: Operação Amazônia Viva chegou à 6ª fase.

Fontes: sem registro de fontes.





Com a legenda “Combate a crimes ambientais: Operação Amazônia Viva chegou à 6ª fase”, o JL1 apresentou a segunda notícia sobre o tema estudado, com tempo de 53 segundos. Desta vez, o foco é o combate aos crimes ambientais. As imagens apresentadas foram cedidas pela Agência Pará – Agência de Comunicação do Governo do Estado, conforme explicitado na matéria.

O formato utilizado foi a locução em OFF (LOC/OFF), em que a apresentadora lê a nota a partir do estúdio, “ao vivo”, e segue a leitura, que em seguida é coberta por imagens. A diferença entre a nota LOC/OFF e a nota coberta é que, na primeira, não há edição prévia das imagens, ou seja, o apresentador não vai para a cabine de off gravar o texto previamente; como dito antes, o texto é lido no estúdio. Esse formato, em geral, é utilizado quando não há a necessidade de sincronização entre imagem e texto, conforme se exige nas reportagens gravadas, os chamados VTs. Por exemplo, se eu digo *veículos apreendidos*, não posso mostrar floresta no chão, ou seja, nesse caso, as imagens mostradas são gerais, acerca do assunto tratado. Esse é um recurso que dá agilidade ao telejornal, porém é pouco usado nas edições.

Conforme a primeira reportagem apresentada, nesta também não há registro de fontes.

Apêndice 2 – Decupagem matérias operação Amazônia viva TV Tapajós

O primeiro registro da Operação Amazônia Viva (OAV) no JT1 é datado de 20 de agosto de 2020, com a notícia da terceira fase da operação. O formato utilizado foi a entrada ao vivo com registro de imagens cedidas e sonoras gravadas. A repórter permaneceu no ar por 7'36'', o que é considerado acima da média das entradas ao vivo em telejornais. As imagens exibidas foram cedidas pela Polícia Militar, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e Delegacia de Combate a Crimes Agrários (Deca).

Apesar de noticiar a terceira fase da operação, nos telejornais anteriores verificados não foram registradas reportagens sobre o tema, o que leva a uma descontinuidade de informações para os telespectadores, que ficaram sem as informações sobre a primeira e a segunda fases da OAV.

Outro aspecto a ser ressaltado são as imagens utilizadas. Durante toda a exibição da reportagem aparece fixada sobre as imagens e sobre as fotografias exibidas a legenda “Operação Amazônia Viva: PM flagra exploração ilegal de madeira; serraria foi fechada”; a legenda aparece também sobre a participação da repórter “em vivo”. O que chama a atenção é que todas as imagens mostradas são de uma Amazônia morta, o que contrasta com o título apresentado.

Foram ouvidas três fontes: o delegado responsável pela operação; a agente de fiscalização da SEMAS, Solange Xaves, e o 2º tenente da Companhia Independente de Policiamento Ambiental, identificado na reportagem como “representante” da CIPAmb.



Tempo: 7'36"

Data da exibição: 20 de agosto de 2020

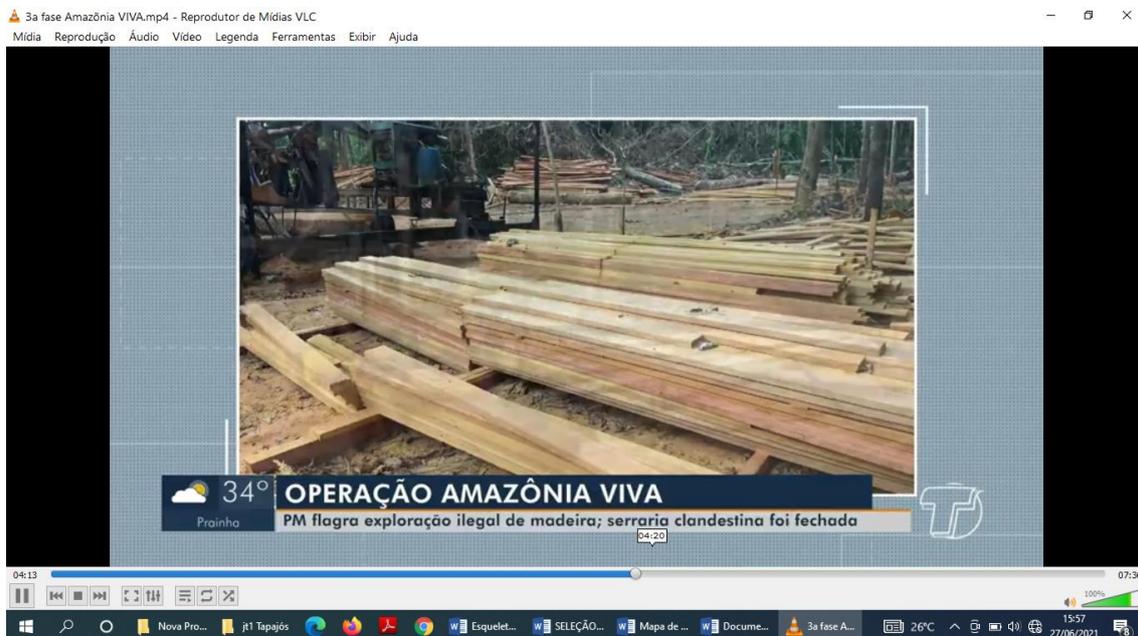
Formato: Entrada "ao vivo" Link com sonoras

Legenda: Operação Amazônia Viva: PM flagra exploração ilegal de madeira; serraria clandestina foi fechada

Fontes: Delegado titular da DECA: Fábio Amaral

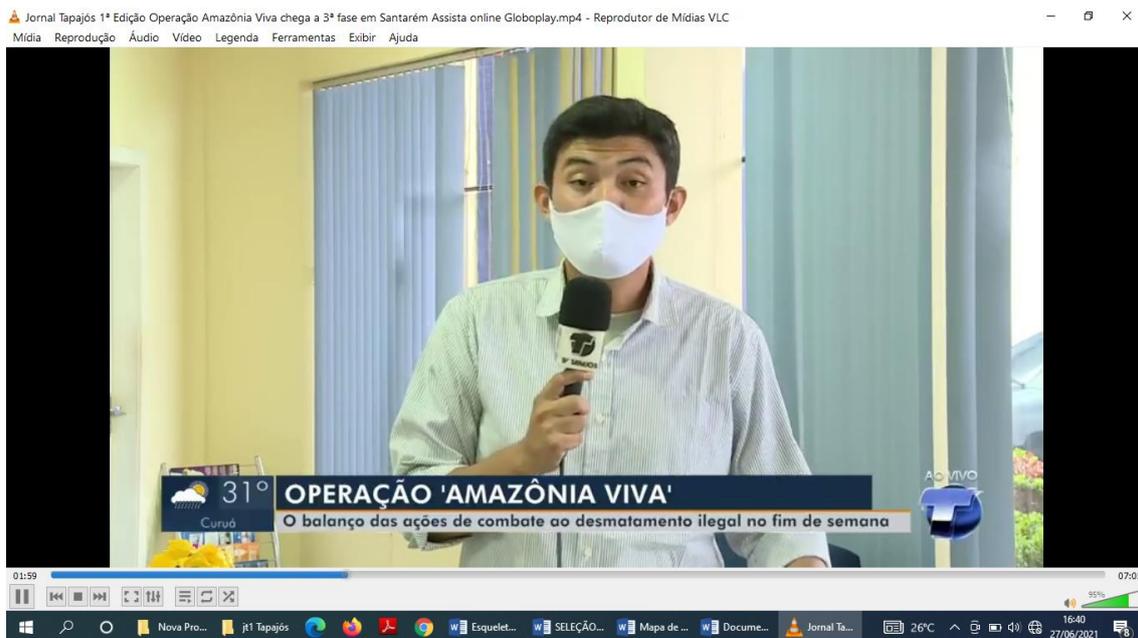
Agente de fiscalização SEMAS: Solange Chaves

Representante da Companhia Independente de Meio Ambiente (CIPAmb): 2º ten André Padilha





Com a legenda “Operação Amazônia Viva: o balanço das ações de combate ao desmatamento ilegal no fim de semana”, o JT1 apresenta a segunda reportagem sobre o tema estudado. Desta vez, o foco é o resultado das fiscalizações. As imagens apresentadas (vídeos e fotos) são as mesmas das reportagens anteriores, porém se mudam os créditos. De acordo com o que está explícito, as imagens foram cedidas pela “Delegacia de Conflitos Agrários”. Novamente são ouvidas as mesmas fontes: a agente de fiscalização Solange Chaves (SEMAS) e o delegado Fábio Amaral. A única diferença está no cenário utilizado pelo repórter, que aparece dentro de uma sala e não mais em área externa, e a identificação do local não fica clara para o telespectador.



Tempo: 7'05''

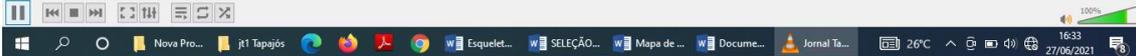
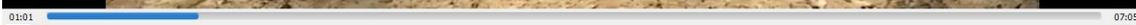
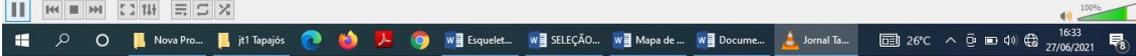
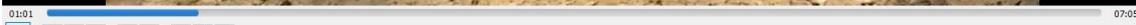
Data da veiculação: 24/8/2020

Formato: link com sonoras gravadas

Legenda: Operação Amazônia Viva: O balanço das ações de combate ao desmatamento ilegal no fim de semana

Fontes: Solange Chaves Agente de fiscalização da SEMAS

Delegado Fábio Amaral DEACA







O terceiro registro da operação, exibido em 1º de setembro de 2020, teve tempo de 9'51'', utilizando o mesmo formato da reportagem anterior: entrada ao vivo ancorada por entrevistas gravadas. O repórter apresentou, de acordo com a legenda exibida durante a reportagem, o encerramento das atividades da terceira fase da operação, retomando assunto anteriormente já abordado: “Operação Amazônia Viva: encerra 3ª fase das ações em combate à exploração ilegal de madeira”.

Neste segundo registro, vale ressaltar duas similaridades com a reportagem exibida anteriormente: o tema, no caso a terceira fase da operação, e a fonte, que já havia sido ouvida na entrada ao vivo da primeira reportagem: o delegado Fábio Amaral, o único a ser ouvido pela reportagem. Desta vez ele foi identificado como titular da DECA e não mais como responsável pela operação.



Tempo: 9'51''

Data veiculação: 1º de setembro de 2020

Formato: link (entrada ao vivo) com entrevistas inserção de entrevistas gravadas

Legenda: Operação Amazônia Viva: encerra 3ª fase das ações em combate à exploração ilegal de madeira

Fontes: Fábio Amaral – Delegado da DECA



Tempo: 7'35''

Data da veiculação: 29/9/2021

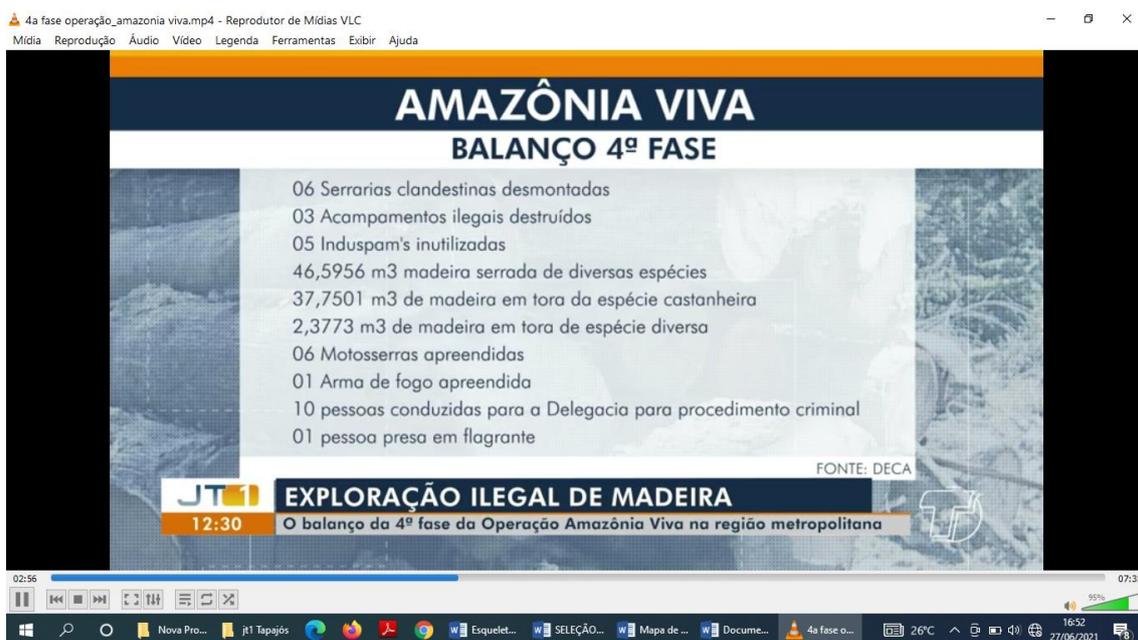
Formato: link com sonoras gravadas

Legenda: Exploração ilegal de madeira: o balanço da 4ª fase da Operação Amazônia Viva na Região Metropolitana

Fontes: Sargento Lindeberg Monteiro 1º CIPAmb

Ivan Moreira Júnior – coordenador da Operação Amazônia Viva/Eixo Uruará

Fábio Amaral: Divisão de conflitos Agrários da Polícia Civil





Tempo: 2'57"

Data da veiculação: 6/10/2020

Formato: VT

Legenda: Operação Amazônia Viva: a quarta fase foi deflagrada no município de Mojuí dos Campos

Fontes: Ivan Moreira – agente de fiscalização ambiental da SEMAS

Fábio Amaral: Delegado da DECA



Apêndice 3 – Decupagens pré-teste matérias

JORNAL NACIONAL

ASSUNTO: DISPARA NÚMERO DE QUEIMADAS

DATA DA VEICULAÇÃO: 3 DE AGOSTO DE 2020

FORMATO: VIDEOTAPE (VT)

LOCALIZAÇÃO NO JORNAL: 1'23" a 5'23"

TEMPO: 4'

ESCALADA: “Um inverno com as marcas dos incêndios no Brasil. Focos no Pantanal são mais que o triplo que julho do ano passado. E a região da Amazônia tem aumento de 30%”. Na sequência da chamada, outra matéria com tema do meio ambiente, desta vez sobre o estado do Pará: “Ações de garimpeiros no Pará ameaçam linhas de transmissão da usina de Belo Monte”

CABEÇA BONNER: “Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais mostram que, em julho, o número de queimadas disparou no Brasil em relação ao mesmo mês do ano passado. Só no Pantanal os focos de incêndio triplicaram”

OFF: O pantanal registrou mil seiscentos e oitenta e quatro (1684) focos de queimadas em julho. O aumento foi dramático: 240,89 por cento a mais do que no mesmo mês de 2019 de acordo com o INPE. É o pior resultado para o mês desde o início da série histórica, em 1998. Na Amazônia, as queimadas avançaram 28% em julho, em relação ao mesmo período do ano passado. Foram mais de seis mil e seiscentos (6.600) focos de queimadas. De acordo com o INPE, só na quinta-feira passada 30 de julho, foram mil e sete (1007) pontos de calor. Há 15 anos não se viam tantas queimadas, em um único dia de julho, na Amazônia. E agosto começou com a mesma tendência: no sábado foram mil duzentos e setenta e cinco (1.275) focos, ontem: novecentos e trinta e oito (938).

PASSAGEM (VLADIMIR NETTO) BRASÍLIA: “Esse aumento das queimadas acontece apesar do decreto do Governo que proibiu o uso de fogo para limpar terras na

Amazônia e no Pantanal por 120 dias, desde o dia 16 de julho. Especialistas avaliam que é o sinal preocupante de que a moratória não está sendo respeitada e a situação pode ficar ainda pior em agosto, que é o mês em que tradicionalmente o número de queimadas na Amazônia aumenta.

SONORA: ANE ALENCAR – DIRETORA DO IPAM “A moratória do fogo deu certo ano passado porque pegou as pessoas no susto. Mas agora as pessoas que desmataram no ano passado não vão mais aguentar ficar mais um ano sem queimar. Então, ela só daria certo hoje, se realmente tivesse um posicionamento governamental de fato veemente, que vai combater a ilegalidade na Amazônia”

OFF: Em maio, o governo iniciou uma operação de Garantia da Lei e da Ordem na Amazônia. A operação vai até novembro, mas o desmatamento continua aumentando. Em nota, o Ministério do Meio Ambiente disse que contratou três mil brigadistas temporários para auxiliar os corpos de bombeiros estaduais no combate e prevenção às queimadas. O Jornal Nacional pediu para ouvir o ministro Ricardo Salles, mas não teve resposta da assessoria. O vice-presidente Hamilton Mourão, que comanda o Conselho Nacional da Amazônia Legal, também não respondeu. Mais cedo, em entrevista à Rádio Nacional, Mourão disse que o governo está intensificando a fiscalização.

ÁUDIO MOURÃO RETIRADO DA RÁDIO COM ARTE: “Toda a Amazônia Legal nos preocupa; no entanto, os nossos esforços estão mais concentrados nas áreas de maior risco de incêndio, que são aquelas que foram desmatadas. As árvores, que foram tombadas, estão secas, aí os ilegais aproveitam para fazer a limpeza do terreno usando o fogo”.

OFF: O governo vem sendo cobrado por investidores estrangeiros e brasileiros que ameaçam interromper investimentos no país por causa do aumento do desmatamento e das queimadas. O coordenador do MAPBIOMAS, Tasso Azevedo, afirma que o governo está errando na estratégia de combate.

SONORA TASSO AZEVEDO – MAPBIOMAS: “O governo tem que ter uma mensagem uníssona que envolva o ministro do Meio Ambiente, envolva a ministra da Agricultura, que envolva o ministro da Economia, envolva a Casa Civil e o presidente da República, principalmente, dizendo não podemos ter mais fogo, não dá para usar o fogo nessa época do ano, nesse ano, porque nós estamos com muita probabilidade de ter grandes incêndios, então é o que resta a fazer agora. E tem que ser muito direto. Então é ser absolutamente

implacável com o desmatamento ilegal, porque esse desmatamento vai alimentar não só o fogo desse ano, mas o fogo do ano que vem”.

Fogo em Cuiabá (Entra na sequência da reportagem anterior):

ASSUNTO: INCÊNDIOS FLORESTAIS PROVOCADOS PELA ESTIAGEM AMEAÇAM VIDA DOS ANIMAIS

DATA DA VEICULAÇÃO: 3 DE AGOSTO DE 2020

FORMATO: VIDEOTAPE (VT)

LOCALIZAÇÃO NO JORNAL: 5’26” a 7’17”

TEMPO: 2’31”

CABEÇA: A estiagem tem levado preocupação para outro ecossistema importante.

OFF: O avanço do fogo sobre o cerrado assusta: “Incêndio aqui na estrada da Chapada! Horrível! Socorro! Meu Deus do céu! *(imagem de telespectador)*

O combate é arriscado. A anta foge das chamas, a iguana bebe água na mão do bombeiro. Ela escapou por pouco do Sul de Mato Grosso. No Norte do estado, essa plantação de banana virou cinza.

PASSAGEM – EUNICE RAMOS (CUIABÁ MT): O sol parece um canhão jogando calor sobre a terra que está muito seca. A umidade, agora, está abaixo dos 20% na maior parte do estado; nessas condições o fogo se alastra rapidamente e destrói a vegetação. Um problema é que neste ano choveu menos no Cerrado.

OFF: O monitoramento feito pelo Instituto Centro de Vida, com base nos dados do Instituto de Pesquisas Espaciais, concluiu que o desmatamento na Amazônia está deixando a seca mais severa no Centro-Oeste do país.

SONORA – VINICIUS SILGUEIRO – ENGENHEIRO FLORESTAL: “É possível identificar o impacto que as ações de desmatamento, de degradação na Amazônia causam também na região Central e Centro-Sul do país. Segundo o Instituto Nacional de

Meteorologia, regiões do Cerrado esse ano, entre os meses de abril, maio, junho, tiveram até cem cento e dez dias sem chuva, algo que para essa época do ano não é comum”.

OFF: Em Rondonópolis não chove desde abril, e em quatro dias o fogo destruiu 70% da reserva indígena Tadarimana.

SONORA – ROBERTO COELHO – TÉCNICO DO CORPO DE BOMBEIRO DO MT: “Você vê aquela coluna de fumaça de mais de 500 metros, e essa coluna de fumaça sobe quando tá quente e quando esfria ela desce. E como nós estamos no início da temporada, provavelmente essa fumaça vai permanecer sobre a cidade até as próximas chuvas, que é o prejuízo maior, tanto para fauna como para flora e para a saúde pública”.

ASSUNTO: DIA DO FOGO:

DATA DA VEICULAÇÃO: 10 DE AGOSTO DE 2020

FORMATO: VIDEOTAPE (VT)

LOCALIZAÇÃO NO JORNAL: 35’ a 39’06”

TEMPO: 4’06”

CABEÇA: “Um ano depois do chamado “Dia do Fogo”, quando o Brasil registrou uma série devastadora de queimadas florestais, só 5% dos responsáveis pelos incêndios receberam punição”.

OFF: Há um ano, a floresta de Novo Progresso no Pará queimou como nunca se viu em nove anos. O número de focos de queimadas foi quase 20 vezes maior do que nos mesmos dias de 2018: foram 1.457 focos, quase metade deles em propriedades registradas no Cadastro Rural do Pará, que guarda as identidades dos donos das terras. Em 207 propriedades, as queimadas destruíram área de floresta, mas segundo um levantamento do Greenpeace, o Ibama aplicou multas em apenas 5% delas.

SONORA – RÔMULO BATISTA (GREENPEACE): “Ele mostra que a impunidade continua muito alta na Amazônia e que na verdade não há uma vontade política de punir aqueles que estão praticando crimes e danos ambiental (sic) na Amazônia”.

OFF: A Polícia Federal abriu uma investigação para apurar se o Dia do Fogo foi uma ação ilegal coordenada. O relatório ainda não foi concluído e nada foi divulgado, porque o caso

está sob sigilo. No mês passado, o Greenpeace esteve em diferentes regiões do Pará atingidas pelas queimadas, encontrou áreas convertidas em pasto. O vice-presidente Hamilton Mourão, que preside o Conselho Nacional da Amazônia, afirmou que não conhecia o levantamento do Greenpeace.

SONORA – HAMILTON MOURÃO: “Desconhecia esse resultado. Isso foi ano passado. Se acontecer esse ano, tu me cobra”.

OFF: Em uma videoconferência, Mourão disse que crimes ambientais deixam o Brasil vulnerável ao que chamou de campanhas difamatórias, que, segundo ele, provocam barreiras comerciais injustificáveis contra o agronegócio. A política ambiental do governo tem recebido muitas críticas e, segundo o embaixador Everton Vargas, que foi um dos principais negociadores do Brasil durante 30 anos, isso vem afetando as exportações brasileiras.

SONORA – EVERTON VARGAS (EMBAIXADOR): “Sustentabilidade, que é o que a gente precisa para poder trazer investimento, abrir mercados, para trazer a tecnologia. A sustentabilidade é o objetivo de todos nós, de todos os países do mundo. Isso está inclusive na Declaração do Rio de 92, na Agenda 2,1 e foi reiterado em inúmeros documentos que nós temos até hoje”.

PASSAGEM JÚLIO MOSQUÉRA: “O vice-presidente Hamilton Mourão foi questionado sobre o Meio Ambiente na Política Externa brasileira. Ele disse que o Brasil busca unir a importância do agronegócio com a preservação ambiental.

SONORA – VOLTA HAMILTON MOURÃO: “As embaixadas brasileiras, principalmente nos países europeus, têm trabalhado lado a lado com o Ministério da Agricultura nessas questões ligadas ao agronegócio, e também na difusão do nosso trabalho em relação à busca solucionar esses problemas que estão ocorrendo na Amazônia”.

OFF: Em conversa com empresários franceses e brasileiros, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, afirmou que o governo não vem cumprindo a legislação de proteção ambiental.

SONORA – EDSON FACHIN: “A preservação da Amazônia significa, antes de mais nada, o cumprimento da Constituição e das leis protetivas, cumprimento esse que, como temos visto no Supremo Tribunal Federal em diversas demandas, tem deixado a desejar”.

OFF: O diretor da Imazon disse que, se não quiser perder investidores, o presidente Jair Bolsonaro tem que assumir publicamente uma nova postura.

SONORA – PAULO BARRETO (IMAZON): “O setor privado está dizendo o seguinte: a destruição ambiental não é bom para o Brasil por vários motivos: afasta-se investidores, (corte). Ele tem que ser consistente e dizer: É, eu mudei de ideia e agora a gente não quer desmatamento ilegal, vamos punir quem tiver praticando o desmatamento ilegal”.

JORNAL DAS 8 (J8)

ASSUNTO: INCÊNDIOS FLORESTAIS COLOCAM A AMAZÔNIA EM PERIGO

DATA DA VEICULAÇÃO: 5 DE AGOSTO DE 2020

FORMATO: NOTA LOC OFF

LOCALIZAÇÃO NO JORNAL: 1’20” a 1’21”

TEMPO: 52”

OFF: A Amazônia brasileira está de novo em perigo. Os incêndios florestais registrados em julho aumentaram 28% em relação ao mesmo mês do ano passado; a tragédia confirmada por imagens de satélite faz temer o pior para os próximos meses. Na selva amazônica, o Instituto Brasileiro de Investigação Espacial detectou cerca de 6.800 focos de incêndio, 1.500 mais do que em 2019. As organizações ambientalistas estão preocupadas, sobretudo, porque no final do mês de julho houve um significativo aumento do foco. Só no dia 30 foram registrados mais de mil. Segundo o Greenpeace, desde julho de 2005 que não se registram tantos incêndios num só dia!

OBSERVAÇÃO: Mesma matéria da Rede Globo, voz de Eunice Ramos no fundo.

ASSUNTO: FOGO AMEAÇA ARARAS-AZUIS

DATA DA VEICULAÇÃO: 18 DE AGOSTO DE 2020

FORMATO: VIDEOTAPE (VT)

LOCALIZAÇÃO NO JORNAL: 00:47:38 – 00:49:19

TEMPO: 2'21”

LEGENDA: FOGOS CONTINUAM DESCONTROLADOS NO BRASIL: INCÊNDIOS DESTROEM UM MILHÃO DE HECTARES NO PANTANAL E AMEAÇAM VIDA DE ANIMAIS

CABEÇA: O Pantanal enfrenta milhares de focos de incêndio que fustigam a região há mais duas semanas. O fogo está descontrolado e já destruiu o maior refúgio mundial de araras-azuis, uma espécie em via de extinção.

OFF: “É considerada a maior zona úmida do planeta, um santuário de biodiversidade. Mas por estes dias as chamas que atingem o Pantanal brasileiro já destruíram mais de um milhão de hectares e as equipes no terreno estão a ter muitas dificuldades”.

SONORA GLEDSON BEZERRA – CORPO DE BOMBEIROS DE MT: “A gente tem hoje fortes ventos e uma alta temperatura na região que facilitam a propagação de incêndio, tornando mais difícil o trabalho das equipes”.

SONORA – PAULO BARROSO – BOMBEIRO MILITAR: “É extremamente difícil você combater controlar e combater um incêndio com as dimensões que já tem aqui no Pantanal”.

OFF: A região é propícia a incêndios naturais, como tem explicado os especialistas. Mas normalmente estariam em causa descargas elétricas acompanhadas de chuva, só que a ação humana e a desflorestação fez diminuir e muito o volume de precipitação que desequilibraram curso da natureza, e o fogo deixou de ser controlável. Só na primeira quinzena de agosto houve mais dois mil e quinhentos focos de incêndio no Pantanal. A região atravessa uma seca sem precedentes e os focos já destruíram 70% do maior refúgio mundial de araras-azuis, aves em via de extinção, um prejuízo ambiental incalculável, com os animais a fugirem em busca de sobrevivência e fogo a dificultar a tarefa dos muitos homens que combatem os incêndios, o maior registrado no Pantanal nos últimos 14 anos.

JL1 BELÉM

ASSUNTO: MAIOR APREENSÃO DE MADEIRA DO PAÍS

DATA DA VEICULAÇÃO: 21/12/2020

FORMATO: LINK AO VIVO SEM SONORA

LOCALIZAÇÃO NO JORNAL:

TEMPO: 1'15''

CABEÇA: O JL1 está de volta. A Polícia Federal fez a maior apreensão de madeira da história do país durante operação entre os estados do Pará e Amazonas, e sobre isso a gente vai saber mais ao vivo com a repórter Denise Soares. Denise.

REPÓRTER: Oi, Priscila. Ao longo dos últimos dias os agentes da Polícia Federal apreenderam 131 mil metros cúbicos de toras. Esse volume é suficiente para construção de duas mil, seiscentas e vinte casas populares. As 43.700 toras estão dispersas ao longo dos rios Mamuru-Arapiuns uma região de 20 mil km quadrados, que é comparada ao tamanho do estado de Sergipe. Esta operação da Polícia Federal foi na divisa entre os estados do Pará e Amazonas, e como você disse, Priscila, resultou aí na maior apreensão de madeira da história do Brasil. O cálculo da apreensão ainda é preliminar, haverá uma perícia mais apurada nos próximos dias com apoio do Exército e, de acordo com a Polícia Federal, o Ministério Público Federal acompanha a operação. Priscila.

Segunda matéria do JL1 LINK AO VIVO COM SONORA

JL1 BELÉM

ASSUNTO: OPERAÇÃO DE COMBATE A CRIMES AMBIENTAIS

DATA DA VEICULAÇÃO: 4 DE SETEMBRO DE 2020

FORMATO: LINK AO VIVO COM SONORA

LOCALIZAÇÃO NO JORNAL:

TEMPO: 2'

CABEÇA: A Polícia Civil realizou hoje uma grande operação de combate a crimes ambientais no Sudeste do estado, principalmente no município de Ourilândia do Norte. O

repórter Adriano Costa tá (sic) aqui e traz mais informações pra gente sobre essa operação. Adriano, boa tarde!

REPÓRTER: Boa tarde, João, boa tarde a quem acompanha o JL1.

OFF: A operação realizada pela Polícia Civil conta com os apoios da Delegacia de Conflitos Agrários de Redenção e da Delegacia de Ourilândia do Norte. Essa operação é resultado de um pedido feito pela ouvidoria nacional do INCRA e de três requisições do Ministério Público para apurar denúncias de crime ambiental na região. Além da degradação de áreas de preservação, foram identificados vários garimpos ilegais na região. Agentes do centro de Perícias Científicas também participaram da operação a pedido da Polícia Civil, e foi ali um apoio importante para identificar a natureza das áreas afetadas pelos crimes ambientais e também a dimensão dos danos. Várias máquinas foram apreendidas, e nós vamos ver o que disse o diretor da Delegacia de Conflitos Agrários, o delegado Antônio Mororó.

SONORA: “In loco podemos verificar efetivamente o cometimento desses crimes, bem como a presença de diversos garimpos, motivo pelo qual agimos, impomos o respectivo tipo penal e estamos procedendo com apreensão das máquinas. Foram encontradas no local aproximadamente 30 máquinas, realmente o cenário nefasto de degradação ao meio ambiente”.

OFF: O esforço agora é para que os equipamentos sejam tirados das aéreas onde a extração ilegal de minério era realizada para impedir que a prática seja retomada com o fim da operação. Os donos das áreas também serão enquadrados nas penalidades legais referentes aos crimes. A ação causou protestos de proprietários das áreas.

JORNAL TAPAJÓS 1ª EDIÇÃO JT 1

ASSUNTO: OPERAÇÃO CERBERUS

DATA DA VEICULAÇÃO: 24 DE DEZEMBRO DE 2020

FORMATO: REPORTAGEM ELTON PEREIRA (SEM PASSAGEM)

LOCALIZAÇÃO NO JORNAL: 12h06 min a 12h08

TEMPO: 2'18”

LEGENDA: OPERAÇÃO ‘CERBERUS’: AÇÃO DA 1ª CIPAMB DESMONTOU SERRARIAS CLANDESTINAS NA REGIÃO DO CHAPADÃO

CABEÇA: Vamos começar falando do trabalho da 1ª Companhia de Policiamento Ambiental de Santarém, que deflagrou uma nova operação denominada “Cerberus” na região do Chapadão. Duas serrarias clandestinas foram desmontadas. Ninguém foi preso.

OFF: A operação Cerberus deflagrada na última quarta-feira pela companhia de policiamento ambiental teve o intuito de aprender materiais ilícitos oriundos de desmatamento irregular. O foco principal foi a região do Chapadão, uma das áreas com maior registro de desmatamento.

SONORA – TENENTE (EXÉRCITO) ANDRÉ PADILHA: “A intenção dessa operação, além de deflagrar operação no combate a esses ilícitos, de desmatamento e extração ilegal de madeira, era também mostrar a nossa realidade a novos integrantes da Companhia, e a operação foi montada; fizemos um levantamento ali da área, e no dia de ontem foi deflagrada a operação e nós conseguimos ontem, graças a Deus, mais duas serrarias”.

OFF: Dois tratores, espingardas, munições motosserras e serras tipo INDUSPAM, além de 200 metros cúbicos de madeira de espécies castanheira e maçaranduba, foram encontradas nas serrarias clandestinas.

SONORA – VOLTA TENENTE (EXÉRCITO) ANDRÉ PADILHA: “E a intenção dessa operação basicamente aí, distante, vamos dizer aí, 180 km, 160 km daqui da cidade; se torna meio inviável trazer esse, todo esse material, muita madeira. Na segunda serraria nós encontramos ali cerca de um pouco mais de 200 metros cúbicos de madeira, né, e fica inviável trazer, e o que nós fizemos foi fazer a inutilização desse material no local”.

OFF: Ninguém foi preso na operação de quarta-feira, mas durante todo o ano policiais da 1ª CIPAmb realizaram operações de combate ao desmatamento na região com resultado positivo.

SONORA – VOLTA TENENTE ANDRÉ PADILHA: “Nesse um ano de comando da Cap. Isabel, nós fizemos, realizamos três operações: que foi a operação INDUSPAM, a operação CERBERUS, que deflagrou ontem, e a operação Oeste Verde. Ao longo dessas 3 operações, fazendo um apanhado geral, foram 11 serrarias clandestinas desarticuladas”.

SEGUNDA MATÉRIA DO JT1

JT1 SANTARÉM

ASSUNTO: APREENSÃO DE MADEIRA ILEGAL

DATA DA VEICULAÇÃO: 23 DE OUTUBRO DE 2020

FORMATO: NOTA LOC OFF

LOCALIZAÇÃO NO JORNAL: 12h20 a 12h21

TEMPO: 30”

LEGENDA: APREENSÃO DE MADEIRA NA PA 370: CAMINHÃO COM 13 TORAS DE MADEIRA ESTAVA SEM NOTA FISCAL

OFF: A Polícia Militar apreendeu, na madrugada de hoje, um caminhão com 13 toras de madeira que estavam sem nota fiscal. A apreensão aconteceu na PA-370 Santarém Curuá-Una. Durante a fiscalização da Polícia Militar, o condutor foi apresentado à delegacia de Polícia Civil, e diz que veio da comunidade de Tutuí, no município de Placas, estava trazendo o carregamento para um homem que atua no ramo madeireiro, aqui em Santarém. A Polícia está investigando esta situação.

Apêndice 4 – J8 enquadramentos noticiosos

Data	US	U A	tipo de peça	Tema	Enquadramento noticioso	Fontes na matéria
5/8/20	J8	1		Queimadas	Amazônia Brasileira em perigo - Incêndios florestais aumentaram 28% em julho em comparação a 2019	
18/8/20	J8	2		Queimadas	Fogos continuam descontrolados no Brasil - Incêndios destroem 1 milhão de hectares no Pantanal e ameaçam vidas de animais	Soldado corpo de bombeiro
19/8/20	J8	3		Queimadas	Incêndios devastadores no Brasil - Chamas no Pantanal ameaçam a Arara Azul	Morador local/ Ministro Meio Ambiente
22/8/20	J8	4		Mudanças climáticas	Alteração climáticas -Raro nevão em agosto atinge Brasil e Austrália	
13/11/20	J8	5		Repercussão internacional	Joe Biden prometeu bombardear o Brasil se a Amazônia não for protegida	Presidente dos EUA / Presidente do Brasil

Apêndice 5 – JN enquadramentos noticiosos

Data	US	UA	Tipo de peça	Tema	Enquadramento noticioso	Fontes na matéria
1/8/20	JN	1	VT	Tecnologia	Uso da tecnologia pelos indígenas para defender suas terras indígenas	Coordenadora de ONG, indígena, diretor de entidade da sociedade civil
1/8/20	JN	2	VT	Queimadas	Destruição da vegetação pelos incêndios florestais no Mato Grosso já destruiu 60 mil hectares de vegetação	Bombeiro, fazendeiro
3/8/20	JN	3	VT	Queimadas	Aumento do número de queimadas no Brasil em relação ao ano anterior. O foco é na Amazônia Legal e no Pantanal	Técnica e política
3/8/20	JN	4	VT	Queimadas	Incêndios causados pela estiagem destroem vegetação do pantanal	Técnica
4/8/20	JN	5	VT	Desmatamento	Governo propõe reduzir meta do combate ao desmatamento ilegal na Amazônia	Técnica e política, outro
4/8/20	JN	6	VT	Queimadas	União de bombeiros de 12 estados para combater o fogo no Pantanal	Política, outro
5/8/20	JN	7	Nota seca	Desmatamento	Ministério do Meio Ambiente volta atrás e mantém meta de reduzir desmatamento ilegal na Amazônia	
6/8/20	JN	8	VT	Garimpo ilegal	Suspensão de operação de combate a garimpo ilegal no Pará pelo Ministério da Defesa	Política, técnica
6/8/20	JN	9	VT	Combate ao desmatamento	Entidades ambientais se unem para apresentar proposta de combate ao desmatamento	Política, técnica
7/8/20	JN	10	VT	Desmatamento	Desmatamentos na Amazônia alcançam maior índice desde que o levantamento começou a ser feito	Técnica
7/8/20	JN	11	VT	Ação governamental	A solução para o desmatamento é a regularização fundiária	Política, técnica
7/8/20	JN	12	VT	Ação governamental	Governo volta atrás e retoma operação de fiscalização em garimpo ilegal localizado na terra Munduruku, no Pará	Política, técnica, outro
10/8/20	JN	13	VT	Dia do Fogo	A minoria que participou do “Dia do Fogo” foi punida. Índice de 5% de punição	Técnica, política, outro
10/8/20 2	JN	14	VT	Queimadas	Avanço do fogo no Centro-Oeste põe em risco uma das biodiversidades mais ricas do planeta	Veterinário, servidora do Ibama, biólogo
12/8/20	JN	15	VT	Ação Governamental	Ministério do Meio Ambiente cria Secretaria da Amazônia	Política outro
15/8/20	JN	16	VT	Queimadas/estiagem	Incêndios no Pantanal surpreendem até mesmo quem está na linha de frente do combate	Sonora sem identi. pantaneiro, fazendeiro
17/8/20	JN	17	VT	Queimadas	Fogo que consome o Pantanal está ameaçando um dos maiores abrigos de araras-azuis do país	Técnica, outro
21/8/20	JN	18	VT	?	Ministério Público Federal investiga avião da FAB que levou garimpeiros ilegais para reunião no Ministério do Meio Ambiente em Brasília	Política, técnica

22/8/20	JN	19	VT	Tecnologia	NASA cria sistema para monitorar incêndios na Amazônia e constata que queimadas têm origem no desmatamento	Pesquisador, diretora de ONG
22/8/20	JN	20	VT	Queimadas	No Pantanal, unidade contribui com combate às queimadas	Coordenador da operação, sonora sem identificação, médico veterinário, engenheiro químico
22/8/20	JN	21	VT	Ação governamental	Auditoria constata que governo não gasta nem 20% do dinheiro destinado a programas de preservação ambiental	Integrante de ONG,
24/8/20	JN	22	VT	Ação governamental	Governo reserva 140 milhões para compra de satélite para monitorar Amazônia. Mesmo trabalho já é feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o INPE	Política, técnica
27/8/20	JN	23	Nota seca (sonora)	Queimadas	Em único mês, INPE registra mais de 24 mil focos de incêndio na região Amazônica.	Política, técnica
27/8/20	JN	24	VT	Acusação brigadistas de incêndio criminoso	11 meses depois, a Polícia Federal não encontra culpados na queimada em Alter do Chão, no Pará	Sem fala de personagens na matéria
27/8/20	JN	25	VT	Queimadas	Incêndios na floresta amazônica põem a vida de toda a população da Amazônia em risco	Morador local, pesquisadora, médica
27/8/20	JN	26	Nota com sonora	Ação governamental	Presidente Hamilton Mourão critica quem diz que a fumaça dos incêndios da Amazônia prejudica as pessoas e afirma que os focos de calor são agulha no palheiro	Vice-presidente e presidente do Conselho da Amazônia Legal, secretário executivo de ONG
28/8/20		27		Perda de vegetação nativa	Estudo ambiental mede as perdas de vegetação no Brasil em 35 anos. Maior perda foi na Amazônia.	Coordenador geral de ONG
29/8/20	JN	28	VT	Queimadas	O calor, a seca e os ventos aumentam a velocidade das chamas que destroem grande parte do Pantanal, impactando a vegetação e os animais	Técnica, outro
31/8/20	JN	29	VT	Agronegócio	Expansão do agronegócio com ajuda da tecnologia pode ajudar a produção de grãos aumentar em quase 30% em uma década	Técnica

Data	US	U A	Tipo de peça	Tema	Enquadramento	Fontes na notícia (personagens)
------	----	-----	--------------	------	---------------	---------------------------------

1/9/20	JN	30	VT	Queimadas	INPE divulga números do mês de agosto	INPE – dados institucionais
3/9/20	JN	31		Operação contra garimpo ilegal	MPF investiga vazamento de informações da operação	
5/9/20	JN	32	VT	Queimadas	Avanço das queimadas afasta investidores estrangeiros	Pesquisador/diretor de ONG/ INPE
5/9/20	JN	33		Operação contra garimpo ilegal	Operação apreende ouro e mercúrio no Sudeste do Pará	
7/9/20	JN	34		Queimadas	Queimadas se agravam, provocam queimadas de floresta e morte de animais no Pantanal de Mato Grosso	
7/9/20	JN	35		Seca	Tempo seco e quente no Centro-Oeste	
8/9/20	JN	36		Seca	Captação irregular de água agrava no Tocantins	Promotor de Justiça, sonora sem identificação, superintendente de associação, pesquisador, integrante do governo do estado
8/9/20	JN	37		Queimadas	Pantanal atinge maior índice de focos de queimadas em 10 anos, queimadas criminosas	Sonora sem identificação, empresário, bióloga, cineasta indígena
10/9/20	JN	38		Pessoa	Morre, com uma flechada de índios isolados, um dos mais importantes indigenistas brasileiros	Líder da terra indígena, policial militar, pesquisadora,
10/9/20	JN	39	Nota seca	Perda da biodiversidade	Relatório do WWF mostra que Terra perdeu 68% dos animais selvagens, principalmente nas Américas do Sul e Central	Sem personagens
10/9/20	JN	40	VT	Negligência governamental	Vídeo compartilhado por vice-presidente e por ministro do Meio Ambiente comete “gafe” aos mostrar mico-leão-dourado em vídeo sobre negação de incêndios na Amazônia	Vice-presidente, pres. associação, secretário de associação, pesquisador
10/9/20	JN	41	VT	Queimadas	Fogo no Pantanal destrói o equivalente a 10 vezes as cidades do Rio e de São Paulo (2 milhões de hectares), animais ficam sem alimento.	Presidente de ONG, sonora sem crédito
12/9/20	JN	42	VT	Queimadas	Cientistas do INPE alertam que áreas de queimadas no Norte e Centro-Oeste podem aumentar	Pesquisador
12/9/20	JN	43	VT	Queimadas	Ambientalistas estão resgatando animais num santuário ecológico do Pantanal que está queimando há mais de uma semana em Mato Grosso	Sonora sem crédito, brigadista, bombeiro

14/9/20	JN	44	VT	Queimadas	Mato Grosso: a situação é de calamidade, fogo provoca engarrafamento na Chapada dos Guimaraes	Engenheiro florestal
15/9/20	JN	45		Operação da PF	PF investiga fraudes no sistema do Ibama para liberar uso de exploração de áreas embargadas na Amazônia Legal (Pará e Mato Grosso)	
15/9/20	JN	46		Ação da sociedade civil	Ambientalistas e empresários do agronegócio criam “Coalizão Brazil” para combater desmatamento e fogo na Amazônia	
15/9/20	JN	47		Queimadas	Queimadas se espalham em áreas de preservação ambiental no Tocantins – 10 mil campos de futebol destruídos	
15/9/20	JN	48		Queimadas	Sem provas, Mourão diz que opositor no INPE prioriza dados negativos sobre queimadas	
16/9/20	JN	49	VT	Desmatamento	Países europeus cobram Brasil por medidas para conter o desmatamento na Amazônia	Vice-presidente, presidente de associação governamental, consultor.
16/9/20	JN	50	VT	Ação governamental	Ministério do Meio Ambiente não gastou nem 1% da verba destinada à fiscalização	Especialista de ONG, pesquisador de ONG,
16/9/20	JN	51	VT	Queimadas	Imagens de Satélites mostram o avanço das queimadas em Mato Grosso	Bombeiro
17/9/20	JN	52	VT	Queimadas	Pior setembro da história do Pantanal em número de focos de queimadas no Mato Grosso e a falta infraestrutura e fumaça atrapalha o trabalho	Biólogo/Voluntário, climatologista, médico veterinário
17/9/20	JN	53	VT	Desmatamento	No Tocantins, áreas do cerrado que deveriam ser preservadas estão sofrendo com o desmatamento ilegal	Fiscal do IBAMA, procurador da República, analista de ONG
17/9/20	JN	54	Nota c/ Sonora	Fala do presidente	Em eventos, Bolsonaro diz que Brasil “está de parabéns”	Fala do presidente
18/9/20	JN	55	Nota c/Sonora	Fala do presidente	Presidente dá a entender que as críticas à gestão ambiental do Brasil têm interesses econômicos	Fala do presidente
18/9/20	JN	56	Nota com sonora	Fala do vice-presidente	Mourão pede ao Ministério do Meio Ambiente relatório sobre capacidade operacional dos órgãos de fiscalização ambiental	Fala do vice-presidente
18/9/20	JN	57	VT	Queimadas	Fumaça tem efeito sobre a saúde da população e também sobre a	Moradora local, Médico

					temperatura na capital de Mato Grosso	(pneumologista), climatologista
19/9/20	JN	58		Queimadas	Tocantins já tem mais focos de incêndios do que Mato Grosso	Morador local, produtor rural, procurador de Justiça
19/9/20	JN	59		Estiagem	O rio Paraguai, o maior do Pantanal, atingiu o menor nível dos últimos 50 anos	Biólogo, voluntários, pesquisador de ONG, guia de turismo, pescador
21/9/20	JN	60		Estiagem	Em Mato Grosso, as chuvas não atingiram as regiões mais atingidas pelo incêndio, estiagem continua	Médica veterinária, porta-voz de ONG
21/9/20	JN	61		Queimadas	Fogo no Parque do Jalapão ameaça colheita de produto símbolo do Tocantins (capim-dourado) usado pelas artesãs dos quilombos	Artesã, militar
21/9/20	JN	62	Nota Loc off	Garimpo ilegal	PF conclui operação contra garimpo ilegal na Bacia do Rio Boia, no Amazonas	Sem personagens
21/9/20	JN	63	Nota Loc off	Protestos	Garimpeiros restringem circulação na BR-158, no Sul do Pará	Sem personagens
22/9/20	JN	64	VT	Fala do presidente	Em discurso na ONU, Bolsonaro diz que índios e caboclos provocam queimadas na Amazônia	Fala do presidente
22/9/20	JN	65	VT	Repercussão da fala do presidente	Ambientalistas também se manifestaram sobre o discurso	Vice-presidente e presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal, diretora de ONG, cientista, secretário executivo de ONG
22/9/20	JN	66	Nota seca	Repercussão internacional	Governo: Problemas ambientais podem "agravar" se o acordo entre o Mercosul e a União Europeia não entrar em vigor	Sem personagens
22/9/20	JN	67	VT	Poluição ambiental	Pesquisadores identificaram partículas tóxicas na água do Pantanal	Pesquisador, pescadora
24/9/20		68	VT	Perda da biodiversidade	Brasil perde em 18 anos áreas equivalentes a 2 vezes o estado de São Paulo	Coordenador de ONG, pesquisador
24/9/20	JN	69	VT	Queimadas	No Pantanal, os bombeiros têm desafio de combater incêndios numa área gigantesca	Bombeiro, ministro do Meio Ambiente, biólogo
24/9/20	JN	70	VT	Garimpo ilegal	A Polícia Federal monta operação contra a exploração ilegal de diamantes numa reserva indígena, em Rondônia	Investigadas (sem identificação) delegado da PF

25/9/20	JN	71	VT	Repercussão internacional	Na ONU, lideranças indígenas acusam governo brasileiro de descaso no combate à covid-19 em aldeias indígenas ianomami	Líder indígena, procurador da República
25/9/20	JN	72	VT	Queimadas	Característica do solo (fogo subterrâneo) do Pantanal dificulta combate aos incêndios	Secretário da defesa civil, tenente do corpo de bombeiros, biólogo voluntário
26/9/20	JN	73	Nota com sonor a	Repercussão internacional	Raoni rebate discurso de Bolsonaro na Assembleia Geral	Líder indígena
26/9/20	JN	74	VT	Queimadas	Em Mato Grosso, bombeiros recebem reforço de integrantes da Força Nacional para combater as chamas	Pecuarista
28/9/20	JN	75	VT	Ação governamental	Votação do Conama revoga regras de proteção de manguezais e restingas	Secretário de Meio Ambiente, ministro do Meio Ambiente, procuradora da República, representante de ONG, presidente de instituto (sociedade civil)
28/9/20	JN	76	VT	Queimadas	No Pantanal, focos de incêndio ameaçam estação ecológica do Pantanal de Mato Grosso	Coordenador de entidade sociedade civil, pesquisadora (universidade)
29/9/20	JN	77	Nota seca	Decisão judicial	Justiça suspende decisão do Conama que tirou proteção de manguezais e restingas	Sem personagens
29/9/20	JN	78	VT	Queimadas	Dados do Ibama mostram avanço do fogo em Mato Grosso	Comandante da operação, médica veterinária
30/9/20	JN	79	VT	Repercussão internacional	A Política Ambiental do Brasil foi um dos temas do debate entre o presidente americano Donald Trump e o candidato do Partido Democrata à presidência Joe Biden	Fala do então candidato Joe Biden sobre a Amazônia
30/9/20	JN	80	VT	Repercussão internacional	Situação da Amazônia foi um dos temas debatidos hoje na cúpula da ONU sobre biodiversidade	Fala do presidente do Brasil/Fala do Secretário-Geral das Nações Unidas
30/9/20	JN	81	Nota Loc off	Queimadas	Com tempo seco, espalham-se focos de incêndio pelo Tocantins	Sem personagens

Data	UA	US	Tipo de peça	Tema	Enquadramento	Fontes na notícia (personagens)
1/10/20	JN	82	VT	Queimadas	Pantanal bate recorde de focos de incêndio em setembro. A Amazônia tem alta 60% em relação ao ano passado	Coordenador de ONG, pesquisador, pesquisador INPE
2/10/20	JN	83		Ação do governamental	O Ministério do Meio Ambiente criou um grupo para estudar a fusão entre o Ibama e o ICMBIO	
2/10/20	JN	84	Nota seca	Ação do governo	O cientista Clézio Nardin é o novo diretor do INPE	
3/10/20	JN	85	VT	Queimadas	Reforço militar para combater as queimadas no cerrado chegou hoje ao Tocantins	Produtor rural, comandante do exército (TO), procurador da República
3/10/20	JN	86	VT	Queimadas	As queimadas avançam também por Mato Grosso ,onde já começa a falta água até nas áreas urbanas	Comandante da operação, coordenador de ONG, moradora local
6/10/20	JN	87	Nota Loc off	Mudanças climáticas	Chuva de granizo surpreende moradores do Norte de Mato Grosso	Sem personagens
8/10/20	JN	88	VT	Garimpo ilegal	Presença de garimpeiros ameaça região que concentra maior número de povos indígenas isolados da Amazônia	Líder indígena, assessor de ONG, presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos
8/10	JN	89	VT	Queimadas	No Pantanal, os incêndios são uma ameaça para os ninhos em época de reprodução das aves	Biólogo, brigadista, pesquisadora
8/10/20	JN	90	Nota seca		56 entidades do povo Kaiapó divulgaram um manifesto contra o garimpo nas terras indígenas	Sem personagens
9/10/20	JN	91	Nota seca	Queimadas	Amazônia tem o maior número de focos de incêndios em 10 anos	Sem personagens (indicadores)
10/10/20	JN	92	VT	Ação do Governo	Burocracia e falta de planejamento atrasam envio de brigadistas para combater incêndios na Amazônia e no Pantanal	Pres. de ONG; pesquisador; ministro do Meio Ambiente
10/10/20	JN	93			Bombeiros e voluntários se unem no combate aos incêndios	
13/10/20	JN	94	VT	Queimadas	Veterinários usam tratamentos novos para onças feridas pelo incêndio no Pantanal	Bióloga; veterinário; presidente de ONG
15/10/20	JN	95			Tempestade de cinza e areia atinge pantanal no Mato Grosso	

16/10/20	JN	96	VT	Safra recorde	Falta de chuva atrasa plantio, mas soja deve ter safra histórica no Mato Grosso	Produtores rurais; agrônomo; consultor de grãos
16/10/20	JN	97		Queimadas	Volta da chuva reduz quase 50% os focos de calor no Pantanal	Analista ambiental (Ibama); biólogo, sonora sem crédito
17/10/20	JN	98	Nota seca		Ibama suspende a compra do produto químico que seria usado contra incêndio no Pantanal; mesmo com a chuva, fogo destruiu mais de 40% do Bioma	Sem personagens
17/10/20	JN	99		Queimadas	Os incêndios já destruíram uma área recorde de Pantanal em Mato Grosso, famílias ficaram sem o que comer	Moradora local, agricultor, agricultora, diretora de ONG, pescadora
17/10/20	JN	100			Outubro de 2020 já teve mais queimadas no Pantanal	
17/10/20	JN	101	Nota Seca	Ação do Governo	Ibama suspende compra do produto químico que seria prejudicial ao meio ambiente	
22/10/20	JN	102	VT	Ação governamental	Mesmo antes do término da temporada de seca e queimadas, o Ibama alegou falta de verba e mandou suspender o trabalho dos brigadistas do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais. Depois de muitas críticas, o governo alegou que vai liberar mais dinheiro	Brigadista (sem identificação), secretária executiva da Ascema (Associação Nacional dos Servidores Ambientais) presidente do Ibama, vice-presidente Hamilton Mourão, pesquisador, fala do presidente Bolsonaro
24/10/20	JN	103		Queimadas	A Amazônia já tem mais focos de incêndios em 2020 do que em todo o ano passado	Representante de ONG, secretário de Meio Ambiente do Amazonas, promotor de Justiça, pesquisador
26/10/20	JN	104	Nota	Queimadas	O governo decidiu prorrogar a presença das forças armadas na Amazônia até abril do ano que vem. A Operação Verde Brasil foi criada em maio para combater o desmatamento legal e focos de incêndio, em julho foi prorrogada pela primeira vez com previsão para durar até novembro. O vice-pres. HM, que comanda o CNA, disse que os recursos para nova prorrogação já estão assegurados.	

					Desde janeiro, o INPE detectou mais de 90 mil focos de incêndio na Amazônia; no ano passado todo foram 89 mil foco	
26/10/20	JN	105	VT	Queimadas	O que acontece na Amazônia tem impacto em outro bioma. A Cláudia Gaiger e o André Trigueiro mostram por que o Pantanal, maior planície alagada do planeta, está sendo destruído como nunca se viu antes	Sonora sem identificação, brigadistas, pesquisadores, representante de ONG, brigadista
29/10/20	JN	106	VT	Queimadas	Pantanal já tem o pior mês de outubro da história em focos de incêndio	Veterinário, engenheiro florestal, produtora rural
29/10/20	JN	107	VT	Ação institucional	Ministra do STF Rosa Weber suspende as decisões que retiravam proteção de restingas e manguezais	Presidente do PROAM

NOVEMBRO

Data	UA	US	Tipo de peça	Tema	Enquadramento	Fontes na notícia (personagens)
1/11/20	JN	108	Nota coberta	Queimadas	Número de focos de queimadas na Amazônia é o maior dos últimos 10 anos	Sem personagens
3/11/20	JN	109	Nota com sonora	Queimadas	Presidente do Conselho da Amazônia Legal admite que gostaria de divulgar resultado melhor e reconhece que o governo não tem metas para redução das queimadas na Amazônia	Vice-presidente
6/11/20	JN	110	VT	Desmatamento	INPE revela aumento na área de alerta de desmatamento na Amazônia	
6/11/20	JN	111	VT	Gases de efeito estufa	Brasil é o quinto maior emissor de gases de efeito estufa do planeta	
12/11/20	JN	112	VT	Ação do Governamental	O conselho da Amazônia pôs em estudos proposta de expropriar áreas desmatadas ilegalmente. O presidente Jair Bolsonaro critica a proposta e classificou de “delírio”	Pesquisador / vice-presidente / presidente da República
17/11/20	JN	113	VT	Fala do Presidente	Bolsonaro diz que países que criticam política ambiental do Brasil importam madeira extraída ilegalmente, mas não deu detalhes	Presidente da República do Brasil / líderes do BRICs / professor
17/11/20		114	VT	Ação judicial contra Governo	Entidades entram na Justiça contra ação do Governo Brasileiro que facilitou exportação de madeira	Presidente do Ibama / porta-voz do Greenpeace

					extraída ilegalmente. Documentos do Ibama demonstram a ação	
19/11/20	JN	115	VT	Fala do Presidente	Bolsonaro desistiu de apresentar lista de países que compram madeira extraída ilegalmente do Brasil, cita a França e faz referência a empresas	Presidente da República do Brasil / presidente do Ibama/ Embaixador da União Europeia / ex-Embaixador do Brasil (na União Europeia) / coordenador de ONG
19/11/20	JN	116	VT	Protesto	Pessoas não indígenas que ocuparam terras indígenas protestam contra operações contra crimes ambientais	
19/11/20	JN	117	VT	Falta de fiscalização	Processo de análise é lento, ineficiente, prejudica o combate a crimes ambientais e causa aumento da impunidade e ação criminosa nas florestas (incluindo Bioma Amazônia). Arrecadação de multas cai	Integrante do Observatório do Clima / representante ONG Direitos Humanos
20/11/20	JN	118	VT	Desmatamento	O desmatamento na Amazônia em outubro é o pior para o mês nos últimos dez anos	Pesquisador IMAZON
26/11/20	JN	119	VT	Perda de biodiversidade amazônica	Governo retira o ipê da lista internacional de proteção de espécies ameaçadas. Árvore é uma das mais valiosas da floresta amazônica	Professor /presidente do Ibama /porta-voz da campanha Amazônia / Greenpeace
30/11/20	JN	120	VT	Desmatamento	Desmatamento na Amazônia aumenta 9,5% em um ano e chega ao maior patamar desde 2008	Vice-presidente, secretário executivo do Observatório do Clima

DEZEMBRO

Data	US	UA	Tipo de peça	Tema	Enquadramento	Fontes na notícia (personagens)
------	----	----	--------------	------	---------------	---------------------------------

3/12/20	JN	121	VT	Queimadas	Em 20 anos, fogo queimou 18% do território brasileiro – 1,5 milhão de km (área equivalente ao Nordeste) e 3,5 vezes o estado de São Paulo	Representante ONG / pesquisador do INPE
7/12/20	JN	122		Garimpo ilegal	Estudo da Fiocruz em aldeias indígenas no Pará mostra consequências alarmantes do garimpo ilegal (impacto na vida dos indígenas)	pesquisador Fiocruz, Líder indígena
8/12/20	JN	123		Desmatamento	Desmatamento na Amazônia cai 45% em novembro, diz Ministério da Defesa	
19/12/20	JN	124		Animais	Tartarugas da Amazônia mudam os locais dos ninhos para evitar as queimadas	Pesquisador / gestor do projeto Quelônios / gestor de parque
21/12/20	JN	125		Apreensão de madeira	PF faz maior apreensão de madeira irregular do país	Procurador da República
28/12/20	JN	126		Poluição do ar	Comunidade no interior do Maranhão espera solução para o problema ambiental excesso de minério de ferro no ar	Coordenador da obra / presidente da Indústria do Ferro/ Pres. Associação dos Moradores/dona de casa/ metalúrgico / Ministério Público Estadual / CNBB/

Este quadro apresenta a unidade de seleção (Jornal Nacional) e a relação das 126 matérias (unidades de análise) veiculadas por este meio de comunicação durante o recorte temporal definido para esta investigação e a categorização dos temas e enquadramentos, além do formato de veiculação e fontes ouvidas, conforme previsto no livro de códigos criado como referência de análise. No referido livro de código estão previstas as seguintes categorias: o tipo de peça de apresentação da matéria, ou seja, se é reportagem (off, passagem e sonora), que aqui será denominado VT (videotape); a abordagem predominante (enquadramento); e o tipo de fonte ouvida pelos jornalistas (sonoras).